

Esboço de TEOLOGIA SISTEMÁTICA



A. B. LANGSTON

A consistência doutrinária aliada à forma didática em que os temas: Deus, Pecado, Pessoa de Cristo, Salvação, Espírito Santo e Últimas Coisas aparecem neste livro, faz dele uma obra monumental. É uma fonte de consulta para os estudantes de Teologia, pastores e todos os que desejam aprofundar seus conhecimentos das doutrinas bíblicas.

Discípulo de Strong e Mullins. A. B. Langston, em ESBOÇO DE TEOLOGIA SISTEMÁTICA, oferece, ao nível dos grandes mestres, a substância necessária para a compreensão abrangente de cada uma das principais doutrinas da nossa fé.

A. B. LANGSTON

ESBOÇO DE TEOLOGIA SISTEMÁTICA

DEDICATÓRIA

À primeira geração de pregadores batistas brasileiros, dedico esta obra.

APRESENTAÇÃO

Uma das preocupações da nova JUERP é a de ir atendendo paulatinamente as necessidades de reedição de obras que marcaram época e firmaram posições em toda nossa estrutura denominacional. São livros que podem estar defasados no tempo da primeira edição, mas continuam sendo verdadeiros guias para a formação de nosso povo que estuda a Palavra de Deus, após sucessivas reedições.

A parceria da JUERP com diversos co-editores, tem exatamente por objetivo diversificar a possibilidade dessas reedições, proporcionando ao nosso público leitor o acesso a este tipo de literatura sempre tão necessário. Este: Esboço de Teologia Sistemática, do saudoso missionário A. B. Langston é um deles. Com a desativação de nossa operação comercial-gráfica, ficamos impedidos de providenciar sua reimpressão de imediato, e estão, os reclamos surgiram de todo o país em prol de encontrar-se uma forma para reeditar-se tão importante material.

Isto agora está acontecendo graças a nossa vinculação com a Força Editorial, que junta-se conosco para imprimir e distribuir esse texto tão importante para nossa bibliografia de estudo bíblico. Numa de suas últimas edições, o Conselho Editorial da JUERP assim se expressou a respeito desse livro:

“A primeira geração de pastores e pregadores batistas contraiu uma grande dívida para com A. B. Langston. Chegado ao Brasil em 1909, uma das suas preocupações foi a formação de líderes para a obra de evangelização. Esta formação procurava ele ministrar não apenas através de cursos e aulas formais, mas também através da preparação de textos que, uma vez servindo de base para preleções, pudessem ser utilizadas como guias de estudos. Neste sentido, A. B. Langston foi uma das mentes mais férteis. Sua formação doutrinária firme e sólida impressionou a mente dos seus muitos alunos. Não há dúvida de que a consistência doutrinária dos batistas brasileiros em muito se deve ao trabalho de A. B. Langston.

Considerações como as que acima foram exaradas, explicam a razão de tanta solicitação para uma nova edição da obra fundamental de Langston. Esboço de Teologia Sistemática não pretende ser mais do que seu próprio título indica: um esboço para orientar os pensamentos no estudo da disciplina. Não houve, da parte do autor a pretensão de elaborar uma Teologia Sistemática. O livro foi resultado dos seus apontamentos de aulas, o que explica o caráter resumido de alguns tópicos. Mas, sem dúvida, o estudioso encontrará neste esboço a substância necessária e indispensável para alcançar uma compreensão abrangente e, até certo ponto, profunda, do assunto enfocado em cada capítulo.

Se bem que preparado inicialmente com a finalidade de suprir a deficiência de literatura teológica no vernáculo para estudantes de Teologia, este esboço poderá ser utilizado com grande proveito para todos aqueles que desejam aprofundar-se em seu conhecimento doutrinário.

Esboço de Teologia Sistemática, está dividido em oito grandes divisões. Começando pela Doutrina de Deus, que, de mudo bem compreensível, recebe maior proporção, o autor segue apresentando a Doutrina do Homem, do Pecado, da Pessoa de Cristo, da Salvação, do Espírito Santo e a Doutrina das Últimas Coisas.

Para facilitar o estudo, é fornecido, antes de cada capítulo, um esboço contendo as principais divisões do capítulo. Este procedimento, facilita a obtenção de uma visão mais abrangente de cada capítulo discutido no livro. Também pode ser utilizado como uma sugestão de guia de estudos ou realização de outras pesquisas. O arranjo do livro é didático, preparado para obter-se o maior rendimento, quer em classe, quer no estudo individual.

Entregando mais esta fonte de consulta aos estudantes de Teologia, pastores e líderes em geral, a Junta de Educação Religiosa e Publicações procura ir ao encontro das necessidades relacionadas a expansão do Reino de Deus em solo brasileiro. Que o seu estudo e meditação sejam um fator a mais na consolidação da obra e levem a um aprofundamento dos conhecimentos bíblicos. Que a reflexão séria sobre os grandes temas da fé cristã seja uma constante em nossas vidas a fim de que cresçamos na graça e no conhecimento de nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo”.

O que acima está registrado, é o que levou novamente a JUERP, juntamente com um de seus co-editores, a investir mais uma vez na edição e distribuição de um livro inestimável para o crescimento doutrinário de nosso povo. Que ele subsista como instrumento de ensino nesses tempos que marcam o final de um século e o início de um novo milênio.

Os Editores

SUMÁRIO

Apresentação.....	01
1. Estudos Preliminares.....	04
2. A Doutrina de Deus.....	18
2.1. — A Idéia Cristã de Deus.....	18
2.2. — Os Atributos de Deus.....	27
2.3. — Provas da Existência de Deus.....	38
2.4. — A Relação de Deus com o Universo.....	52
2.5. — A Doutrina da Trindade.....	65
3. A Doutrina do Homem.....	76
4. A Doutrina do Pecado.....	88
5. A Doutrina da Pessoa de Cristo.....	103
6. A Doutrina da Salvação.....	121
7. A Doutrina do Espírito Santo.....	153
8. A Doutrina das Últimas Coisas.....	174

1**ESTUDOS PRELIMINARES**

1. Religião
 - 1.1. — Definição
 - 1.2. — A Verdadeira Religião
2. Relação entre Teologia e Religião
3. Revelação
4. O Objetivo da Teologia Sistemática
5. A Possibilidade de Termos uma Teologia
 - 5.1. — Deus existe e tem relações com o mundo
 - 5.2. — O homem é feito à imagem de Deus
 - 5.3. — Deus tem-se revelado
6. Importância do Estudo
7. Fontes da Teologia Sistemática
8. A Revelação Cristã — Fonte de Teologia Sistemática
 - 8.1. — A maneira por que se efetuou a revelação
 - 8.2. — A maneira de conservar a revelação
 - 8.2.1 — Como se conservou a revelação
 - 8.2.2 — A revelação conservada na Bíblia
9. Fontes da Teologia Fora da Revelação Cristã
 - 9.1. — O homem, uma das fontes de Teologia Sistemática
 - 9.2. — O universo, outra fonte de Teologia Sistemática
10. Nosso Método de Estudo
11. Divisões da Matéria

ESTUDOS PRELIMINARES

Há certos estudos que não pertencem propriamente à Teologia Sistemática; mas, por se relacionarem muito de perto com ela, necessário é fazê-los a fim de melhor se apreciar o curso teológico. Convém, por isso, que adquiramos algumas noções dos referidos assuntos relacionados com a Teologia Sistemática, para que tiremos o devido proveito do estudo que ora iniciamos.

Nosso intuito, nesta parte introdutória, é somente tratar das coisas essenciais à boa compreensão e bom preparo do trabalho que se vai seguir. Depois de conhecidos estes pontos, poderemos, mais desembaraçadamente, entrar no estudo propriamente dito de Teologia Sistemática.

1. RELIGIÃO

A teologia está relacionada com a religião, assim como a botânica com a vida das plantas. Sem a vida das plantas não poderia haver botânica. Sem os astros, seria impossível a astronomia. De igual maneira, é impossível a existência da teologia sem a religião: aquela é uma conseqüente desta. E, portanto, necessário que tenhamos uma idéia clara da religião, pois dela depende a teologia. Sem o entendimento claro de uma, não se pode compreender bem a outra. Consideremos então a religião.

1.1. Definição. A religião é a vida do homem nas suas relações sobre humanas, isto é, a vida do homem em relação ao Poder que o criou, à Autoridade Suprema acima dele, e ao Ser invisível com Quem o homem é capaz de ter comunhão.

Religião é vida em Deus; porque este Ser invisível, esta Autoridade Suprema, este Poder com Quem o homem se relaciona, são um em Deus, e conhecê-lo, na genuína expressão do termo, é ter vida eterna.

A religião é sempre a vida do homem como um ser dependente de um poder, responsável para com uma autoridade e adaptável a uma comunhão íntima com uma realidade invisível. Esta definição exclui a idéia que prevalece, de que a religião é um corpo de doutrinas. Quem assim define a religião confunde-a com a teologia, confusão que, se não justifica, não tem razão de ser: religião é vida; teologia é doutrina. E, como já dissemos, a religião precede a teologia.

Funda-se a religião na própria constituição do homem. O ser humano é essencialmente religioso. O salmista revelou bem claramente esta verdade quando escreveu: «Assim como o cervo brama pelas correntes das águas, assim brama a minha alma por Ti, ó Deus» (Salmos 42:1).

A prova mais evidente de que o homem é este ser por natureza religioso está em não haver, jamais, alguém encontrado uma tribo, a mais selvagem embora, que fosse totalmente destituída de qualquer culto ou idéia religiosa. A religião, é tão natural no homem como a fome, a sede, a saudade, etc. A história universal não nos fala de um só povo sem religião. Nem ainda os mais atrasados fazem exceção a esta regra; pelo contrário, os povos mais ignorantes, mais falhos em cultura, são, em geral, os mais religiosos. Este fato assaz notável serve para demonstrar e provar que, quando o indivíduo chega a sondar a alma, sempre encontra nela a necessidade de religião, de uma relação com o Ser Supremo — DEUS. Sem dúvida nenhuma, o coração humano é como um altar onde arde perene o fogo sagrado da religião.

O fato de ser a religião natural ao homem tem-na tornado, como já vimos, universal. Causa-nos comoção a lembrança do grande esforço que faziam os homens da antiguidade para se encontrarem com o Deus vivo e verdadeiro. As orações mais tocantes e pungentes, em toda a literatura sagrada, são as que se fizeram ao Deus desconhecido. E ainda mais, há hoje em dia muitas almas famintas e sequiosas da verdade, porque uma relação íntima com o Deus verdadeiro é tão essencial ao bem-estar do homem como a água o é aos peixes e a luz aos olhos.

Jesus tornou bem saliente esta verdade quando disse: «Eu sou o pão da vida; aquele que vem a mim nunca terá fome, e quem crê em mim nunca terá sede» (João 6:35). Na universalidade da religião tem o pregador ampla base para os seus trabalhos e para as suas pregações.

Devemos também considerar que a religião funciona na parte invisível e espiritual do homem, e não na visível e material. Em outras palavras, a religião funciona no coração; Jesus enfatizou este ponto quando disse: «Deus é Espírito, e importa que os que o adoram o adorem em espírito e em verdade», ou, com o espírito e em verdade (João 4:24).

A religião no homem manifesta-se nos poderes de o mesmo pensar, sentir e querer. E, essencialmente, uma função do coração, reforçado este pela vontade e iluminado pelo raciocínio. Religião é vida, e a vida tem a sua sede no coração, e não nas mãos ou nos pés.

Pelas considerações já estabelecidas, chegamos à conclusão de que a idéia fundamental da religião é a de uma vida em Deus, de uma vida em comunhão íntima e contínua com o Criador, uma vida debaixo da direção e domínio do Espírito Santo, O apóstolo Paulo esclareceu assaz esta verdade, dizendo: «Porque nEle vivemos, e nos movemos, e existimos» (Atos 17:28).

Visto que a religião tem a sua sede na parte invisível e espiritual do homem, logo abrange todos os poderes humanos. Isto é, a religião deve influenciar benéficamente todas as atividades do homem, dirigi-lo em tudo o que ele é e em tudo o que faz. A religião verdadeira envolve a operação unida e coesa de todas as faculdades do homem. A religião consiste mais em ser do que em fazer. Quem é cristão, sempre faz obras cristãs; porém, quem faz obras cristãs nem sempre é cristão.

Pode alguém contradizer-nos, alegando que enfatizamos demasiadamente a parte espiritual do homem, em menosprezo do corpo e de seus atos, em se tratando de religião. Porém, não é assim, O corpo é servo do espírito, e se o espírito for bom e reto, o corpo poderá cumprir satisfatoriamente as suas funções religiosas; mas se, ao contrário, o espírito não for bom e reto, os atos praticados em nome da religião não têm nenhum valor. «Ainda que distribuísse toda a minha fortuna para sustento dos pobres, e ainda que entregasse o meu corpo para ser queimado, e não tivesse amor, nada me aproveitaria» (1 Coríntios 13:3).

Tudo o que o corpo faz não é essencialmente religioso, pois a religião é do espírito e não do corpo. Dissertando a este respeito disse o apóstolo Paulo: «Ainda que eu tivesse o dom de profecia, e conhecesse todos os mistérios e toda a ciência, e ainda que eu tivesse toda a fé, de maneira tal que transportasse os montes, e não tivesse amor, nada me aproveitaria» (1 Coríntios 13:2).

Qual é, neste caso, o valor que se deve dar aos atos praticados pelo corpo? Nas passagens que acabamos de citar, temos- a resposta: «Quando haja harmonia perfeita entre o espírito reto e os atos exteriorizados pelo seu corpo, então os atos têm valor religioso, mas valor relativo, não intrínseco.»

OS atos religiosos são como a nota promissória, que só tem valor quando assinada e rubricada por pessoa idônea. Além disso, podem comparar-se os atos religiosos ao papel moeda, cujo valor depende de haver, no tesouro, o seu equivalente em ouro. É isto o que o apóstolo Paulo ensinou nos três primeiros versículos do capítulo 13 de sua primeira Carta aos Coríntios. Não havendo amor depositado no coração, nenhum dos nossos atos, até o de entregar o corpo para ser queimado, tem o mínimo valor religioso.

Segue-se, daí, que, como já se disse, os atos do corpo têm apenas valor relativo, e não intrínseco. Todos os seus merecimentos lhe são emprestados do coração. Os atos servem para exprimir a condição do espírito, pelo que o seu valor é apenas declarativo, não intrínseco. O essencial em religião é o estado da alma ou do coração, e todas as nossas ações, como já o dissemos, são os meios pelos quais se revelam as condições do homem interior.

Nunca será demais acentuar esta verdade, devido à sua importância capital para os que desejam cumprir os seus deveres diante de Deus.

Mui grave é o erro em que muitos laboram, de confundir a religião com as suas manifestações, como aconteceu com os fariseus. «E então lhes direi abertamente: Nunca vos conheci: apartai-vos de mim, vós que obrais a iniquidade» (Mateus 7:23). E verdade que a religião envolve culto, sacrifício próprio, oração, e, não raro, se manifesta em obras de beneficência; estas coisas, porém, não formam a essência da religião, pois são apenas manifestações do espírito religioso. A glória da religião não se acha naquilo que podemos fazer e fazemos, senão na realidade de um Deus bondoso e misericordioso e numa comunhão íntima entre Ele e o homem. Reiterando o que já dissemos, a religião é vida em Deus, que se manifesta em obras várias, para benefício da humanidade e para honra e glória do Criador.

A religião é verdadeira na proporção em que possui e realiza a idéia da personalidade de Deus e das Suas relações com o homem. Os povos em todos os tempos se compenetraram da importância deste princípio, e daí o grande esforço que fizeram por descobrirem a verdadeira idéia da personalidade de Deus e das suas relações com o mundo.

Todas as grandes religiões do mundo, assim as de hoje como as da antiguidade, não são «contos do vigário», antes representam o esforço extraordinário do homem para apossar-se da verdade. Não há nenhuma religião que se apoderasse dum povo fundada simplesmente no embuste, originada dum simples impostor. «Pode enganar-se todo um povo por algum tempo, uma parte do povo por todo o tempo, mas não se pode enganar todo um povo por todo o tempo», disse Lincoln.

Há sempre algo de verdade em todas as religiões, Têm todas elas alguma noção a respeito de Deus e das suas relações com o mundo, se bem que não tenham alcançado a verdadeira idéia da personalidade de Deus e das suas relações com a criação. Neste sentido, todas as religiões são imperfeitas e têm enganado os seus adeptos, ministrando-lhes a verdade de mistura com o erro.

1.2. A verdadeira religião. O cristianismo arroga-se o título de verdadeira religião, porque ele prega a verdade acerca de Deus, e cultiva e promove as devidas relações deste para com o homem. Nosso intuito através deste curso de teologia sistemática é mostrar que o cristianismo satisfaz às exigências de uma religião verdadeira; e, visto que não pode haver mais do que uma religião verdadeira, segue-se que a única verdadeira é o cristianismo.

A religião é, pois, vida em Deus, vida que se manifesta em todos os nossos atos e em todas as nossas relações.

2. RELAÇÃO ENTRE TEOLOGIA E RELIGIÃO

A Teologia estuda aquilo de que a religião é a realidade. A religião, como já observamos, é a vida em Deus, vida em que tomam parte ativa o intelecto, a vontade e as afeições. A vida religiosa envolve o homem em todo o seu ser, e os fatos apurados das suas experiências com Deus, no transcurso da vida, constituem a sua teologia. O homem é um ser que reflete, que pensa sobre as suas experiências. A teologia é, portanto, coisa necessária e natural.

O homem não pode deixar de ter uma teologia, salvo se ele deixar de meditar nas experiências mais sublimes e mais preciosas desta vida. Achamos, por exemplo, no livro de Gênesis, a narrativa de uma das augustas experiências de Abraão com Deus, experiência essa em que Abraão aprendeu uma preciosa verdade, ignorada, talvez, até então. Ele aprendeu que Deus é um Deus provedor. «O Senhor proverá», dizem as Escrituras no verso 14 do capítulo 22 de Gênesis. Ora, o que Abraão aprendeu naquela ocasião tornou-se pelo menos uma parte de sua teologia (Gênesis 22:12- 14).

Os Salmos estão repletos do registro de experiências idênticas à de Abraão e também das reflexões do Salmista a respeito delas. Esta é uma das razões do valor do Livro dos Salmos. E na experiência que o homem aprende melhor e mais facilmente. A nossa teologia compõe-se, então, em parte, das nossas reflexões em torno das nossas experiências com Deus. «O Senhor é o meu pastor, nada me faltará. Deitar-me faz em verdes pastos, guia-me mansamente a águas mui quietas. Refrigera a minha alma: guia-me pelas veredas (Ia justiça, por amor do Seu nome. Ainda que eu andasse pelo vale da sombra da morte, não temeria mal algum, porque Tu estás comigo; a Tua vara e o Teu cajado me consolam.» Que belas experiências! E que bela teologia!

Além das nossas experiências, a nossa teologia consta também das revelações de Deus. Deus é muito mais do que podemos experimentar. Se se limitasse, portanto, a nossa teologia exclusivamente àquilo que podemos experimentar de Deus, sem dúvida seria ela muito deficiente. Baseando-a, porém, nas nossas experiências da revelação divina, ser-nos-á possível chegar a um conhecimento muito mais elevado deste assunto.

A teologia é, então, um estudo acerca de Deus, baseado na experiência do homem com Deus e na revelação divina.

Trata-se, na teologia, não só da Pessoa de Deus, mas também das suas relações com o universo. Vê-se logo que é estudo vastíssimo, abrangendo, de certa maneira, tudo quanto existe, porque todas as coisas se relacionam com Deus.

3. REVELAÇÃO

Entendemos que revelação é a manifestação que Deus faz de Si mesmo e a compreensão, parcial embora, da mesma manifestação por parte dos homens. Este modo de definir a revelação acentua que o que se revela é o próprio Deus, e não apenas alguma coisa a respeito de Deus. Na revelação, Deus faz-se conhecido dos homens na sua personalidade e nas suas relações. Revelar é informar, e isto é justamente o que Deus há feito. «Fez conhecidos os seus caminhos a Moisés, e os seus feitos aos filhos de Israel» (Salmos 103:7). Deus informou ao homem acerca de Sua Pessoa e das \$uas relações com a criação. Não nos esqueçamos de que o centro de toda a revelação é a pessoa de Deus. Jesus frisou bem esta verdade quando disse que veio revelar o Pai: «Quem me vê a mim, vê o Pai.»

A revelação não tem por fim simplesmente informar o homem acerca de Deus, mas também descobrir Deus ao homem. Deus quer que o homem o conheça; daí a razão de ele se revelar. «Os céus declaram a glória de Deus e o firmamento anuncia a obra das suas mãos. Um dia faz declaração a outro dia, e uma noite mostra sabedoria a outra noite. Não há linguagem nem fala onde se não ouçam as suas vozes. A sua linha se estende por toda a terra, e as suas palavras até o fim do mundo» (Salmos 19:1-4).

Não é nosso intuito aqui discutir o progresso da revelação. Podemos afirmar, todavia, sem medo de laborar em erro, que ela culminou em Cristo Jesus; portanto, aquele que conhece a Cristo, conhece o Pai. Antes de passarmos desta fase do assunto, convém que deixemos dito que estas revelações se encontram no Velho Testamento, em Cristo Jesus, no Novo Testamento e no cristianismo. Um estudo acurado destas fontes de revelação dar-nos-á a nossa teologia.

4. O OBJETIVO DA TEOLOGIA SISTEMÁTICA

Pretendemos, no estudo de teologia sistemática, selecionar fatos que nos façam conhecer melhor a pessoa de Deus, as Suas relações com o universo, e organizá-los num sistema racional. Não se encontra na Bíblia uma teologia sistemática já feita e ordenada, mas encontram-se os fatos com os quais podemos organizá-la, dar-lhe forma, sistematizá-la.

O fim, portanto, da teologia sistemática não é criar fatos, mas descobri-los e organizá-los num sistema. Queremos, estudando a teologia, apreender os pensamentos de Deus, aprender das experiências espirituais dos melhores homens que sempre existiram. Neste e tudo somos como arquitetos ocupados na construção dum grande edifício. Mas, ao invés de trabalharmos com pedra, cal e tijolos, utilizamo-nos de tudo quanto Deus tem revelado, e de tudo quanto o homem tem experimentado das coisas divinas e celestiais. Que belo edifício não nos é dado construir! Devemos exortar-nos a nós próprios com as palavras de Paulo a Timóteo: «Procura apresentar-te a Deus aprovado, como obreiro que não tem de que se envergonhar, que maneja bem a palavra da verdade» (II Timóteo 2:15).

5. A POSSIBILIDADE DE TERMOS UMA TEOLOGIA

A possibilidade de termos uma teologia baseia-se em três grandes verdades, a saber:

5.1. Deus existe e tem relações com o mundo. «No princípio criou Deus os céus e a terra» (Gênesis 1:1).

5.2. O homem é feito à imagem de Deus e é capaz de receber e compreender aquilo que Deus revela. «E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme à nossa semelhança: domine sobre os peixes do mar, e sobre as aves dos céus, e sobre o gado e sobre toda a terra, e sobre todo o réptil que se move sobre a terra. E criou o homem à sua imagem: à imagem de Deus o criou: macho e fêmea os criou» (Gênesis 1:26 e 27).

5.3. Deus tem-se revelado. «Havendo Deus antigamente falado muitas vezes, e em muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, a nós falou-nos nestes últimos dias pelo Filho» (Hebreus 1:1).

Se Deus existe e tem-se revelado, e, se o homem é capaz de receber a Sua revelação, forçosamente havemos de concluir que, ao menos, é possível existir a teologia sistemática. Não estamos, pois, tentando o impossível, dizendo alguma coisa acerca de Deus e das suas relações para com o mundo. Devemos animar-nos neste estudo com as palavras de Jesus: «E a vida eterna é esta: que te conheçam, a ti só, por único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste» (João 17:3).

6. IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

Seria difícil exagerar a importância do estudo de teologia sistemática, porque, quem queira saber, com exatidão, alguma coisa do mundo, do universo, do homem, da história, de Cristo, da salvação, em suma, informar-se de tudo o que seja de primordial interesse ao homem, tem, por força, de aprender de Deus. É ele o grande Mestre que todas as coisas conhece. E há tanto erro a respeito de tudo isto, que se torna necessário um conhecimento sólido e seguro de todos estes assuntos de grande interesse para a humanidade.

Fora das revelações de Deus não se encontra tal conhecimento. Esta é a razão por que baseamos o nosso estudo naquilo que Deus tem revelado ao homem. Devemos, neste trabalho, orar muito para que a nossa visão seja clara, puro o nosso zelo, elevado o nosso ideal e reto o nosso espírito, como o espírito d'Aquele a Quem almejamos conhecer. Devemos prosseguir neste estudo com o mesmo espírito que Deus recomendou a Moisés quando lhe apareceu na sarça ardente. «Moisés disse: Agora me virarei para lá, e verei esta grande visão, porque a sarça se não queima. E, vendo o Senhor que se virava para lá a ver, bradou a ele do meio da sarça, e disse: Moisés, Moisés. E ele disse: Eis-me aqui. E disse: Não te chegues para cá: tira os teus sapatos de teus pés; porque o lugar em que estás é terra santa» (Exodo 3:3-6).

7. FONTES DA TEOLOGIA SISTEMÁTICA

De onde vem o material da teologia sistemática? Quais as suas fontes? De toda parte vem o material, são inúmeras as fontes. Devemos aprender de tudo o que nos possa ensinar alguma verdade acerca de Deus e das suas relações com o mundo. A teologia cristã só conhece um Deus: o Criador de tudo quanto existe. Todas as coisas, por isso, têm relação com ele e podem ensinar-me muitas verdades a seu respeito. O material da teologia pode vir, pois, de toda a criação.

A teologia é ciência tão vasta que, de certo modo, abrange tudo:

as montanhas, os rios, os campos, as estrelas, o oceano, o céu, o inferno, o homem, as Escrituras, a história, Jesus, tudo, enfim, nos fala de Deus. «Os céus declaram a glória de Deus e o firmamento anuncia a obra das suas mãos. Um dia faz declaração a outro dia, e uma noite mostra sabedoria a outra noite. Não há linguagem nem fala onde se não ouçam as suas vozes. A sua linha se estende por toda a terra, e as suas palavras até o fim do mundo» (Salmos 19:1-4). «Havendo Deus antigamente falado muitas vezes, e em muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, a nós falou-nos nestes últimos dias pelo Filho» (Hebreus 1:1).

Em nossa teologia cristã, a fonte principal, naturalmente, é a revelação de Cristo. A revelação de Deus não somente ilumina o campo da teologia, mas também derrama a sua luz benéfica sobre todos os assuntos em que a teologia se interessa. E, sendo Jesus a inspiração da religião cristã, é, por isso mesmo, o centro de toda a revelação. Tudo o que há de mais precioso, de mais valioso acerca de Deus, provém de Jesus. «Porque foi do agrado do Pai que toda a plenitude nele habitasse» (Colossenses 1:19).

Em três grandes classes podem dividir-se as fontes da nossa teologia, a saber: (1) de Cristo (2) do universo, (3) da história.

E pela revelação cristã que podemos compreender o que está revelado no universo físico. Não devemos, naturalmente, buscar compreensão do espiritual na base da nossa compreensão do material, visto que o espiritual é primeiro, é a causa do material. A ordem que procuramos seguir neste estudo será, pois, do espiritual para o material; de Deus para a criação; da causa para o efeito; doutra maneira não acertaremos o nosso alvo.

Explicar o universo do ponto de vista de Deus é relativamente fácil; mas explicar a Deus do ponto de vista do universo é absolutamente impossível. Eis a razão por que adotamos em nosso método a ordem que parte da revelação cristã, reforçando-a depois com o que se acha revelado no universo. A melhor de todas as revelações de Deus é Jesus Cristo. Principiemos, pois, pela mais preciosa revelação de Deus, as nossas considerações em torno das fontes de teologia sistemática.

8. A REVELAÇÃO CRISTÃ — FONTE DA TEOLOGIA SISTEMÁTICA

Entendemos que revelação cristã é a manifestação de Deus na pessoa e no trabalho de Jesus Cristo, e, bem assim, a preparação para a sua vinda. Mas as revelações mais ricas, e mais espirituais, e mais efetivas, e mais verdadeiras, são as que se realizaram em Cristo Jesus, no que ele era, no que disse e no que fez.

Para o grande acontecimento da vinda de Jesus, Deus preparou, de maneira muito especial, a nação israelita, da qual ele, Jesus, haveria de nascer; isto, porém, não significa que Deus não trabalhasse também entre as demais nações. Não é tal. Deus, então, assim como hoje, guiava todos os povos. «E de um sangue fez toda a geração dos homens, para habitar sobre toda a face da terra, determinando os tempos já de antes ordenados, e os limites da sua habitação; para que buscassem ao Senhor, se porventura, Tateando, o pudessem achar; ainda que não está longe de cada um de nós» (Atos 17:26,27). «E depois disse o Senhor a Moisés:

Entra a Faraó, porque tenho agravado o seu coração e o coração de seus servos, para fazer estes meus sinais no meio dele, e para que contes aos ouvidos de teus filhos, e dos filhos de teus filhos, as coisas que obrei no Egito, e os meus sinais que tenho feito entre eles: para que saibas que eu sou o Senhor» (Êxodo 10:1,2).

A história do universo, assim como a da raça humana, é uma; a nação, porém, de onde surgiria Jesus foi dirigida de um modo todo especial, sendo o intuito desta direção preparar o caminho para a vinda do Salvador do mundo. No Velho Testamento temos a história desta grande preparação.

Após haver Jesus cumprido a sua missão, os seus discípulos, esclarecidos pelo Espírito Santo, revelaram claramente o plano da salvação ao qual Jesus viera dar cumprimento, e também os efeitos da sua vinda sobre a raça humana. Esta revelação encontra-se no Novo Testamento, que pode ser considerado como o produto do contato de Jesus com os seus discípulos.

8.1. A maneira por que se efetuou a revelação. Podemos dizer que a revelação foi feita na vida. Esta é a revelação completa e perfeita. Não foi ela feita primeiramente nas Escrituras, ou em palavras, mas em vida que se traduziu em atos. Um dos livros mais interessantes da Bíblia é indubitavelmente o dos Atos dos Apóstolos. Nele vemos Deus revelando-se na vida de seus servos. A revelação consta mais do que Deus fez do que daquilo que disse. «Assim diz o Senhor» é, certamente, uma das maneiras por que Deus se revela; porém, o «Assim fez o Senhor» foi e é sempre o meio eficaz por excelência. «E o Senhor disse-lhe: Que é isto na tua mão? E ele disse: Uma vara. E ele disse: Lança-a na terra. Ele a lançou na terra, e tornou-se uma cobra. E Moisés fugia dela. Então disse o Senhor a Moisés: Estende a tua mão, e pega-lhe pela cauda, e estendeu a sua mão e pegou-lhe pela cauda, e tornou-se em vara tia sua mão; para que creiam que te apareceu o Senhor, Deus de seus pais, o Deus de Abraão, o Deus de Isaque e o Deus de Jacó. E disse-lhe mais o Senhor: Mete agora a tua mão no teu seio. E, tirando-a, eis que a sua mão estava leprosa, branca como a neve. E disse: Torna a meter a tua mão no teu seio. E tornou a meter sua mão no seu seio; depois tirou-a do seu seio, e eis que se tornara como a outra carne. E acontecerá que, se eles não crerem, nem ouvirem a voz do primeiro sinal, crerão a voz do derradeiro sinal» (Êxodo 4:2-8). Nesta passagem, como se vê, Deus revelou-se por meio de atos. Ainda outra passagem muito clara neste sentido é João 2:14-16, que deve ser lida.

Quando Deus se manifestou a Abraão, não o fez por meio de escrituras ou palavras, senão por atos. Abraão aprendeu daquilo que Deus fez. De igual maneira, quando aprovou a Deus manifestar-se a Moisés, ainda que lhe falasse muitas vezes, podemos afirmar que a revelação se nos depara muito mais abundante nos feitos maravilhosos operados por ele diante dos israelitas. Muitas vezes, quando Moisés ensinava ou exortava o povo, fazia menção de tudo o que Deus havia feito aos seus pais, nos dias passados, e aos israelitas de então. Os Salmos e as profecias, e, finalmente, todo o Velho Testamento, constam mais do que Deus fez do que daquilo que Deus disse. Relativamente, Deus falou pouco, mas trabalhou muito. «E vós já tendes visto tudo quanto o Senhor vosso Deus fez a todas estas nações por causa de vós: porque o Senhor vosso Deus é o que pelejou por vós. Vedes aqui que vos fiz cair em sorte às vossas tribos estas nações que ficam desde o Jordão, com todas as nações que tenho destruído, até o grande mar para o pôr-do-sol. E o Senhor vosso Deus as empuxará de diante de vós, e as expelirá de diante de vós: e vós possuireis a sua terra, como o Senhor vosso Deus vos tem dito. Esforçai-vos, pois, muito para guardardes e para fazerdes tudo quanto está escrito para guardardes e para fazerdes tudo quanto está escrito no livro da lei de Moisés: para que dele não vos aparteis, nem para a direita nem para a esquerda» (Josué 23:3-6).

A revelação de Deus não se fez, portanto, primeiramente nas Escrituras e depois na vida, mas, pelo contrário. Deus se manifestou primeiro na vida e depois nas Escrituras. Por exemplo, a revelação que se acha narrada no livro de Êxodo operou-se, antes de tudo, na vida daquele povo. A libertação de Israel do jugo egípcio constitui uma fonte riquíssima de ensinamentos, pelos quais o povo compreendeu o plano de

Deus; e assim é por todo o Velho Testamento. Se tirarmos do Velho Testamento tudo o que Deus fez e revelou pela vida dos seus servos, vê-lo-emos reduzido a um volume ininteligível.

Quando Deus se revelou em Cristo Jesus, seguiu o mesmo método. Já de tal forma nos habituamos a pensar que a revelação de Deus só se pode achar nas Escrituras, que chegamos até a julgar que não havia revelação antes de serem elas escritas. Porém não é assim. A revelação fez-se, principalmente, na vida dos seus servos, os profetas; na de Jesus Cristo, seu Filho; e na dos apóstolos. As Escrituras são, por conseguinte, o resultado dessa revelação. Deus revelou-se primeiramente na vida dos seus servos; estes, depois, transmitiram, por meio das Escrituras, essas revelações à posteridade. As Escrituras, embora sejam o resultado da revelação de Deus a seus servos, são também revelações de Deus a nós. A Bíblia, podemos dizer, é as atas das reuniões de Deus com os homens. «Porque já é manifesto que vós sois a carta de Cristo, ministrada por nós, escrita, não com tinta, mas com o Espírito de Deus vivo, não em tábuas de pedra, mas nas tábuas de carne do coração» (II Coríntios 3:3). A encarnação é o grande princípio da revelação de Deus.

Este método de encarnar a verdade não foi escolhido arbitrariamente, porém era o único método pelo qual Deus poderia revelar-se ao homem em toda a sua plenitude. As palavras podem exprimir tudo o que pensamos, mas não tudo o que sentimos. E o grande problema de Deus não era tanto revelar ao homem os Seus pensamentos, como manifestar o que estava em Seu coração. Deus não queria tão-somente revelar os seus pensamentos, senão também manifestar sua própria Pessoa ao homem. Para conseguir isto, o único método possível era o de encarnar a verdade numa pessoa divina, o que se realizou em Jesus Cristo, que não só ensinou, mas também viveu a verdade toda a respeito de Deus.

Deparam-se-nos, a propósito, as seguintes perguntas: Ter-se-ia, porventura, completado a revelação de Deus com a vinda de Jesus? ou devemos esperar mais revelações da parte de Deus? Ter-se-ia encerrado toda a revelação em Jesus? Sim e não, respondemos. A revelação em Cristo foi completa, porque, nele e por meio dele Deus disse tudo quando tinha que dizer. «Portanto, também, desde o dia em que ouvimos, não cessamos de orar por vós, e de pedir que sejais cheios do conhecimento de sua vontade, em toda a sabedoria e inteligência espiritual» (Colossenses 1:9). «Disse-lhes Jesus:

Estou há tanto tempo convosco, e não me tendes conhecido, Filipe? Quem me vê a mim vê o Pai: e como dizes tu: Mostra-nos o Pai?» (João 14:9). Tudo o que Deus pensa e sente a respeito do homem está em Jesus Cristo. Ele é a palavra final. Por meio dele abriu Deus, e esgotou, todo o tesouro das suas revelações, e, por isso, nada mais devemos esperar além daquilo que nos trouxe Jesus.

Noutro sentido, porém, pode dizer-se que a revelação de Deus não está completa, considerando que o homem não compreendeu ainda a Jesus em toda a integridade de sua personalidade, e não penetrou ainda todo o tesouro de verdades que ele ensinou e praticou. Do ponto de vista do homem há muita coisa que aprender de Deus. Jesus mesmo disse que ia para o Pai e que o outro Consolador havia de vir completar a revelação de Deus. Esta é uma parte da grande obra do Espírito Santo.

De tudo o que fica dito, concluímos que a revelação está completa em Cristo, e que nele se encerra tudo que Deus tinha que manifestar ao mundo. E verdade que não nos temos apropriado desta revelação em toda a sua plenitude, mas temos a promessa de, instruídos pelo Espírito Santo, compreender inteiramente a suprema revelação de Deus em Cristo Jesus. O grande meio de revelação é a vida. Sabemos, porém, que Deus não se limitou somente a este meio, mas também se revelou por outros modos, como podemos ver lendo Hebreus 1:1.

8.2. A maneira de conservar a revelação. Sabemos já que o veículo principal da revelação é a vida, especialmente a vida de Jesus Cristo. Queremos agora considerar o assunto de como Deus conservou esta verdade pura, revelada na vida de seus servos e na do seu Filho unigênito.

8.2.1. Como se conservou a revelação. Na vida foi feita a revelação cristã e na vida tem ela sido preservada. A melhor maneira de preservar a verdade é encarná-la. A verdade viva é a única verdade garantida. Jamais a corrupção teve algum poder contra a vida. A corrupção só aparece junto com a morte. O maior erro dos fariseus foi o de procurar conservar a pouca verdade que tinham na forma de ritos e formalidades, ao invés de a encarnarem nas próprias vidas. Mas a verdade é de tal natureza que não vive em ritos e cerimônias, e a verdade que não vive desaparece. Foi isso justamente o que ocorreu com os fariseus; eles perderam quase todo o seu pequeno patrimônio de verdade, e, em muitos casos, não tinham mesmo nenhuma noção dela. Deus sempre procurou, desde o princípio, plantar, encarnar a verdade no coração de seus filhos. A encarnação de Jesus é a culminação deste processo. Haja vista o grande número de biografias do Velho Testamento. Deus sempre exigiu dos seus escolhidos que vivessem e praticassem a verdade. O apóstolo Paulo frisou bem este ponto, dizendo: «Vós sois a nossa carta, escrita em nossos corações, conhecida e lida por todos os homens» (II Coríntios 3:2). «E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do Unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade» (João 1:14).

Sabemos que os primitivos cristãos não possuíam o Novo Testamento; tinham, porém, a revelação de Deus feita por Jesus Cristo e preservada na sua vida. E realmente as doutrinas básicas do cristianismo não nos foram dadas tanto para objeto da nossa crença como para objeto da nossa experiência. Isto indica que devemos esforçar-nos por experimentar as doutrinas, visto que cada qual encerra uma preciosa experiência. Aquele que crê na doutrina e não a experimenta não compreende a sua verdadeira significação. Testemunhas da verdade eram os primitivos cristãos. «Testemunha» quer dizer, aquele que tem experiência. A pessoa pode pregar o que ouviu ou recebeu de outrem, mas «testemunhar» só pode aquele que haja assistido pessoalmente, só aquele que experimentou. O cristianismo verdadeiro insiste em que as suas verdades sejam encarnadas.

A prova de que a verdade só se conserva na vida vemos no fato de haver ela desaparecido das vidas fracas. Vejamos os tempos que precederam à reforma de Lutero; aquela grande verdade relativamente a viverem os justos pela fé havia desaparecido quase completamente, mas uma vez encarnada de novo na vida de Lutero exerceu uma tremenda força para abalar, como de fato abalou, o mundo inteiro.

O Velho Testamento serviu para preparar o mundo para a vinda de Jesus; o Novo serve para registrar o resultado de ter ele vindo e vivido a verdade. Em certo sentido, foi ele quem nos deu a Bíblia, que agora nos leva a seus pés. Se Deus não houvesse conservado a verdade encarnada na vida de seus servos — os profetas, os apóstolos e os crentes em geral — não teríamos hoje da verdade a porção preciosa que possuímos.

8.2.2. A revelação conservada na Bíblia. A revelação cristã há sido conservada na Bíblia Sagrada. «Bíblia» é palavra grega que significa «coleção de livros». E, sem dúvida nenhuma, temos na Bíblia a mesma revelação que Deus fez e conservou na vida dos seus servos. E aquela mesma verdade revelada e conservada na vida, a que temos nas Escrituras.

A Bíblia divide-se em duas partes: O Velho Testamento, que consta dos livros da lei, dos históricos, proféticos, poéticos; são, enfim, a soma de toda a literatura sagrada do povo hebraico; o Novo Testamento, que consta dos quatro Evangelhos, que tratam da biografia de Jesus, dos Atos dos Apóstolos e das cartas dos apóstolos às igrejas. E a literatura primitiva do cristianismo.

Encontramos no Velho Testamento a revelação gradual e progressiva de Deus ao povo escolhido, revelação que prepara caminho para a vinda de Jesus Cristo, seu Filho, e, no Novo Testamento, o cumprimento desta revelação com o nascimento, vida e morte de Jesus, e, ainda mais, o resultado da revelação na vida dos crentes. Não há negar que a Bíblia é o livro por excelência. Ela é:

«A carta Magna de toda a verdadeira liberdade;
a verdadeira precursora da civilização;
a moderadora das instituições e dos governos;
a formadora das leis;
o segredo do progresso nacional;
o guia da história;
o ornamento e fonte essencial da literatura;
a amiga da ciência;
a inspiradora dos filósofos;
o compêndio da Ética;
a luz da inteligência;
a resposta aos desejos mais íntimos do coração humano;
a alma de toda a vida cordial e religiosa;
a luz que resplandece nas trevas;
a inimiga da opressão;
a adversária da superstição;
a desarraigadora do pecado;
a reveladora de tudo o que é elevado e digno;
o consolo na aflição;
a fortaleza na debilidade;
a senda na perplexidade;
o refúgio na tentação.»

A revelação é a base das Escrituras. Deus serviu-se dos israelitas para manifestar-se ao mundo; e, ao completar a plenitude dos tempos, enviou o seu Filho unigênito, a fim de consumir a revelação já começada. A revelação de Deus é progressiva e o fim da teologia bíblica é acompanhá-la e estudá-la sob este ponto de vista. Não devemos, porém, supor que na Bíblia temos tudo quanto Deus queria revelar, porque isto não é verdade. Seria impossível conter um só livro tudo o que Deus quisesse revelar. João esclarece este ponto quando diz: «Há, porém, ainda muitas outras coisas que Jesus fez, as quais, se cada

uma de per si fosse escrita, cuido que nem ainda o mundo lodo poderia conter os livros que se escrevessem » (João 21:25). Temos, porém, no que se acha escrito na Bíblia, o suficiente para servir-nos de guia e autoridade em todas as questões que acaso surjam em nossa vida. E este um dos mais importantes princípios sustentados pelos batistas.

O vocábulo Bíblia, já o dissemos, significa «coleção de livros». E interessante saber como se formou esta coleção. Os diferentes livros que a compõem foram escritos em épocas diversas, assaz distanciadas umas das outras, e, além de tudo, não tiveram os seus autores na mente o plano de enfeixá-los num todo uniforme, num só volume que se denominasse Bíblia. Por exemplo: escrevendo Paulo a Filemom, não teve a idéia de que sua carta viria, mais tarde, tomar lugar na coleção dos livros inspirados de que se compõe a Bíblia. Da mesma maneira não tiveram os demais escritores esse intuito quando compuseram os seus livros ou epístolas. Pelo que, podemos afirmar, sem receio de errar, que a Bíblia, tal qual a temos hoje, é obra da providência de Deus. Também podemos dizer que, de certa maneira, cada livro conquistou o seu próprio lugar na Bíblia. Eles não estão lá devido a uma qualquer arbitrariedade, senão devido ao valor intrínseco de cada um deles. Lancemos a vista, ainda que ligeiramente, nos livros apócrifos, e descobriremos imediatamente a razão por que foram rejeitados:

falta-lhes ‘o valor intrínseco que caracteriza os demais — os canônicos.

Não se pode dar aqui a história do cânon, que é um estudo de muita importância para os que almejam conhecer de fundo a origem da sua Bíblia. Basta-nos, por agora, saber que os livros de que se compõe a Bíblia lá se acham por duas razões: em primeiro lugar, devido à providência de Deus; em segundo, pelo valor intrínseco de cada um.

Não há duvida de que a Bíblia é a palavra de Deus divinamente inspirada e dada ao homem. Apesar de muito distanciados, cronologicamente falando, seus livros constituem um todo harmonioso; há entre eles a melhor unidade de assunto, de espírito, de intuito e de tratamento. Nenhum ensino dum livro anterior é negado pelos posteriores. O que se nota é progressão, jamais negação.

Pode-se comparar a Bíblia a uma catedral em cuja construção se gastaram séculos. Na de Milão, por exemplo, consumiram-se 400 anos; ao morrer Miguel Angelo, o que levantara a planta, sucederam-lhe na obra outros arquitetos, e, destarte, as gerações iam sucessivamente fazendo a parte que lhes competia, até completar-se a edificação. Assim foi com a Bíblia: cada escritor sagrado contribuiu um tanto para esta maravilhosa coleção de livros, à qual chamamos Bíblia.

Quem não queira faltar à verdade jamais poderá dizer que as Escrituras Sagradas são o produto do tempo em que foram compostas, porque os seus ensinamentos foram sempre muito mais elevados, quer moral quer espiritualmente, que os das épocas em que surgiram. Do ponto de vista do meio ou da época não se pode explicar a Bíblia. A única alternativa possível é admiti-la como sendo o produto de uma vida divina entre os homens. E esta, e somente esta, a origem real da Bíblia, pois até o meio em que hoje vivemos é muitíssimo mais atrasado, está muito aquém do padrão moral advogado pelos ensinamentos da Bíblia.

Ademais, devemos notar que a Pessoa que produziu a Bíblia é a mesma que criou a alma, porque ela revela um conhecimento profundo da alma humana. A Bíblia julga o homem, revela-lhe as culpas, condena-lhe os atos e o faz pensar em Deus. Nela encontra o homem aquilo que satisfaz às necessidades da alma, uma lâmpada para os seus pés e uma luz para o seu caminho. Temos na Bíblia a solução dos nossos problemas, a inspiração para os maiores empreendimentos, o caminho que nos conduz aos pés dAquele que nos pode salvar.

Concluindo: Deus é o nosso Pai, e a Bíblia, ancila sua, ou serva, que no-lo revela. Jesus é o Salvador, e a Bíblia, seu servo ou ministro, que nos leva a seus pés. O Espírito Santo é o Ensinador, a Bíblia é o seu

compêndio. Exatamente como disse o Salmista: «A palavra do Senhor é uma lâmpada para os meus pés e uma luz para os meus caminhos.»

9. FONTES DE TEOLOGIA FORA DA REVELAÇÃO CRISTÃ

É a teologia um estudo tão vasto que, além da revelação cristã, abrange o homem, a sua constituição, a sua vida, a história e enfim o universo todo. Temos, além da Bíblia Sagrada, outro grande livro, o livro da natureza, o qual nos revela grandes coisas acerca de Deus.

Façamos aqui algumas considerações relativas ao homem e ao universo como fontes de teologia sistemática.

9.1. O homem, uma das fontes de teologia sistemática. Na ciência da religião, é o homem de grandíssima importância, pois é ele o ser no qual existem as experiências religiosas e a quem as mesmas pertencem. É necessário, por isso, que um ligeiro estudo sobre o homem preceda ao da teologia. Ainda mais, sendo o homem a criatura que neste mundo se assemelha a Deus, é claro que é também a criatura que nos pode fornecer dados mais numerosos e preciosos a Seu respeito. E no homem que devemos descobrir as verdades mais sublimes a respeito de Deus, por isso que foi feito à imagem sua e semelhança. Eis por que incluímos aqui este breve estudo sobre o homem, que consideramos uma importante fonte para a teologia.

Ainda neste mesmo ponto podemos incluir a história como fonte assaz valiosa e que largamente contribui para o nosso estudo do homem e de Deus. Pela história chegamos ao conhecimento da natureza e do caráter do homem, porque na história vamos encontrar o homem em todas as condições, das melhores às piores. Também por ela podemos apreciar alguma coisa da providência de Deus em guiar e dirigir as nações numa sabedoria por excelência divina. Vê-se, pois, que não é fora de razão considerar a história como fonte não menos preciosa nem menos abundante para a teologia sistemática. «E de um sangue fez toda a geração dos homens, para habitar sobre toda a face da terra, determinando os tempos já dantes ordenados, e os limites da sua habitação» (Atos 17:26).

O que a história do universo nos revela numa escala mais ampla, revela-o, em proporções menores, porém não menos evidentes, a vida de cada indivíduo. Sim, são de fato muito importantes, e assaz interessantes para a teologia, as observações que se podem colher da vida particular de cada pessoa, porque há entre os indivíduos relações que nos podem ensinar lições valiosas a respeito de Deus. Por exemplo, as relações entre pai e filho, entre esposos, etc., podem mostrar-nos coisas importantíssimas relativamente às verdades que Deus quer revelar ao mundo.

No estudo de teologia sistemática devemos, portanto, esforçar-nos por conhecer o caráter do homem tal como é, na sua constituição, vida e história, pois quem consegue conhecê-lo profundamente conseguiu já uma base excelente para o conhecimento de Deus, visto ter sido o homem feito à Sua imagem. E pelo conhecimento de um ser moral que podemos chegar ao conhecimento doutro ser moral. Por isso, uma boa compreensão da natureza humana é de incalculável utilidade para quem almeje conhecer a Deus.

9.2. O universo, outra fonte de teologia sistemática. Compõe-se o universo de muitos sistemas de mundos. O mundo em que vivemos é um dos menores planetas. Dizem as Escrituras que os céus declaram a glória de Deus e o firmamento anuncia a obra das suas mãos. O universo, como vemos, é uma fonte abundante para a teologia sistemática, pois é obra das mãos de Deus. A ciência moderna enriquece grandemente a idéia que temos do universo, e, ao mesmo tempo, a idéia de Deus. Podemos estudar na criação acerca de certos métodos e intuitos de Deus, e dos resultados por ele alcançados no seu trabalho criador. É verdade que a natureza não nos pode dar uma idéia perfeita de Deus, mas isto não quer dizer que ela não nos possa fazer conhecer coisa alguma a seu respeito. Apelamos, então, durante o nosso estudo de teologia

sistemática, para o universo físico, porque, como obra das mãos de Deus, certamente poderá ensinar-nos alguma coisa acerca do seu Autor.

10. NOSSO MÉTODO DE ESTUDO

Tornam-se necessárias algumas palavras sobre o método que adotamos. Aquele que inicia o estudo de teologia sistemática com opiniões e preconceitos já formados não aproveitará tanto do estudo como quem nele entre com a mente aberta, buscando somente saber o que as Escrituras, o universo e tudo o que nos rodeia nos ensinam acerca de Deus. Há certa classe de pessoas que se aproximam da Bíblia, não com o intuito de procurar sinceramente o que ela ensina, mas a fim de buscar apoio para as suas próprias idéias. Querem apoio, e não opinião das Escrituras. Este método de prevenções e preconceitos jamais dará bons resultados. Que assim não seja conosco. Aproximemo-nos do estudo com a mente aberta, com humildade e com oração para que aprendamos de Deus. «O Senhor, pois, tornou a chamar a Samuel terceira vez, e ele se levantou, e foi a Eli e disse: Eis-me aqui, por que tu me chamaste. Então entendeu Eh que o Senhor chamava o mancebo. Pelo que Eli disse a Samuel: Vai-te deitar, e a há de ser que, se te chamar, dirás:

Fala, Senhor, porque o teu servo ouve. Então Samuel foi e deitou-se no seu lugar. Então veio o Senhor, e pôs-se ali, e chamou como das outras vezes: Samuel, Samuel. E disse Samuel: Fala Senhor, porque o teu servo ouve» (1 Samuel 3:8,9).

11. DIVISÕES DA MATÉRIA

Pode-se dividir a teologia sistemática em sete partes, facilitando, destarte, o seu estudo ordenado. Ei-las:

- a) A que se refere especialmente a Deus: sua existência, seus atributos, seu modo de existir e de proceder.
- b) A parte que se refere especialmente ao homem: trata de sua criação e de suas relações.
- c) A que trata do pecado: sua natureza, sua realidade, etc.
- d) A que se refere especialmente a Jesus: sua vinda, sua história, sua Pessoa, sua relação com Deus e com os homens, e o seu trabalho de reconciliar Deus com o homem.
- e) A que diz respeito à salvação do homem e sua conseqüente reconciliação com Deus.
- f) A que diz respeito ao Espírito Santo e à vida divina no homem.
- g) A que trata das coisas vindouras.

2

A DOCTRINA DE DEUS**2.1 — A IDÉIA CRISTÃ DE DEUS**

1. Considerações Preliminares

2. Uma Definição de Deus

2.1. — A Natureza de Deus

2.2. — O Caráter de Deus

2.3. — Relação de Deus com o Universo

2.4. — O Motivo de Deus em Suas Relações para com Tudo Quanto Existe

3. A Natureza de Deus — Deus Espírito Pessoal

4. O Caráter de Deus — Deus É Espírito Perfeitamente Bom

5. A Relação de Deus para com o Universo — Deus Cria, Sustenta e Governa Tudo

5.1. — Deus Cria Tudo

5.2. — Deus Sustenta Tudo

5.3. — Deus Governa Tudo

6. O Motivo de Deus em Relação à Criação — Santo Amor

A IDÉIA CRISTÃ DE DEUS**1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Nesta primeira parte do nosso estudo consideraremos a revelação cristã de Deus, as razões por que cremos na sua existência, o seu modo de existir e de revelar-se, e a sua relação para com o universo. Esta parte da teologia é de suma importância, porque a idéia que temos de Deus determina não só a natureza da nossa religião, suas características, etc. como também a firmeza da nossa teologia. Descrever Deus é, a um tempo, descrever a nossa teologia e definir nossa religião. Um sistema religioso é forte ou fraco, segundo a sua idéia de Deus. Isto é, se a idéia de Deus é parcial, imperfeita, assim será também o sistema em seu todo. Por outro lado, se a idéia verdadeira, digna e correta, o sistema será igualmente verdadeiro, digno e correto. Passemos, então, à discussão da matéria reconhecendo de antemão a nossa fraqueza, confessando a nossa falta de capacidade e pedindo o auxílio d'Aquele que almejamos conhecer e descrever. É neste assunto que necessitamos de todas as qualificações para o descobrimento da verdade, porque, se errarmos aqui, o resto do nosso estudo, certamente, será eivado de erro. Revistamo-nos de humildade e dum espírito de devoção e diligência verdadeiramente cristãs. «Deus tenha misericórdia de nós e nos abençoe; e faça resplandecer o

seu rosto sobre nós, para que se conheça na terra o seu caminho, e entre todas as nações a sua salvação» (Salmos 67:1 2).

Para conveniência do nosso estudo, desejamos dar uma definição da idéia cristã de Deus, após o que procuraremos desenvolver, em pormenores, a definição apresentada. Cremos que assim nos será possível chegar a uma idéia nítida do assunto.

2. UMA DEFINIÇÃO DE DEUS

O tema é por demais vasto e sublime para uma definição completa e satisfatória; temos, porém, na revelação cristã, material necessário para uma definição cristã de Deus.

Somos justificados, portanto, em tentar essa definição, sabendo, embora, desde o princípio, que, forçosamente, ela há de ser um tanto imperfeita. Ao finito não cabe definir o infinito. Ainda assim, tem valor a tentativa, porque ainda que se não consiga inteiramente atingir o alvo colimado, só o ato de procurar definir alguma coisa sempre a torna mais clara ao que empreende fazê-lo. A nossa justificação, por isso, está em que, tentando nós definir Deus, poderemos alcançar a respeito dele uma idéia mais clara e adequada.

Entende-se por definição de Deus aquilo que se baseia na revelação cristã, ou em Cristo. Descobrir a idéia que Jesus tinha com referência a Deus nossa tarefa. Sabemos que Jesus veio a este mundo a fim de revelá-lo aos homens, e sabemos também, com certeza, que cumpriu a sua missão, porque ele mesmo dissera aos discípulos certa ocasião: «Quem me vê a mim, vê o Pai.» Devemos, pois, trabalhar com denodo a fim de descobrir o que Jesus revelou acerca de Deus, por isso que, se alcançarmos isto, estaremos seguros de haver atingido a verdadeira idéia de Deus e um fundamento sólido para a nossa teologia sistemática.

Quanto ao método que vamos seguir nesta definição, será o mesmo usado por Jesus Cristo. Jesus não enunciou, um a um, os atributos de Deus, mas serviu-se de expressões compreensíveis e dos fatos mais importantes a seu respeito. O método de Jesus era mais sintético do que analítico, mais sugestivo que exaustivo. Jesus procurou dar uma idéia clara e precisa de Deus, mas não uma idéia analítica. É o mesmo método que desejamos adotar procurando dar uma definição de Deus, definição que não terá por fim esgotar o assunto, porque ninguém jamais conseguiu esgotá-lo. Limitar-nos. emos muitas vezes a simples sugestões em razão da impossibilidade de incluir numa definição tudo quanto dela deveria fazer parte. Trataremos, por isso, de selecionar e discutir os elementos essenciais acentuados pelo próprio Jesus, e assim poderemos adquirir uma noção mais perfeita de Deus.

A nossa definição de Deus é a seguinte: Deus é Espírito Pessoal, perfeitamente bom, que, em santo amor, cria, sustenta e dirige tudo.

Esta definição envolve os seguintes pontos, que passaremos a discutir:

2.1. A natureza de Deus: Ele é Espírito Pessoal.

2.2. O caráter de Deus: Ele é perfeitamente bom.

2.3. A relação de Deus para com o universo: Cria, sustenta e dirige tudo.

2.4. O motivo de Deus em suas relações para com tudo quanto existe: santo amor.

Estes pontos acima mencionados nos servirão de esboço para o desenvolvimento do assunto que temos em mira: A idéia cristã de Deus.

3. A NATUREZA DE DEUS — Deus É Espírito Pessoal

3.1. Espírito. Coisa muito difícil é definir o espírito. Alcança-se mais, às vezes, pelo lado negativo, isto é, dizendo o que não é. Principiemos, portanto, dizendo que o espírito não é material, nem da matéria procede. Não há possibilidade de reduzir à matéria o espírito. Há, entre um e outro, uma barreira intransponível. São de natureza diametralmente opostas. Esta definição negativa, porém, não nos satisfaz inteiramente, porque por ela ficamos cientes do que o espírito não é, e não daquilo que ele é. Desejamos saber o que o espírito é, por isso procuraremos uma definição no sentido positivo.

Há uma idéia muito comum, mas muito errônea, de que o homem tem alma ou espírito, quando, na realidade, o homem não é outra coisa senão alma ou espírito. É o homem que tem corpo. É o homem que pensa, que sente, que quer. A matéria não tem raciocínio, nem sentimento, nem vontade. O homem, portanto, é constituído de certos poderes, que não pertencem ao corpo, mas ao próprio homem, o qual é, como já dissemos, alma ou espírito. Por isso, a nossa compreensão de Deus como Espírito Perfeito depende, em parte, da compreensão que temos de nós mesmos. Diz-nos a Bíblia que o homem foi feito à imagem de Deus. E, assim sendo, uma das melhores maneiras de conhecer a natureza de Deus é conhecer a nossa própria natureza. Como espíritos que somos, dotados dos poderes de pensar, de amar e de querer, temos razão de crer que Deus tem os mesmos poderes que caracterizam o nosso espírito. Uma das maiores dificuldades que se nos deparam, quando procuramos pensar no espírito é que sempre temos pensado no homem como tendo certa forma; porém é tão fácil, depois de acostumados, pensamos em certos poderes como antes nos era o pensarmos na forma. É como fazemos a respeito da eletricidade: não lhe damos forma, porém pensamos nela em termos de poder, energia. Assim é que devemos fazer em relação ao espírito: pensar nele em termos de poderes, e estes poderes são: pensar, amar e querer,

Deus é, então, um ser que sabe, que sente e que tem vontade própria. Não será mais necessário definir o espírito, se dermos o devido valor aos poderes espirituais que temos, isto é, aos poderes de pensar, amar e querer.

O espírito, portanto, é um ser real, verdadeiro, mas invisível, constituído dos poderes de pensar, sentir, querer e, ainda mais, os de consciência própria e direção própria.

Quanto à essência do espírito, nada podemos declarar, porque nada sabemos, senão o que aprendemos das suas manifestações mediante os poderes já mencionados. A essência do espírito, como a da vida e da eletricidade, é coisa desconhecida. Isto, porém, não quer dizer que o espírito é desconhecido, porque assim como conhecemos a vida e a eletricidade pelas suas manifestações, igualmente conhecemos o espírito.

É desnecessário citar passagens da Bíblia para provar que Deus é Espírito, visto como toda a Bíblia, e especialmente o Novo Testamento, do princípio ao fim, está repleta de ensinamentos que abonam este asserto. Verdade é que no Velho Testamento Deus se apresenta debaixo de certas formas, mas nunca se confunde com a matéria. O ensinamento da Bíblia é que Deus é Espírito: a... e importa que os que o adoram, o adorem como espírito e verdade.

Convém que notemos, de passagem, que, além de Espírito, Deus é Espírito Perfeito. Seus pensamentos são perfeitos, seus sentimentos puríssimos, sua vontade santa, perfeita, sua consciência própria, e absoluta sua determinação própria.

Não queremos dizer com isto que um espírito perfeito é aquele cujos poderes sejam perfeitos, mas antes um espírito no qual se realizem também um perfeito equilíbrio e perfeita harmonia entre todos os poderes. Assim é com Deus. Nele não há desequilíbrio entre os poderes de pensar, sentir e querer. Cada um deles, ou todos juntos, desempenham de maneira perfeitíssima as suas funções.

Cada ato de uma pessoa exige a ação proporcional de cada uma dessas faculdades. Mas como no homem, por ser ele imperfeito, não estejam elas em perfeito equilíbrio e harmonia, daí a razão de serem imperfeitos

todos os seus atos. Numa pessoa que se deixe dominar principalmente pelos sentimentos, todos os seus atos se orientam pela paixão, e, não raro, ei vai até a loucura. Noutra predomina o poder de pensar, e ainda noutra, o de querer; e, operando estes poderes desarmonicamente, só podem levar a pessoa a produzir atos imperfeitos. Em Deus não é assim. Nele todos estes poderes são equilibrados e harmônicos, como já o dissemos, O seu conhecimento é perfeito, perfeito o seu sentir e perfeita a sua vontade; por isso, são também perfeitos os seus atos. Deus como Espírito tem todos os poderes de um espírito, no mais alto grau de desenvolvimento e perfeição. Nele não se pode idear nenhum outro meio de aperfeiçoamento do poderes de pensar, querer e sentir. Pois é tudo quanto pode ser: Deus é perfeito.

3.2. Pessoal Parece, talvez, desnecessário este vocábulo pessoal, visto já estar ele envolvido na palavra e na concepção de «espíritos. Acho, porém, conveniente enfatizá-lo porque para muitos o termo espírito é um tanto vago. Entende-se por espírito pessoal um ser que pensa, sente, quer e que tem, ainda mais, o poder de consciência própria e de direção própria. Espírito pessoal é um espírito constituído destes poderes. Notemos agora alguma coisa a respeito da consciência própria e da direção própria.

3.2.1. Consciência própria. Consciência própria significa mais do que o termo (consciências no sentido em que de ordinário o empregamos. Consciência própria quer dizer o poder que a pessoa tem de estar cônica de si mesma. Este poder de conhecer-se a si mesmo é peculiar a um espírito, a uma pessoa. Tal faculdade não a possui nenhuma outra criatura de Deus. Podem os animais estar cônica de qualquer coisa em derredor deles, mas somente ao homem — digamos melhor, ao espírito — é dado fixar o pensamento em si mesmo e chegar a conhecer-se a si próprio.

Consciência própria não somente quer dizer o espírito cônica de si mesmo, mas também que pode conhecer-se a si mesmo, O homem tem o poder de sondar o próprio ser, pesquisá-lo, até descobrir-se a si mesmo. Pelo poder de pensar é ao homem possível viajar o próprio interior, fazer longas excursões no seu Intimo e assim conhecer-se mais e mais. Se bem que tenhamos mapas do mundo e dos céus, ninguém jamais conseguiu fazer um mapa completo da alma humana, O mundo dentro de nós é vasto, vastíssimo até; mas, graças a Deus, temos o poder de conhecê-lo e este poder é o que denominamos consciência própria.

Os gregos eram, no seu tempo, o povo mais adiantado e de mais ampla cultura, intelectualmente falando. Tudo quanto era dado ao homem conhecer sem o auxílio de Deus, aprenderam-no e conheceram-no os gregos. Muitos filósofos da atualidade ainda se inspiram no pensamento dos gregos e na filosofia grega. O pensamento mais elevado, que representa o ponto culminante da intelectualidade grega, acha-se, talvez, expresso nestas palavras: Conhece-te a ti mesmo,

Reconheceram eles a grandeza da alma humana e, ao mesmo tempo, o poder que o homem tem de conhecer-se a si mesmo; mas nem eles, nem qualquer outro povo, conseguiram jamais traçar um mapa pelo qual se estudassem as misteriosas profundezas da alma humana. À grande tarefa se propuseram os gregos. Só uma há que a excede, é a tarefa de conhecer a Deus. Constantemente ficamos surpresos diante das coisas novas que, a cada passo, aprendemos de nós próprios. Há vastas regiões no interior da nossa alma, ainda desconhecidas; mas, graças a Deus, tem o homem o poder de conhecer a si mesmo e os segredos mais profundos de sua personalidade. A consciência própria é, portanto, um dos poderes mais preciosos dos que constituem um espírito pessoal.

A consciência própria é perfeita em Deus. Deus conhece a si mesmo o mais perfeitamente possível. Ele conhece o seu ser interior e exteriormente, em todas as relações imagináveis. Nunca houve, nem há e jamais haverá surpresa alguma para Deus em relação a si mesmo. Ele conhece a sua própria mente, o próprio coração, a própria vontade. Deus sabe o que era, o que é, e o que há de ser. O conhecimento que Deus tem de si mesmo é perfeito.

Um espírito pessoal é, então, um ser constituído dos poderes de saber, querer e sentir, que tem, ademais, o poder de conhecer-se a si mesmo.

3.2.2. Direção própria. A segunda qualidade ou característica de um espírito pessoal é direção própria. Este poder baseia-se no de conhecimento próprio, que acima discutimos. Como há de alguém ter direção própria, se não se conhece a si mesmo? Só um ser que se conheça a si mesmo é que está em condições de dirigir-se, de ter direção própria. Não pode dirigir bem um automóvel, ou uma locomotiva, quem não conheça bem o seu maquinismo. Assim é a própria pessoa.

Direção própria quer dizer que a pessoa se dirige a si mesma e não é dirigida por outrem, como o automóvel e a locomotiva o são. Direção própria quer dizer que a pessoa é *autônoma*, e não *autómata*: é um automóvel que não precisa de chofer. Tudo o que é necessário à direção própria acha-se dentro da própria pessoa. Não é mister coisa alguma de fora a quem queira dirigir-se a si mesmo.

Devemos notar que estamos discutindo aqui o poder de direção como um dos elementos de que se constitui o homem, e não o poder que se acha na vida moral de qualquer pessoa.

A direção própria em Deus é uma bênção absoluta. Nenhuma circunstância exterior determina ou influi nos planos ou nos atos de Deus. Nele mesmo está o motivo e a explicação de tudo o que faz. Para explicar-se um ato de um homem, é muitas vezes necessário que se tomem em consideração muitas circunstâncias de fora que exercem influência na sua decisão. Não é assim com Deus. O motivo e a explicação de tudo quanto ele faz está nele mesmo. Jesus diante de seus algozes é um exemplo disso. Ele nunca perdeu a serenidade e a direção própria. «Se alguém vos bater numa face, virai-lhe também a outras, disse ele. Estas suas palavras aplicam-se perfeitamente ao assunto que estamos considerando.

Se por um pouco considerarmos a direção própria no homem, adquiriremos idéia mais perfeita da glória e da sublimidade da direção própria de Deus. O poder que tem o homem de dirigir-se é naturalmente limitado. A direção própria no homem não é absoluta. Há muitas circunstâncias exteriores que influem nos seus atos e na direção que dá à vida.

No Salmo 1 exorta-nos o Salmista a que não nos deixemos dirigir pelo conselho dos Ímpios. Bem-aventurado o varão que não anda no conselho dos ímpios, nem está no caminho dos pecadores, nem se assenta no assento dos escarnecedores (Salmos 1:1). Ninguém deve entregar a direção de sua própria vida às coisas ou circunstâncias que o rodeiam, porque o poder de direção própria indica que o homem é superior ao meio em que vive. Não devemos, por isso, rebaixar-nos ao ponto de entregar a direção da nossa vida a outra qualquer pessoa, ou coisa, ou circunstância. Infelizmente é o que muitas vezes sucede: o homem é dirigido, ao invés de dirigir-se a si mesmo.

Temos muitos exemplos de homens que são dirigidos: o alcoólatra é dirigido pelo apetite de beber; o jogador, pelo lucro vil; o adúltero, pela paixão; o assassino, pelo ódio; e assim todos estes e muitos outros estão escravizados e subjugados pelos vícios ou pelos sentimentos baixos que envilecem o homem. Jesus disse que aquele que comete o pecado é servo do pecado. «Em verdade, em verdade vos digo que todo aquele que comete pecado é servo do pecado. (João 8:34). A tentação de Jesus, no tocante a este assunto, é muito interessante. O diabo fez tudo o que lhe era possível por desviá-lo do caminho e dar-lhe nova direção na vida, mas Jesus resistiu-lhe e deu à sua vida a direção que achou melhor.

Quantas vezes o homem se torna menos semelhante a Deus pelo fato de ser dirigido, ao invés de dirigir-se a si mesmo! pela perda desta direção própria que o homem se aproxima mais e mais dos brutos, sem, no entanto, chegar a ser um deles.

Vimos que a direção própria no homem é muito falha, muito imperfeita, muito falível. Muitos homens há completamente escravizados, O homem natural é como aquele rei da antiguidade, atado ao carro do seu vencedor: prendem-no o vício e o pecado, e o levam acorrentado. Em Deus, porém, não é assim. A sua direção própria é absolutamente perfeita. Nada há fora que lhe modifique a direção da vida. Há nele, na sua própria Pessoa, motivo e explicação para tudo quanto faz. Deus, e somente Deus, se dirige a si mesmo numa perfeição absoluta.

Concluimos, então, que Deus é Espírito Pessoal, porque tem o poder de pensar, sentir, querer, e porque tem o poder de conhecer-se a si mesmo perfeitamente e de dirigir-se soberanamente. Os seus pensamentos são altíssimos, os seus sentimentos puríssimos, a sua vontade santíssima, o seu conhecimento de si mesmo pefeitíssimo, a sua direção própria absoluta. Portanto, Deus é Espírito Pessoal Perfeito.

4. O CARÁTER DE DEUS — Deus É Espírito Perfeitamente Bom

A segunda parte do nosso estudo da definição de Deus é a que trata do seu caráter. Definindo o caráter de Deus, dissemos que ele é perfeitamente bom. Façamos algumas considerações em torno desta idéia.

O termo — bom — quando empregado com referência a Deus, não esclarece tudo, porque este vocábulo já perdeu a força da sua significação, devido ao seu uso muito generalizado. Deus não é bom como o homem é bom. A bondade dele é outra, muito diferente. Certo mancebo de qualidade disse uma vez a Jesus:

O termo — bom — quando empregado com referência a Deus, não esclarece tudo, porque este vocábulo já perdeu a força da sua significação, devido ao seu uso muito generalizado. Deus não é bom como o homem é bom. A bondade dele é outra, muito diferente. Certo mancebo de qualidade disse uma vez a Jesus: «Bom Mestre, que farei para herdar a vida eterna?» E Jesus respondeu, dizendo: «Por que me chamas bom? Ninguém há bom, senão um, que é Deus» (Lucas 18:18, 19). É no sentido em que Jesus empregou essa palavra, e não no sentido em que a usou o mancebo, que vamos estudar o caráter de Deus. Bom como Deus não há ninguém. Este termo «bom», segundo a idéia de Jesus, fala de uma excelência moral elevada, muito além de tudo quanto um coração bom aprova.

Quando se aplica o termo «bom» a uma pessoa, não se faz referência a uma só qualidade, mas a todas que ela possui. Da mesma maneira, quando o aplicamos a Deus, referimo-nos a todas as excelências morais do seu caráter.

Não há entre os homens uma pessoa tão boa quanto deveria ser. Mas assim não é com Deus, a quem atribuímos tudo o que é bom, todas as qualidades morais que podem exornar um espírito. A sua bondade não se mistura com o mal, nem é suscetível de alguma falha. O .bom em Deus é perfeito: nada há de mais nem de menos em seu caráter. Deus não é bom para alguns e mau para outros. Ele é o mesmo para todos e em tudo: na sua essência, na sua natureza, no seu coração, nos seus desejos, nos seus planos, nos seus atos, nos seus pensamentos mais íntimos; enfim, Deus é bom em tudo.

Os melhores homens são, não raro, bons só em certas relações:

alguns para a família, outros para a pátria, e ainda outros para o amigo. Deus, porém, é bom para todos, até mesmo para os seus inimigos — os pecadores. Partindo da mais alta idéia que se pode fazer da bondade mais elevada da raça humana, temos de ele. var-nos muito ainda para alcançamos a idéia da bondade de Deus, porque é bondade que ultrapassa a toda imaginação humana. Não há realmente comparação entre a bondade divina e a humana; há, antes, um frisante contraste. Não há ninguém bom Como Deus.

.A idéia da bondade perfeita de Deus é o âmago da revelação cristã. No Velho Testamento não transparece tanto a bondade de Deus como no Novo Testamento. Muitas vezes era necessário que Deus se revelasse

dum modo imprevisto e um tanto rude ao povo da antiguidade, tal como vemos por ocasião do dilúvio; mas na revelação cristã do Novo Testamento depara-se-nos a manifestação suprema da bondade perfeita do Criador.

A própria natureza nos ensina alguma coisa acerca da bondade de Deus; é, porém, na vida, no caráter e na morte de Jesus que temos dela a expressão máxima, a expressão mais sublime e gloriosa. Só na vida é que se pode revelar completamente o caráter de Deus. Quem, pois, quiser saber se Deus é bom ou não, deve acompanhar Jesus em seus sofrimentos, em seus trabalhos e em seu sacrifício. Deve procurar compreender a razão da sua morte e a glória da sua ressurreição, porque só em Jesus é que temos plenamente revelada a bondade perfeita de Deus. «Mas Deus recomenda o seu amor para conosco, em que Cristo morreu por nós, sendo nós ainda pecadores» (Romanos 5:8).

Quando se diz que alguém é bom, exprime-se tudo o que é possível a seu respeito, porque o termo «bom» inclui todas as qualidades boas, todos os nobres predicados dum caráter. Dizer que uma pessoa é boa é dizer tudo numa só palavra. É tecer-lhe o mais belo elogio. Assim é quando aplicamos o termo — bom — com referência a Deus; dizer que ele é bom é dizer tudo o que há de sublime a respeito do seu caráter; é resumir todas as suas qualidades, todos os seus predicados numa só palavra. Deus é bom porque possui todas as qualidades boas, e nele estas boas qualidades atingem o mais alto grau de perfeição. Deus não pode ser melhor do que é, e nem é possível imaginar-se outra bondade mais sublime que a sua. É ele a Pessoa ideal, o excelso padrão de toda a excelência moral. Deus é bom como ninguém o é.

5. A RELAÇÃO DE DEUS PARA COM O UNIVERSO — Deus Cria. Sustento e Governa Tudo

5.1. Deus cria tudo. O verbo criar, na vida prática, tem dois sentidos distintos: fazer existir o que nunca existiu, e multiplicar o que já existe. No primeiro capítulo de Gênesis a palavra aparece em ambos os sentidos. «No princípio criou Deus o céu e a terra», isto é, Deus fez existir o que nunca antes existira em forma alguma. Declara-nos também a Bíblia que Deus fez a terra e as águas produzirem, e assim encontramos as duas idéias: a de fazer existir o que nunca existira, e a de multiplicar o já existente. Não nos devemos esquecer jamais de que Deus é o Criador, tanto num como noutro sentido. Tudo quanto existe é criação dele.

Já vimos a primeira idéia da criação no primeiro verso do livro de Gênesis; a segunda idéia temo-la expressa nos versículos 11 e 12, a saber: «Disse Deus; Produza a terra erva verde, erva que dê semente, árvore frutífera, que dê fruto segundo a sua espécie, cuja semente está nela sobre a terra: e assim foi. E a terra produziu erva, erva dando semente conforme a sua espécie, e a árvore frutífera, cuja semente está nela conforme a sua espécie: e viu Deus que era bom.»

Tornam-se necessárias algumas palavras de explicação sobre o modo de Deus criar. Há, em geral, dois extremos opostos no modo de pensar sobre a criação narrada por Moisés no primeiro capítulo de Gênesis. Um dos extremos é o de considerar cada coisa nova que aparece como uma criação distinta, sem relação alguma com a precedente. O outro extremo não é o de fazer existir o que nunca existiu, mas apenas uma evolução ou desenvolvimento daquilo que já existia desde a eternidade. São estes os dois extremos, e ambos errados. Cada um, porém, tem mima parte de verdade. As Escrituras reconhecem os dois processos. A Bíblia ensina que Deus fez existir o que nunca existiu em tempo algum e em forma alguma, e também que ele, na sua obra criadora, fez uso do que lá tinha criado. Deus fez existir o que nunca havia existido, mas, depois de existir pelo ato da criação, fez a terra produzir erva. Deus é o Criador tanto da erva como da terra.

A maior criação, não há contestar, é a do homem. Na formação do corpo humano, Deus aproveitou o pó já existente. Não vamos, portanto, a uni nem a outro extremo da questão, porque a verdade se acha no meio.

Deus criou, e Deus desenvolveu a sua criação. «Todas as coisas foram feitas por ele, e, sem ele, nada do que foi feito se fez. Nele estava a vida, e a vida era a luz dos homens (João 1:3,4). «Porque por ele foram criadas todas as coisas que há nos céus e na terra, visíveis e invisíveis sejam tronos, sejam dominações, sejam principados, sejam potestades: todas as coisas foram criada por ele e para ele» (Col. 1:16). «Porque dele, e por ele, e para ele são todas as coisas; glória, pois, a ele eternamente. Amém» (Romanos 11:36).

5.2. Deus sustenta tudo. Declara-nos a Bíblia que Aquele que criou o universo é também Quem o sustenta. A causa que originou é a mesma que preserva tudo o que foi criado. Uma das maravilhas do universo é a força que o preserva e sustenta. Sabemos que o universo consiste não somente do nosso planeta, mas também de muitos sistemas planetários. Sabemos, ainda mais, que os planetas estão em movimento, girando com precisão jamais atingida por nenhum invento ou engenho humano. Querendo os homens certificar-se da hora exata, consultam o sol. Os planetas não se adiantam nem se atrasam em sua marcha desde os primeiros dias da criação. A prova disso é que os astrônomos podem calcular, com toda a precisão, o dia, a hora e até o segundo em que se vai dar um eclipse, e isto muitos anos antes do seu aparecimento.

O universo é vastíssimo. Há estrelas tão distantes do nosso planetazinho, que, não obstante a sua luz percorrer cinquenta mil léguas por segundo, ainda assim essa luz gasta milhares de anos para chegar à terra.

Ficamos admiradíssimos quando consideramos a força necessária para sustentar e mover os planetas do universo. Para impelir qualquer maquinismo, gasta-se, como temos observado, muita energia; quanta força não é necessária para fazer girar todos os sistemas planetários de que se compõe o universo?! Quanta força há sido gasta desde o primeiro dia? Nunca faltou energia para mover e sustentar os planetas. De onde vem essa força?

Toda a força vem de Deus. Ignoramos a maneira por que ele sustenta em movimento tantos mundos muitas vezes maiores do que o nosso. Afirmamos, porém, que, além da força para sustentar todo o universo, Deus tem ainda os recursos necessários para prover a sua criação de todas as coisas essenciais à sua existência. Como um pai cuida da família, assim faz Deus em relação ao universo. A Bíblia declara-nos que nenhum passarinho cairá por terra sem que Deus o saiba. Diz-nos ainda o Salmista que este mesmo Deus é o nosso Pastor e que, por isso, nada nos faltará.

5.3. Deus governa tudo. Consideremos, a seguir, o fato de que Deus, além de Sustentador, é também o Governador do universo. Deus governa tudo, cetera é razão por que se dá o nome de universo a todos os sistemas de mundos espalhados na imensidade do espaço. Universo, sim, porque obedece à direção dum Governador, que é Deus. Tudo o que existe colima um alvo fixado por este Governador, e não há dúvida alguma de que ele levará a sua criação ao alvo desejado. Para esse fim Deus está dirigindo tudo. Não há planeta errante, sem direção, porque todos eles obedecem a um plano fixado por Deus, o Criador, Sustentador e Governador de todas as

coisas. Para o homem bom, o pensamento de que Deus governa tudo deve ser de grande consolação. Ensina-nos a Bíblia que Deus governa tudo. Entre outras passagens, devemos ler o Salmo 105:13-22, que diz: «Quando andavam de nação em nação e dum reino para outro povo, não permitiu a ninguém que os oprimisse, e por amor deles repreendeu os reis, dizendo: Não toqueis nos meus ungidos, e não maltrateis os meus profetas. Chamou a fome sobre a terra, quebrantou todo o sustento do pio. Mandou perante eles um varão, José, que foi vendido por escravo; cujos pés apertaram com grilhões: foi metido em ferros; até o tempo em que chegou a sua palavra; a palavra do Senhor o provou. Mandou o rei, e o fez soltar; o governador dos povos, co soltou. Fê-lo senhor da sua casa, e governador de toda a sua fazenda; para sujeitar os seus príncipes a seu gosto, e instruir os seus anciões.

6.O MOTIVO DE DEUS EM REL4 ÇÃO À CRIAÇÃO — O Motivo de Deus É Santo Amor

Deus, em santo amor, criou, sustenta e governa tudo. O motivo de Deus em todas as suas ações é santo amor, como já ficou dito quando discutimos a perfeição do seu caráter. Desejamos aqui enfatizar mais este motivo de Deus em sua obra criadora, porque a nossa idéia de Deus depende, em parte, do motivo (jur lhe atribuímos nas suas atividades. O motivo é que nos certifica da perfeição da sua bondade. Mas a idéia cristã de Deus inclui e acentua o seu motivo. Cristo, na sua vinda À terra, revelou, em termos claros e precisos, o motivo de Deus relativamente à sua criação. «Porque Deus amou o mundo de tal maneira, que deu seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna» (João 3:16).

A nossa definição estabelece que o motivo de Deus, todos os seus atos, é santo amor. Há amores que não são santos, e nem podem ser santificados; amores cujos motivos não são dignos, não são justos. Há motivos interesseiros e amores que levam a alma à destruição e à ruína completa. Assim não é, porém, o amor de Deus, porque o amor de Deus é santo; isto é um amor de acordo com o seu caráter perfeito. O amor de Deus em nenhum ponto está em contradição com a sua natureza de perfeita bondade. É o amor santo de um caráter santo. O santo amor de Deus significa a identificação da sua bondade com o desejo ardente de melhorar a criação. Por causa deste amor santo, é da vontade de Deus que haja o melhor universo possível e o mais perfeito desenvolvimento da sua criação. Quando Deus criou o universo, o seu amor não deixou passar despercebidas a necessidades da criação. É por isso que afirmamos que Deus em santo amor. criou o universo, em santo amor sustenta o universo e em santo amor governa o universo.

Há, talvez, quem diga que o universo não prova que foi criado e que está sendo sustentado e governado em santo amor. Dizem que, na observação das coisas que nos rodeiam, vê-se que o universo não revela o santo amor de Deus quanto à sua criação, nem quanto à forma por que está sendo dirigido e governado. Estas observações, porém, demonstram-se imperfeitas e superficiais, e, mais ainda, evidenciam-se parciais; porque, tirante o próprio homem e a influência que ele exerce, tudo o mais que existe no universo prova o santo amor de Deus. Respondendo aos que criticam este asserto, diremos que o cristianismo não aprendeu esta verdade apenas do universo físico, mas também de Jesus. Ele foi quem ensinou que Deus em santo amor criou, sustenta e governa tudo. O cristianismo alimenta a esperança de que há de chegar o dia em que o universo inteiro, inclusive o homem, há de confirmar esta verdade, e certamente isto acontecerá.

Não nos devemos esquecer de que o plano do universo é muito grande, é mesmo imenso; e, devido a isto, o que parece defeito, talvez seja tido como elemento de perfeição quando seja encarado do ponto de vista do conjunto, isto é, total. Os que só vêem mal no universo estão, mais ou menos, nas mesmas condições daqueles três cegos que quiseram conhecer o elefante; o primeiro, ao apalpá-lo, tocou casualmente na cauda, e concluiu que o elefante é um animal muito delgado e comprido; apalpando-o do lado, o segundo cego, asseverou que o elefante era semelhante a uma parede; o terceiro, que tateou a cabeça, julgou-o arredondado. Começaram depois a comentar a forma do mamífero-monstro, dizendo cada qual a verdade conforme o seu conhecimento; mas a idéia que todos tinham dele era muito imperfeita, por isso que parcial, unilateral. Assim somos nós e são nossas idéias relativamente ao universo. Parece-nos a nós, cá do nosso cantinho, que não há amor na criação, nem na direção do universo. Jesus, porém, que conhece todo o plano e vê todas as coisas em seu conjunto, disse que amor santo é o grande motivo de Deus, é o seu grande móvel em criar, sustentar e dirigir o universo. «Porque para mim tenho por certo que as aflições deste tempo presente não são para comparar com a glória que em nós há de ser revelada. Porque a paciente expectativa da criatura espera a manifestação dos filhos de Deus. Porque a criatura está sujeita à vaidade, não por sua vontade, mas por causa do que a sujeitou, na esperança de que também a mesma criatura será libertada da servidão da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus. Porque sabemos que toda criatura juntamente geme e está com dores de parto até agora. E não só ela, porém nós mesmos, esperando

a adoção, a saber, a redenção do nosso corpo. Porque em esperança somos salvos. Ora, a esperança que se vê não é esperança porque, o que alguém vê, como o esperará?» (Romanos 8:18-24).

Esta é a idéia cristã de Deus. Deus é Espírito Pessoal, perfeitamente bom, que em santo amor cria, sustenta e governa tudo.

A DOCTRINA DE DEUS

2.2 — OS ATRIBUTOS DE DEUS

1. Considerações Preliminares

2. Atributos Naturais Que Se Baseiam no Seu Modo de Proceder

2.1. — Onipresença

2.2. — Onisciência

2.3. — Onipotência

2.4. — Unidade

2.5. — Infinitude

2.6. — Imutabilidade

3. Atributos Morais

3.1. — Santidade

3.2. — A Justiça de Deus

3.3. — Amor-

4. Santidade e Amor

OS ATRIBUTOS DE DEUS

I. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Segundo a idéia cristã, Deus é Espírito Pessoal. Deus possui, portanto, os poderes essenciais a um espírito, que são: pensar, querer e sentir. O ser que se compõe destes poderes pessoais tem certo modo de proceder e certas qualidades morais. Quais são, então, estes modos de proceder e estas qualidades morais que vamos atribuir a este Deus que é Espírito Pessoal? As coisas que atribuímos a este Ser chamam-se atributos.

Atributo, pois, é uma qualidade atribuída a um ser que existe. Os atributos de Deus são: modos de atividade e qualidades do seu caráter.

Devemos ter cuidado para não confundir os elementos componentes deste Ser com os seus atributos, porque são coisas diferentes. Os elementos componentes constituem o ser; os atributos revelam o ser.

Deve-se notar, então, que os atributos não são Deus, mas do os modos e as qualidades dele. A laranja, por exemplo, é doce e redonda, mas as qualidades de doçura e redondeza não constituem a laranja, porque são apenas o modo de sua existência e a sua qualidade. O homem anda, fala e trabalha, porém, o andar, o falar e o trabalhar não constituem o homem, senão a maneira de suas atividades. Assim é com referência aos atributos que lhe representam os modos de proceder e as qualidades morais.

Segundo a nossa definição, Deus é Espírito Pessoal perfeitamente bom, que em santo amor criou, sustenta e governa tudo; mas não podemos dizer que ele é onisciência, onipresença, etc., porque isto não representa senão o modo de ele agir. Os poderes necessários á existência desse Espírito Pessoal não são atributos. Por exemplo, o poder de saber não é atributo de Deus, porque é essencial a um Espírito Pessoal. Onisciência, porém, é atributo, porque é uma maneira de Deus saber. O poder de amar não é atributo de Deus, porque, sem amar, Deus não sena Espírito Pessoal, mas o amor que representa a maneira de se manifestar esta natureza é atributo. A vontade não é atributo; a santidade, porém, que é uma das maneiras por que se manifesta a vontade na ação, é um atributo de Deus. Deus existe como um Espírito Pessoal e os seus atributos lhe são inerentes, porque representam o seu modo de proceder e as suas qualidades morais.

Este Ser divino, que possui atributos, possui também personalidade e vida. Definimos já o termo «personalidade», e agora queremos chamar a atenção para o fato de que Deus é vivo e é a fonte da vida. A vida é indefinível, mas ao mesmo tempo é bem conhecida por suas manifestações. A Bíblia ensina que o nosso Deus é um Deus vivo e que é a fonte da vida. «Mas o Senhor Deus é a verdade; ele mesmo é o Deus vivo e o Rei eterno; do seu furor treme a terra, e as nações não podem suportar a sua indignação. Assim lhes direis: Os deuses, que não fizeram os céus e a terra, desaparecerão da terra e de debaixo deste céu. Ele fez a terra pelo seu poder; ele estabeleceu o mundo por sabedoria, e com a sua inteligência estendeu os céus» (Jeremias 10:10-12). «Porque como o Pai tem a vida em si mesmo, assim deu também ao Filho ter a vida em si mesmo» (João 5:26).

Este Deus vivo, portanto, é um Deus que tem existência própria, isto é, tem em si mesmo a fonte de vida. A razão de ser da vida está na própria Pessoa de Deus. Não houve quem originasse a vida em Deus, e também não há quem lha possa tirar, porque ele tem existência própria. Ele é eterno; é desde a eternidade até a eternidade. «Antes que os montes nascessem, ou que tu formasses a terra e o mundo, sim, de eternidade em eternidade, tu és Deus» (Salmos 90:2).

Na revelação cristã vemos que os atributos de Deus se acham encarnados e manifestos em Jesus Cristo. Mas, se bem que estejam revelados em Jesus e na Bíblia muitos dos modos de Deus proceder, devemos, contudo, ter sempre em mente que as Escrituras não nos revelam tudo a seu respeito. Precisamos também aprender da natureza, porque, sendo Deus o Criador de tudo, claro está que a natureza muito nos pode ensinar a seu respeito. Tudo é obra de Deus e tudo, portanto, pode falar-nos a respeito dele.

Podemos classificar os atributos de Deus do seguinte modo:

2. ATRIBUTOS NATURAIS

2.1. Onipresença. Por onipresença não se deve entender que Deus enche o espaço como faz o universo. A relação de Deus com o espaço não é a mesma que existe entre este e a matéria. E, por conseguinte, não devemos afirmar que Deus está presente em toda parte como o universo está em alguma parte. Sendo Deus

Espírito, não ocupa espaço. Só a matéria ocupa espaço. Se a idéia da onipresença de Deus se baseasse na relação da matéria com o espaço, estaríamos completamente errados, porque Deus não enche o espaço, como a matéria. Se assim fora, teríamos de julgar a Deus, em seu modo de existência, maior do que o universo. A idéia de que Deus está distribuído por todo o espaço, como a atmosfera, é errônea. Tal idéia pertence ao materialismo, e não ao cristianismo. O espaço não existe para Deus.

Não devemos julgar que Deus está dentro de tudo. Há quem interprete a onipresença de Deus como se ele estivesse em tudo. Esta idéia, porém, semelhante á primeira, é errônea, não é cristã, mas panteísta. Os materialistas dizem que Deus enche tudo; os panteístas, que ele está em tudo. Se Deus estivesse dentro de tudo, teriam todas as coisas vida divina. O livro, o móvel, a máquina, tudo teria vida divina. Sabemos que não é assim.

Se Deus não ocupa espaço nem habita na matéria, como pode ser onipresente? A fim de ser onipresente não é necessário que Deus esteja difundido por todo o espaço, nem que esteja habitando na matéria. Segundo a Bíblia, não têm razão de ser o materialismo e o panteísmo.

A verdadeira idéia da onipresença de Deus é que ele age com a mesma facilidade com que pensa e quer, porque para Deus não há espaço nem tempo. Para agir, Deus não tem necessidade de ir de um para outro lugar, assim como não temos nós necessidade de ir a certo lugar para pensarmos nele: podemos pensar nele estando muito longe. Para o nosso pensamento não existe espaço nem tempo. Deus está, como já sabemos, tão relacionado com tudo que, havendo necessidade de agir, ele o faz sem qualquer trabalho. Não há lugar distante para ele; ele é qual um centro dum círculo: tem a mesma relação para com todos os lugares. Devido à sua relação com tudo, Deus acha-se em condições de agir instantaneamente em qualquer parte, comunica-se imediatamente com todo o universo. Para o seu poder de ação não há considerações de tempo nem de espaço, como não há, igualmente, para o seu poder de pensar e querer.

A onipresença de Deus é uma presença frutífera, produtora e econômica. Quando Jesus multiplicou os pães e os peixes, saciada a multidão, ordenou ele fosse recolhido o que sobejava, ensinando, desta maneira, uma lição de economia. Assim é a presença de Deus. Não devemos pensar a respeito dela como se espalhada por toda parte do universo, mas, sim, que Deus está relacionado com tudo, que não somente presencia todas as coisas, mas pode socorrer a todos os que estiverem necessitados. Deus não está num lugar se lá não houver necessidade dele; onde, porém, for necessária a sua presença, aí ele se encontra em toda a sua personalidade. Deus não se divide nem se desdobra. A sua onipresença não exige tamanho sacrifício. Como o homem está em qualquer parte do seu corpo, Deus está presente em qualquer lugar onde haja necessidade dele. Jesus acentuou o lado prático desta doutrina quando disse: «Onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles» (Mateus 18:20). Em toda a criação, onde quer que exista alguma coisa que dependa de Deus (e tudo depende dele, sabemos), lá está ele presente em toda a sua personalidade. Não há fugir a esta presença de Deus. «Para onde me irei do teu Espírito, ou para onde fugirei da tua face? Se subir ao céu, tu aí estás; se fizer no inferno a minha cama, eis que tu ali estás também. Se tomar as asas da alva, se habitar nas extremidades do mar, até ali a tua mão me guiará e a tua destra me susterá» (Salmos 139:7-10). «Esconder-se-ia alguém em esconderijos, de modo que eu não o veja? diz o Senhor: porventura não acho eu os céus e a terra? diz o Senhor» (Jeremias 23:24).

Qualquer criatura, esteja onde estiver, pode gozar da presença de Deus. Deve consolar o nosso coração esta grande e valiosa verdade. Muitos povos têm um Deus local; o nosso Deus, porém, é tanto universal como local, e tanto local como universal. Deus é onipresente.

2.2. Onisciência. A onisciência é companheira inseparável da onipresença. Deus é onipresente porque presencia tudo. Não há nem pode haver surpresas para Deus. Como em sua onipresença não há espaço, também em sua onisciência não há desconhecido. Deus sabe todas as coisas que podem ser conhecidas e

nada há que ele não saiba explicar. O que é a vida, a eletricidade, a lei da gravitação, a essência da personalidade, tudo são coisas fáceis a Deus, por isso que ele é conhecedor perfeito da natureza de todas as coisas existentes. Não há segredo para ele, porque é a fonte da vida, o Criador da eletricidade, o Autor da lei da gravitação, etc. Deus não ignora até as coisas mais íntimas da nossa vida. Nada há que se esconda à sua onisciência. «E até mesmo os cabelos da vossa cabeça estão todos contados» (Mateus 10:30).

A doutrina da onisciência é essencial a uma religião verdadeira, porque, se Deus não soubesse dirigir o universo, se não soubesse ensinar o plano da salvação e responder às nossas súplicas, seríamos as mais infelizes de todas as criaturas. Deus, porém, nunca se achou e jamais se achará em condições embaraçosas que lhe dificultem a ação. «Porque o vosso Pai sabe o que vos é necessário, - antes de vós lho pedirdes» (Mateus 6:8). Não há parte alguma em que a criatura não esteja na sua presença, e não há nada necessário ao bem-estar de todas as coisas que ele não possa prover, não saiba providenciar. Deus sabe e pode fazer o necessário para levar toda a criação ao alvo destinado por ele mesmo.

Quase sempre temos diante de nós problemas difíceis, para os quais não nos surge solução; mas para Deus não há problema: ele não só tem o poder de agir, mas também sabe agir de maneira que todos os problemas desapareçam. O conselho de Deus, devido à sua onisciência, é um conselho perfeito, e não falha em nossas vidas.

Assim como não há espaço para a onipresença, também não há para a onisciência. A nós só ocorrem lembranças do passado; para Deus, porém, tanto o passado como o futuro constituem uma só lembrança. A profecia, para o homem, é aquilo que ele espera ver; mas para Deus é aquilo que ele já viu. Desde o princípio, antes mesmo dos primórdios da raça, ele viu a cabeça da serpente ferida pelo homem e o calcanhar da humanidade ferido pela serpente. Deus não é como o homem, que aprende pela experiência ou pela observação, porque todo o presente, todo o passado e todo o futuro estão diante dele. O que Deus sabe, não o soube em tempo algum, visto que para ele não existe tempo; não há passado nem futuro — tudo lhe é presente.

Deve-se notar que, em toda a nossa discussão a respeito dos atributos de Deus, estamos falando daquilo que ele é, e não daquilo que ele pode ser. Este assunto, a onisciência de Deus, não cogita tanto do que ele pode saber quanto do que sabe. Perguntam, por exemplo: «Sabe Deus se hoje estou de meias brancas? gravata preta? ou de que modo me penteio? etc.» São perguntas pueris, interrogações sem importância e que até ridicularizam a doutrina. Não duvidamos de que ele saiba todas estas coisas, mas não há razão para afirmarmos que as sabe. Ele tem ciência de tudo o que, de algum modo, influi na vida e marcha do universo.

Há, em relação à onisciência de Deus, uma consideração a notar-se, a qual é: Se Deus conhece tudo de antemão, não vem este fato ferir o princípio da liberdade do homem? Por exemplo, sabendo Deus que certa pessoa morrerá no dia 6 de agosto, será possível àquela pessoa morrer antes? Sim pode; Deus, porém, já sabe de todas as probabilidades que podem ocorrer na vida da referida pessoa. Pode morrer antes, mas Deus sabe que ela não vai morrer antes. A presciência, portanto, não anula a liberdade do homem. Deus sabe de tudo quanto possa suceder e de tudo o que sucede, sem, de forma alguma, tolher ao homem a liberdade. O homem sem liberdade não é homem. Por isso Deus não tolheu a liberdade humana, mesmo quando previa o triste acontecimento da queda.

Certa vez um ardiloso macaco pegou dum serrote, subiu a uma árvore, assentou-se na ponta do galho e começou a serrá-lo, entre si e a base do galho. Dentro de alguns minutos lá foram ao chão o macaco, o galho quebrado e o serrote. Ora, teria sido fácil a qualquer ente humano prever a queda do símio, mas a previsão ou presciência não teria tolhido ao macaco a liberdade de ação, nem teria evitado a queda, nem tampouco poder-se-ia considerá-la (a presciência) como responsável pela queda, ou a causa da mesma.

A presciência, de certa maneira, é possível até ao homem, pelo conhecimento que possui das coisas. Conhecendo um homem mau ou bom, podemos, de antemão, saber qual seria seu proceder ou postura diante desta ou daquela circunstância.

Conhecendo Deus todas as condições, pode saber o que vai acontecer, sem tirar, contudo, a liberdade de ação a qualquer criatura. Para ouvir a palavra de Deus sobre o assunto podemos consultar os seguintes passos da Bíblia: Salmos 147:4, Romanos 11:33 e Neemias 4:13.

2.3. Onipotência. Aprendemos, pela definição dada, que Deus é Espírito Pessoal, perfeitamente bom, criador, sustentador e governador de todas as coisas. Há, pois, em Deus, duas formas de onipotência: onipotência moral, que se refere a ele próprio, e física, que se relaciona com a criação. Considera-se, geralmente, a onipotência de Deus só do ponto de vista das suas relações para com o universo, mas desta maneira não teremos uma idéia verdadeira nem do valor nem da glória da onipotência de Deus.

A feição mais nobre e elevada da onipotência divina é a feição moral. Façamos algumas considerações sobre ambas: a moral e a física.

O que entendemos pela «onipotência moral» é que Deus é tão poderoso que não pode praticar o mal, e nem sequer pode ser tentado. Devido à sua onipotência moral, ele não pode mentir, enganar, -nem deixar de cumprir as suas promessas, nem pode praticar qualquer ato que discorde da sua natureza moral. Praticar o mal é ser fraco; é carência de poder moral. Quem pratica o mal é por ele vencido e dele torna-se escravo. Deus, porém, não é assim, pois tem o poder de não praticar o mal e nem mesmo pode ser por ele tentado. Que poder maravilhoso!

Consideramos já a onipotência moral negativamente; consideremo-la agora do lado positivo, porque a idéia inclui não só o poder de abster-se do mal como também de praticar o bem. Não há bem que Deus não possa fazer, isso em razão de sua onipotência. Em Romanos 7:15, diz Paulo: «Porque o que faço não o aprovo; pois o que quero isso não faço, mas o que aborreço isso faço.» Eis a linguagem, a expressão de um ser em tudo impotente. Mui diversa é a linguagem divina: «Faço o que aprovo e o que não quero não faço». E bem difícil fazer sempre o que devemos; é tão difícil, que ninguém o faz senão Deus, que tudo pode. Precisamos, muitas vezes, de mais coragem para realizar o bem do que para enfrentar os maiores inimigos físicos. Para Deus, porém, não há tal dificuldade. Nunca vacilou diante do dever. Pratica o bem com maior facilidade do que o diabo pratica o mal.

A onipotência moral de Deus quer dizer, pois, que ele tem o poder de não praticar nenhum mal, e praticar todo o bem que deseja. Que poder maravilhoso!

Mas aprendemos, da definição dada anteriormente, que Deus é o Criador, o Sustentador e o Governador de todas as coisas. Deus é, por isso, onipotente também em relação ao universo. O fato de haver criado todas as coisas é prova suficiente e incontestável desta onipotência física, porque se ele tem poder de criar uma, pode, naturalmente, criar mil coisas. Na criação tem ele a chave do segredo de todas as coisas.

Sustentar é mais fácil do que criar, e se Deus tem o poder de criar, logo, tem o de sustentar aquilo que criou. O mesmo sucede em relação a seu governo. Deus tem o poder de sustentar a sua criação e também de dirigi-la. Lembremo-nos, contudo, de que só por uma compreensão clara da magnitude do universo é que poderemos chegar ao alcance da verdadeira onipotência de Deus em relação às coisas criadas. Sabemos que o universo é vastíssimo; contudo, não é mais vasto do que o poder de Deus.

Não devemos esquecer-nos de que a onipotência moral é a mais elevada forma da onipotência divina. Verdade é que a sua onipotência manifestada no universo físico está muito além da nossa imaginação;

porém, acima de tudo o que já conhecemos, e até do que ainda estamos por conhecer, para a magnitude da onipotência moral de Deus.

2.4. Unidade. Somados, os atributos de Deus nos dão uma idéia de sua unidade, porque, na onipresença temos o Espírito de Deus presente em todas as coisas; na onisciência temos a Mente Divina oncompreensiva, conhecendo todas as coisas; na onipotência temos um só poder dirigindo tudo, assim no reino físico como no reino moral. O Deus vivo é, portanto, um Ser único que se manifesta nos diferentes modos de sua existência.

2. 5. Infinitude. Revelam-nos ainda mais, estes atributos, a infinitude de Deus. Deus é onipresente porque não pode haver limites à sua presença; é onisciente porque a sua sabedoria se estende sobre todas as coisas, e é onipotente porque, pelo seu poder, guia e dirige o mundo, que é infinito. E assim que chegamos à idéia da infinitude de Deus e concluímos dizendo: Deus é infinito.

2.6. Imutabilidade. É este outro atributo que devemos mencionar. Significa que não há em Deus mudança nenhuma. Ele não muda de propósito, de pensar, nem de natureza. É sempre o mesmo Espírito Pessoal perfeitamente bom. Age sempre pelo mesmo motivo; santo amor. Não se pode notar em Deus nenhuma variação; ele é imutável. «Toda boa dádiva e todo dom perfeito vem do alto, descendo do Pai das Luzes, em Quem não há mudança nem sombra de variação» (Tiago 1:17).

E de bom aviso não confundir imutabilidade com imobilidade; são coisas mui diferentes. A Bíblia não ensina que Deus é imóvel. Imobilidade refere-se a coisas físicas e não morais. Deus não é imóvel qual estátua, porém é imutável em seus pensamentos, em seus motivos e em seus planos.

Discutidos os atributos naturais que representam as diferentes maneiras das atividades de Deus, passemos agora aos que tratam das qualidades do seu caráter, os quais são, às vezes, denominados atributos morais, por se referirem às qualidades do seu caráter.

3. ATRIBUTOS MORAIS

3.1. Santidade. A santidade é a plenitude gloriosa da excelência moral de Deus, princípio básico de suas ações e aferidor único e verdadeiro de suas criaturas.

3.1.1. A santidade em relação a Deus. A santidade é a perfeita bondade de Deus, ou, em outras palavras é a soma de todas as suas qualidades morais. Deus é perfeitamente bom e possui todas as excelências morais, sem defeito algum. Deus está cheio de bondade, como o sol está repleto de luz. A santidade em Deus não representa uma qualidade só, mas a soma de todas elas. Diminuir, portanto, a bondade de Deus, é torná-lo menos santo. Deus possui, como já dissemos, todas as qualidades que se podem encontrar num ser moral. Nele todas as qualidades estão perfeita e harmonicamente distribuídas. A sua santidade é o resultado destas qualidades morais.

Mas a idéia da santidade de Deus não ficará completa sem que se inclua nela a ação de Deus, porque é necessário que os atos de uma pessoa condigam com o seu caráter. A idéia do caráter de perfeita bondade de Deus temos de acrescentar a de que todas as suas ações concordam sempre de maneira perfeita com o seu caráter, com os sentimentos mais Íntimos do seu coração. Resumindo: o que Deus faz nunca desmente o que ele é. O homem não é assim; quantas vezes faz o que não aprova e perpetra ações que ele próprio condena, por não estarem em conformidade com o seu caráter nem condizerem com os sentimentos mais Íntimos do seu coração! Há atos na vida do homem que o desmentem quanto ao seu ser," quanto as qualidades da sua alma. Deus, porém, nunca faz qualquer coisa que não esteja em plena conformidade com o seu caráter bondoso.

A santidade envolve duas idéias: uma, a de que ele é perfeitamente bom; outra, a de sua fidelidade, própria de todos os seus atos. Os atos de Deus são perfeitos, porque concordam com o seu caráter perfeito. Nestes dois fatos revelados Deus quer que nós, homens, aprendamos que ele é santo no seu caráter mais Íntimo, e que os seus atos são perfeitos, por isso que concordam com uma natureza perfeita. Deseja, ainda mais, que saibamos que a santidade é o padrão, a medida, o aferidor tanto para ele próprio como para as suas criaturas. «Sede vós, pois perfeitos como perfeito é o vosso Pai que está nos céus» (Mateus 5:48).

A santidade é, pois, a soma de todas as excelências de Deus. E é também o aferidor pelo qual se ajustam o caráter do próprio Deus e o nosso.

3.1.2. A santidade de Deus em relação ao homem. Podemos, em torno desta segunda subdivisão do nosso tópico (SANTIDADE), expender as seguintes considerações:

a. A santidade determina o alvo de Deus. Sim, a santidade determina o alvo para onde Deus tem em vista conduzir o universo. Sendo Deus perfeitamente bom, não podia ter em vista qualquer outra coisa que produzir bondade perfeita em sua criação. Em outras palavras, Deus quer tornar a raça à sua imagem. Com este fim criou o universo e com este fim governa-o e o dirige. Um Deus santo não pode ter um fim menos digno, menos glorioso do que produzir criaturas santas. A santidade de Deus, então, marca, assinala e fixa o alvo que deve ser atingido pela criação. É interessante fazer um estudo acurado de todos os acontecimentos da história para ver como Deus tem dirigido e orientado tudo para esse alvo glorioso e supremo. Todas as coisas que sucedem, até as que reputamos mais desastrosas, concorrem, de algum modo, para aproximar a criação daquele fim sublime por Deus mesmo colimado — tornar a raça à sua semelhança, em santidade. «E sabemos que todas as coisas contribuem juntamente para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados por seu decreto» (Romanos 8:38).

b. Deus exige santidade. Desde que a santidade determina o fim da criação, concluímos que Deus exige que sejam santos e bons todos os seres capazes de santidade e bondade. «Sede vós, pois, perfeitos, como é perfeito o vosso Pai que está nos céus.» Deus não pode ter dois padrões ou duas medidas, uma para si mesmo e outra para a sua criação, porque o fim da criação é aquilo que Deus é. Ele tem que julgar por uma só medida. A bondade é o aferidor que Deus usa para si mesmo e para tudo o que faz, e bondade será também a mesma medida que usará em relação ao homem e seus atos.

Deus é santo e exige que sejamos santos como ele o é. Isto não significa que a santidade do homem seja perfeita como é em Deus, porque o homem é finito. O apóstolo Paulo, no capítulo 7 de sua Epístola aos Romanos, discute amplamente esta questão. Há no crente o querer, mas nem sempre o efetivá-lo. O homem não pode ser santo como Deus, senão no seu querer. Dependendo de si mesmo, o homem só poderia esperar a condenação diante da santidade de Deus. Há, porém, Um em Quem podemos esconder-nos, Um cuja justiça nos salvará da condenação: este é Jesus Cristo. «Assim que agora nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus, que não andam segundo a carne, mas segundo O espírito» (Romanos 8:1)

c. A natureza de Deus é oposta ao pecado. De tudo quanto já se disse, conclui-se que Deus é, por sua natureza, inteiramente oposto ao pecado. O pecado é contrário á bondade moral para a qual Deus criou e está dirigindo tudo. O pecado é contrário a todos os planos de Deus, e tudo faz por impedir que os mesmos se realizem. Os planos de Deus são luz, o pecado é trevas. Não há nem pode haver, por isso, acordo ou aliança entre Deus e o pecado. Haverá sempre uma luta sem tréguas, da qual o pecado sairá certamente desbaratado.

Deus, como já vimos, é contra o mal e contra todos os que o praticam. Deus tem para com o pecado a mesma atitude que qualquer pessoa terá para com o câncer que se lhe aloje na ponta do nariz. Naturalmente tal pessoa tudo faria para a eliminação do câncer, não pouparia o próprio nariz, se este fizesse causa comum

com o mal. Esta é também a atitude de Deus para com o pecado e os que fazem causa comum com ele. «O Senhor prova o justo; porém ao ímpio e ao que ama a violência aborrece a sua alma. Sobre os ímpios fará chover laços, fogo, enxofre e vento tempestuoso; isto será a porção do seu corpo. Porque o Senhor é justo e ama a justiça; o seu rosto olha para os retos» (Salmos 11. 5-7).

Decididamente, tremenda luta se trava entre Deus e o pecado. Deus quer dirigir tudo segundo os seus planos, e ele o fará de tal maneira que o pecado há de desaparecer. Ninguém deve dar guarida ao mal, porque certamente será exterminado junto com ele. Em nenhum lugar Deus poupa o pecado. Não o poupou mesmo quando o crime de toda a humanidade estava em seu próprio Filho.

Não há lugar onde se esconda o pecado, senão no coração sem Deus. Mas, se alguém der no coração guarida ao pecado e não permitir que Deus entre para eliminá-lo, certo sofrerá as conseqüências de tão desastrosa aliança.

d. A santidade é a base moral do universo. A todos nós se deparará, na vida, esta santidade. A santidade de Deus é o sol de todo o seu sistema; a glória de Deus, a mais viva, a mais radiante, a mais exigente e a mais consoladora de todas as realidades. Para todo aquele que ama a Deus, a santidade é a sua esperança. Por outro lado, a todos os que amam o mal, a santidade é a coisa mais horrível que pode haver, porque todos serão julgados segundo esta santidade. O homem bom, então, não só está ao lado de Deus, como também tem Deus e toda a criação a seu lado. O ímpio, ao contrário, lutará contra tudo e contra si mesmo.

Este Deus, cuja santidade muito imperfeitamente discutimos, é o mesmo Deus revelado progressivamente nas Escrituras Sagradas. Desde o princípio Deus se esforçou por que o seu povo compreendesse este fato sumamente importante: que ele é santo. A idéia da santidade de Deus está constantemente reiterada no Velho Testamento. Na vinda de Jesus temos esta mesma verdade revelada na sua vida. Temos, nos Evangelhos, a mesma idéia, como essência do caráter cristão. Toda a revelação, enfim, repete em uníssono esta verdade: «Deus é santo.» «E clamavam uns aos outros, dizendo: Santo, Santo, Santo é o Senhor dos exércitos» (Isaias 6:3).

3.2. A justiça de Deus. Baseados no que já sabemos, tocante à santidade de Deus, podemos compreender melhor a sua justiça. Dizer que Deus é justo é afirmar que ele faz sempre o que é direito e conforme ao seu caráter. Naturalmente esta santidade de Deus torna-se numa justiça punitiva para os que resistem, para os que se identificam com o pecado. Se possível fora, o pecado impediria a realização de todos os planos de Deus. Acontece a mesma coisa ao pecadeiro (I), que faz causa comum com o pecado. Devido ao pecado, não pode Deus deixar prosperar o caminho do ímpio. «O caminho do ímpio», diz-nos a Bíblia, «perecerá». Resistir a Deus é criar dificuldades insuperáveis. «Bem-aventurado o varão que não anda no conselho dos ímpios, nem está no caminho dos pecadores, nem se assenta na roda dos escarnecedores. Antes tem o seu prazer na lei do Senhor, e na sua lei medita de dia e de noite. Pois será como a árvore plantada junto a ribeiros de águas, que dá o seu fruto no seu tempo; as suas folhas não cairão, e tudo quanto fizer prosperará. Não são assim os ímpios: são, porém, como a moinha que o vento espalha. Pelo que os ímpios não subsistirão no juízo, nem os pecadores na congregação dos justos.

(I) Pede permissão o autor para introduzir esta nova forma derivada de «pecado». O mino tiro, em geral, denota produtividade, profusão. pecadeiro é, pois, o substantivo que serve para qualificar o pecador que, não tendo crido nem aceito a Jesus como Salvador, continua a viver em pecado», continua a produzir pecados. É nesta acepção que, daqui por diante, o termo aparecer! de quando em quando, para fazer distinção do vocábulo mas geral «pecador», que tanto pode referir-se ao Ímpio como ao crente, visto que todo e tomos pecadores, embora de natureza diversa. Esperamos merecer, do benévolo leitor, a soa indulgência pelo neologismo, que, a nosso ver, só ele exprime s idéia que desejamos acentuar (o Autor).

Porque o Senhor conhece o caminho dos justos; porém o caminho dos ímpios perecerá (Salmos 1:1-6).

A justiça de Deus quer dizer muito mais do que simplesmente castigo, porque ele não só garante a punição dos maus como também garante patrocínio aos bons. Falando o Salmista sobre este ponto, compara os justos a uma árvore plantada junto a ribeiros de águas, que dá muito fruto e prosperará em todas as suas empresas. Deus é justo, e fará justiça a todos, assim ao mau como ao bom, ao ímpio como ao santo. O justo tem a certeza de ser abençoado por Deus como tem o mau de ser condenado, porque absolutamente reta é a justiça divina, justiça que não opera segundo a vista dos olhos, nem segundo o ouvir dos ouvidos. Deus exige do homem nem mais nem menos do que deve exigir, pois ele é justo em todos os seus atos. É fiel a si mesmo e à sua Criação. Devido à sua justiça, dá a cada um a merecida recompensa: ao ímpio o castigo, ao justo o galardão. Nada há mais certo do que a condenação do ímpio e a salvação do justo em Cristo.

3.3. Amor. Uma das declarações supremas da revelação cristã é que Deus é Amor (I João 4:8). Procuraremos agora, se for possível, compreender o que significa esta sublime declaração, «Deus é amor». Depois de estudarmos esta sublime declaração do Apóstolo e aprendermos a mesma também dos ensinamentos de Jesus, veremos que só se pode verdadeiramente conhecer a Deus conhecendo o que é amor. Antes, de penetrarmos na discussão do assunto, queremos destacar um fato: o amor não é apenas um sentimento. Não há nada mais passageiro na vida que o sentimento. O amor não consiste somente em sentir. O amor, além do sentimento, envolve também certa atitude em relação ao amado. A Bíblia diz que o amor nunca se acaba. Sabemos que os sentimentos findam, pelo que convém não confundirmos o que é passageiro com o que é permanente. Amor é mais que sentimento, é a atitude firme de dar-se ao ente ou objeto amado, e de possuí-lo em íntima comunhão.

O amor que existe em Deus pode ser assim definido: O amor em Deus é ele dando-se a si mesmo, e dando tudo quanto é bom às suas criaturas, com o fim de possuí-las na mais íntima comunhão consigo mesmo.

Há duas fontes de onde podemos aprender o que é o amor em Deus: primeiramente, podemos aprender o que é o amor, estudando-o tal como existe entre os homens; em segundo lugar* estudando o grande amor revelado em Cristo Jesus. E é destas duas fontes que tiraremos o necessário para a discussão do assunto.

O amor humano, na sua feição mais pura, fornece o maior gozo desta vida. É o amor um atributo no qual se combinam dois impulsos: o de dar e o de possuir. Em todo amor humano ou divino, entram sempre estes dois elementos: o impulso de dar e o de possuir.

O princípio operativo do amor baseia-se numa avaliação do objeto amado. Isto é, o amor opera ou funciona pela avaliação. Amamos aquilo a que damos valor. Sem avaliar, o amor não entra em ação. Não se pode jamais amar um objeto sem principalmente se lhe dar certo valor.

Dissemos nós que no amor se combinam os impulsos de dar e possuir. O esforço de dar é também um esforço que se faz para revelar-se o amor dedicado ao objeto que se ama. Falando certa ocasião aos fariseus, referiu-se Jesus à mulher que deu muito porque amava muito. Quanto maior é o impulso de dar ao amado, tanto maior o amor. «E, voltando-se para a mulher, disse a Simão: Vês tu esta mulher? Entrei em tua casa, e não me deste água para os pés; mas esta regou-me os pés com lágrimas, e me enxugou com os seus cabelos. Não me deste ósculo, mas esta, desde que entrou, não tem cessado de me beijar os pés. Não me ungiste a cabeça com óleo, mas esta ungiu-me os pés com unguento. Por isso te digo que os seus muitos pecados lhe são perdoados, porque muito amou; mas aquele a quem pouco se perdoa, pouco ama» (Lucas 7:44-47).

A grandeza do amor revela-se naquilo que se oferece ao amado. A pureza do amor revela-se no desejo que é o do bem-estar do amado. E o ardor do amor manifesta-se no esforço feito para possuir o amado. O amor não somente dá, mas quer possuir e viver pelo amado.

Estes dois elementos característicos do amor — o impulso de dar e o desejo de possuir — combinam-se em várias proporções. Às vezes o desejo de possuir excede o de dar, e, quando assim acontece, o amor torna-se interesseiro e imperfeito. O amor humano é sempre imperfeito, porque sempre estes elementos aparecem nele mal equilibrados.

Assim como achamos dois elementos no amor humano, achamo-los também no amor divino. Em Deus encontramos tanto o impulso de dar a si mesmo como também o ardente desejo de possuir o amado em íntima comunhão. Em Deus o impulso de dar é igual ao desejo de possuir; isto é, achamos que Deus está tão pronto a^a dar-se ao homem como a possuí-lo em íntima comunhão. «Porque Deus amou o mundo de tal maneira, que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna» (João 3:16).

O amor de Deus é um amor perfeito, porque está ligado a uma bondade perfeita. Nisto temos o que de mais precioso e benéfico se pode imaginar, porque, como já notamos, o amor é o impulso de dar e o desejo de possuir; e, estando este amor ligado à bondade perfeita, temos então o que melhor se pode imaginar para o benefício e a felicidade do homem. Devido a esta bondade perfeita, o amor divino vale mais do que o amor de qualquer criatura humana, porque quando ele se dá aos homens, oferece-lhes e dá-lhes, ao mesmo tempo, a bondade perfeita.

Vejamos, agora, o que nos ensinam as Escrituras concernente ao amor de Deus. Segundo I João 4:16, Deus é amor. João 3:16 corrobora fortemente a doutrina: «Porque Deus amou o mundo de tal maneira, que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.»

Encontram-se nestas duas passagens, perfeitamente combinados, os dois elementos do amor; há aqui tanto o impulso de dar como o de possuir. O próprio Deus dando-se a si mesmo primeiro, para que pudesse ter o homem íntima comunhão com ele. Temos aqui o perfeito amor.

Ao mesmo tempo encontramos, nestas duas passagens, a mais alta avaliação do homem, a mais subida honra para a humanidade, pois, como já notamos, o amor vem da avaliação, e o grau desta revela a grandeza do amor. Que extraordinário amor o que Deus vota à humanidade! Que honra a de ser amado por Deus como ele nos amou e sempre nos ama! Neste bondoso amor divino temos o próprio Criador do universo dando-se aos homens a fim de possuí-los em íntima e eterna comunhão.

A missão de Jesus Cristo, que revela este grande amor, é belamente figurada pela jornada do pastor em busca da ovelha perdida, em Lucas 15:3-7. A vinda de Jesus ao mundo, a sua vida inteira, todo o seu sacrifício, a sua morte, a sua ressurreição, são manifestações desse grandioso amor de Deus aos homens.

A humanidade estava perecendo, e Deus, por seu grande amor, e por preço incalculável, aperfeiçoou o plano de salvação. Temos, em Jesus, ambos os elementos dum verdadeiro amor, perfeitamente combinados. Ele é o impulso de dar-se ao mundo, e é também o desejo de possuir o mundo em íntima comunhão. Podemos, assim, dizer de Jesus o que João falou de Deus, isto é, que ele é amor JESUS É AMOR, porque nele Deus se deu aos homens, e é por ele que Deus pode possuir os homens.

Assim é que temos, revelado em Jesus, o perfeito amor de Deus. O amor de Deus é incomparável. O melhor, o mais perfeito amor humano apenas serve para insinuar, dar uma pálida idéia do que seja o bondoso amor divino: porém de forma alguma pode igualá-lo. «É a esperança não confunde, porquanto o amor de Deus está derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos é dado. Porque Cristo, estando nós ainda fracos, morreu a seu tempo pelos ímpios. Porque apenas alguém morrerá por um justo; pois poderá ser que pelo bom alguém ouse morrer. Mas Deus recomenda o seu amor para conosco, em que Cristo morreu por nós sendo nós ainda pecadores» (Romanos 5:5-8). O amor de Deus é mais paciente que o amor de mãe, mais forte que o amor de pai, mais puro que o amor de irmã; é mais fiel que o amor de amigo e mais

ardente que o amor de esposo. «Porventura pode uma mulher esquecer-se tanto de seu filho que cria, que se não compadeça dele, do filho do seu ventre? Ora, ainda que esta se esquecesse dele, contudo, eu me não esquecerei de ti» (Isaias 49:15). Deus não pode esquecer, porque o seu amor não é um amor fingido, mas perfeito.

O Velho Testamento é um comentário sobre a santidade de Deus, mas o Novo Testamento é uma exposição fiel do seu grande amor.

Dizer que Deus é amor supremo não é dizer que ele aprova tudo quanto o homem faça. Há uma idéia muito generalizada, infelizmente, de que a aprovação é necessária ao amor, idéia que leva muitos a suporem que, se Deus não pode aprovar tudo o que o homem faz, não pode amá-lo. Idéia assaz errônea. Um dos mandamentos do cristianismo é que o homem ame os seus inimigos. Será possível que o cristianismo exija mais do homem do que do próprio Deus?

O amor não depende de aprovação porque Deus nos amou quando éramos ainda inimigos seus. «Mas Deus recomenda o seu amor para conosco, em que Cristo morreu por nós, sendo nós ainda pecadores» (Romanos 5:8). Só quem não compreende a natureza do amor poderá afirmar que a aprovação é essencial ao amor. Qual a mãe que não ama o filho travesso, embora não aprove os seus atos? O amor mais abnegado, mais ardente, é muitas vezes dedicado àquele que procede pior e que menos merece ser amado.

Visto que a aprovação não é essencial ao amor, é necessário dizer dele duas coisas:

a) Há um amor que inclui aprovação, como seja o amor de Deus para com os crentes fiéis. Este amor chama-se amor que se compraz, isto é, amor que se regozija no objeto amado. O amado é realmente amável.

b) Há um amor que não se pode regozijar no objeto amado. O amado não é realmente amável. Temos exemplo disso no amor de Deus para com os pecadores, os perversos, os rebeldes. Este pode ser chamado amor que se compadece. Deus ama o pecador apesar de não aprovar a sua vida e feitos. Esta consideração não nos deve levar à suposição de que há dois amores, pois o amor de Deus é um só. A aparência de dois só provém da diferença entre os objetos amados, e não da existência de dois amores. O sol derrete o gelo, mas endurece o barro; porém é sempre o mesmo sol. A diferença nos seus efeitos provém exclusivamente da diversidade da natureza entre o gelo e o barro. Assim é o amor de Deus em relação ao crente e ao descrente.

4. SANTIDADE E AMOR

Vamos estudar agora a relação entre a santidade e o amor. Há uma idéia que parece estabelecer certo conflito entre estes dois atributos divinos, conflito que, na realidade, não existe. A relação entre a santidade e o amor pode ser compreendida mediante um estudo das suas respectivas naturezas. Na santidade temos a plenitude gloriosa da excelência moral de Deus, tomada como aferidor das suas ações e dos atos das suas criaturas. No amor temos o impulso deste Deus santo, de dar-se ao mundo, e mais o desejo de possuir este mundo e conservá-lo em eterna comunhão consigo. Qual é, então, a relação entre a santidade e o amor? Assim definidos, amor e santidade são bem semelhantes. A relação é íntima; mas, ao mesmo tempo, diferem entre si. Deus não seria santo se não fora amor, e não seria amor se não fora santo.

Urge saber o que é amor, para saber o que é santidade; e depois temos de compreender a santidade, para compreender o que é o amor.

Ê o amor elemento grandemente aproveitável. Se Deus não fosse amor, seria interesseiro ou indiferente. Mas este espírito interesseiro, indiferente, seria um defeito na perfeita bondade, e, neste caso, já não

existiria a santidade de Deus. O amor é, pois, um elemento indispensável à perfeição do caráter. Pode dizer-se, então, que a santidade é o coração do amor, e o amor o coração da santidade.

Como já notamos, Deus não seria amor se não fosse santidade, porque um ser imperfeito pode amar, mas não pode ser amor. Deus é amor, portanto, é santidade. Se amor é o impulso que há em Deus de dar-se ao homem, então só aquele que tem todo o bem pode amar perfeitamente. Por outro lado, se amor é o desejo puro de possuir o amado em íntima comunhão, só pode ser perfeito em quem a comunhão seja a melhor possível. Assim, amor perfeito indica caráter perfeito, e nosso amor é perfeito na proporção da nossa perfeição. O amor é então purificado em aperfeiçoar o caráter. Mas o amor de Deus é um amor perfeito porque ele é santo.

Pode explicar-se da seguinte maneira a relação entre o amor e a santidade de Deus. Santidade é o que Deus é em seu caráter mais íntimo; amor é o desejo de Deus dar-se, isto é, dar aquilo que ele é aos homens; e mais possuí-los em íntima comunhão consigo, ou com aquilo que ele é: santidade.

Tanto o amor como a santidade insistem, portanto, em que seja o homem santo como Deus é santo. Todo o trabalho do amor é o trabalho também da santidade; e todo o trabalho da santidade é o trabalho do amor. Quanto ao amor, ele insiste em que o homem aceite a dádiva que é a santidade. Deus, por ser amor, quer dar ao homem a santidade. E Deus, por ser santo, ama o homem.

Não há, pois, conflito nenhum entre estes dois atributos de Deus. Tanto o amor como a santidade proíbem que o pecador progrida em seu caminho, e tanto a santidade como o amor servem ao plano da salvação. E a salvação do homem consiste tanto no desejo duplo de amar como na esperança da santidade. Isto é, Deus quer que o homem seja santo. Estes dois atributos saem do mesmo coração, onde reina perfeita harmonia, porque Deus fez tudo em santo amor.

O amor oferece santidade e a santidade baseia-se no amor. Quando Deus, em seu grande amor, quer dar-se ao homem, ele quer dar santidade ao homem, porque ele é santo. E quando o amor insiste com o homem em que aceite a dádiva, está insistindo em que aceite a santidade. Por isso, tanto o amor insiste na santidade, como a própria santidade de Deus exige santidade no homem. Não pode, pois, haver conflito entre estes dois atributos. «E nós conhecemos, e cremos no amor que Deus nos tem. Deus é amor; e quem está em amor está em Deus, e Deus nele. Nisto é perfeita o amor para conosco, para que no dia do juízo tenhamos confiança, porque qual ele é somos nós também neste mundo. No amor não há temor, antes o perfeito amor lança fora o temor, porque o temor te consigo a pena, e o que teme não é perfeito em amor. Nós o amamos a ele porque ele nos amou primeiro. Se alguém diz: Eu amo a Deus, e aborrece a seu irmão, é mentiroso. Pois quem não ama a seu irmão, ao qual viu, como pode amar a Deus, a Quem não viu? E dele temos este mandamento: quem ama a Deus, ame também a seu irmão» (I João 4:16-21).

A DOCTRINA DE DEUS

2.3 — PROVAS DA EXISTÊNCIA DE DEUS

1. Considerações Preliminares

2. O Universo Prova a Existência de Deus

3. A História Universal Prova a Existência de Deus

4. As Percepções Provam a Existência de Deus

5. A Fé Prova a Existência de Deus

6. A Experiência Cristã Prova a Existência de Deus

7. Objeções às Provas da Existência de Deus

PROVAS DA EXISTÊNCIA DE DEUS

1. Considerações Preliminares

Demos já uma definição de Deus segundo a idéia cristã. Sabemos, portanto, o que significa esta palavra — DEUS. Dissemos nós que Deus é Espírito Pessoal, perfeitamente bom, que, em santo amor, criou, sustenta e governa tudo. Agora estamos prontos a fazer uma exposição clara das razões que temos para crer na existência de um Deus assim definido. Pela definição dada, reconhecemos que toda a questão da existência de Deus é a questão da existência deste Espírito Pessoal, que, em santo amor, criou, sustenta e dirige tudo. Queremos examinar agora as razões que temos para crer na existência deste Espírito Pessoal.

Vê-se desde já que o nosso objetivo não é provar a existência de um Deus qualquer, mas a existência de um Deus segundo a nossa definição. Dizer que cremos na existência de Deus não é grande coisa, porque para muitas pessoas Deus é apenas a Primeira Causa, a causa primitiva, a causa que originou o universo. E nada mais sabem quanto ao seu caráter. E bem diferente a nossa tarefa. Vamos examinar as razões por que cremos na existência de um Deus revelado por Jesus Cristo. Já definimos o Deus revelado por Jesus Cristo; desejamos agora expor as razões por que cremos na sua existência.

Poderá alguém dizer que a prova da existência de Deus é coisa inútil ou desnecessária, pois, se Deus existe, a sua existência deve ser a realidade mais patente, indubitável mesmo. Mas não é assim, porque muitos poderão duvidar da existência de um Espírito Pessoal, perfeitamente bom, que, em santo amor, criou, sustenta e governa tudo. Os cegos de nascença podem negar a existência da luz, e teríamos muita razão em lhes provar que a luz é uma realidade. Da mesma maneira, somos justificados em apresentar as razões por que acreditamos em Deus tal como foi revelado por Jesus Cristo. Porém, quanto à prova da existência de Deus, não se deve esperar que a apresentemos de tal modo que satisfaça a todos.

Segundo as leis da lógica, uma conclusão não deve ser coisa alguma que se não encontre na premissa. E a nossa conclusão é tão grande que não nos é possível formular uma premissa que satisfaça a todas as condições. Por isso, logicamente encarado, nosso argumento será um tanto falho.

Ademais, a nossa prova vai depender, em parte, da vontade e da natureza das pessoas às quais a apresentamos. O assunto de que ora tratamos é de tal natureza que o seu valor forçosamente dependerá da vontade dos que nos lerem. Como sabemos, uma verdade matemática se impõe à vontade; força-a. Não se pode duvidar de que dois mais dois são quatro. A própria verdade matemática impõe à vontade o aceitá-la. Mas o mesmo já não se dá com a verdade moral; a verdade que não se impõe, a verdade que não obriga a vontade a aceitá-la. Se alguém quiser, pode duvidar dela. É por isso que afirmamos que o valor do nosso argumento, em parte, depende da vontade daqueles a quem o apresentamos.

Ainda mais, o nosso argumento não pode satisfazer a todos, porque depende também do caráter das pessoas pelas quais tem de ser apreciado. Crer na existência de Deus é mais fácil ao homem bom que ao mau, ainda que este último tenha provas em abundância. Não apresentaremos, pois, nenhuma prova que não possa ser negada ou posta em dúvida. A proposição de que Deus é um Espírito Pessoal, perfeitamente bom, que, em santo amor, criou, sustenta e governa tudo, nunca será total e absolutamente aceita por todos. Sempre haverá pessoas que recusarão a crer na existência de um Deus segundo a definição que apresentamos. Mas, para todos os que querem realmente saber a verdade, temos provas satisfatórias, provas que, julgamos, satisfazem não só às exigências da mente como aos anelos da alma.

O Consola-nos, contudo, o considerar que a nossa religião não depende de uma prova da existência de Deus que satisfaça a todos. Religião, na genuína expressão do termo, jamais foi produto das provas da existência de Deus. Nem esta existência será desmentida pelo fato de estes argumentos que ora apresentamos, ou quaisquer outros, não satisfazerem a todos. A religião existiu antes de qualquer prova da existência de Deus, e pode continuar a existir independente dela, porque, aos que vivem na luz, não importam as dúvidas dos que nasceram cegos e que negam a existência da luz. Veremos, páginas adiante, que uma das provas mais eloqüentes e preciosas da existência de Deus é a luz que reina em nossa alma. Não obstante, não deixaremos de apresentar à consideração dos que nos lêem as razões em que se alicerça a nossa crença na existência de Deus, Espírito Pessoal, perfeitamente bom, que, era santo amor, criou, sustenta e governa tudo.

Façamos algumas considerações sobre o universo, a história, as percepções humanas, a fé e a experiência cristã, como fonte que nos fornecem provas da existência de Deus.

2. O UNIVERSO PROVA A EXISTÊNCIA DE DEUS

Convém que nos lembremos de que estamos procurando provas da existência de um Deus conforme a definição dada em nosso estudo, isto é, um Deus que é Espírito Pessoal perfeitamente bom, que, em santo amor, criou, sustenta e governa tudo. Não percamos de vista, nem por um momento, este nosso objetivo, porque não é ele um objetivo geral, porém muito particular e especial.

Em se tratando da existência do universo, duas alternativas se nos deparam: ou o universo é uma criação sustentada e dirigida por um ser inteligente e onipotente, ou é produto de uma evolução própria. Isto é, a força que tudo cria, sustenta e governa, ou reside na própria matéria ou fora dela. Se for possível provar que o universo é produto de uma evolução, produto duma força que reside na própria matéria, não poderemos, então, tirar deste universo prova alguma da existência de Deus. Mas se, ao revés disso, ficar demonstrado que o universo não é, nem tampouco pode ser produto de uma evolução, teremos razão de procurar nele as provas da existência de um Ser que é o Criador, sustentador e governador de tudo.

2.1. Consideremos, pois, em primeiro lugar, o universo do ponto de vista da evolução, e, se concluirmos que ele não é produto dela, prosseguiremos então em busca de provas que atestem ser ele uma criação sustentada e dirigida por Deus.

Suponhamos que no princípio, ao invés de um Criador, origem dos céus e da terra, houvesse 92 elementos diferentes chamados átomos. Ensina-nos a física moderna que existem 92 destes elementos irreduzíveis de que se compõem os corpos materiais. Naturalmente, no princípio não haveria um universo como o que temos hoje. Haveria somente estes 92 elementos simples e irreduzíveis.

Observemos a maneira por que trabalham estes elementos. Note-se que, apesar de irracionais, cegos, surdos, mudos e sem poder algum de comunicação entre si, principiaram eles a deitar os alicerces fortes e sólidos do universo, empregando sempre material mais duro e de maior resistência: a pedra. Não sabemos como, nem onde arranjaram eles o material. Estamos apenas observando a maneira de trabalharem.

Uma vez feitos os alicerces, construíram, sem o auxílio de qualquer inteligência, mais nove camadas, exigindo cada qual, na sua construção, longo tempo. Estes andares ou camadas geológicas, são tão distintas, tão separadas umas das outras, que os geólogos têm dado a cada uma nome especial.

Esses átomos, sem saberem o que estavam fazendo, por serem irracionais, fizeram cada andar superior mais belo e luxuoso que os inferiores, dando sempre a máxima atenção aos pormenores, às minúcias, e seguindo sempre, embora cegamente, um plano geral. Não obstante haver ao todo noventa e duas diferentes espécies de trabalhadores, ainda que impossibilitados de comunicarem-se entre si, trabalhavam todos em geral, e cada um em particular, na mais perfeita harmonia com os seus companheiros. Se um deles produzia certa erva numa parte do mundo, todos os outros produziam ervas da mesma espécie. Se um produzia algum animal, todos os outros seguiam o mesmo plano do seu companheiro. Destarte, havia entre eles uma combinação perfeita. Todos trabalhavam na maior harmonia e os seus produtos eram iguais. Comportavam-se como se fossem um todo indivisível. E tudo isto acontecia sem que houvesse a menor combinação entre eles. Ainda mais, não havia entre eles um governador ou mestre, como há a abelha-mestra entre as abelhas: todos eram iguais. Não havia plano, não havia combinação; havia somente a força irracional que residia em cada átomo.

Além de trabalharem com tamanha harmonia e providência, os átomos, na sua obra, andaram com incalculável rapidez. Chocando-se embora milhares de vezes por segundo uns contra os outros, conseguiram, ainda assim, concluir o edifício, ou o mundo, com os seus dez pavimentos bem arraigados e maravilhosamente belos! E tudo isso sem terem noção alguma de ordem ou de beleza. Certamente do nada saiu alguma coisa. Esses átomos não só edificaram este mundo, mas também o dividiram em dez compartimentos, e a cada compartimento maravilhosamente supriram de todas as coisas, atendendo sempre às necessidades do futuro. Assim é que deitaram, no coração da terra, carvão, ouro, prata, diamantes, óleo e tudo que correspondesse às necessidades do homem em eras futuras. Trabalharam com providência e previsão admiráveis. Previram, com exatidão máxima, até as necessidades dos dias em que vivemos. Cada compartimento que se concluía era uma preparação para o que havia de segui-lo imediatamente. Sem terem visão, os átomos prepararam tudo admiravelmente para as coisas vindouras.

Depois de haverem completado este mundo maravilhoso, os átomos decidiram, certamente, dedicar certo número deles mesmos para se transformarem em seres vivos, seres que pudessem mover-se e andar. E desta maneira apareceram os animais na terra. Não estando, porém, satisfeitos com tudo isto, resolveram tentar uma empresa ainda mais arrojada e maravilhosa. Eis então criado o homem, ser que raciocina, que tem o poder de pensar, de amar e de querer. Apesar dos átomos não poderem pensar, resolveram, não obstante, criar o homem, um ser com os poderes que eles próprios não têm! Criado o homem, este não lhes satisfaz às inspirações. Alguns mais progressistas desejaram uma obra mais perfeita; porém, não concordaram. Daí, a desavença, a desarmonia e a confusão, e, por este motivo, o homem, ao invés de progredir, regrediu. Desde então apareceu entre eles uma nova força, que eles não podiam dominar nem vencer: a vontade da criação.

Tudo isto aconteceu no mundo em que vivemos. Ora, se nos lembrarmos de que este mundo é um dos menores, e que há milhões e milhões de outros corpos celestes muitas vezes maiores do que ele, e que todos eles estão organizados num sistema perfeitíssimo, haverá possibilidade de crer que tudo isso é resultado dessas noventa e duas espécies de átomos de elementos irracionais? Haverá possibilidade de acreditar-se que esses 92 elementos, que nada sabem quanto à ordem, quanto à beleza, quanto às necessidades futuras do mundo, houvessem organizado um universo tal e qual o que temos, e o houvessem suprido de todas as coisas necessárias ao progresso da criação? Mas, se negarmos a existência de um Criador, temos que afirmar que os átomos são a causa de tudo quanto existe, pois não há outra alternativa. Crer em tal teoria é fazer de cada átomo um Deus, e, assim, multiplicar o problema, pelo menos, 92 vezes. Diante

dessas considerações, a nossa mente não acha possível crer que o universo que hoje existe seja o resultado de forças que residem na própria matéria. Isto é esperar demais da matéria bruta.

2.2. Notemos agora a segunda alternativa, isto é, que tudo o que existe é criação de Deus, pois, como já observamos no princípio, há apenas duas alternativas: ou Deus criou tudo, ou tudo é resultado dos esforços dos átomos ou da força que neles reside. Já vimos que não nos é possível aceitar esta última idéia, que considera o universo como resultado duma força irracional. Vamos, portanto, analisar a idéia de que o universo em certo tempo começou a existir, que é uma criação. Se afirmarmos que a matéria em algum tempo começou a existir, teremos de afirmar também que a existência lhe foi dada por outro ser já existente. Isto é, teremos de considerar a matéria como efeito, e não como causa primária.

E um princípio por todos aceito que cada efeito tem a sua causa correspondente e que a causa não pode ser menor que o efeito. Tudo o que se encontra no efeito acha-se também na causa. Ora, contemplando o universo à luz deste princípio, ficaremos admiradíssimos com a Causa verdadeiramente extraordinária que o produziu. Que efeito maravilhoso temos no universo, na sua ordem, na sua beleza, na sua adaptação à vida tanto dos homens como dos irracionais e das plantas! Que efeito estupendo representa este universo imenso, que se compõe de muitos milhões de mundos distribuídos no espaço infinito; mas, mesmo assim, tudo isso não é mais do que uma unidade que se chama universo. A grandeza do universo ultrapassa a nossa imaginação. O efeito é mais do que simplesmente extraordinário; mas a causa, forçosamente, é igual ou ainda maior, pois não é possível que a causa seja menor que o efeito correspondente.

Dizem os astrônomos que há estrelas tão distantes do nosso planeta que a sua luz gasta mais de mil anos para chegar à terra, não obstante percorrer essa luz sessenta mil léguas por segundo. Daqui podemos fazer uma idéia, pálida embora, da vastidão do universo, cujos limites, confessam os entendidos, ainda não foi possível descobrir-se. Cada nova descoberta vai progressivamente desfazendo os limites já conhecidos e assim descortinando novos e mais gloriosos horizontes. Se o universo é assim tão grande e tão maravilhoso, que diremos da causa de onde procede? E se o efeito que ora consideramos é maravilhoso, colossal, assombroso, a causa que o originou há de ser mais que tudo isso. Deus é a grande Causa do universo: grande é Deus!

Mas o nosso pensamento pode ir além de uma causa colossal, porque o universo, além de grande e imenso que é, revela em si mesmo a evidência de ser obra dum Ser inteligente. Na observação do universo, em tudo encontramos ordem e leis. Para nós, o universo é inteligível. Podemos compreendê-lo e interpretá-lo. Ainda mais, podemos sistematizar os conhecimentos que dele adquirimos, porque o que ele revela uma vez não o nega mais tarde. Assim temos as ciências físicas. Se o universo é inteligível, é-o por ser efeito de uma causa inteligente. Só a inteligência pode causar o inteligível. Há uma ordem racional em tudo, e só uma razão pode causar um efeito racional. Não é possível admitir que a ordem perfeita que encontramos no universo seja o resultado de uma força irracional. Se um selvagem encontrasse pela primeira vez um livro, e nele achasse pensamentos semelhantes aos seus, certamente diria que a causa do livro era uma pessoa inteligente e racional] como ele o é. Assim nós também. Ê o universo um grande livro escrito por Deus, e as ciências físicas são a maior prova de que o universo é o efeito de uma Causa inteligente.

Cumpramos observar que a inteligência que organizou tudo é o mesmo poder supremo que tudo criou. A causa do universo, pois, é grande porque o universo é grande; é inteligente porque o universo é inteligível, interpretável e compreensível.

Há mais alguma coisa que se deve notar em conexão com as provas que o universo nos ministra sobre a existência de Deus. O homem faz parte do universo, mas o seu testemunho acerca da existência de Deus vai muito além e é ainda mais precioso que o universo em geral; porque o homem é um ser moral e, ao mesmo tempo, é um efeito. Teve princípios de dias. Agora, lembrando-nos do fato de que há na causa tudo o que se

encontra no efeito, perguntemos: Que causa produziu este ser moral? Como havemos de explicar este ser moral, se, como sabemos, nada pode haver no efeito que se não encontre também na causa? A única explicação possível é que a causa é também moral. Não se pode explicar o moral pelo amoral. Das considerações das provas dadas pelo uni* verso sobre a existência de Deus apuramos três fatos importantes:

- a) O universo testifica de uma causa maravilhosamente grande. A imaginação não pode, de forma alguma, conceber a grandeza do universo.
- b) No universo há ordem, leis, e, por conseguinte, as ciências tornam-se uma possibilidade. Desta maneira o universo testifica de uma causa inteligentíssima. Só a onisciência pode efetuar a organização que se nos depara no universo.
- c) Ainda mais: fazendo parte do universo está o homem, que é um ser moral, e testifica, por isso mesmo, que a Causa de tudo é uma causa inteligente e moral. Fundados, portanto, em tão abundantes e valiosas provas, podemos afirmar que a Causa de todas as coisas é um Ser moral, Onisciente e Onipotente.

3. A HISTÓRIA UNIVERSAL PROVA A EXISTÊNCIA DE DEUS

Nenhuma dúvida pode haver sobre o fato de que em todos os lugares, em todos os tempos, entre todos os povos, tem havido uma crença na existência de Deus. A história universal não fala de uma só tribo, ainda das menores e mais insignificantes, que não tivesse alguma crença na existência dum Ser supremo. Desde os primórdios da história, as idéias acerca de Deus têm sido sempre as mais freqüentes e preponderantes na vida dos homens. Entre certos povos, como os egípcios e os hebreus, as idéias religiosas são as que mais se perpetuaram. Os egípcios tinham convicções tão fortes da realidade do mundo espiritual que todas as outras coisas se subordinavam às idéias religiosas. Lançavam sobre si mesmos pesadíssimos impostos, que se destinavam à manutenção do culto. Gastavam mais com a religião do que com as próprias necessidades da vida terrena. No serviço da religião e da fé num ente supremo, edificaram pirâmides, monumentos gigantescos que até hoje o mundo admira. (Dizem que só numa dessas pirâmides há pedras era quantidade suficiente para cercar a França.) A riqueza do povo egípcio, o seu comércio, o seu esplendor, tudo desapareceu, menos os monumentos da sua fé. Toda a civilização egípcia, a sua literatura, os templos magníficos que erguiam, tudo dava expressão às suas idéias religiosas, às suas idéias de Deus.

Babilônia também nos vem fornecendo, através das descobertas realizadas ultimamente pelos arqueólogos e exploradores, inúmeras provas da sua crença em Deus. Milhares de tijolos e tabuletas de barro, que estão sendo desenterrados, nos dão a conhecer as idéias religiosas daquele povo e a influência que tais idéias exerciam na sua vida e costumes. A idéia predominante de todos esses povos era que Deus existia, porquanto o viam em tudo. Embora mais ou menos errôneas as suas idéias, como era de esperar, servem, no entanto, para mostrar que os povos antigos pensavam em Deus como os de hoje. A idéia mais comum na história antiga é a que se refere à existência de Deus.

Estudando a história dos israelitas, pode-se ver quão poderosa era a influência que sobre eles exercia a fé que tinham em Deus. É impossível explicar-se a história de Israel sem ter-se em consideração a influência de sua crença. Desde Abraão até a vinda de Jesus, o que havia de mais salutar e predominante na vida de Israel era a idéia de Deus. E aquela mesma idéia, propagada por aquele povo, é a mesma que hoje exerce a mais poderosa influência na civilização do mundo. Atualmente é a idéia de Deus que domina em todas as nações.

Será possível supor-se que os egípcios, os babilônios, os chineses, os hebreus, os gregos, os romanos e todos os povos modernos se achem enganados neste ponto? Será possível supor que Moisés, Samuel, Isaías, João Batista, Pedro, Paulo e todos os homens de que nos fala a história universal foram iludidos?

Admitiremos acaso que a raça humana, desde o berço, tem praticado e crido a mentira, ajoelhando-se diante do nada? Porque, se Deus não existe, o ato de adoração não tem razão de ser. Também, se Deus não existe, todos os templos e casas de culto, em todos os tempos e em toda parte, outra coisa não têm sido senão monumentos à mentira. Se Deus não existe, até a literatura sagrada é falsa. Ainda mais, os melhores homens de todos os tempos têm sido propagandistas do erro e enganadores das massas. Se Deus não existe, não há explicação possível para a história do universo, que só tem servido para mistificar o homem. Se a história universal não prova a existência de Deus, ela não pode provar coisa alguma, porque a maior parte, ainda que indiretamente, trata de Deus. Se ele, pois, não existe, não há meio de explicar a história. Tudo se torna um mistério insondável.

Não podemos concluir a discussão deste assunto sem mencionar mais um monumento histórico que constitui uma das mais importantes provas da existência de Deus: a Bíblia Sagrada. Se Deus não existe, como explicaremos este livro extraordinário em seu poder? Seu único assunto, podemos afirmá-lo sem receio de contestação, é Deus. Porém, fazendo tal afirmação, assumimos a responsabilidade de explicar a maravilhosa influência deste livro. Como pode uma coisa falsa desde o princípio exercer tão benéfica e poderosa influência na história da civilização? Se a Bíblia é falsa, a mentira é mais poderosa que a verdade. Se a Bíblia é falsa, melhor é ser enganado do que acertar o caminho. Mas se Deus não existe, a Bíblia é falsa e a mentira há feito maiores conquistas que a verdade. Mas, se admitirmos a falsidade da Bíblia, somos forçados a apresentar uma explicação satisfatória do seu poder maravilhoso no coração humano. A Bíblia é o livro mais lido de todos em todo o mundo, e é o que traz maior consolação à alma. Por certo ficará muito satisfeito o autor que vir o seu livro traduzido em meia dúzia «lr línguas, pois este fato é incontestável recomendação do valor de sua obra. Mas a Bíblia já foi traduzida em 560 línguas e dialetos (I). Como explicar isto, se ela é falsa? É mais fácil admitir a existência de Deus do que negá-la, porque aquele que nega a existência de Deus, por causa de uma ou outra dificuldade, dá origem a milhares de dificuldades ainda maiores.

(I) As ultima estatísticas falam em mais de 1.500 línguas e dialetos nos quais a Bíblia, inteira ou em porções, já foi traduzida.

E mais fácil crer na existência de Deus do que crer que a raça humana, desde os seus primórdios, tem cultuado a mentira. É mais fácil admitir a existência de Deus do que afirmar que todos os templos, em todas as épocas e lugares, não representam mais que meros monumentos à mentira e são consagrados ao nada. É mais fácil crer na existência de Deus do que dizer que os melhores homens, os maiores benfeitores da humanidade foram não só enganados, como enganadores do próximo, propagandistas do erro e da mentira. É mais fácil admitir a existência de Deus do que afirmar que toda a literatura sagrada,

incluindo a Bíblia, é falsa. Aquele que negar a existência de Deus assume, diante da história, uma responsabilidade tão grande que lhe não é possível evitar nem dela pode eximir-se. Assim a história fortalece grandemente a prova da existência de Deus.

4. AS PERCEPÇÕES HUMANAS PROVAM A EXISTÊNCIA DE DEUS

As nossas percepções podem dividir-se em três classes: percepções do mundo objetivo, ou das coisas que nos rodeiam; percepções do mundo subjetivo, ou do nosso próprio ser; e percepções do mundo espiritual, ou percepções religiosas.

Convém notar agora que não podemos ter nenhuma dessas percepções sem que se apresente uma das referidas coisas, porque em toda percepção há três elementos essenciais, indispensáveis: quem percebe, uma coisa percebida e um ato de perceber. Se não há nada diante da mente, nada se percebe. Não se pode ter percepção do nada. Só podemos ter percepção daquilo que existe* do que vimos em algum tempo

passado ou vemos no presente, porque todas as percepções dependem dos objetos que as produzem. Se não existisse a árvore, não poderíamos ter percepção duma árvore. A percepção duma árvore prova que ela existe. Assim são também as percepções em relação a Deus. O coração humano tem uma percepção de Deus, e desde que a percepção depende do objeto que a produz, não se pode então negar a força do argumento. Todas as nossas percepções de Deus provam que há Deus. Pois, como já dissemos, não se pode ter percepção do que não existe. A percepção de Deus é a mais comum ao homem, logo, Deus existe. Ele é o objeto que produz estas percepções no homem. Ele é a causa, a percepção é o efeito. Se ele não existe, temos um efeito sem causa, uma percepção sem o percebido, o que é absurdo.

Alguém, porém, dirá que pode acreditar nas percepções das coisas que o rodeiam, ou nas da sua própria pessoa, mas não pode I crer nas percepções religiosas, porquanto estas são apenas frutos da imaginação. Vamos examinar ligeiramente esta idéia de que se não pode confiar em nossas percepções religiosas. Se a percepção de Deus não consta da sua existência, temos neste caso efeito sem causa, porque ninguém há que negue a existência desta percepção religiosa. Ainda mais, teríamos que confessar que a mente humana pode criar percepções até do nada, daquilo que não existe. Para termos a prova de que isto é absurdo, basta que procuremos pensar nalguma coisa que não existe. É impossível ao homem pensar, ter percepção do que não existe.

Ademais, se as percepções religiosas não são verdadeiras, nenhuma certeza temos das demais percepções nossas. Tudo quanto sabemos, assim do mundo como de nós próprios, pode ser uma inverdade, porque quando se nega o valor de uma percepção, cortam-se as raízes de todo conhecimento, de toda a ciência. Se não podemos confiar naquilo que percebemos, toda a ciência fica sem fundamento e sem razão de existir. O que nós sabemos, portanto, do mundo e de nós mesmos, só serve para nos enganar. Se não há nada que corresponda à nossa percepção, não há certeza de aprender. O homem acha que vê, mas não vê; julga que ouve, e não ouve; supõe que sente, mas não sente, porque, sem confiar na percepção do que temos, não há certeza nenhuma daquilo que se ouve, que se vê e sente. Se duvidamos de uma percepção, ficamos logo sem força para confiar em qualquer outra. Toda a ciência, desta maneira, fica reduzida a nada. Mas sabemos que não é assim. Vivemos num mundo honesto. Podemos confiar nas nossas percepções do mundo. O universo não nos engana. O Criador do universo é também o nosso Criador. Podemos, pois, acreditar nos nossos próprios olhos.

Ora, as percepções mais comuns são as percepções religiosas, ou as percepções que temos de Deus. E são estas as que continuamente se nos deparam através de toda a história. E a razão é que Deus existe, revelou-se aos homens e estes o têm percebido. As nossas percepções da terra, da criação, etc., dão-nos as ciências físicas, e, se não podemos acreditar nas percepções, logo, pela mesma razão, não podemos crer nas ciências físicas. As percepções que temos de nós mesmos dão-nos a psicologia. Mas, se não podemos confiar nela, ficamos sem saber coisa alguma de nós mesmos. As percepções que temos de Deus dão-nos a teologia; e esta ciência prova a existência de Deus da mesma maneira que a geologia prova a existência da crosta terráquea, a astronomia, a dos astros, a psicologia, a do homem. E não podemos deixar de crer numa dessas ciências sem cortar a base do nosso conhecimento de todas elas. É lícito, portanto, o uso de todas as nossas percepções religiosas quando procuramos provar a existência de Deus. Os Homens têm percebido Deus logo, Deus existe.

5. A FÉ PROVA A EXISTÊNCIA DE DEUS

Acabamos de discutir a prova da existência de Deus baseada nas percepções humanas, e concluímos que elas demonstram, com toda a clareza, que Deus existe. Se assim não fosse, tudo quanto sabemos ficaria reduzido à confusão, porque, se não podemos confiar em nossas percepções, havemos de desconfiar de todo o conhecimento que adquirimos. Mas as percepções referem-se só à mente, e é nosso desejo procurar mais uma prova da existência de Deus que seja uma expressão do homem todo. Sendo o homem criado' à

imagem de Deus, pode revelar-nos alguma coisa acerca do seu Criador. Na fé temos esta prova, que abrange o homem em seu todo. Desde que o homem foi feito à imagem de Deus, nele devemos encontrar a maior prova de que Deus existe.

Notemos, de passagem, que o argumento baseado na fé não é um argumento vão, porque a fé, sobre ser o alicerce de toda a vida, é também o alicerce de toda a ciência. A própria ciência física baseia-se na fé; temos fé na própria existência, na existência do mundo objetivo, na existência de outras pessoas; temos fé em nossas convicções, em nossos princípios, na justiça e no direito; fé em nossas faculdades, fé em nossos próprios testemunhos. Enfim, sem fé é impossível a ciência. A fé é a base de toda a vida social, comercial e religiosa. Sem fé, as relações comerciais e sociais tornar-se-iam dificílimas e até mesmo impraticáveis. A facilidade com que os indivíduos e as coletividades se comunicam e mutuam é devido à fé que existe entre eles. Por isso, consideremos a fé um testemunho valioso para testificar da existência de Deus.

Esta palavra tão pequena encerra uma significação tão vasta e profunda que mais fácil é descrevê-la que defini-la. Que é fé? Qual a sua função? Façamos neste sentido algumas considerações.

Tudo quanto existe pode ser dividido em duas classes: o que está em nós e o que está fora de nós. Mundo subjetivo é como denominamos tudo o que está em nós; e mundo objetivo o que está fora de nós. O mundo objetivo consta do céu, da terra e de tudo quanto para nós é objeto. Este mundo é muito vasto e riquíssimo em maravilhas. Os homens, não obstante, já o têm estudado muito. Os conhecimentos que temos do mundo objetivo são importantes, e, no entanto, cada dia os cientistas vão revelando novos mistérios.. Já se traçaram mapas de todo o globo, do céu e até do fundo dos mares. Com tudo isso, reconhecem os sábios que muita coisa desconhecida há ainda no mundo objetivo.

O mundo subjetivo, que é o que está em nós, sobre ser vastíssimo, é mui pouco conhecido. Consta ele de aspirações, desejos, apetites, necessidades e dos poderes do espírito. Ninguém jamais ousou traçar um mapa da alma humana. Nunca homem algum conseguiu sondar as profundezas da alma feita à imagem de Deus. O mundo em nós é vasto e consta só de necessidades e de poderes de cada pessoa. Não há em nós próprios nenhuma satisfação para as nossas necessidades.

E assaz interessante a relação existente entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo. Um é complemento do outro. Como vimos, no mundo subjetivo só há necessidades, aspirações, fome, sede, etc., mas só no mundo objetivo é que se encontra a satisfação para essas existências do mundo subjetivo.

Por outro lado, não há progresso no mundo objetivo, a não ser que os poderes do mundo subjetivo passem a operar nele. Segue-se, daí, que o progresso do mundo objetivo depende inteiramente do mundo subjetivo. É deveras interessante esta relação. Se o mundo subjetivo não se comunicasse com o mundo objetivo, o homem morreria, mas também o mundo objetivo ficaria inteiramente estacionário.

Mas, perguntará alguém: «Por que meio se estabelece o intercâmbio entre o mundo subjetivo e o objetivo, de maneira que os poderes do primeiro produzam progresso no segundo, e o segundo satisfaça às necessidades do primeiro?» Pela fé, respondemos. A fé é o poder pelo qual o homem satisfaz às suas necessidades subjetivas, pelo estabelecimento de uma relação íntima com o mundo objetivo. Também é pela fé que se opera a passagem dos poderes do mundo subjetivo para o mundo objetivo. Se não fosse a fé, o homem não poderia viver, e os dois mundos ficariam eternamente separados. Não haveria explicação nem de um nem de outro. Os dois mundos só se explicam quando relacionados e unidos. A fé, portanto, além de ser a base da vida, é o fundamento da verdadeira filosofia deste mundo. A fé é simplesmente maravilhosa. Ela é a ponte sobre a qual todos os poderes do mundo subjetivo passam para o mundo objetivo, e as satisfações do mundo objetivo passam para o mundo subjetivo. O tráfego entre os dois mundos é bem movimentado, e, quanto mais, melhor. Os dois se completam mutuamente; e a fé é o poder

maravilhoso que estabelece a relação entre eles, colocando um a disposição do outro e servindo, assim, de base à vida.

Falando Jesus sobre a fé e seu poder, disse: «Porque em verdade vos digo, que qualquer que disser a este monte: Ergue-te e lança-te no mar, e não duvidar em seu coração, mas crer que se fará aquilo que diz, tudo o que disser lhe será feito» (Marcos 11:23). Todos os grandes empreendimentos do homem são monumentos da fé. É a fé do homem que vai operando constantemente a transformação do mundo. Os grandes navios que sulcam os oceanos, as locomotivas que parecem encurtar as distâncias, os aviões que dominam os ares, o rádio, que liga, num segundo, -os extremos da tenra, enfim, todo o desenvolvimento das ciências, das artes e das indústrias é o resultado da fé. É a fé que faz o homem progredir assim interiormente como exteriormente, porque o coração do verdadeiro progresso é o progresso do coração.

Os objetivos da fé podem ser divididos em três classes: as coisas materiais, as intelectuais e as espirituais. A fé nas coisas materiais pode dar bom testemunho quanto à existência delas pela necessidade que delas sentimos. Como já vimos, a fé é o poder que nos dá a certeza tanto das nossas necessidades como da satisfação delas. Pela fé o homem sabe que tem fome e que tem sede. Pela fé lhe são reveladas as suas verdadeiras condições. Pela fé o homem é levado a buscar no mundo objetivo a satisfação das suas necessidades. A fé revela a fome, e aponta para o pão; revela a sede, e indica a água. E assim, para cada necessidade há uma satisfação. A fome do infinito prova o infinito.

Segue-se, pois, que o homem come e bebe pela fé. A fé nas coisas materiais nunca enganou o homem. Quando ela revela uma necessidade e aponta para a sua satisfação, têm-se a certeza de encontrar ali a satisfação dessa necessidade, porque a fé declara a existência da satisfação com a mesma autoridade com que a fome declara a existência da necessidade de pão. A fé, por sua própria natureza, não pode enganar; ela diz sempre a verdade e sempre fala com autoridade, tanto no que diz respeito à necessidade como no que se refere à satisfação dos seus anelos. Assim é como a fé opera no mundo físico.

O modo por que a fé opera no mundo intelectual não é diferente. Há no homem sede e fome da verdade. Todos querem aprender e conhecer a verdade, mas, infelizmente, nem todos têm uma fé viva nas coisas intelectuais. Isto é, nem todos reconhecem as suas necessidades intelectuais, e, por isso, não buscam satisfazê-las. Não havendo fé, nada há que leve o homem a buscar a verdade. A fé, em muita gente, é morta e nada produz. Mas aqueles que têm fé nas coisas intelectuais têm tido ocasião de experimentar as maiores satisfações do intelecto.

Assim como a fé em relação às coisas materiais não enganou ao homem, igualmente não o enganará em relação às intelectuais. Ela revela ao homem a necessidade da verdade e leva-o a procurá-la. E os que a obedecem acham na verdade a satisfação intelectual. Tudo acontece ao homem conforme a fé. «Seja feito conforme à tua fé», são palavras de Jesus Cristo, nosso Mestre.

Como a fé descobre as necessidades físicas e intelectuais do homem e o induz a buscar a sua satisfação, de igual maneira ela opera no mundo espiritual. A fé revela ao homem a grande necessidade de um Salvador. Foi quando tocado pela fé que o Salmista exclamou: «Assim como o cervo brama pelas correntes das águas, assim brama a minha alma por ti, ó Deus!» (Salmos 42:1). A fé que nos revela a necessidade, esta mesma fé aponta-nos Deus como a única fonte onde encontraremos satisfação para todas as nossas necessidades espirituais. A fé descobre no homem a sua fome e sede espiritual, afirmando-lhe, do mesmo modo, a existência d'Aquele que lhe dá tudo o de que precisa. E a fé que cria e transforma o universo, porque estabelece a relação entre os dois mundos, o subjetivo e o objetivo, isto é, o mundo das necessidades e o da satisfação das mesmas, colocando um à disposição do outro. A fé revela ao homem a necessidade de Deus; declara-lhe que ele existe e que é a fonte da satisfação de todas as necessidades do espírito.

Será possível que a fé nos engana justamente naquilo que mais nos interessa? Perguntamos: Há de fato pão para matar a fome, água para saciar a sede e luz para os olhos? Certamente há tudo isso, a fé no-lo afirma. Que razão há então para duvidar-se da existência de um Deus que pode satisfazer a todas as necessidades da alma, se a mesma fé que revela a fome e nos mostra o pão, que revela a sede e nos depara a água, que nos revela a fome e a sede intelectual e nos indica a verdade, é a mesma que nos revela as necessidades do espírito e nos afirma a existência dAquele que pode satisfazê-las? Pois, se há pão e água para o corpo, verdade para o intelecto, certamente há também Deus para a alma. A fé faz-nos saber que para cada necessidade há uma satisfação. E se ela não nos engana nas coisas materiais e intelectuais, também não nos enganará quanto às nossas maiores necessidades e à satisfação delas. Concluimos, pois, que «a fé é o firme fundamento das coisas que se esperam, e a prova das coisas que se não vêem» (Hebreus 11:1).

O conhecimento derivado da fé é dos mais seguros, e pode dar certeza ao homem tocante ao que ele deseja e necessita. Há uma idéia muito vulgar de que a fé é contrária à razão. Dizem que onde se não pode ver, aí o homem tem que andar pela fé, como se a fé fosse cega. Mas é exatamente o contrário. O conhecimento que nos vem pela fé é o mais certo, o mais sólido que há, porquanto é aquele em cuja experiência está envolvido o homem todo.

Notemos mais alguma coisa no tocante à segurança do conhecimento derivado da fé. Afirmamos já que este conhecimento não admite nenhuma dúvida. O apóstolo Paulo, tocado pela fé, disse: «...eu sei em quem tenho crido, e estou certo de que é poderoso para guardar o meu depósito até aquele dia» (II Timóteo 1:12). Uma comparação dos conhecimentos que nos vêm pela fé com os demais que se adquirem nas escolas servirá, talvez, para esclarecer este ponto.

O nosso conhecimento de matemáticas é puramente intelectual e sujeito a muitas imperfeições, porque a mente humana é finita e falha, muito falha mesmo. O conhecimento que temos de um amigo é mais seguro, porque envolve mais do nosso ser, isto é, além da nossa faculdade de pensar, envolve também a de sentir. Pode-se dizer que o nosso conhecimento de matemáticas vai dos olhos ao alto da cabeça, porém o conhecimento que temos de nossa mãe é desde o coração, porque dele faz parte não só o poder da mente como dos sentimentos. É um conhecimento que abrange a cabeça e mais o coração. Assim é também o conhecimento que nos vem pela fé, porque ele abrange todo o nosso ser.

Sei que o pão mata a fome e que a verdade sacia a sede da mente, porque já tenho experimentado um e outro fato. Sei também que há um Deus, e isto sei não somente com a cabeça, mas com todo o meu ser, desde a planta dos pés. A fé é que me trouxe este conhecimento. Este meu saber é mais seguro porque aprendi pela fé, com toda a minha mente, com todo o meu coração e com todo o meu ser. O homem todo, pela fé, conhece que há pão para o corpo, que há verdade para a mente e Deus para a alma. Este conhecimento é absolutamente certo. Aqui não pode haver engano para o homem. Se alguém duvida, é porque é cego, e não vê, é surdo, e não ouve, é morto e não sente. Eis por que dizia o Apóstolo: «...eu sei em quem tenho crido, e estou bem certo de que é poderoso para guardar o meu depósito até aquele dia.»

6. A EXPERIÊNCIA CRISTÃ PROVA A EXISTÊNCIA DE DEUS

Em nossa discussão sobre a existência de Deus examinamos o universo, a história universal, as percepções humanas e a fé. Desejamos, agora, considerar a experiência cristã do homem para ver se nela encontramos alguma evidência da existência de Deus. Pois, se o pão existe e a fé nos leva a comê-lo, devemos encontrar nesta experiência alguma coisa que testifique da existência do pão. Se a verdade existe e a fé nos leva a procurá-la, devemos ter no resultado desta experiência uma vida intelectual. E esta vida intelectual devia, sem dúvida alguma, provar a existência da verdade. Finalmente, se Deus existe e a fé leva o homem a procurar comunhão íntima com ele, devemos encontrar nesta vida espiritual alguma coisa que prove a

existência de Deus. Muita razão, portanto, nos assiste em buscar, na experiência cristã do homem, provas da existência de Deus.

Até agora, em nossa argumentação para provarmos a existência de Deus, não temos lançado mão do cristianismo, nem da revelação cristã de Deus ao homem, e nem de qualquer outra forma de religião. Temo-nos baseado exclusivamente nos fatos do universo físico e no homem como ser físico, moral, intelectual e espiritual. Desejamos agora considerar a vida espiritual do homem para ver se descobrimos mais algum elemento que, além dos demais já estudados, estabeleça mais uma prova da existência de Deus.

Se há um Deus, ura Deus segundo a definição que temos esboçado, ele deve revelar-se ao homem. É impossível pensar que um Deus como este se não revele. Reconhecemos que é possível ao homem conhecer a Deus. Um Deus bom, indubitavelmente, procuraria estabelecer uma relação íntima entre si mesmo e o homem. Isto aconteceu. Deus é como a luz: não se esconde. Estamos seguros de que Deus se revelou ao homem; portanto, há no mundo o que se denomina revelação divina.

O cristianismo ensina a existência de um só Deus, e este Deus está revelado em Cristo Jesus. Tal é o ensino básico do cristianismo.

Será verdadeiro este ensino? Existe realmente este Deus? Como podemos saber se existe ou não? Temos alguma prova satisfatória? Vejamos. Há pão? Há fome? Satisfaz o pão à fome? Como saberemos? Comendo o pão, experimentando-o. Assim também, a última prova da existência de Deus consta de uma experiência íntima do homem com ele. É pela experiência que a luz alumia os olhos e que o som se faz sentir aos ouvidos. É pela experiência que podemos alcançar a mais absoluta certeza da existência de Deus. Não nos devemos esquecer, porém, de que a fé é a base deste conhecimento.

O filhote da águia, naturalmente, sente, quando ainda em desenvolvimento, que deve haver apoio em suas asas, mas somente quando abandona o ninho é que põe as asas à prova e experimenta que o ar corresponde à sua capacidade de voar. O modo mais prático de eliminar qualquer dúvida é experimentar a verdade. Assim, também, a prova final da existência de Deus pode-se obter experimentando-o, o que é possível, porque Deus pode ser experimentado, e é capaz de fazer parte da experiência do homem.

Afirmamos, porém, que esta experiência já foi feita muitas vezes através dos séculos, e o resultado foi sempre satisfatório. Os homens têm comido do pão espiritual, têm bebido da água da vida e já aprenderam a verdade pela revelação de Deus. O próprio cristianismo é uma prova da comunhão do homem com Deus. Em todos os tempos e em todos os lugares onde os homens têm erguido as mãos, implorando o auxílio divino, têm sempre encontrado a mão poderosa de Deus que para eles se estende. Em qualquer parte aonde foram, levados pela fé, aí os homens se encontraram com Deus. O mundo presentemente está cheio de cristãos que podem testificar da existência de Deus dentro do próprio coração.

Além de tudo isso, a vida destes cristãos constitui um dos mais poderosos testemunhos da existência de Deus e da veracidade das suas experiências com ele. A vida destes torna-se inexplicável quando se nega a existência de Deus. O homem transforma-se completamente pela experiência com Deus. Será possível que todos eles, ainda mesmo os melhores que existiram, estavam enganados? Será possível que essas experiências se assentavam em bases falsas? Isto é impossível admitir, porque elas se vão repetindo por séculos e através de todo o mundo.

Por esta experiência com Deus, sempre abundante em frutos na vida do homem, manifestam-se também outros resultados. Como já notamos em outro lugar, a presença de Deus é frutífera. Quando o homem come o pão, recebe uma nova vida física. A mudança na vida é outra prova de que o pão existe e que o homem já o comeu. A mesma coisa acontece quando se aprende a verdade. A nova vida intelectual não só prova a existência da verdade, mas também a íntima comunhão entre ela e o homem. O homem torna-se nova

criatura pela experiência com Deus. E esta nova vida espiritual testifica não somente da existência de Deus, mas também da íntima comunhão entre ele e o homem.

Até os «não-crentes» testificam desta experiência dos crentes com Deus. Admiravam-se os fariseus da transformação operada na vida dos apóstolos, e davam, na verdade, uma excelente e mui suficiente explicação: «conheciam que eles (os discípulos) haviam estado com Jesus.» É o que acontece hoje. É tão grande a transformação na vida regenerada, que até os que não crêem nem aceitam o evangelho a reconhecem.

A experiência cristã, portanto, prova de maneira indubitável a existência de Deus, o que o nosso espírito aceita, com segurança, como verdade. Milhões e milhões de homens, dentre os melhores que sempre existiram, têm feito esta experiência e sempre com o mesmo resultado. De ordinário, quando nos laboratórios se confirma o resultado de uma experiência uma dúzia de vezes, aceitam-na os cientistas como lei. Mas neste caso da existência de Deus a experiência há sido feita em todas as condições que se podem imaginar, entre todos os povos, em todos os tempos, e o resultado foi sempre o mesmo. Poderemos ter mais dúvidas a esse respeito? Não há razão para isto. As experiências que temos tido com Deus provam de modo inconcusso a sua existência.

Para reforço deste argumento, relatarei um fato ocorrido bem próximo ao meu lar. Estavam um dia uns trabalhadores a cortar uns fios de eletricidade que, em noite tempestuosa, haviam caído ao solo. Um deles, ignorando o perigo, tocou um dos fios e morreu instantaneamente, fulminado. Chegando ao local outro trabalhador que estivera ausente, perguntou qual a causa do desastre. Explicou-lhe um dos companheiros o ocorrido em todos os seus pormenores. Mas o companheiro duvidou, e quis experimentar: colocou a mão no mesmo fio fatal e também morreu. Agora pergunto: o que presenciara a morte dos dois seria capaz de duvidar de que a eletricidade mata? Certamente não. Mas, se os que haviam morrido pudessem recuperar de novo a vida, qual seria o testemunho deles? Sem dúvida seria ainda mais forte e positivo que o daquele que não chegou a experimentar em si mesmo o poder da energia elétrica.

Ora, em se tratando de provar a existência de Deus pela experiência cristã, é o morto que testifica, e não um só, porém milhares sobre milhares deles, de todos os tempos e de todas as raças, os quais já morreram e foram em seguida vivificados em Cristo Jesus para uma nova vida. «E vos vivificou, estando vós mortos pelas ofensas e pecados» (Efésios 2:1).

7. OBJEÇÕES ÀS PROVAS DA EXISTÊNCIA DE DEUS

Há duas objeções gerais contra a crença na existência de Deus. A primeira é de ordem intelectual; a segunda, moral.

7.1. Objeção Intelectual. A objeção intelectual parte daqueles que, observando o universo, acham que é desnecessária a existência de Deus. Tudo se move com regularidade em seus eixos. Acham que não é necessário afirmar mais que uma lei natural. Se plantam os e cultivamos uma semente, ela produzirá o fruto segundo as leis da natureza, sem auxílio de quem quer que seja. E assim é com todo o universo. O sol levanta-se e põe-se sem a intervenção de ninguém. A lei da atração dos corpos é suficiente para explicar o equilíbrio de todos os planetas do universo, e a lei da evolução basta para explicar o seu desenvolvimento. Tudo é governado pela lei da natureza. Não há mister, pois, de afirmar mais do que isso. Assim argumentam.

A nossa resposta a esta objeção é a seguinte: admitimos a existência desta lei natural em toda parte. Segundo ela, a semente semeada germina, cresce e produz o fruto conforme a sua espécie; o sol surge no oriente e põe-se no ocidente; e o universo está em constante desenvolvimento. Perguntamos, porém: que é lei natural? Uma lei em si mesma nada é, não tem nenhum poder. Uma lei representa somente o modo de

alguém governar. A lei não é agente. O governo brasileiro não administra pela lei, mas segundo a lei. É o governo quem dirige. A lei em dia nenhum governou, não governa e jamais governará. As leis são apenas o guia, a maneira de o governo agir. Assim é com todas as leis, tanto naturais como civis.

Deus governa o universo segundo as suas leis, e o motivo por que há tanta lealdade, tanta obediência a todas as leis é porque há um Governador onisciente e onipotente. A lei é simplesmente a prova da existência de um legislador. E, se julgarmos pela fidelidade com que o universo obedece às leis naturais que o regem, ficaremos admirados ante o poder de governar que Deus tem. Portanto, em vez de serem as leis uma objeção, constituem uma prova a mais da existência de Deus, aliás, uma grande prova. Porque, se há uma lei, e se esta lei é obedecida, forçado é haver um legislador e um executor das leis. Afirmamos, novamente, pois, que há um Deus, Espírito Pessoal, perfeitamente bom, que criou, sustenta e governa tudo segundo as leis dadas por ele mesmo à criação.

7.2. Objeção Moral. A objeção moral é mais séria e baseia-se na presença do mal no universo. O mal é contrário à bondade perfeita de Deus, e não pode ser aprovado por ele. Há um abismo intransponível entre Deus e o mal. Por isso, dizem, se há um Deus, ele não é onipotente, e se ele é onipotente, logo não é bom. Se ele é bom e onipotente, por que não acaba com todos os padecimentos, injustiças, guerras e todas as misérias da humanidade?

A existência de tudo isso, dizem eles, deve-se ou à impotência de Deus ou ao seu indiferentismo. Se ele tem o poder e se é bom, por que não põe fim aos males que afligem a humanidade, especialmente em se tratando de tantos inocentes que, em casos de guerra, sofrem horrores incalculáveis? Já se vê que estamos diante de um problema difícil. A objeção moral da existência de um Deus perfeitamente bom e onipotente é uma objeção bem mais séria do que a intelectual.

Propusemo-nos provar a existência de um Espírito Pessoal, perfeitamente bom, que, em santo amor, criou, sustenta e governa tudo; mas, diante dessa objeção, torna-se ainda mais difícil a nossa tarefa.

O único documento que temos acerca do princípio de todas as coisas é a Bíblia. Recorramos, pois, a ela. Desejamos o seu testemunho sobre o estado das coisas nos primeiros dias da criação.

Segundo a Bíblia, Deus não somente achou bom, mas muito bom tudo quanto criou. No Éden não havia a menor sombra de desarmonia ou de contenda.

Ensina-nos também o Livro Sagrado que Deus criou o homem livre. O homem podia seguir a sua própria vontade ou a vontade divina. Havia no Éden a árvore da ciência do bem e do mal, e desta maneira se oferecia ao homem a oportunidade de exercer a escolha, o livre arbítrio.

Mas diz ainda a Bíblia que Deus avisou o homem das conseqüências que, certamente, lhe sobreviriam de um passo dado no erro. Porém, livre que era, o homem podia escolher segundo o seu próprio prazer. Perguntará alguém: «Por que havia a árvore da ciência do bem e do mal?» Ora, a razão é fácil de achar-se. Se o homem era livre, tinha necessidade de fazer uso da sua faculdade de escolha, e a existência daquela árvore era o meio pelo qual podia fazer uso desta faculdade. No entanto, o que Deus criara para o bem tornou-se em maldição e mal, pelo mau uso que o homem fez do bem. Não nos devemos esquecer, jamais, de que tudo quanto Deus criou foi para o bem do homem.

Seja como for, não podemos culpar a Deus pelas conseqüências do ato praticado por Adão. Todas as coisas criadas existem para o bem do homem, mas acontece, não raro, que pelo mau uso, elas se lhe tornam em mal. «Assim que a lei é santa, e o mandamento santo, justo e bom. Logo, tornou-se o bom em morte?» (Romanos 7:12,13). «E o mandamento que era para a vida, esse achei que era para a morte» (Romanos 7:10). Assim escreveu o apóstolo Paulo.

O homem desobedeceu a Deus, comendo do fruto da árvore da ciência do bem e do mal, e isto se lhe tornou em pecado. O que Deus criou para a vida, o homem usou-o para a morte; o que era para glória, o homem fê-lo uma vergonha. Deus queria que o homem fosse um ser moral livre e bom, porém, pelo seu procedimento, o homem tornou-se mortal e escravizado. Podemos dizer, sem medo de errar, que a desgraça saiu desta fonte maldita. Podemos afirmar que a desgraça humana é o pecado. É injusto, muito injusto lançar sobre Deus a culpa da queda da raça humana. Deus criou o homem bom e livre, e ensinou-lhe o caminho da glória; o homem, porém, desprezou este conselho, e tornou-se escravo do pecado. Só ele, então, é o culpado de todos os males, de todas as misérias da terra.

Para maior prova da bondade de Deus, temos o fato de que, mesmo não tendo culpa na queda do homem, não o desprezou, mas continuou o seu grande trabalho de edificá-lo à sua imagem. Deus continuou a executar o plano da salvação, custando-lhe, embora, o sacrifício da vida do seu Filho unigênito. A fim de trazer de novo a liberdade ao homem. Deus «deu seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele cri não pereça, mas tenha a vida eterna» (João 3:16).

Diz-nos o apóstolo Paulo que Deus fez tudo isso para o homem quando este era ainda inimigo dele (Romanos 5:8). Por isso, a bondade de Deus fica estabelecida sobre todos os pontos de vista. Não obstante as objeções assaz difíceis que se levantam, podemos afirmar novamente que Deus é BOM e ONIPOTENTE. Ele é Espírito Pessoal, perfeitamente bom, que, em santo amor, criou, sustenta e governa tudo. As provas da sua existência e da sua bondade, encontramos-las no universo, na história, em nossas percepções, em nossa fé e em nossas experiências com ele. «Senhor, tu tens sido o nosso refúgio de geração em geração. Antes que os montes nascessem, ou que tu formasses a terra e o mundo, mesmo de eternidade em eternidade tu és Deus» (Salmos 90:1, 2).

A DOCTRINA DE DEUS

2.4 —A RELAÇÃO DE DEUS COM O UNIVERSO

1. Deus E a Origem do Universo
2. Deus Ê um Espírito Livre Maior Que o Universo
3. Deus Governa o Universo por um Método Uniforme
4. Deus Tem um Propósito Espiritual para com o Universo
5. Deus, como Criador, Tem o Direito de Governar o Universo Todo
6. Deus Governa Diretamente Todo o Universo, Exceto a Parte Referente aos Seres Morais
7. A Atitude de Deus para com o Universo Ê a de um Sábio, Santo e Fiel Criador, Que E Pai e Servo das Suas Criaturas
8. A Soberania dc Deus Sobre os Seres Livres Ê Exercida por um Governo Moral
9. Deus Não Destrói, peia Predestinação, a Liberdade do Homem, Que E Essencial a um Governo Moral

10. Deus Providencia Sobre o Universo

11. Deus Não Impediu a Entrada do Mal no Universo

12. Alguns Pontos Vitais Relacionados com o Assunto do Capítulo

- a) Deus é uma Pessoa, um Ser Livre
- b) O homem é também um ser livre e responsável
- c) Deus é Amigo e Juiz.
- d) Em Deus não há arbitrariedade

A RELAÇÃO DE DEUS COM O UNIVERSO

Ao tratarmos da relação de Deus para com o universo examinaremos os seguintes pontos:

1. DEUS É A ORIGEM DO UNIVERSO

As Escrituras Sagradas declaram-nos que Deus criou o universo. Concluímos, daí, que o universo não tem existência própria. Não é eterno, teve princípio e, por conseguinte, terá fim. Quando foi criado o universo não impende à teologia investigar. Este problema é inteiramente científico, e não teológico. Se a ciência puder descobrir a data da criação e resolver esta questão, a teologia lhe ficará muito agradecida. A Bíblia nada diz sobre este QUANDO da gênese. Ela apenas declara: «No princípio criou Deus os céus e a terra.» Reafirmamos, pois, o que dissemos no início deste capítulo: DEUS É A ORIGEM DO UNIVERSO.

2. DEUS É UM ESPÍRITO LIVRE MAIOR QUE O UNIVERSO

Em nosso estudo da existência de Deus asseveramos que, sendo Deus o Criador do universo, não pode ser menor do que ele, visto que, como já sabemos à saciedade, a causa não pode ser menor do que o efeito. Prosseguindo em nossas considerações, veremos que Deus é um Espírito Livre maior que o universo, que está em constante atividade por toda parte, e que habita no universo, sem, contudo, estar por ele envolvido. Assim como o espírito do homem é maior do que o corpo, Deus é maior do que o universo.

Quanta vida de cafeeiro há? Quanta vida há envolvida num só cafeeiro? Se o mundo todo se enchesse de cafeeiros, esgotar-se-ia a fonte de vida dessa planta? Não. Haveria, certamente, vida para todos quantos aparecessem e ainda para muitos mais. A vida do cafeeiro é muito maior do que a vida de um cafeeiro. Assim é também com Deus em relação ao universo. O espírito é sempre maior que o corpo, e as suas capacidades de vida estão muito além da capacidade do corpo. Deus também é muito maior que o universo.

A afirmação que acabamos de fazer, de que Deus habita no universo e é maior do que este, encerra duas verdades preciosas: a imanência e a transcendência de Deus. Estas duas idéias são básicas na teologia.

Entende-se por imanência que Deus está no universo, não só onipresente, mas presente. Entende-se por transcendência que a capacidade de Deus é inexaurível, e é sempre superior às suas atividades aqui no universo. Deus não está ocupado de tal maneira que não poderia, se quisesse, atender a muitos outros universos como este. Deus é imanente porque habita no universo, e é transcendente do universo.

As idéias de imanência e transcendência são, às vezes, consideradas opostas entre si, mas não deve ser assim, por isso que ambas são necessárias para que tenhamos uma idéia verdadeira de Deus. Transcendência sem imanência nos daria deísmo, e imanência sem transcendência nos daria panteísmo. É certo que nenhuma dessas verdades existe sem a outra, e as duas coexistem em Deus. A sua onipresença é a sua imanência, porém é tanta a vida que há em Deus, e tão grande o seu poder, que, ao invés de se ocupar só com o universo, Deus transcende de tudo. A sua onipotência excede a todas as necessidades do universo. A presença de Deus no universo é fatal ao deísmo, e a liberdade de Deus é a morte do panteísmo. «Tudo é Deus» não é verdade, nem tampouco o é «Deus é tudo». É verdade, porém, que dele, por ele e para ele são todas as coisas.

3. DEUS GOVERNA O UNIVERSO POR UM MÉTODO UNIFORME

Método uniforme é lei. Onde quer que seja empregado método uniforme, aí há sempre uma lei. Quando dizemos, pois, que Deus governa segundo um método uniforme, queremos dizer que ele estabeleceu leis segundo as quais dirige todas as coisas.

Devemos ter muito cuidado no uso que fazemos deste termo lei. Não devemos nunca pensar da lei como uma entidade independente. A lei não é uma entidade: é um método, um plano. Dizemos, não raro, que o universo é governado pela lei. Não é verdade. A lei não governa coisa alguma. Quem governa, não governa pela lei, mas segundo a lei. Isto quer dizer que a lei é apenas um método segundo o qual alguém governa. A lei em si mesma não tem nenhuma força, é simplesmente um método. É o método de uma inteligência, de uma força, porque sem inteligência não há lei, e sem força não há governo. Como já demonstramos, a presença da lei no universo é prova da existência de um ser inteligente, de um governador, de um Espírito Pessoal, perfeitamente bom, que, em santo amor, criou, sustenta e governa tudo.

De ordinário, o método do governo de Deus consiste no desenvolvimento do universo, isto é, na evolução. (Não usamos, aqui, este termo no seu sentido científico.) E este um método progressivo, de dentro para fora, mas sempre às ordens de Deus. Após haver criado céus e terra, disse Deus: «Produza a terra erva e árvores.» E a terra cobriu-se de opulenta vegetação. Este foi sempre o seu método, desde o primeiro dia da criação até hoje. Este método indica primeiramente um envolvimento feito por Deus, e, em segundo lugar, uma evolução dirigida por Deus. Foi necessário que houvesse primeiramente envolvimento, depois evolução. Por isso. Deus, na criação, envolveu e depois, através dos séculos, evoluiu o universo. O universo de hoje, comparado com o universo da gênese, dá-nos uma idéia perfeita da obra de Deus. Mas o universo de agora não é o que ele ainda será, no futuro, por isso que Deus está trabalhando, e o seu método há de produzir resultados gloriosos na perfeição do universo, assim para a glória sua como para o bem-estar das suas criaturas.

Este método de Deus não impede que ele, em qualquer ocasião, opere por maneiras diferentes, porque a evolução de que aqui falamos é uma evolução por Deus mesmo dirigida. Deus é um Espírito Livre, e pode agir sem estar escravizado a este ou àquele método, pois, sendo o Autor, pode adotar outro método, se quiser. O milagre de fazer da água vinho é um destes casos. Sabemos que o vinho, em todo tempo, é feito pela passagem da água na videira e na uva; mas Jesus desprezou este método e adotou outro, que é o direto. E isto o que se chama maravilha.

Se Deus é Espírito Livre, sem dúvida nenhuma, pratica, amiúde, atos que não pertencem a este ou àquele método por nós conhecido. E quando isto acontece neste mundo, dizemos que ocorreu um ato sobrenatural. Mas, sobrenatural para quem? Para Deus, ou para o homem? Para o homem, certamente, porque para Deus tudo o que ele mesmo faz é natural; e só é sobrenatural para os seres que lhe são inferiores. Assim é toda a natureza. Por exemplo, o comunicar-se por escrito é coisa sobrenatural ao irracional, e perfeitamente

natural ao homem. E muitas coisas há naturais ao animal e sobrenatural à planta. Um ato sobrenatural quer dizer, neste caso, acima do natural para aquele que o aprecia, e não para quem o pratica.

As maravilhas são atos sobrenaturais ao homem, porém perfeitamente naturais a Deus. Já notamos que Deus é Espírito Livre, muito superior a nós, e, portanto, o que é natural ao homem não pode, de modo algum, abranger tudo o que é natural a Deus. Daqui as possibilidades das maravilhas, porque Deus difere de nós e nos é superior, e é também livre em todos os seus métodos de agir. O homem, por natureza, é limitado porque não pode transpor os limites das leis naturais; mas Deus, como Espírito Livre, pode agir fora delas.

Cumprir notar, todavia, que uma maravilha tem que ser rara, porque, de outro modo, à força de repetir-se, fica estabelecido outro método de se fazerem as coisas; e, uma vez que Deus já adotou um método, não há mister de outro. Chamamos maravilha a um ato que se opera por um processo diferente, que não está de conformidade com as leis conhecidas, e para que este ato constitua uma maravilha, força é que se não repita com frequência.

Ora, se há possibilidade de maravilhas, fica então demonstrado que o poder executivo de Deus não se limita a um único método. Sendo livre, pode agir como bem entender, sem quebra de lei alguma. Temos aqui a base universal da oração. Se Deus pode operar uma maravilha, que é um ato alheio às leis naturais, pode também responder às orações dos homens. Se Deus obra milagres quando estes se tornam necessários, pode também responder às súplicas de seu povo agindo por maneiras diferentes daquelas já estabelecidas pelas leis naturais, sem se tornar, por isso, infiel às mesmas leis.

Convém considerar, ainda mais, que a oração é um dos métodos de Deus no desenvolvimento do universo físico. Acham-se em João. capítulo 15. verso 7, as condições para uma oração eficaz: «Se vós estiverdes em mim, e as minhas palavras estiverem em vós, pedireis tudo o que quiserdes, e vos será feito.» Os desejos dos homens, as suas súplicas, têm que estar de acordo com a vontade de Deus.

4. DEUS TEM UM PROPÓSITO ESPIRITUAL PARA COM O UNIVERSO

Um espírito capaz de dar existência a um universo tal como o que contemplamos não o faria sem ter em vista um mui grande propósito; grande, compreensivo e até glorioso para o próprio universo.

A ordem, a unidade, a uniformidade que notamos no universo inteiro testifica deste grande propósito do seu Criador. Certamente há um alvo, por Deus fixado, e para esse alvo caminha o universo inteiro. Há um fim glorioso, por causa do qual e para o qual foram criadas todas as coisas. E, este alvo sublime, este fim glorioso, é todo moral e espiritual.

Desde que Deus é Espírito, o fim de todas as coisas há de ser espiritual. O universo inteiro só pode ser realmente compreendido' do ponto de vista espiritual. Há nele seres espirituais, e é bom que achemos o verdadeiro propósito de Deus em criá-los. Ainda mais, está idéia é primeiramente sugerida, pelo menos, no fato de que cada reino inferior serve ao reino superior. O reino mineral serve ao reino vegetal, este, por seu turno, ao animal, o animal ao homem (que é a coroa da criação), e o homem, finalmente, a Deus. Tudo se relaciona muito intimamente, como se vê, com este grande propósito espiritual.

Também, na bondade perfeita de Deus temos outra prova poderosa de que o seu propósito no universo é inteiramente espiritual. Sendo Deus perfeitamente bom, só poderia marcar o melhor e mais sublime alvo para a sua criação.

A melhor definição que poderíamos apresentar deste propósito espiritual que Deus tem para com o universo seria a seguinte: O propósito de Deus em criar, sustentar e dirigir o universo é criar espíritos livres,

capazes de bondade, e trazê-los em íntima comunhão consigo mesmo. Isto é o que a revelação cristã nos ensina sobre o propósito de Deus para com o universo. Tudo tem por fim a glória de Deus e a salvação do homem.

5. DEUS, COMO CRIADOR, TEM O DIREITO DE GOVERNAR O UNIVERSO TODO

Se Deus é o Criador de tudo, segue-se que tudo depende dele. A criação é dependente do criador. Por isso tem Deus todo o direito, direito que lhe é inerente, de governar toda a criação, desde o reino mineral até o reino moral.

A natureza do governo de Deus sobre os demais reinos abaixo do reino moral é governo absoluto. Só existe uma única vontade — a de Deus.

No reino moral, porém, já não acontece o mesmo, porque há mais de uma vontade: além da vontade de Deus, há também a do homem. Todavia, se o homem não fora criado livre, não haveria este reino moral, não lhe teria sido possível cair e nem ser salvo, se caísse. Neste reino não é absoluto o governo de Deus; isto é, a vontade de Deus não é a única que existe. Sobre essa criatura moral a sua autoridade de governar não depende tanto do seu poder de governar como do seu caráter. Se houvesse, por hipótese absurda, um Deus mau, o homem não seria obrigado a obedecer-lhe. Por isso, se bem que a autoridade de Deus sobre o reino mineral, vegetal e animal dependa do seu poder, a sua autoridade sobre o homem depende da sua bondade perfeita. O homem deve obedecer a Deus porque ele é perfeitamente bom.

Convém notar que a autoridade de Deus sobre os homens também depende do seu poder de governar, porque o soberano que não tem poder não pode ser soberano. Deus é soberano não somente porque é digno, senão também porque tem o poder de o ser.

Não há, entre os homens, autoridade que se compare à de Deus, salvo, talvez, a de um bom pai, mas muito bom mesmo; porque em todos os governos o poder de governar atribui-se ao governador. O governador governa por intermédio de uma constituição ou por outro qualquer modo. O direito de governar não lhe é inerente, porém é-lhe emprestado, outorgado. Com Deus não é assim: o direito que ele tem de governar é-lhe inerente, é um direito que parte dele próprio. Ninguém tem o direito de governar como Deus tem. A soberania de Deus é a única, é eterna, e ela há de existir enquanto existir a relação entre o Criador e a criatura.

6. DEUS GOVERNA DIRETAMENTE TODO O UNIVERSO, EXCETO A PARTE REFERENTE AOS SERES MORAIS

A vontade de Deus em relação a toda a criação, exceção feita do homem, é inteiramente absoluta, como acabamos de observar. Abaixo do reino moral não há outra vontade além da vontade de Deus. Por exemplo, a vida da planta se acha totalmente debaixo da vontade de Deus, que se revela na própria natureza da planta. O mamoeiro não pode produzir bananas. Se qualquer planta produz alguma coisa, tem que produzir o que Deus mandou, conforme as leis naturais por ele estabelecidas. Assim acontece com tudo quanto existe nos reinos inferiores ao reino moral. Neles Deus exerce uma direção absoluta e imediata. É deveras interessante observar que jamais houve planta ou animal que desobedecesse à vontade de Deus, inscrita na própria natureza da planta ou animal. Nos reinos abaixo do reino moral, a vontade de Deus é feita como nos céus.

Mas Deus criou também seres morais, seres livres: os homens. Depois de haver criado o homem, deu-lhe Deus vontade própria. Por isso a vontade de Deus, neste reino, não é a única, nem tampouco, infelizmente, é ela realizada sempre. Parece que Deus se limitou, criando o homem com livre arbítrio, mas logo veremos que não é assim, quando consideramos que, em criar o ser moral, operou ele a maior maravilha, a coroa de

toda a criação. Em criar e governar um ser moral, Deus, ao invés de limitar o seu poder, abriu diante de si um campo vastíssimo, em que se pode revelar.

Deus não é absoluto no seu governo neste reino moral, porque o homem pode desobedecer a Deus, deixando de fazer a sua vontade, desprezando as leis da sua própria natureza e produzindo frutos contrários à natureza que lhe foi dada por Deus. Os atos dos homens são seus próprios, e eles são responsáveis por estes atos perante Deus.

Desde que há mais de uma vontade neste reino é de esperar que alguma coisa aconteça contrária à vontade de Deus. E mesmo extraordinário que Deus houvesse criado outra vontade e a houvesse dotado de livre arbítrio, num universo onde se deve fazer unicamente a sua vontade. Mas é justamente aqui que se nos depara a glória da criação do homem e a glória do grande alvo espiritual do universo.

Só os seres morais, livres e soberanos são capazes de bondade, e só por lhes dar a graça maravilhosa da liberdade pessoal é que Deus pode conseguir que tudo atinja o alvo por ele mesmo colimado.

Concluimos, pois, que a vontade de Deus, em relação aos seres livres, não é vontade absoluta. Deus não obriga ninguém a fazer a sua vontade, porque ele quer que o homem a faça voluntariamente. A linguagem da Bíblia é mui clara a respeito: «Se alguém quer», «aquele que crer», são expressões em que se não encontra o mais ligeiro vislumbre de coação da vontade deste ser moral e livre, porque, se tal acontecesse, o homem havia de ficar gravemente prejudicado. O espírito humano tem de ser influenciado, persuadido, tocado no interior e não arrastado, levado pela coação. Deus respeita, em todas as relações, o princípio de voluntariedade do homem.

Todo o plano da salvação, e até as demais doutrinas batistas, baseiam-se neste princípio de voluntariedade do homem e na sua responsabilidade pelo seu próprio destino.

7. A ATITUDE DE DEUS PARA COM O UNIVERSO É A DE UM SÁBIO, SANTO E FIEL CRIADOR, QUE É PAI E SERVO DAS SUAS CRIATURAS

Torna-se mui patente que Deus é o bom servo do universo logo que nos recordamos de que dele provêm toda a sabedoria, todo o amor, todo o poder e tudo o mais de que o mundo necessita. Deus é tão ativo hoje como era no primeiro dia da criação. O seu ministério é perpétuo. Ele é soberano universal, e, ao mesmo tempo, servo universal. Ninguém serve como Deus serve. E, se não fosse o seu auxílio, o universo ficaria como uma casa abandonada, e em pouco tempo cairia em ruína. E Deus que conserva tudo nos eixos e que conserva tudo em bom estado. Se uma estação segue outra estação, e um dia outro dia em perfeita sucessão, se há ordem perfeita no giro dos astros é porque Deus continua servindo ao universo.

Temos ainda a considerar a idéia de Deus como PAI. Em exprimir a relação de Deus para com o universo, esta é a idéia mais fiel. PAI é o nome de Deus que Cristo nos revelou. A relação de um pai verdadeiro para com o bom filho é a que melhor ilustra a relação de Deus para com o universo. Dar vida a outro ser, ou ser pai é a melhor analogia que se pode encontrar da relação de Deus para com o universo. O universo é criação de Deus, que lhe deu existência e que o reconhece como tal. Por isso mesmo o universo tem direito à proteção de Deus, que é o seu Criador. Não há pai tão fiel no cumprimento dos seus deveres para com os seus filhos como Deus o é para cora a sua criação. Quem cria alguma coisa, cria e se impõe, simultaneamente, certa obrigação. Ora, Deus não só reconhece a sua obrigação, mas também é fiel no cumprimento dos seus deveres. O Salmista compreendeu muito bem a atitude de Deus para com o universo quando disse: «Assim como um pai se compadece de seus filhos, assim o Senhor se compadece daqueles que o temem» (Salmos 103:13).

Se as criaturas de Deus lhe forem obedientes, ele as guiará ao destino mais elevado e glorioso; mas se, em lugar disto, lhe forem infiéis, desobedientes, praticando o mal, que ele aborrece, Deus as castigará, certamente, mas permanecerá fiel na sua relação de Pai para cora tudo e para com todos. A Parábola do Filho Pródigo é um excelente exemplo desta verdade. Deus há sido sempre fiel na sua relação de Pai para com o universo. E não ficou nisto, mas foi além, sacrificando o seu Filho unigênito, para que pudesse viver era Íntima relação conosco, como vive o pai entre os seus filhos.

Estes dois característicos de Pai e Servo não são incompatíveis, porque os pais são verdadeiros servos dos seus filhos. E era mister que assim fosse, porque este universo se acha tão dependente de Deus quanto a criança depende de seus pais. O espírito caritativo é essencialmente paterna!. As vezes fico assombrado com a paciência de Deus em relação ao universo e especialmente em relação ao homem. Jamais houve um pai que zelasse por aquilo que criou com a mesma solicitude com que Deus cuida do universo, o homem inclusive. A relação, pois, de Deus para com a sua criação é a mesma de um Pai bom e servo fiel.

8. A SOBERANIA DE DEUS SOBRE OS SERES LIVRES Ê EXERCIDA POR UM GOVERNO MORAL

O governo moral de Deus é a sua administração da vida das criaturas livres, dirigindo-lhes toda ação moral e todo destino. O governo moral é o método pelo qual Deus governa os seres livres. Todos os seres livres têm de relacionar-se com este governo moral. E, quanto mais desenvolvido o ser moral, mais significativo se torna este governo de Deus. Se bem que seja o homem livre, o seu procedimento e o seu destino estão sob o juízo e o cuidado de Deus. O possuir o homem o poder de escolher entre o bem e o mal e o ter ele uma consciência que lhe sirva de guia prova que está debaixo de um governo moral. Por causa dos seus poderes pessoais, o homem pode comunicar-se com Deus, e, por isto mesmo, torna-se responsável diante de Deus pelo uso que faz destes poderes. Dois são os princípios deste governo moral:

8.1. Deus é espírito perfeitamente bom, deseja o que é bom para as suas criaturas, e delas exige que façam o bem. Sendo Deus bom, e perfeitamente bom, sô pode exigir das suas criaturas o que é bom. Este é um dos princípios fundamentais do governo de Deus sobre os seres livres e morais. Deus governa segundo este princípio ou lei, e de acordo com este mesmo princípio serão julgados os homens. Feliz é a pessoa que respeita este princípio do governo moral de Deus.

8.2. O segundo princípio acha-se no fato de que o homem ceifa o que semeia. Como já notamos, Deus quer que o homem faça o bem; se ele o fizer, resulta isto em seu próprio benefício; porém, se, ao revés disso, o homem desrespeitar este princípio e praticar o mal, isto produzirá resultados funestos em sua vida. O que o homem semear, isso mesmo ceifará. Debaixo destes dois princípios o homem vive e tem de viver. Dai a necessidade de ser Deus santo, perfeitamente bom, porque, sendo bom e santo, ele tem direito de exigir do homem bondade e santidade.

O objetivo deste governo moral é o bem das criaturas, porque um governo que se não orientasse por este alvo não seria amigo dos governados. Deus governa o homem para o seu próprio bem, e não para a sua condenação. «Porque Deus enviou o seu Filho ao mundo, não para que condenasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele» (João 3:17). Este objetivo do governo moral de Deus é a expressão da sua paternidade e por este meio ele quer tornar real a paternidade divina. Porque nem todo homem é filho de Deus. «Mas, a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus, a saber, aos que crêem no seu nome» (João 1:12).

O governo de Deus é para todos, e por isso não pode Deus ser indiferente a quem quer que seja. «E a vontade dAquele que me enviou é esta: que todo aquele que vê o Filho, e crê nele, tenha a vida eterna; e eu

o ressuscitarei no último dia» (João 9:40). Deus não faz mal a ninguém e nem tampouco aprova o mal que alguém perpetre. Enquanto Deus e os homens existirem, este governo moral se perpetuará e não acabará, pois Deus há de administrar para sempre a vida das suas criaturas livres e morais.

9. DEUS NÃO DESTRÓI, PELA PREDESTINAÇÃO, A LIBERDADE DO HOMEM, QUE É ESSENCIAL A UM GOVERNO MORAL

Tratando da predestinação, não discutiremos o assunto sob o ponto de vista filosófico, porque é aqui que surgem as maiores dificuldades. Se examinarmos as Escrituras, não acharemos nelas uma discussão filosófica do assunto. Isto é, não encontraremos a declaração de que tudo quanto acontece esteja predestinado por Deus. O que ha veremos d e achar na Bíblia é que o êxito glorioso do trabalho de Deus já está predestinado. O eterno propósito de Deus, enviando Jesus ao mundo, a fim de operar, por meio dele, a salvação da raça, fora determinado desde o principio das coisas, ou melhor, antes da fundação do mundo. «Como nos elegeru nele antes da fundação do mundo, para que fôssemos santos e irrepreensíveis diante dele em caridade; e nos predestinou para filhos de adoção por Jesus Cristo para si mesmo, segundo o beneplácito de sua vontade» (Efésios 1:4, 5). «Tendo por certo isto mesmo que Aquele que em vós começou a boa obra, a aperfeiçoará até o dia de Jesus Cristo» (Filipenses 1:6). Destas passagens concluímos que Aquele que começou há de completar a sua obra em nós. Está predestinado que os filhos de Deus hão de tornar-se semelhantes a Jesus Cristo. «Porque os que dantes conheceu também os predestinou para serem conforme à imagem de seu Filho; para que seja o primogênito entre muitos irmãos» (Romanos 8:29). Também está predestinado que a bananeira produza bananas, e o cafeeiro, café. São fatos firmemente estabelecidos ainda antes da fundação do mundo. Deus não deixou o universo à mercê da sorte. Desde o principio ele predestinou certas leis que haveriam de concorrer — como efetivamente vão concorrendo — para o bom êxito de tudo, e muito especialmente para o grande propósito de criar o homem à sua imagem. Há coisas que desde o principio foram fixadas por Deus. na ordem devida.

Convém notar que a predestinação de que nos fala a Bíblia não foi dada para confundir o homem, senão para consolá-lo, e para servir de fundamento firme à sua fé e esperança. Os ensinamentos que ali encontramos a este respeito trazem conforto e tranqüilidade ao espírito do homem, quando este é bom. Nos capítulos 9, 10 e 11 da Epístola aos Romanos, escrita pelo apóstolo Paulo, encontramos bons ensinamentos neste assunto. Neles o apóstolo refuta vigorosamente uma das idéias errôneas que prevalecem acerca da predestinação. Paulo declara formalmente que Deus salva a quem quer. Isto quer dizer que a graça de Deus é livre, idéia esta absolutamente contrária àquela outra de que já foi fixado o número e até os indivíduos que serão salvos!

Estudando este assunto — a predestinação — logo vemos que um dos pontos firmemente estabelecidos é a liberdade do homem. As Escrituras sempre reconheceram a liberdade do homem. «E dizia a todos: Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, e tome cada dia a sua cruz, e siga-me» (Lucas 9:23). «Vinde a mim todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei. Tomai sobre vós o meu jugo, e aprendei de mim, que sou manso e humilde de coração; e encontrareis descanso para as vossas almas. Porque o meu jugo é suave e o meu fardo é leve» (Mateus 11:28, 29). «Porque Deus amou o mundo de tal maneira, que deu o seu Filho unigênito para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna (João 3:16). Ora, se Deus já houvesse predestinado todos os atos dos homens, não lhes falaria dessa maneira. Ele não diria: «Vinde a mim», «Se alguém quiser», etc. Acresce ainda a seguinte circunstância: se Deus soubesse que o homem não é livre, e o tratasse como sendo livre, onde estaria a sua sinceridade? E principio sobejamente estabelecido pelas Escrituras que o homem é livre, que Deus respeita esta liberdade, e que, por isso mesmo, não predestina os atos de um ser livre.

Consultando a própria razão e a própria natureza, veremos que ambas apóiam os ensinamentos das Escrituras. Perguntar se os atos de um ser livre são predestinados é fazer pergunta sem nexos. Predestinar os atos de um

ser livre é tirar-lhe a liberdade, o que Deus nunca fez e jamais fará. Creio na predestinação, mas não na predestinação dos atos deste ser livre que é o homem. Quanto aos resultados dos atos, estão predestinados; porém, quanto aos atos propriamente, depende da vontade do homem.

Como já observamos, a relação entre a soberania de Deus e a liberdade do homem é uma questão mais filosófica do que teológica. Não gastemos, pois, o nosso tempo com este assunto. A Bíblia não se preocupa com harmonizar a predestinação e a liberdade do homem, mas o crente pode achar a solução deste problema na sua própria experiência, e com isto ficará plenamente satisfeito. Reconhecemos que somos livres e responsáveis pelos nossos atos; e reconhecemos, ao mesmo tempo, que Deus dirige a nossa vida. «E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará» (João 8:32). «Mas quando aprouve a Deus, que desde o ventre de minha mãe me separou e me chamou pela sua graça, revelar seu Filho em mim, para que o pregasse entre os gentios, não consultei a carne nem o sangue» (Cálatas 1:15, 16).

10. DEUS PROVIDENCIA SOBRE O UNIVERSO

Providência divina, assim entendemos, é o cuidado que Deus tem para com a sua criação, pelo qual vai conduzindo todas as coisas a certo fim glorioso, que reservou para o universo desde os primórdios. A providência de Deus abrange a sua direção na ordem da natureza, ou na natureza, e o seu governo sobre os seres livres e morais. Como já vimos em lição anterior, o governo de Deus sobre a natureza é um governo absoluto. A vontade dele é a única que existe neste reino; e, por isso mesmo, tem que ser feita. Neste reino Deus governa não pelas leis naturais, mas segundo as leis naturais. E estas leis, em geral, representam as providências de Deus sobre o mundo físico, as quais foram tomadas desde o princípio do mundo. Sobre os seres morais, o governo de Deus é diferente: é um governo moral.

Nada há que aconteça fora da providência de Deus. Ele dirige tudo segundo a natureza do objeto dirigido. No mundo físico é muito mais fácil crer na providência de Deus. A chuva, o sol, o calor, a luz, são evidências que dela se nos deparam. No mundo moral, porém, surgem as maiores dificuldades a respeito dessa providência. Acontecem de uma hora para outra grandes catástrofes, como o terremoto no Japão, a grande guerra, o naufrágio do Titanic, a morte de um pai que deixa imensa prole na orfandade, etc. Ora, se nada acontece fora da providência de Deus, qual então a sua relação com estas deploráveis ocorrências?

Estas dificuldades se apresentam porque o homem vive e tem que viver nos dois reinos. Como já observamos, um é o método de governo de Deus no reino natural, e outro o do seu governo no reino moral. A dificuldade aqui é que o homem vive nos dois reinos. Não obstante ser livre o homem, seu corpo está sujeito às forças naturais como o de qualquer animal. A chuva cai assim sobre bons como sobre maus, sobre o irracional como sobre o homem. A abundância e a necessidade visitam comunidades inteiras, e o útil morre da mesma maneira que o inútil. Um terremoto sacode as ilhas japonesas e milhares de pessoas morrem. Uma montanha de gelo faz naufragar o Titanic, e centenas de pessoas perecem. Diante desses fatos, não raro, ficamos sem saber o que pensar, e interrogamos a nós próprios se realmente existe a providência de Deus. Se Deus é bom, por que não evita a morte de tantos inocentes? Onde está a providência de Deus? Em resposta a estas perguntas, consideraremos quatro coisas sobre a relação da providência de Deus para com esses acontecimentos.

10.1. O homem vive na ordem natural, e o princípio que lhe deve servir de guia aqui é que os fatos na ordem natural se explicam segundo as leis naturais. Fisicamente o homem é uma parte da ordem natural, e, por ser ele também um ser espiritual, não altera este princípio. A providência de Deus não isenta o homem das leis naturais nem tampouco das suas exigências. Pode acontecer ao homem, no tocante ao corpo, o mesmo que ocorre ao irracional. Os desastres são freqüentes a todos os que vivem na ordem natural, e isto sem exclusão do homem. Ele está tão sujeito aos acidentes como qualquer ser dos outros reinos; e, como sabemos, as providências de Deus neste reino acham-se nas leis que ele estabeleceu desde o princípio do

mundo. E convém notar que Deus não suspende essas leis só porque o homem se acha em dificuldade após haver desprezado as mesmas; porque, repetimos aqui o que já dissemos muitas vezes, a providência divina já está nas leis. As leis naturais são a providência divina. A atitude de Deus para com o universo é a mesma de um pai providente. Ele não anda sempre atrás do homem como a ama-seca acompanha a criança, nem tampouco mantém uma assistência pública a fim de socorrer s que caem freqüentemente em desastres pelo desprezo que votam às leis naturais. Isto não quer dizer que Deus não tome providências especiais, porque ele é Espírito Livre e pode proceder como bem lhe aprouver. Em geral, a providência de Deus está nas leis, mas ainda assim a ordem natural não é uma garantia para os tolos. Sem dúvida, conhecem os leitores os cofres em inglês chamados «fire-proof», isto é, à prova de fogo, pelo fato de garantirem, os cofres assim chamados, os objetos neles guardados contra a ação do fogo. Ora, não sucede o mesmo quanto ao mundo, que não é nenhum «fool-proof», isto é, prova contra a tolice.

Devemos reconhecer que Deus trata o homem como homem, e não como animal irresponsável. Reiterando: Deus não é ama-seca, que ande atrás do indivíduo. As suas providências já estão tomadas desde a fundação do mundo. Por exemplo, quando algum objeto se aproxima dos nossos olhos, estes se fecham rapidamente. Isto já é uma providência tomada por Deus. A coagulação do sangue também é uma providência que Deus tomou quando criou o homem. Não devemos, porém, esquecer-nos de que Deus pode até suspender as suas leis, e adotar qualquer outro método para socorrer o homem nas horas de angústia. Ele pode tomar providências especiais, além das que já foram estabelecidas nas suas leis. Os milagres representam uma prova poderosa do que afirmamos, sem, contudo, destruir a idéia fundamental de que as leis da natureza representam as providências de Deus sobre o mundo.

Se pensarmos por alguns momentos sobre as funções da lei, veremos a razão disso. Por exemplo, a lei que proíbe o furto é uma providência tomada pelo governo para evitar o latrocínio. Assim é também a lei natural. O homem não tem mais razão de queixar-se de Deus, quando transgredir as leis, do que um ladrão teria de queixar-se do governo por ser punido pelas leis. A providência de Deus, portanto, não tem por fim único proteger o bom, nem tampouco destruir o mau, mas as providências dele são para todos. E como disse Jesus: «Deus faz cair a chuva sobre os bons como sobre os maus.»

10.2. A ordem natural é adaptada ao desenvolvimento moral e espiritual dos seres livres. Este é o segundo fato que desejamos considerar em relação à providência de Deus.

Se perguntarmos como é que Deus pode providenciar na vida do homem, quando uma parte desta vida está sob o domínio das leis naturais e a outra não, a resposta será que Deus, na lei natural, já providenciou de tal maneira que o homem pode aprender, das suas relações com as leis naturais, lições suficientes para o seu desenvolvimento espiritual. Isto é, Deus já providenciou de maneira tal que o homem pode tirar, das suas experiências com as coisas da natureza, ricas lições para o seu tesouro espiritual. Tudo quanto acontece no reino natural pode ensinar ao homem lições morais. Suponhamos que alguém, numa queda, frature um braço ou uma perna. Ora, é este um acontecimento puramente do reino material, indica a transgressão da lei do equilíbrio. Porém pode ser que a queda leve a pessoa a converter-se e a chegar-se a Deus. Assim sendo, o homem inteligente sabe tirar lições de tudo o que o rodeia, torna-se invencível. Ele pode regozijar-se sempre, porque, se perde de um lado, ganha de outro. Se o corpo sofre, lucra o espírito.

A doença não é espiritual, mas puramente material; porém pode de ricas lições espirituais ao homem que dela sabe tirar proveito. Até a própria morte do corpo tem concorrido grandemente para a espiritualização do homem. Por isso, devido às providências de Deus, não pode haver desgraça na vida do homem verdadeiro. Aconteça o que acontecer, o crente fiel saberá enriquecer o espírito com todas estas experiências.

Não raro, acontece que, por se lhe cortar um membro do corpo, o homem torna-se mais homem do que antes. Segundo o plano divino, deve o homem ser invencível. Admiramo-nos, muitas vezes, daquilo que Deus já fez e está fazendo com aqueles que realmente o temem. Pelas providências divinas, todas as coisas concorrem, em seu conjunto, para o bem daqueles que temem ao Senhor. «Sabendo que todas as coisas contribuem juntamente para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados por seu decreto» (Romanos 8:28).

10.3.0 terceiro fato que consideraremos em relação à providência de Deus é que ele tem o poder de guiar seres livres sem lhes tolher a liberdade. Vemos, desde já, que isto é um mistério. Não sabemos explicar como é que Deus dirige tudo e, ao mesmo tempo, o homem goza de liberdade. Não podemos duvidar, porém, de que há muita evidência de uma providência divina que inclui a liberdade do homem, e, entretanto, vai orientando todas as coisas para esse alvo glorioso.

Meu avô comprava e vendia escravos. Minha mente recusa-se a crer nisto, não porque me julgue melhor do que ele, que era um crente sincero, mas porque o mundo de hoje é melhor do que o mundo daquela época. Tal é o progresso da civilização nestas duas gerações, que a escravidão está-se tornando desconhecida. Quem está dirigindo a história não são os homens, certamente, porque eles mesmos só se convencem do progresso depois de realizado. Escrevem eles a história dos fatos já acontecidos, e, por isso mesmo, não podem ser considerados como dirigentes da raça humana.

Merece também nossa consideração o fato de que a irmandade e solidariedade da raça se vão tornando cada vez mais uma realidade, o que não é um resultado da providência humana, senão da providência divina. Nos grandes movimentos sobre os quais exerceram os homens mui pequena influência é justamente onde se nos depara mais visivelmente a providência de Deus sobre os seres livres. Cada geração vai fazendo, de certa maneira, a vontade de Deus, embora não a faça cada indivíduo em particular. Não obstante, Deus continua a executar o seu plano, e todas as coisas caminham para o alvo sublime que ele próprio traçou. Dentro deste grande plano de Deus, o homem goza da liberdade, embora finita e limitada. Dentro de um transatlântico em viagem pode um passageiro caminhar em todas as direções, para o sul, para o leste, etc., e, apesar de sua relativa liberdade de ir para onde queira, o fato é que vai sendo conduzido para o porto de destino.

10.4. Deus tem o poder de desviar o curso dos acontecimentos, se quiser, a fim de atender à necessidade do homem. Geralmente a providência divina é considerada, como certos atos especiais, um milagre, pelo qual Deus intervém no curso natural das coisas. Ouvimos, muitas vezes, a expressão: «Isto aconteceu pela providência de Deus.» No entanto, é muito limitada esta idéia da providência de Deus. Reiterando o que já dissemos em lição anterior: Deus não é ama-seca, para andar atrás do homem por toda parte. A providência de Deus significa muito mais do que isto. Deus tomou as suas providências desde quando criou todas as coisas. O instinto de fugir à morte, o de correr do perigo, são providências de Deus. A coagulação do sangue também representa outra providência de Deus. Deus não é médico de assistência. Isto dizemos, reconhecendo, embora, que por vezes ele altera o curso natural das coisas, para atender à súplica do homem. O comandante de um navio pode alterar um pouco a sua viagem a fim de prestar socorro a outro navio que esteja em perigo, e logo depois retomar a marcha anterior, continuando a sua rota para o porto de destino. O mesmo acontece com Deus, no que diz respeito ao método de suas providências.

11. DEUS NÃO IMPEDIU A ENTRADA DO MAL NO UNIVERSO

Encontramos no Éden a árvore da ciência do bem e do mal. Ainda entre as coisas criadas por Deus, aí se apresenta o mal. «E o Senhor fez brotar da terra toda árvore agradável à vista, e boa para ser comida: a árvore da vida no meio do jardim, e a árvore da ciência do bem e do mal» (Gênesis 2:9). «Eu formo a luz e crio as trevas; eu faço a paz e crio o mal; eu, o Senhor, faço todas estas coisas» (Isaías 45:7)

Mas, que é o mal? O que Deus criou não era para prejuízo do homem. E sabemos que, às vezes, o que é mal para um é bem para outro. O mal é, então, relativo. Não raro, acontece que o mal consiste em fazer-se, fora do tempo próprio, uma coisa que, feita no devido tempo, seria um bem. Se abrímos os olhos ao cachorrinho antes de passar certo número de dias ele ficará cego. Morre o pintinho se lhe quebrarmos a casca do ovo alguns momentos antes do tempo próprio. Uma flor não desabrochará se forcamos o botão a abrir-se antes do tempo. Mas, se soubermos deixar que tudo aconteça no tempo apropriado, todos os eventos serão para o bem.

E fácil compreendermos a relação destas coisas para com o pecado, desde que consideremos o mal do ponto de vista de um ser morai. Já vimos que é um mal romper o ovo antes do tempo próprio. Seria também um mal, e mal gravíssimo, que um rapaz da escória social fosse ensinar a uma menina de quatro anos tudo o que ele sabe sobre a natureza da mulher. A menina mais tarde viria a saber tudo, naturalmente, porque isto faz parte do plano divino; porém, o saber cedo demais poderia ser a causa de sua perdição. O mal pode tornar-se em pecado, se não for bem contemplado e melhor aproveitado. Isto, porém, não é devido à natureza do mal, senão à natureza do homem. Não foi o uso, mas o abuso daquilo que Deus criou que estragou o homem e a sua posteridade.

Não se deve confundir o mal com o pecado, porque o mal existiu antes do pecado. Mais adiante estudaremos um e outro; por ora, porém, nos deteremos em algumas considerações sobre o mal físico apenas.

11.1. O mal físico existiu desde o principio. Ele é radicalmente diferente do pecado e não deve ser com ele confundido. A faculdade de padecer, ou os males físicos que afligem a humanidade, não representam assunto de pouca monta. Deus dirige e governa tudo de tal maneira que o próprio mal pode ser grandemente aproveitado para o bem do homem.

11.2. O sofrimento físico existe desde os primórdios da raça. A própria vida animal indica a existência da faculdade de sofrer e de gozar. O corpo humano, pela própria natureza, está sujeito a doenças, sofrimentos e até parece que tudo quanto nasce no mundo físico morre. Estamos muito habituados a identificar este mal original com os sofrimentos, com as dores da humanidade, quando, em verdade, são coisas muito diferentes do pecado.

11.3. Apesar de o mal físico não ser oriundo do pecado, é incontestável que a sua grande prevalência deve-se ao pecado. Isto é, o pecado multiplicou e agravou muito os sofrimentos e as dores que afligem a humanidade. Deus mesmo disse à mulher: «...multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua concepção; com dor terás filhos e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará» (Gênesis 3:16). Certamente, se a humanidade fosse libertada do jugo do pecado, desapareceriam muitos dos males que a fazem sofrer.

11.4. Na vida moral, o sofrimento físico é de utilidade. Qualquer mal físico pode servir-nos imensamente, dando-nos preciosas lições morais. Pela sabedoria e providência de Deus, através dos séculos, a dor tem contribuído mui poderosamente para o aperfeiçoamento da raça humana. «Porque a nossa leve e momentânea tribulação produz-nos um peso eterno de glória mui excelente» (II Coríntios 4:17).

11.5. Talvez seja necessário ao espírito, enquanto incorporado, o sofrimento. Dizem as Escrituras que Jesus foi aperfeiçoado pelo sofrimento (Hebreus 2:9, 10, Orig. G.). Vemos, assim, como Deus pode usar do mal na administração do universo. O mal moral, ou o pecado, é aquilo que é contrário ao caráter e à natureza de Deus. O homem de forma nenhuma deve praticar o pecado. Deus odeia o pecado por causa do seu próprio caráter e também por causa da natureza do pecado. O pecado é contrário a tudo quanto Deus quer realizar neste universo. A sua presença levanta problemas de difícil solução. Páginas adiante trataremos da natureza

do pecado, limitando-nos, por enquanto, a tratar dos problemas que ele cria. E mister que digamos alguma coisa sobre a presença do pecado no universo criado por Deus perfeitamente bom, que, em santo amor, criou, sustenta e dirige tudo.

Façamos, pois, algumas considerações em torno deste assunto.

a) Segundo as Escrituras, o pecado entrou na raça pelo primeiro homem, Adão. «Pelo que, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, por isso que todos pecaram» (Romanos 5:12). Como entrou o pecado no mundo não sabemos. A história registrada em Gênesis limita-se a relatar o fato da entrada mediante uma tentação exterior. Ninguém ainda consegue dar uma explicação satisfatória da maneira por que a tentação penetrou no coração do primeiro homem, pois as Escrituras nos dizem que ele foi criado bom. Sabemos, porém, que o homem praticou um ato proibido por Deus. E Deus não só o proibiu, mas explicou as conseqüências funestas que adviriam da prática desse ato. Não obstante, o homem caiu. Quanto à origem, afirmamos que o pecado se originou de um ato livre e voluntário praticado pelo homem em plena luz da consciência.

b) Por que Deus deixou Adão pecar? Talvez não possamos jamais responder satisfatoriamente a esta pergunta; não é difícil, contudo, mostrar que Deus não é, de forma alguma, culpado da presença do pecado no universo.

O homem, espírito livre e moral, é a coroa da criação. Mas a liberdade indica que havia possibilidade de errar e pecar. A liberdade pressupõe faculdade de escolha, e esta, por seu turno, pressupõe a existência de duas coisas de natureza diferente para serem escolhidas. Não se pode escolher quando há só um objetivo. Ainda mais, o homem foi criado com vontade livre, e por isso ele abusou tanto de sua liberdade como de sua vontade. Na criação, sabemos que Deus fez o homem livre e deu-lhe o poder de escolher entre o bem e o mal. Sabemos, porém, que o homem foi infeliz na escolha que fez; e daí veio o pecado, que é a miséria e a tragédia da humanidade. A liberdade sempre envolve riscos, mas era melhor isto do que deixar de criar um ser moral.

Convém notar, ainda mais, que, depois de haver criado o homem em condições tais, depois de dotá-lo com liberdade, explicou-lhe bem como deveria proceder relativamente á escolha entre o bem e o mal. Mostrou-lhe que deveria escolher o bem, e que, se escolhesse o mal, morreria naquele mesmo dia. Não havia, pois, nenhuma necessidade de o homem escolher o mal. Todas as vantagens estavam ao lado do bem. O homem tinha diante de si o bem e o mal. Era mister uma escolha. Mas, não obstante todos os avisos de Deus e os apelos do bem, o homem escolheu o mal. A culpa, portanto, está com ele, e não com Deus.

Ainda um ponto convém considerar, e este é que a realidade do pecado enriquece grandemente a idéia de Deus. Os Salmos estão cheios de lições sobre este ponto. Não fora o pecado, conheceríamos, certamente, a Deus, mas não em relação ao perdão dos nossos pecados. Também não conheceríamos a Jesus como nosso Salvador. Sem dúvida alguma, haveríamos de conhecê-los a ambos em outras relações, mais elevadas. O pecado cega-nos e impede-nos de conhecer a Jesus na plenitude de sua adorável personalidade.

12. ALGUNS PONTOS VITAIS RELACIONADOS COM O ASSUNTO DO PRESENTE CAPÍTULO:

- a) Deus é uma Pessoa, um Ser livre, é a fonte de tudo, é um ser capaz de exercer a sua vontade sobre as coisas criadas.
- b) O homem é um ser também livre, e responsável. E Deus, como bom pai que é, administra a vida do homem para o bem.
- c) Deus é amigo e juiz e sempre insiste no que é justo e direito.

d) Em Deus não há arbitrariedade, e nada que não seja moral. Em suas relações para com o homem, é um Deus em cujo amor e justiça se pode descansar. Ê um Deus em Quem encontramos plena satisfação para todas as nossas necessidades; e devemos dizer, por isto, como o Salmista: «Bendize, ó minha alma, ao Senhor, e tudo o que há em mim, bendiga o seu santo nome.» «Bendizei ao Senhor, todas as suas obras, em todos os lugares do seu domínio; bendize, ó minha alma, ao Senhor» (Salmos 103:1 e 22).

A DOCTRINA DE DEUS

2.5 — A DOCTRINA DA TRINDADE

1. Considerações Preliminares

2. Definição dos Termos Trindade e Triunidade

3. A Doutrina da Trindade na Revelação

3.1 — A Doutrina da Trindade no Velho Testamento

3.2 — A Doutrina da Trindade no Novo Testamento

3.3 — As Três Pessoas são Distintas

4. A Triunidade de Deus na Revelação

4.1 — A Triunidade no Velho Testamento

4.2 — A Triunidade de Deus no Velho Testamento

4.3 — A Triunidade de Deus na Bíblia Toda

4.4 — A Doutrina da Triunidade e a Experiência Cristã

4.5 — Conclusão

A DOCTRINA DA TRINDADE

1. *CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES*

O termo TRINDADE É usado, geralmente, para exprimir duas idéias bem distintas e até diferentes: refere-se uma propriamente à tríplice manifestação de Deus, e a outra, ao seu modo triúno de existir. Mas estas duas idéias, apesar da relação Intima que entre elas existe, são tão diferentes que podem causar confusão quando expressas por uma só palavra. Tão grande é a diferença de sentido entre elas que achamos por bem dar a cada qual uma designação própria. Vamos, portanto, na discussão da doutrina da Trindade, designar por termos diversos a idéia da tríplice manifestação de Deus e a do seu modo triúno de existir.

2. DEFINIÇÃO DOS TERMOS TRINDADE E TRIUNIDADE

No estudo que ora fazemos, deste assunto, a palavra Trindade significará a tríplice manifestação de Deus ou a sua manifestação no Pai, no Filho e no Espírito Santo; e o termo Triunidade, o tríplice modo da existência de Deus, que é a existência de três em um.

Temos a doutrina da Trindade pelo fato de Deus se haver revelado como Pai, como Filho e como Espírito Santo. Há uma tríplice revelação porque há um modo tríplice de existir. Ainda mais, a teologia afirma que a Triunidade foi conhecida por causa da Trindade. Se não houvesse uma tríplice manifestação própria de Deus, jamais se revelaria aos homens a Triunidade de sua existência. Seguiremos, em nosso estudo, a ordem em que se revelaram as duas doutrinas.

Há em Deus três personalidades distintas e divinas, sendo cada uma igual à outra quanto à natureza. No entanto, não há três deuses: Deus é um só.

Apesar deste modo triúno de Deus existir e de revelar-se, o Velho Testamento acentua fortemente a unidade de Deus. «Deus é Um», é expressão constantemente repetida no Velho Testamento. Havia amplas razões para essa insistência, pois o povo eleito vivia no meio das nações idólatras e politeístas. É este o motivo por que o Velho Testamento enfatiza tanto a unidade de Deus.

O Novo Testamento ensina que são três Pessoas divinas, distintas, eternas e iguais subsistindo numa só essência. O Novo Testamento ensina que Deus é uma trindade simples, mas tríplice, no modo de existir e de revelar-se.

3. A DOCTRINA DA TRINDADE NA REVELAÇÃO

A doutrina da Trindade é uma doutrina histórica, por isso que se funda na tríplice manifestação de Deus e nos eventos exarados no Novo Testamento. Há três manifestações sucessivas de Deus que servem de base a esta doutrina.

3.1. A doutrina da Trindade no Velho Testamento

Não esperemos encontrar muita coisa da doutrina da Trindade no Velho Testamento, porque ela é quase exclusivamente do Novo Testamento. Como já observamos, o Velho Testamento firmou o povo israelita na doutrina da unidade de Deus. Era essa a necessidade primordial da época. Deus houve por bem gravar esta verdade no coração dos judeus de maneira tal que, até hoje, custa-lhes crer que Jesus é Deus. No Velho Testamento não esperamos encontrar ensinamentos claros desta doutrina, mas, ao menos, haveremos de encontrar, sem muito trabalho, sugestões apreciáveis.

Passemos, neste caso, a examinar o Velho Testamento para ver o que ele nos ensina sobre a tríplice manifestação de Deus, embora certos de que não encontraremos mais que sugestões, visto que esta doutrina, como já afirmamos, só se revela plenamente no Novo Testamento.

As passagens do Velho Testamento que sugerem a idéia da Trindade podem subdividir-se em três classes:

3.1.1. Passagens que fazem referência ao anjo do Senhor

a) O anjo do Senhor identificado com Jeová. «Mas o anjo do Senhor lhe bradou desde os céus e disse: Abraão, Abraão! E ele disse: Eis-me aqui» (Gênesis 22:11). «Então o anjo do Senhor bradou a Abraão pela segunda vez desde os céus» (Gênesis 22:15). «E disse-me o anjo de Deus em sonhos: Jacó. E eu disse: Eis-me aqui» (Gênesis 31:11). «Eu sou o Deus de Betel, onde tens ungido uma coluna, onde me tens votado o voto; levanta-te, agora, sai-te desta terra, e torna-te à terra da tua parentela» (Gênesis 31:13).

b) Outras passagens que o identificam com Jeová. «Então disse o anjo do Senhor: Torna-te para tua senhora e humilha-te debaixo de suas mãos» (Gênesis 16:9). «E ela chamou o nome do Senhor, que com ela falava: Tu és Deus da vista, porque disse: Não olhei eu também para aquele que me vê?» (Gênesis 16:13). «E abençoou a José, e disse: o Deus, em cuja presença andaram os meus pais Abraão e Isaque, o Deus que me sustentou, desde que nasci até este dia, o anjo que me livrou de todo mal, abençoe estes rapazes, e seja chamado neles o meu nome, e o nome de meus pais Abraão e Isaque, e multipliquem-se, como peixes, em multidão no meio da terra» (Gênesis 48:15, 16).

c) O anjo aceita adoração devida somente a Deus. «E apareceu- -lhe o anjo do Senhor em uma chama de fogo do meio duma sarça: e olhou, e eis que a sarça ardia no fogo, e a sarça não se consumia» (Êxodo 3:2). «E vendo o Senhor que se virava para lá a ver, bradou Deus a ele do meio da sarça, e disse: Moisés, Moisés. E ele disse: Eis-me aqui» (Êxodo 3:4). «E disse: Não te chegues para cá: tira os teus sapatos dos teus pés; porque o lugar em que tu estás é terra santa» (Êxodo 3:4,5). «E nunca mais apareceu o anjo do Senhor a Manué, nem à sua mulher: então conheceu Manué que era o anjo do Senhor. E disse Manué à sua mulher: Certamente morreremos, porquanto temos visto a Deus» (Juízes 13:21, 22).

3.1.2. Passagens que descrevem a sabedoria e a palavra divinas

a) A sabedoria é distinguida de Deus e co-eterna dele. «O Senhor me possuiu no principio de seus caminhos, desde então e antes de suas obras. Desde a eternidade fui ungida, desde o principio, antes do começo da terra. Quando ainda não havia abismos, fui gerada, quando ainda não havia fontes carregadas d'águas. Antes que os montes se houvessem assentado...» (Provérbios 8:22-31). Comparemos ainda Provérbios 3:19 com Hebreus 1:2: «O Senhor com sabedoria fundou a terra: preparou os céus com entendimento.» «A Quem constituiu herdeiro de todas as coisas, por Quem fez também o mundo.»

b) A Palavra de Deus» é executora da sua vontade eterna. «E enviou a sua palavra, e os sarou; e os livrou da sua destruição» (Salmos 107:20). «Para sempre, ó Senhor, a tua palavra permanece no céu» (Salmos 119:89). «O que envia o seu mandamento à terra, a sua palavra corre velozmente. O que dá neve como lâ espargue a geada como cinza. O que lança o seu gelo em pedaços; quem pode resistir ao seu frio? Manda a sua palavra e os faz derreter; faz soprar o vento, e correm as águas» (Salmos 147:15-18).

3.1.3. Passagens que descrevem o Messias

a) Ele é um com Jeová. «Porque um menino nos nasceu, um filho se nos deu, e o principado está sobre os seus ombros, e o seu nome se chama Maravilhoso, Deus Forte, Pai da Eternidade, Príncipe da Paz» (Isaías 9:6). «E tu, Belém Efrata, ainda que és pequena entre os milhares de Judá, de ti me sairá o que será Senhor em Israel, e cujas saídas são desde os tempos antigos, desde os dias da eternidade» (Miquéias 5:2).

b) O Messias e também, num sentido, distinto de Jeová. «O Teu trono, ó Deus, é eterno e perpétuo; o cetro do teu reino é um cetro de equidade. Tu amas a justiça e aborreces a impiedade; portanto, Deus, o teu Deus, te ungiu com óleo de alegria, mais do que a teus companheiros» (Salmos 45:6,7). «Eis que eu envio o meu anjo, que aparelhará o caminho diante de mim; e de repente virá ao seu tempo o Senhor a quem vós buscais, e o anjo do concerto, a quem vós desejais; eis aqui que vem, diz o Senhor dos Exércitos» (Malaquias 3:1).

Na consideração destas passagens devemos lembrar-nos sempre de que as Escrituras, antes da vinda de Jesus, não tinham uma doutrina da trindade. Só depois que se interpretaram estas passagens à luz do Novo Testamento é que nos foi possível encontrar nelas as sugestões da doutrina. Concluimos, pois, que ainda que estes textos citados não nos tragam luz suficiente sobre a doutrina da Trindade, neles encontramos, pelo menos, o germe; é no Novo Testamento que a encontramos plenamente desenvolvida.

3.2. A doutrina da Trindade no Novo Testamento

Como dissemos, no Novo Testamento a doutrina da Trindade se nos depara plenamente revelada. E só aqui que o germe da doutrina chega a seu completo desenvolvimento.

Segundo o Novo Testamento, há três Pessoas reconhecidas como Deus.

3.2.1. O Pai reconhecido como Deus

São tantas as passagens da Bíblia que abonam esta verdade que não é mister citá-las. São em tão grande número que já não deixam dúvida alguma sobre a deidade do Pai. Não obstante, citaremos algumas destas passagens. No Evangelho de João 6:27, fala Jesus desta maneira: «Trabalhai, não pela comida que perece, mas pela comida que permanece para a vida eterna, a qual o Filho do homem vos dará; porque a este selou o Pai, Deus.» O apóstolo Pedro, em sua primeira Epístola, capítulo 1, verso 2, diz: «Eleitos segundo a presciência de Deus Pai...» Para melhores informações podemos examinar as seguintes passagens, além de muitas outras que poderíamos apresentar e que se nos deparam a cada passo, nas páginas do Novo Testamento: João 8:41, II Coríntios 1:2 e Efésios 4:6.

3.2.2. Jesus reconhecido como Deus

1) Ele é expressamente chamado Deus. «No principio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus» (João 1:1). «Deus nunca foi visto por alguém. O Filho unigênito, que está no seio do Pai, ele no-lo declarou» (João 1:18). «Tomé respondeu, e disse-lhe: Senhor meu, e Deus meu!» (João 20:28). E Jesus ouviu estas palavras de Tomé sem protestar, aceitando tacitamente o testemunho que ele dava da sua deidade.

Em Tito 2:13 fala o apóstolo Paulo do aparecimento do «grande Deus e nosso Senhor Jesus Cristo»: «Aguardando a bem-aventurada esperança e o aparecimento da glória do grande Deus e nosso Senhor Jesus Cristo.» Hebreus 1:1, I João 5:20, etc. são outros passos da Bíblia que ensinam a deidade de Jesus.

a) As distinções dadas a Deus no Velho Testamento são aplicadas a Jesus. E esses títulos de honra, exclusivamente dados a Deus, são inexplicáveis, se Cristo não foi reconhecido como Deus. O termo Jeová era tão sagrado que os judeus não ousavam proferi-lo sequer. No entanto, ele é dado a Jesus no Novo Testamento (Mateus 3:3 e João 12:41).

b) Jesus possui os atributos de Deus. Ele é a vida, conforme vemos em João 14:6; tem existência própria (João 5:26); é amor (João 3:16); é santo (Lucas 1:35); é eterno (João 1:1); é onipresente (Mateus 28:20); é onipotente (Mateus 28:18).

Não podemos ler estas passagens do Novo Testamento e dar-lhes o devido valor sem reconhecer que Cristo é mais do que simplesmente um homem: é Deus.

c) As obras de Deus são atribuídas a Jesus Cristo. No Evangelho de João, capítulo I, verso 13, lemos estas palavras do apóstolo: «Todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada, do que foi feito, se fez.» Lemos em I Coríntios 8:6: «Todavia, para nós há um só Deus, o Pai, do qual são todas as coisas, e nós por ele.» Outros passos bíblicos que apóiam esta idéia são Colossenses 1:17, Hebreus 1:10, etc. Citemos as duas referências mencionadas: «E ele é antes de todas as coisas, e todas as coisas subsistem por ele.» E: «Tu, Senhor, no principio fundaste a terra, e os céus são obras de tuas mãos.» E ainda o versículo 13: «E a qual dos anjos disse jamais: Assenta-te à minha destra até que ponha a teus inimigos por escabelo de teus pés?»

Jesus ressuscita os mortos e julga o mundo. «E deu-lhe o poder de exercer o juízo porque é o Filho do homem. Não vos maravilheis disto: porque vem a hora em que todos os que estão nos sepulcros ouvirão a sua voz, e os que fizeram o bem sairão para a ressurreição da vida; e os que fizeram o mal para a ressurreição da condenação» (João 5:27-29). Sobre o mesmo assunto podemos examinar Mateus 25:31 e 32.

d) Jesus recebe e aceita honra e adoração devidas somente a Deus. «Para que todos honrem o Filho como honram o Pai. Quem não honra o Filho, não honra o Pai que o enviou» (João 5:23). Podemos examinar também Atos 7:59, Romanos 10:9 e 13, Hebreus 1:6, Filipenses 2:10 e 11 e II Pedro 3:1. Diante destas passagens vemo-nos num dilema: ou Jesus era realmente Deus, ou era, então, o homem mais orgulhoso e impostor que o mundo já viu. Mas, sendo Deus, tinha o direito de aceitar a adoração que só a Deus é devida.

e) O nome de Jesus está ligado ao de Deus de maneira a indicar igualdade. «Portanto, ide e fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo» (Mateus 28:19). «A graça e a paz de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo» é expressão freqüente nas epístolas. Outras passagens que podem ser examinadas sobre o mesmo assunto são: I Coríntios 1:23. II Coríntios 3:13,1 João 1:23, II Tessalonicenses 2:16 e 17 e Apocalipse 20:6.

O Jesus é igual ao Pai. «Por isso os judeus ainda mais procuravam matá-lo, porque não só quebrantava o sábado, mas também dizia que Deus era seu próprio Pai, fazendo-se igual a Deus» (João 5:18). «O qual, sendo em forma de Deus, não teve por usurpação ser igual a Deus» (Filipenses 2:6).

g) As provas que o Novo Testamento nos apresenta sobre a deidade de Cristo são corroboradas pela experiência cristã, a qual reconhece que Cristo é um Salvador perfeito, que revela perfeitamente o Pai, e, por isso mesmo, é digno de toda a adoração. O que a Bíblia nos tem ensinado acerca de Jesus se tem verificado na experiência dos crentes. De sorte que tanto a experiência cristã como a própria Bíblia testificam que Jesus é Deus.

3.2.3. O Espírito Santo reconhecido como Deus

a) Fala-se dele como se fala de Deus: «Disse então Pedro: Ananias, por que encheu Satanás o teu coração, para que mentisses ao Espírito Santo, e retivesses parte do preço da herdade? Guardando-a, não ficava para ti? E, vendida, não estava em teu poder? Por que formaste esse desígnio em teu coração?... Não mentiste aos homens, mas a Deus» (Atos 5:3, 4) «Não sabeis vós que sois o templo de Deus, e que o Espírito de Deus habita em vós?» (I Coríntios 3:16). Encontra-se a mesma idéia em passagens como I Coríntios 6:19, 12:4-6, etc.

b) O Espírito Santo tem os mesmos atributos de Deus. «Rogo-vos, irmãos, por nosso Senhor Jesus Cristo e pelo amor do Espírito Santo, que combatais comigo em oração por mim a Deus» (Romanos 15:30). «Porém, quando vier aquele Espírito de verdade, ele vos guiará em toda a verdade; porque não falará de si mesmo, mas falará tudo o que tiver ouvido, e vos anunciará as coisas que hão de vir» (João 16:13). Outras passagens idênticas encontram-se em Hebreus 9:14 e Efésios 4:30.

c) As obras de Deus são atribuídas ao Espírito Santo. «E a terra era sem forma e vazia; e havia trevas sobre a face do abismo; e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas.» Isto é o que achamos escrito no segundo versículo da Bíblia, logo no princípio, podemos dizer. «E, quando ele vier, convencerá o mundo do pecado, e da justiça e do juízo» (João 16:8). Leia-se, em conexão. Romanos 8:11.

d) O nome do Espírito Santo está ligado ao nome do Pai e ao do Filho, de maneira que indica que ele é Deus como o Pai é Deus (Mateus 28:19 e II Coríntios 3:3). Neste caso, como no de Jesus, a experiência

cristã dá pleno apoio aos ensinamentos das Escrituras sobre a deidade do Espírito Santo. Logo que somos salvos por Jesus Cristo, reconhecemos que o Espírito Santo opera em nós e nos ensina as coisas de Cristo. E nós distinguimos este Espírito de Jesus, que nos salva, e do Pai, que nos perdoa. A nossa experiência cristã, portanto, apóia os ensinamentos da Bíblia, confirmando, destarte, a deidade do Espírito Santo.

3.3. Por outro lado, porém, a Bíblia descreve-nos o Pai, o Filho e o Espírito Santo de tal maneira que nos faz distinguir três pessoas

3.3.1. O Pai e o Filho são pessoas.

Sobre a personalidade do Pai e do Filho não há mister comentários, porque nada há mais claro e mais geralmente reconhecido. Quanto ao Espírito Santo, porém, já não se dá o mesmo. Nem todos o reconhecem como pessoa, pelo que julgamos conveniente fazer algumas considerações a respeito.

3.3.2. O Espírito Santo é uma pessoa

a) O uso do pronome neutro no grego. Com referência ao Espírito Santo fez-se uso do pronome no masculino, embora no grego apareça o gênero neutro. Ele me glorificará, porque há de receber do que é meu, e vo-lo há de anunciar» (João 16:14).

b) O termo Consolador significa uma pessoa. «Porém, digo-vos a verdade, que convém que eu vá; porque, se eu não for, o Consolador não virá para vós...» (João 16:7).

c) Seu nome está mencionado em conexão com outras pessoas, que indica sua personalidade.

I) Em conexão com os crentes: «Porque pareceu bem, ao Espírito e a nós, não vos impor mais encargo algum, senão estas coisas necessárias» (Atos 15:28).

II) Em conexão com o Pai e com o Filho, «Portanto, ide e fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo» (Mateus 28:19). Vejam-se ainda II Coríntios 13:13, Judas 21 e I Pedro 1:2.

d) O Espírito Santo pratica atos próprios de uma pessoa. «Então disse o Senhor: não contendrá o meu Espírito para sempre com o homem; porque ele também é carne» (Gênesis 3:3). «Porque na mesma hora vos ensinará o Espírito Santo o que vos convenha falar» (Luc. 12:12). (Examinem-se também: Atos 2:4; 8:29; 10:19 e 20; 16:6 e 7; Romanos 8:11 e I Coríntios 2:10 e 11).

e) O Espírito Santo é atingido por atos alheios, como qualquer pessoa o é. «Porém, eles foram rebeldes, e contristaram o seu Espírito Santo; pelo que se lhes tornou em inimigo, e ele mesmo pelejou contra eles» (Isaías 63:10). «Portanto, eu vos digo: Todo pecado e blasfêmia se perdoará aos homens; porém a blasfêmia contra o Espírito não será perdoada aos homens» (Mateus 12:31). Examinem-se Atos 5:3, 4 e 9, e Efésios 4:30.

3.3.3. As três Pessoas são distintas

3.3.3.1. O Pai e o Filho são pessoas distintas

a) Cristo distingue-se do Pai «Há outro que testifica de mim, e o testemunho que ele dá de mim é verdadeiro» (João 5:32). «E o Pai, que me enviou, ele mesmo testificou de mim. Vós nunca ou vistes a sua voz, nem vistes o seu parecer» (João 5:37).

b) O Pai e o Filho são distinguidos um do outro. «E o Verbo se fez carne, e habitou entre nós, e vimos a sua glória, como a glória do Unigênito do Pai, cheio de graça e de verdade» (João 1:14). «Porque Deus amou o

mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna» (João 3:16).

c) O Pai e o Filho distinguem-se entre si. um como o enviado, outro como o que envia. «A mim, a quem o Pai santificou, e enviou ao mundo...» (João 10:36). «Mas, vindo a plenitude dos tempos. Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei» (Gálatas 4:4).

3.3.3.2. O Pai e o Filho distinguem-se do Espírito Santo a) Jesus distingue o Espírito Santo de si mesmo e do Pai. «E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, para que fique convosco para sempre; o Espírito de verdade, que o mundo não pode receber, porque não o vê nem o conhece; mas vós o conheceis, porque habita convosco e estará em vós» (João 14:16, 17).

b) O Espírito Santo procede do Pai: «Mas, quando vier o Consolador, que eu da parte do Pai vos hei de enviar, a saber, aquele Espírito de verdade, que procede do Pai, ele testificará de mim» (João 15:26).

c) O Espírito Santo é enviado pelo Pai e pelo Filho: «E, porque sois filhos, Deus enviou aos vossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: Aba, Pai» (Gálatas 4:6). «Mas, aquele Consolador, o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as coisas, e vos fará lembrar de tudo quanto vos tenho dito» (João 14:26).

3.3.3.3. O Espírito distingue-se do Pai e do Filho

a) Ele é enviado pelo Pai e pelo Filho, como já vimos em Gálatas 4:6.

b) O Espírito Santo manifesta-se de uma forma visível, e distinta do Pai e do Filho. «E, sendo batizado também Jesus e orando, abriu-se o céu, e o Espírito Santo desceu sobre ele em forma corpórea, qual uma pomba...» (Mateus 3:16,17 e Lucas 3:21,22).

3.3.3.4. As distinções pessoais são eternas

Deus tem sempre existido em três Pessoas distintas. A Bíblia não afirma que a Trindade consta de três manifestações, isto é, manifestações em épocas diferentes, da mesma Pessoa, porque a Trindade não é devida à sua manifestação tríplice, e, sim, ao tríplice modo de existência. As três manifestações (no Pai, no Filho e no Espírito Santo) baseiam-se no modo da existência de Deus. Por isso as distinções são eternas.

Façamos mais algumas considerações em torno da eternidade das distinções entre as Pessoas da Trindade Divina.

3.3.4.1. Passagens que falam da existência de Jesus e do Verbo como Deus desde a eternidade: «No principio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. Ele eslava no principio com Deus» (João 1:1, 2). «O qual, sendo em forma de Deus, não teve por usurpação ser igual a Deus» (Filipenses 2:6).

3.3.4.2. Passagens que ensinam a preexistência de Jesus: «Em verdade, em verdade vos digo que antes que Abraão fosse feito, eu sou» (João 8:58). «Eu sou o Alfa e o Omega, o principio e o fim, o primeiro e o derradeiro» (Apocalipse 22:13).

3.3.4.3. Passagens que ensinam a relação do Pai com o Filho antes que o mundo existisse: «E agora glorifica-me tu, ó Pai, junto de ti mesmo, com aquela glória que tinha contigo antes que o mundo existisse» (João 17:5). «Pai, aqueles que me deste quero que, onde eu estiver, também eles estejam comigo, para que vejam a minha glória que me deste: porque tu me hás amado antes da fundação do mundo» (João 17:24).

3.3.4.4. Passagens que falam de Jesus como o Criador do mundo. «Todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada do que foi feito se fez» (João 1:3). «Todavia, para nós há um só Deus, o Pai, do qual são todas as coisas e nós por ele» (I Coríntios 8:6). Vejam-se também Colossenses 1:16 e Hebreus 1:2.

3.3.4.5. Passagens que ensinam a eternidade do Espírito Santo. «...e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas» (Gênesis 1:2). «Pela palavra do Senhor foram feitos os céus, e todo o exército deles pelo espírito de sua boca» (Salmos 33:6). Veja-se também Hebreus 9:14.

Temos, assim, estudado a doutrina da Trindade na revelação. Deus revelou-se no Pai, no Filho e no Espírito Santo. O «como» e o «no» estabelecem aqui uma grande distinção. Deus não se revelou como Pai, como Filho e como Espírito, senão no Pai, no Filho e no Espírito Santo. Estas três Pessoas são igualmente divinas, porém inteiramente distintas.

Não lemos ainda tratado do modo triúno da existência de Deus. Como é que as três Pessoas podem existir numa? Se o Pai é Deus, se o Filho é Deus e se o Espírito Santo é Deus, por que não temos três deuses, ao invés de um? Este o problema que discutiremos no estudo que vamos iniciar: A Triunidade de Deus na revelação.

4. A TRIUNIDADE DE DEUS NA REVELAÇÃO

Entende-se por Triunidade não o modo de Deus revelar-se em três Pessoas, e, sim, o seu modo de existir em três Pessoas. A Trindade refere-se à revelação de Deus, ao passo que a Triunidade refere-se à existência de Deus. Deus é Triúno quanto à sua existência. E, como já notamos, o modo de existência de Deus serve de base à sua maneira de revelar-se; ou, em outras palavras, a Triunidade é a base da Trindade.

Infelizmente não temos a Triunidade de Deus tão claramente revelada na Bíblia como temos a Trindade. Podemos, porém, encontrar na Bíblia o suficiente para justificar-nos em dizer alguma coisa sobre a Triunidade na revelação. Já dissemos diversas vezes, e agora repetimos, que a Bíblia não é um livro de filosofia, e, sim, um livro religioso e prático. Não é de esperar-se, pois, que nela se encontrem explicações de assuntos filosóficos e metafísicos. Não obstante, não estamos totalmente sem fundamento bíblico para o estudo que ora empreendemos. Se bem que a Bíblia não explique a Triunidade, esta doutrina se acha claramente revelada nela. Mas, para prová-lo, é necessário que consideremos toda a revelação, e não somente uma parte. Iniciemos, pois, o estudo sobre a Triunidade de Deus considerando o que nos ensina o Velho Testamento.

4.1. A Triunidade no Velho Testamento

Se bem que não encontremos no Velho Testamento ensinamentos claros sobre o assunto, temos, contudo, muitas passagens que nos fornecem algumas sugestões. Ei-las:

a) As referências a Deus, no hebraico, ainda quando no singular, trazem, às vezes, o verbo no plural.

b) Deus usa do pronome no plural quando fala de si mesmo:

«Façamos o homem à nossa imagem, conforme à nossa semelhança» (Gênesis 1:26). «Eia, desçamos, e confundamos ali a sua língua, para que não entenda um a língua do outro» (Gênesis 11:7). «Depois disto ouvi a voz do Senhor, que dizia: A quem enviarei, e quem há de ir por nós? Então disse eu: Eis-me aqui, envia-me a mim» (Isaias 6:8).

c) Jeová distingue-se de Jeová

«Então o Senhor fez chover enxofre e fogo do Senhor, desde os céus, sobre Sodoma e Gomorra» (Gênesis 19:24). Não devemos, contudo, considerar estas passagens mais do que simples sugestões.

d) Um Filho atribuído a Jeová

«Recitarei o decreto: o Senhor me disse: Tu és meu Filho, hoje te gerei» (Salmos 2:7). Quem subiu ao céu e desceu? Quem encerrou os ventos nos seus punhos? Quem amarrou as águas num pano? Quem estabeleceu todas as extremidades da terra? Qual é o seu nome? e qual o nome de seu filho? se é que o sabes? (Provérbios 30:4).

e) O Espírito de Deus é distinguido de Deus

«E a terra era sem forma e vazia, e havia trevas sobre a face do abismo: e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas» (Gênesis 1:2). «Chegai-vos a mim, ouvi isto: Não falei em oculto desde o princípio, mas desde o tempo em que aquilo se fez eu estava ali, e agora o Senhor Jeová me enviou o seu Espírito» (Isaias 48:16).

f) Outras referências «E clamavam uns aos outros, dizendo: Santo, Santo. Santo é o Senhor dos exércitos» (Isaias 6:3). «O Senhor te abençoe e te guarde: O Senhor faça resplandecer o seu rosto sobre ti, e tenha misericórdia de ti: O Senhor sobre ti levante o seu rosto, e te dê a paz» (Números 6:24-26). Como se vê, temos nestas passagens sugestões do modo triúno da existência de Deus. Não nos devemos esquecer de que a idéia principal do Velho Testamento é a unidade de Deus. E, não obstante, temos ainda sugestões de que ele é também um em três e três em um.

4.2. A Triunidade de Deus no Novo Testamento

No Novo Testamento os ensinamentos sobre esta doutrina são mais claros. Aqui a Triunidade de Deus fica claramente provada e estabelecida. Podemos agrupar as passagens que se referem a este assunto em três classes.

a) Passagens que ensinam que Jesus e o Pai são um

Como logo se verifica, estas passagens revelam que o modo de existência de Deus não é simples. «Para que todos sejam um como tu, 6 Pai, em mim, e eu em ti; que também eles sejam um em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste. E eu dei-lhes a glória que a mim me deste, para que sejam um, como nós somos um: Eu neles, e tu em mim, para que sejam perfeitos em um...» (João 17:21-23).

b) As passagens que apresentam a bênção apostólica em nome das três Pessoas da Trindade:

«A graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo seja com todos vós. Amém». (II coríntios 13:13).

c) A formula do batismo, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, encontrada em Mateus 28:19.

4.3. A Triunidade de Deus na Bíblia toda

4.3.1. Como já vimos, a idéia principal de Deus no Velho Testamento é a sua unidade. Esta verdade é ali assaz enfatizada, e tão fortemente se gravou no espírito do povo judeu, que até hoje lhe é difícil crer na deidade de Jesus Cristo. O povo judeu atualmente é essencialmente monoteísta. Há duas razões por que esta verdade foi de modo tal acentuada no Velho Testamento.

a) A primeira razão é que este era o meio de preservar aquela nação escolhida do politeísmo que prevalecia nas nações vizinhas. Como não ignoramos, os israelitas viviam entre povos idólatras, e para evitar que eles

se contaminassem com a influência prejudicial dos pagãos, a Deus aprouve gravar, bem fundo na alma e no sentimento do povo judeu, a crença num só Deus.

b) A segunda razão é que a revelação parte sempre do mais simples para o mais complexo. Deus sabia que era mais fácil revelar a Unidade e depois a Triunidade, do que começar pela revelação da Triunidade.

4.3.2. No Novo Testamento, porém, a Triunidade está mais claramente revelada, porque, além de muitas passagens que revelam a Trindade, isto é, a tríplice manifestação de Deus, há também as que revelam o seu modo triúno de existir. A Triunidade, então, está revelada plenamente no Novo Testamento, a fim de completar a revelação no Velho Tratamento, e também para aperfeiçoar o plano de salvação. Quando consideramos o estado de perplexidade de Jó, compreendemos mais claramente a grande necessidade que havia de completar a revelação acerca da natureza de Deus. Jó cria na existência de um só Deus, mas este Deus se achava tão elevado e distanciado que não era possível haver comunicação entre os dois. E Jó exclama: «Ah! quem me dera um que me ouvisse! Eis que o meu intento é que o Todo-Poderoso me responda, e que o meu adversário escreva um livro» (Jó 31:35).

4.3.3. Quando reunimos o que temos no Velho Testamento ao que achamos no Novo sobre a Triunidade de Deus, essa doutrina fica claramente estabelecida. Sem dúvida alguma, não tão clara como a da Trindade, porque, como já observamos, o problema da Triunidade é muito mais difícil. Mas, das considerações que fizemos sobre o assunto, conclui-se que as Escrituras ensinam a Triunidade de Deus, isto é, que DEUS É TRÊS EM UM.

Do exame que fizemos das Escrituras, tanto sobre o modo da existência de Deus, como sobre o modo de ele revelar-se, depreende-se que elas ensinam tanto a doutrina da Triunidade como a da Trindade. Não pode restar dúvida alguma a este respeito. A doutrina da Trindade é mais facilmente compreendida porque consta da tríplice manifestação de Deus ao homem; ao passo que a da Triunidade, somos obrigados a confessá-lo, permanece sob certo mistério. Compreender a maneira de Deus existir, três em um e um em três, é realmente um problema difícil. Ninguém jamais conseguiu compreender perfeitamente e explicar cora clareza a Triunidade de Deus. Em discutir o assunto não tentaremos, portanto, resolvê-lo; mas daremos, simplesmente, algumas sugestões, que talvez nos sirvam de fundamento para uma melhor compreensão da existência de Deus.

4.3.4. O problema que se nos depara é o seguinte: Deus é um na sua essência e no seu ser. Mas em Deus há três Pessoas e cada uma é divina. Como havemos de pensar satisfatoriamente sobre este ponto? Aproximemo-nos do assunto do seguinte modo:

4.3.5. Perguntemos: Quais são as inferências que tiramos da humanidade? As nossas inferências a respeito são as seguintes:

a) A essência da humanidade é uma só. A raça humana toda é uma unidade. Deus não criou diversas raças humanas. «De um sangue fez toda a geração dos homens, para habitar sobre toda a face da terra...» (Atos 17:26).

b) A raça humana compõe-se de muitas unidades. A segunda inferência que tiramos do nosso estudo é que a raça humana se compõe de muitas unidades, isto é, de indivíduos. Há atualmente no mundo cerca de três bilhões de pessoas. Por isso, se bem que a essência da humanidade seja uma, ela consiste de muitas unidades.

c) A unidade humana não é simples, mas dupla. Isto se depreende claramente da revelação de Deus nas Escrituras. Em Gênesis 2:18 temos: «E disse o Senhor: não é bom que o homem esteja só», indicando, assim, que a unidade individual não era completa em si mesma. E, no verso 24 do mesmo capítulo:

«Portanto, deixará o varão seu pai e sua mãe, e apegar-se-á à sua mulher, e serão ambos uma carne.» Vemos a mesma idéia de unidade humana em Gênesis 1:27: «E criou o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou.»

d) O homem genérico é, pois, uma unidade perfeita, e consta de dois em um. Concluímos, pois, que a unidade humana é uma unidade dupla ou dual, composta de homem e da mulher.

e) Concluímos, pois, que a mulher é tão humana quanto o homem.

f) E da mesma maneira o homem é tão humano quanto a mulher.

Vê-se daí que o homem genérico existe em dualidade, e que esta unidade dupla que o caracteriza é a perfeita unidade humana.

4.3.6. Consideremos agora as inferências da revelação quanto À Divindade. São as seguintes:

4.3.6.1. A essência da Divindade é uma só. Assim como a essência da humanidade é uma, também a essência da Divindade é uma.

4.3.6.2. A Divindade compõe-se de muitos seres.

4.3.6.3. Deus, no sentido genérico, é uma unidade perfeita e existe numa forma de três em um. A unidade humana sendo dupla não pode ser perfeita, não pode ser a mais elevada, porque a sua constituição reclama alguma coisa mais. É na tríplice unidade divina que temos a unidade perfeita, mas esta é uma unidade triúna. E assim chegamos a algumas conclusões, a saber:

a) O Filho é tão divino como o Pai

b) O Pai é tão divino como o Filho,

c) E o Espírito Santo é tão divino como o Pai e como o Filho.

4.3.7. Passemos a considerar as nossas deduções a respeito da divindade.

a) A mais perfeita forma e mais elevada da unidade é mantida: esta é a unidade de Deus: Deus é Um.

b) Também se guardam distintas as Pessoas que constituem a Trindade de Deus.

c) Ainda mais, garante-se a Divindade de cada uma destas Pessoas: o Filho é tão divino como o Espírito Santo, e o Espírito Santo é tão divino como o Pai.

4.4. A doutrina da Trindade e a experiência cristã

Devemos agora notar que a doutrina da Triunidade está intimamente relacionada com a experiência cristã. O crente verdadeiro experimenta a Triunidade, isto é, três em um. Sabemos que o Espírito Santo nos convence do pecado, da justiça e do juízo; sabemos também que o Pai nos perdoa e nos recebe. A doutrina da Triunidade, pois, não é estranha à experiência do crente; ao contrário, ela se revela não só nas páginas da Bíblia, como também na experiência cristã.

4.5. Conclusão

Concluindo nosso estudo da doutrina da Triunidade, mencionaremos as suas relações com as demais doutrinas. Ei-las:

- a) A doutrina da Triunidade é essencial a uma verdadeira compreensão de Deus. Sem a doutrina da Triunidade não poderíamos ter a doutrina verdadeira e sã do monoteísmo.
- b) Ela é essencial à verdadeira doutrina de revelação. Se Deus fosse somente UM, não poderia revelar-se como se revelou em Jesus Cristo.
- c) Finalmente, ela é essencial a uma verdadeira doutrina de redenção. A salvação do homem reclama a doutrina da Triunidade, isto é, uma unidade tríplice, e não uma unidade simples. Concluímos, pois, que Deus é uma unidade tríplice: UM EM TRÊS E TRÊS EM UM. O Pai, o Filho e o Espírito Santo são Deus e é Deus.

A DOUTRINA DO HOMEM

- 1. Base da Religião
- 2. A Constituição do Homem
- 3. O Corpo
- 4. Relação entre o Corpo e a Alma
- 5. O Espírito
- 6. A Semelhança entre o Homem e Deus
- 7. O Homem como Ser Moral
- 8. A Relação do Indivíduo com a Raça

A DOUTRINA DO HOMEM

1. BASE DA RELIGIÃO

A religião tem o seu fundamento e a sua razão de ser numa relação vital entre duas pessoas: Deus e o homem. A teologia, para ser fiel à sua significação, deve ocupar-se não só do estudo acerca de Deus, mas também acerca do homem.

É mister que conheçamos bem o homem para que não caiamos em erro. Um erro neste assunto poderia levar-nos a erros ainda mais graves e perigosos no decorrer do estudo que fazemos tocante às relações entre o homem e Deus. Convém, pois, que conheçamos o homem na sua constituição e nos seus poderes essenciais. E verdade que nem todos os poderes pessoais têm o mesmo valor para o nosso estudo, mas, mesmo assim, são indispensáveis. Tudo quanto pudermos conhecer sobre o homem e sua natureza nos servirá no estudo da sua relação com Deus.

Daremos mais atenção, naturalmente, ao estudo dos poderes essenciais do homem, porque são estes que o separam dos irracionais e melhor o definem.

2. A CONSTITUIÇÃO DO HOMEM

Compõe-se o homem de corpo e alma. Esta dupla divisão da constituição do homem é a mais geralmente observada na vida. É a divisão que ressalta logo à vista quando ele começa a pensar a respeito da sua própria natureza. E, ainda mais, é a que se observa mais facilmente nos outros. O homem compõe-se, então, de corpo e alma.

3. O CORPO

Quanto ao corpo, podemos dizer que é o instrumento, o tabernáculo, a oficina do espírito. É o meio pelo qual ele se manifesta e age no mundo material. O corpo é o órgão dos sentidos, é o laço que une o espírito ao universo material.

É bom notar, desde já, que o agente moral não é o corpo, senão o espírito que nele habita.

As impressões vêm de fora pelo corpo, porém elas só têm significação quando reconhecidas e atendidas pelo espírito. A consciência própria, a direção própria, o poder de pensar, querer e amar pertencem exclusivamente ao espírito.

O espírito é o agente, o corpo, a agência.

"Alguém há entendido que as Escrituras apresentam uma tríplice divisão do homem. Firma-se esta idéia em passagens da Bíblia onde se empregam os termos corpo, alma e espírito em conjunto. Por exemplo; em I Tessalonicenses 5:23, lemos: «E o mesmo Deus de paz vos santifique em tudo; e todo o vosso sincero espírito, e alma, e corpo sejam conservados irrepreensíveis para a vinda de nosso Senhor Jesus Cristo.»

Segundo esta idéia da tríplice divisão da natureza humana, a parte mais elevada do homem é o espírito. Em segundo lugar, vem a alma; e por último, o corpo. O espírito é o órgão de comunhão com Deus: a alma é a sede da personalidade; e o corpo, o tabernáculo da alma.

I»Dizem, portanto, que o homem é uma alma e tem corpo e espírito. Esta idéia, porém, é errônea. As passagens citadas em seu abono, uma vez bem entendidas, têm outra significação. Muitas vezes o uso destes três termos é feito apenas para enfatizar a idéia de que o homem é contemplado no seu todo, como, por exemplo, vemos no verso 30 do capítulo 12 do Evangelho de Marcos: «Amarás ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento e de toda a tua força.»

Geralmente, quando os escritores sagrados faziam uso destes dois termos — alma e espírito — tratavam de uma só coisa, em diferentes relações. Empregavam eles ordinariamente o termo espírito quando se referiam à relação da vida do homem para com Deus; e alma, quando faziam referência à relação da vida do homem para com as coisas terrenas.

O homem pode ser comparado não a uma casa de três andares, mas a uma de dois. No segundo andar, porém, além de janelas que dão para o mundo, há uma clarabóia, que dá para o céu. A alma é a janela pela qual o homem contempla as coisas desta vida aqui na terra, e a clarabóia é o meio pelo qual a mesma pessoa contempla as coisas celestiais. Nesta comparação, o andar térreo representa, naturalmente, o corpo.

Ainda mais, na criação do homem encontramos somente duas coisas: a alma, ou espírito, e o corpo.

A teologia mui pouco tem a dizer a respeito do corpo. E preciso, porém, notar, de passagem embora, que ele é do universo físico quanto à sua matéria e estrutura. O corpo compõe-se da mesma matéria do planeta em que vivemos.

Ensina-nos a Bíblia que o corpo foi tirado da terra. O corpo é pó. É criação de Deus. Quanto ao modo por que Deus o criou, nada sabemos além do que nos declaram as Escrituras, a saber, que Deus usou da matéria já existente, para a sua formação.

4. *RELAÇÃO ENTRE O CORPO E A ALMA*

No tocante à relação entre o corpo e a alma ninguém saberá dar uma explicação satisfatória. O mais que se pode dizer é que essa relação é muito íntima. Para compreender-se esta verdade basta pensar-se nas muitas maneiras pelas quais o espírito influi sobre o corpo, e o corpo, sobre o espírito. Às vezes uma só notícia desagradável basta para mergulhar o espírito na maior tristeza. Por outro lado, uma notícia boa enche o corpo de alegria indescritível. É tão íntima a relação entre alma e corpo que o estudo de psicologia começa com o de fisiologia. E é pela mesma razão que este precede aquele. É tão íntima esta relação, que muitas pessoas há que julgam serem o corpo e o espírito uma mesma coisa.

5. *O ESPÍRITO*

Em se tratando do espírito, podemos afirmar que ele é também criação de Deus. «E formou o Senhor Deus o homem do pó da terra, e soprou em seus narizes o fôlego da vida; e o homem foi feito alma vivente» (Gênesis 2:7). O espírito é imaterial e invisível. Ele habita no corpo e age por meio dele. Não se submete, naturalmente, a uma análise, como o corpo, pelo que só nos é possível julgá-lo pelas suas manifestações.

Tem o espírito três modos de proceder, dependentes de três poderes, que o caracterizam, que são o intelecto, a afeição e a vontade. E ao intelecto que o homem deve a sua faculdade de julgar, recordar, imaginar e raciocinar; à afeição, a de sentir dor, prazer, ódio, etc.; e à vontade ele deve a faculdade de escolher, rejeitar isto e aceitar aquilo, e seguir o seu destino, pondo em prática as deliberações tomadas.

Cada ato humano deve compor-se destes três elementos, isto é, estes três poderes devem associar-se harmonicamente na realização de qualquer ação que pratiquemos.

E dever do intelecto julgar bem os fatos. Este juízo vem, então, servir de base aos sentimentos, que têm por fim induzir a pessoa à ação. Toda ação, porém, espera pela decisão da vontade. E assim que operam os três poderes dentro do espírito. O indivíduo compõe-se, assim, destes três poderes combinados numa só unidade.

Nas três divisões da pessoa não falamos do corpo porque cremos que o homem pode existir sem corpo. O espírito é o ego, é o homem, e o corpo é aliado seu, e também servo e instrumento, e ainda sua oficina e moradia.

Notemos agora os característicos que distinguem o espírito das outras criaturas. Como já observamos, quanto ao corpo, o homem não difere tanto dos animais como no que concerne ao espírito. E no espírito que encontramos a grande diferença entre o homem e os irracionais. Em muitos pontos, fisicamente falando, parece haver certa semelhança entre o homem e os irracionais, mas quando chegamos a tratar do espírito, aí a diferença é tão grande que já não encontramos meio de compará-los entre si. Quais são, neste caso, os característicos que distinguem o homem dos animais irracionais? Notemo-los.

5.1. Consciência própria

O primeiro ponto que serve de distinção entre o homem e os irracionais, que aqui discutiremos, é a consciência própria. O homem tem o dom de fixar em si mesmo o pensamento, e isto o faz cômico de sua própria personalidade. A faculdade que ele tem de proferir o pronome *Ei*, faz surgir um abismo intransponível entre ele e os outros animais. Nenhum animal jamais pronunciou *EU*, e a razão é que eles não têm consciência própria.

5.2. O poder de pensar em coisas abstratas

Este é o segundo ponto que separa o homem dos outros animais. Qualquer animal pode pensar numa laranja amarela, porém não é capaz de separar a cor amarela da laranja e pensar nela independentemente do objeto. Se um animal pensa numa cor, será uma cor identificada com algum objeto. O homem, ao contrário, tem capacidade de pensar não só na cor independente de qualquer objeto colorido, como também em outras coisas abstratas, tais como ódio, amor, prazer, etc.

A faculdade de cogitar das coisas abstratas é privilégio exclusivo do homem, privilégio que lhe abre um campo vastíssimo de desenvolvimento, que ao irracional está eternamente fechado. Aqui temos uma das bases das artes, como a pintura, a escultura, etc.

5.3. A lei moral

Queremos, em terceiro lugar, chamar a atenção para o fato de que o homem reconhece a existência de uma lei moral a que ele está sujeito. Por meio dela, o homem tem ciência da diferença entre o bem e o mal, e compreende o dever de obedecer à lei moral, não só pelo respeito de qualquer autoridade exterior, como também por um constrangimento interior. Até o ente mais embrutecido reconhece a obrigação de andar em conformidade com esta lei moral, e todas as vezes que a transgride sente-se condenado pela consciência e até castigado pelo remorso. Este juízo pessoal é inevitável, pelo fato de conhecer o homem a existência desta lei. Neste ponto o homem se afasta muito dos irracionais, porque ninguém jamais ouviu contar de um animal que devolvesse um roubo, o que se dá amiúde com os homens. Haja vista a «caixa da consciência», instituída pelo governo americano do norte, com o intuito de receber, sem que se saiba a procedência, quantias voluntariamente devolvidas por pessoas acusadas pela consciência de haverem defraudado o governo.

Passam, às vezes, anos e anos antes de aparecer o resultado da operação da consciência ou do remorso na vida da pessoa, mas finalmente o homem cede e decide espontaneamente a devolver aquilo a que não tem direito. O homem está sob o império da lei moral, e isto constitui um dos pontos de distinção entre ele e o bruto. Podemos, portanto, apelar para a consciência do homem, porque ela é uma realidade.

5.4. A natureza religiosa do homem

A natureza religiosa estabelece um ponto de profundo contraste entre o homem e o animal. Alguém já disse que o homem é um ser incuravelmente religioso. E isto é verdade, porque, onde quer que o encontremos, haveremos de achar também as manifestações de sua natureza religiosa. Ele reconhece a existência de um Ser Supremo, diante do qual sente o dever de prostrar-se, prestando-lhe obediência e culto. As catedrais, os templos, as casas de oração espalhadas por todo o mundo, são testemunhas silenciosas, mas que patenteiam» de modo eloqüente, esta grande verdade. E de interesse notar que ainda não houve, em tempo algum, um irracional, mesmo entre os de inteligência mais desenvolvida, que erigisse um templo ou um altar em nome da religião. Isto basta para demonstrar o valor da religiosidade do homem, o que constitui um abismo intransponível entre ele e o irracional.

5.5. A escolha de um alvo

O poder de escolher um alvo para a vida é faculdade exclusiva do homem; e isto é outro característico que distingue e distancia o homem dos animais. O homem pode e deve ter dois objetivos na vida: o objetivo imediato e o mediato. Os animais não têm objetivo mediato.

Não lhes é possível pensar em alguma coisa tendo outras de permeio. O alvo deles é sempre imediato. Por exemplo, se comem é para matar a fome que sentem, se bebem é para saciar a sede que os incomoda, se dormem é para descansar o corpo fatigado. Todos estes objetivos são imediatos. O homem, porém, pode e deve comer, beber e dormir não simplesmente para satisfazer às suas necessidades fisiológicas, mas para que esteja em condições de desempenhar a sua missão na terra, atingindo, assim, o alvo que tem diante de si. Por isto; enquanto o animal é impelido, o homem é atraído, é chamado, é convidado por aquilo que tem como alvo na vida.

O animal, como acabamos de observar, prende-se ao presente, mas ao homem é possível transferir sua vida da atualidade e viver retamente no futuro. O animal segue apenas sua natureza; o homem, pelo contrário, pode inibir ou expandir, obedecer ou desobedecer, ser fiel ou infiel à sua natureza. Goza o homem de liberdade para elevar-se às mais altas regiões morais ou rebaixar-se ao nível do irracional. Tem a oportunidade de alcançar as maiores glórias, ou provar as maiores vergonhas, de subir até os céus, ou de descer até o inferno. A esfera da vida humana é vastíssima, enquanto a do animal é muito limitada.

5.6. A intensidade da vida humana

Ainda outro característico que distingue o homem dos irracionais é o da intensidade e vastidão da vida. Quase não há termos com que comparar-se, neste sentido, o homem e o irracional. Ordinariamente um animal de dois anos já experimentou tudo o que lhe era possível experimentar na vida inteira. A vida torna-se-lhe de então por diante uma contínua repetição das mesmas sensações. Mui diferente é a vida humana, porque o homem, aos dois anos nem sequer começou a viver, e, até os cem anos e mais, está sempre experimentando coisas novas.

5.7. As Atividades humanas

Ainda outro característico, muito notável no homem, são as suas atividades. Façamos, em torno deste ponto, algumas considerações. Se bem que não seja a linguagem privilégio exclusivo da raça humana, verdade é que os meios de comunicação entre os homens são muito mais vastos que entre os irracionais. Na linguagem que lhe é própria, fala a galinha aos seus pintainhos, e quaisquer outros animais aos de sua espécie; o homem, porém, além de falar, escreve os seus pensamentos e pinta as suas imaginações, o que jamais ouvimos dizer fizesse qualquer irracional.

Sabemos que os animais brincam, mas não fazem nenhum progresso em suas diversões, ao passo que o homem melhora cada dia os seus meios de divertir-se, transformando as suas diversões em verdadeira arte. Haja vista o teatro, os jogos de futebol, tênis, etc. Somente o homem acende fogueiras, constrói maquinismos, faz instrumentos, desenvolvendo, destarte, os seus poderes naturais. O telefone, o telescópio, o microscópio, o telégrafo sem fio, o avião, etc., são exemplos que confirmam o que vimos dizendo. É verdade que o castor constrói represas, mas só ao homem é dada a capacidade de utilizar-se do poder da água a fim de impelir maquinismos, melhorando assim as suas condições de vida e promovendo o bem-estar da humanidade.

O homem funda instituições educativas, estabelecimentos comerciais e bancários, casas de caridade, e desenvolve, por todos os meios imagináveis, a marcha progressiva da raça humana. São tão grandes e

numerosos os pontos de diferença entre o homem e o irracional que não há confundi-los, salvo se desprezarmos todas estas considerações.

6. A SEMELHANÇA ENTRE O HOMEM E DEUS

Estabelecida a dessemelhança entre o homem e o irracional, desejamos agora demonstrar a semelhança espiritual que existe entre Deus e o homem. É interessante notar, embora de passagem, que os atributos que aproximam o homem de Deus são os mesmos que o distinguem e afastam dos seres irracionais.

Conforme Gênesis 1:27, sabemos que Deus criou o homem à sua imagem e semelhança; logo, a constituição do homem, espiritualmente falando, é semelhante à de Deus, que é Espírito perfeito.

A revelação de Deus traz a evidência de que, intelectualmente, o homem se parece com Deus, porque, se não houvesse conformidade, na estrutura mental, seria impossível a comunicação de um com outro, e não poderia haver, portanto, tal revelação. O fato de Deus manifestar-se ao homem prova que o homem pode receber e compreender esta manifestação. O homem é uma pessoa como Deus é uma Pessoa, e a semelhança entre um e outro acha-se no espírito, naquilo que o homem é na sua natureza pessoal.

Assim sendo, a semelhança natural entre Deus e o homem perdura sempre, porque o homem não poderá jamais deixar de ser uma pessoa como Deus o é.

Mas, além desta semelhança natural, há ainda a semelhança moral, porque assim foi o homem criado por Deus. Essa semelhança moral consistia nas qualidades morais que faziam, e ainda hoje fazem, parte do caráter de Deus.

O homem foi criado bom. Todas as suas tendências eram boas. Todos os sentimentos do seu coração inclinavam-se para Deus, e nisto consistia a sua semelhança moral com o Criador. As Escrituras ensinam mui claramente que o homem foi criado natural e moralmente semelhante a Deus, e ensinam também que ele perdeu esta semelhança moral quando caiu pelo pecado.

Além do que já mencionamos, convém que notemos mais alguma coisa a respeito do homem. Ele é imortal. Naturalmente falamos do espírito, porque reconhecemos que o espírito é o homem. Entendemos por imortalidade que o espírito está destinado a viver para sempre. Não discutiremos aqui a questão de como pode viver o espírito sem o corpo; afirmamos apenas, sem fazer referência ao corpo, que o espírito vive eternamente. O espírito tem em si os elementos essenciais para uma vida sem fim. Uma pessoa pode continuar a viver fora do corpo.

Consideremos agora algumas razões por que cremos na imortalidade do homem.

6.1. A crença na continuação do espírito depois de sua separação do corpo há existido desde os primeiros tempos, e fortalece-se hoje mais que em qualquer outra época. A humanidade não deixa morrer esta idéia; onde quer que encontremos o homem, descobriremos, arraigada no seu coração, a crença na imortalidade.

Uma das coisas que têm contribuído, em grande parte, para a permanência desta crença é a própria morte física. Por ser universal, todos têm sido obrigados a meditar nela como sendo o maior problema, e daí se originou, em parte, a crença na imortalidade do homem. Podemos dizer que, de certa maneira, a mortalidade do corpo tem pregado a imortalidade do espírito, porque os homens viam o corpo morrer, mas não o espírito. Esta observação, ligada à idéia da superioridade que o homem tem sobre o seu corpo, deu origem à crença na imortalidade.

Até mesmo as frases que a linguagem humana foi formando no correr dos tempos para designar a morte física revelam a crença na imortalidade: «A alma voou», «a alma partiu», «passou aos céus», etc.

6.2. O segundo argumento que abona a crença na imortalidade do espírito é que precisamos de uma vida além para explicar a vida atual. É difícil crer que Deus haja dado ao homem tantos dons, tantas possibilidades de desenvolvimento, para que tudo acabe com a morte do corpo. Se o homem não é imortal, todos os poderes que o distinguem dos irracionais não têm razão de ser.

Os animais vivem hoje como viviam há mil anos passados. Não têm feito, nem fazem, progresso algum. E por que faz o homem tanto progresso material, espiritual e intelectual, se tudo se acaba em poucos anos? O que recebemos nesta vida não nos recompensa pelos sacrifícios que o progresso exige de cada um de nós. Estamos num mundo onde o progresso depende de sacrifício. Um tem que viver e morrer por outro. O sacrifício é a base de todo progresso. Qual é, pois, a razão destes sacrifícios, se não há nada além desta vida corpórea? Seria melhor adotar os ensinamentos do epicurismo antigo: « Comamos e bebamos hoje, porque amanhã morreremos.»

Observamos, no entanto, que a vida futura exerce mais poder na vida presente do que os próprios interesses atuais. Os interesses mais imperiosos de todos os ramos de atividade humana são os que visam a vida futura. Se estudarmos bem a vida aqui na terra, não poderemos fugir à evidência de uma vida futura. Há muitas injustiças impunes nesta vida, e muitos atos de justiça não recompensados. Será possível que vivamos num mundo onde se não condene a injustiça e se não recompense a justiça? Não. A vida futura é uma conclusão lógica da presente.

Depara-se-nos ainda a questão: Por que é que Deus criou o homem à sua imagem, se esta vida terrena encerra tudo? Não haveria razão para isso se não houvesse nada além desta vida. O fato de nos haver Deus criado à sua imagem basta para provar que somos mais do que os irracionais e que a nossa alma é imortal. A natureza de Deus sustenta a doutrina da imortalidade.

6.3. Cristo e a imortalidade. Cristo confirmou e enriqueceu a crença e a esperança na imortalidade da alma. Esta doutrina é parte integrante do cristianismo. É verdade que a doutrina da imortalidade não está muito acentuada e clara no Velho Testamento, mas, mesmo assim, não deixa de ter nele a sua raiz e origem. Não obstante, é com a vinda de Jesus que a doutrina da imortalidade chegou à plenitude de luz.

O que Cristo fez para reforçar e esclarecer esta doutrina podemos ver em passagens como estas: «Porque sei que disto me resultará salvação, pela vossa oração e pelo socorro do Espírito de Jesus Cristo, segundo a minha intensa expectativa e esperança de que em nada serei confundido; antes, com toda a confiança, Cristo será, tanto agora como sempre, engrandecido no meu corpo, seja pela vida seja pela morte. Porque para mim o viver é Cristo, e o morrer é ganho. Mas, se o viver na carne, este é o fruto da minha obra, não sei então o que deva escolher. Porque de ambos os lados estou em aperto, tendo desejo de ser desatado, e estar com Cristo, porque isto é ainda muito melhor. Mas julgo mais necessário, por amor de vós, ficar na carne, e confio nisto, e sei que ficarei, e permanecerei com todos vós, para proveito vosso e gozo da fé» (Filipenses 1:19-25). «Porque sabemos que, se a nossa casa terrestre deste tabernáculo se desfizer, temos de Deus um edifício, uma casa não feita por mãos, eterna nos céus. E por isso também gememos, desejando ser revestidos da nossa habitação, que é do céu; se, todavia, formos achados vestidos, e não nus. Porque também nós, os que estamos neste tabernáculo, gememos carregados: porque não queremos ser despidos, mas revestidos, para que o mortal seja absorvido pela vida. Ora, quem para isto mesmo nos preparou foi Deus, o qual nos deu também o penhor do Espírito. Pelo que estamos sempre de bom ânimo, sabendo que, enquanto estamos no corpo vivemos ausentes do Senhor (porque andamos por fé, e não por vista). Porém temos confiança, e desejamos muito deixar este corpo e habitar com o Senhor. Pelo que muito desejamos também ser-lhe agradáveis, quer presentes, quer ausentes» (II Coríntios 5:1 -9). «Bendito seja o Deus e Pai

de nosso Senhor Jesus Cristo, que, segundo a sua grande misericórdia, nos gerou de novo para uma viva esperança, pela ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos, para uma herança incorruptível, incontaminável, e que se não pode murchar, guardada nos céus para vós, que pela fé estais guardados na virtude de Deus para a salvação, já prestes para se revelar no último tempo» (I Pedro 1:3-5). Sobre este assunto, além de outras passagens, podemos examinar I Pedro 5:10 e II Timóteo 1:10-12.

Jesus fez exatamente o que disse Paulo, «destruiu a morte, trouxe à luz a vida e a imortalidade pelo evangelho». Convém notar que, em trazer para a luz a imortalidade, Jesus não estava criando a doutrina, mas simplesmente revelou, esclareceu o que até então se achava um tanto oculto e velado. Jesus tirou, da obscuridade em que se achava, a doutrina da imortalidade, trazendo-a para a luz. O espírito fora criado imortal, e o Mestre fez irradiar a sua luz sobre este fato; esclarecendo-o, mostrou que a vida não era tanto uma questão de tempo como de qualidade.

A ressurreição de Cristo confirmou também a doutrina da imortalidade do homem. Os discípulos viram Jesus resistir e vencer a morte, e isto alicerçou mais solidamente a crença e a esperança que eles tinham na imortalidade da alma.

7. O HOMEM COMO SER MORAL

Um ser moral é um ente livre e ativo, mas ao mesmo tempo sujeito a uma lei no que diz respeito ao bem e ao mal. O homem é tal ser. Desejamos estudar aqui, analiticamente, os elementos da constituição moral do homem, como já o fizemos em relação aos elementos da sua constituição natural. Iniciemos o estudo pela consciência humana.

7.1. A consciência

A consciência é o juízo do homem aplicado ao seu próprio procedimento, quer aprovando as boas ações, quer reprovando as más. Ampliemos esta definição: juízo é o intelecto operando no discernimento das relações entre objetos e entre idéias. Uma das relações é aquela que um ato ou uma qualidade tem para com o bem ou o mal. Este poder do homem de julgar o bem e o mal chama-se faculdade moral; mas isso não quer dizer que esta faculdade moral representa um poder diferente do poder geral do intelecto em julgar qualquer coisa. Não. A faculdade moral não é um poder à parte, e, se toma este nome, não é por diferir do poder intelectual, mas simplesmente por causa da natureza das coisas julgadas. A faculdade moral é a mesma inteligência julgando atos e qualidades do ponto de vista moral, já os condenando, já os aprovando. A pessoa é um juiz, e, portanto, exerce o juízo.

Notemos aqui que esta faculdade moral julga os atos e qualidades tanto dos outros como de si próprio, se bem que o julgamento próprio não tem a mesma significação que o ato de julgar a outrem. O julgamento próprio é o mais perfeito que ao homem é dado fazer. /U vezes este julgamento se faz acompanhar de muito gozo, muito prazer; outras vezes, segue-o um cortejo de dor e tristeza.

Sendo natural ao homem julgar os seus próprios atos e qualidades, a consciência é, por isso mesmo, um elemento integrante da própria pessoa. É uma faculdade inseparável do homem.

No ato de julgar, a consciência usa da medida que a própria pessoa lhe fornece. A consciência não cria o seu próprio aferidor ou padrão moral, porque não é uma faculdade à parte da pessoa. Podemos dizer que a consciência é a própria pessoa julgando-se a si mesma; e visto que as pessoas diferem muito umas das outras, diferem também as consciências. Concluimos, pois, que há tantas consciências quanto são as pessoas.

Como já observamos, o juízo ou julgamento feito pela própria consciência tem uma força que nenhum julgamento estranho pode ter. Por que esta importância excepcional da consciência? Por que ela muitas vezes não nos deixa dormir?

Quando se considera uma questão moral, isto é, uma destas lutas que muitas vezes se travam entre o bem e o mal, uma parte do homem procura arrastá-lo ao mal, e da outra ele ouve como que uma voz a segredar-lhe: Fase o bem. A aprovação de si mesmo significa que se fez o que se deveria fazer; e a condenação indica o contrário. Sempre quando faz o que não deve, o homem se torna culpado diante da própria consciência, o homem prova-se falso e traidor de si mesmo, perdendo o respeito próprio. Segue-se, então, severo juízo da consciência, que, em certos casos, leva o homem ao remorso, ao desespero e até ao suicídio.

Aquele que fica sem o apoio de si mesmo torna-se desamparado, condenado pela própria consciência e por Deus. Aquele que não tem o apoio de si mesmo condena-se a um fracasso completo na vida. Precisamos, portanto, viver em paz com a nossa consciência. É de muito mais importância que haja paz entre nós e a nossa consciência do que gozar paz em nossas relações com outras pessoas. Haja vista o caso de Jó. O julgamento, portanto, de si mesmo é muito mais grave, e não há fugir dele. O homem é de tal natureza que este julgamento lhe vem impreterivelmente.

Este juízo não está sujeito à vontade, não depende dela e nem lhe pede permissão para surgir em qualquer ocasião na vida da pessoa. Se dependesse da vontade, bem diferente seria a vida aqui, porque ninguém se condenaria voluntariamente, como, às vezes, faz a consciência.

A alma humana reconhece que deve praticar o bem e evitar o mal; e este reconhecimento do dever inato da alma é que torna a consciência de tão alto valor e de tão excepcional importância. 7.2. O padrão universal

Sabemos já que a consciência usa da medida que a própria pessoa lhe fornece e que, por isso mesmo, há tantas consciências quantas são as pessoas. Mas alguém nos perguntará se não há uma medida comum para todos. Sim, respondemos, a medida perfeita e universal é a que existe em Deus. «Sede perfeitos como vosso Pai que está no céu», é a expressão bíblica desta verdade. O caráter de Deus é o aferidor universal ou estalão, é a base da justiça e do dever do homem. O que é direito, o que é justo, determina-se pelo caráter de Deus, e não pela consciência do homem. A nossa consciência não pode ser árbitro final da luta em nós: Deus é o tribunal de última instância.

Tudo, portanto, que é semelhante a Deus é direito, é justo; porém, tudo o que é contrário à sua natureza é condenado. Ele é o aferidor porque todos seremos julgados por ele. O caráter de Deus é o que determina e fixa o que é justo, o que é moral, o que é direito relativamente ao dever do homem. A expressão mais clara deste fundamento do dever humano é Cristo Jesus. Ele é o nosso padrão. Nele e por ele tem Deus mostrado o que é bom e justo. Jesus realizou em sua vida o que deve ser cada pessoa. Por sua vida ele nos mostrou como deveríamos viver, e pela sua morte e ressurreição nos deu o poder de viver como ele viveu. Em Jesus o homem encontra o mais alto ideal, o mais alto padrão, e por isso é que temos nele a mais patente expressão do dever.

Na própria natureza da pessoa encontramos uma expressão desta base do dever. Como sabemos, o homem foi criado à imagem de Deus. E há uma lei natural segundo a qual toda criatura se aproxima do seu tipo superior, o tipo modelo. Sendo o homem feito à imagem de Deus, tem, naturalmente, o dever de assemelhar-se a ele o mais possível. Esta lei é universal, porque cada coisa viva tem o seu tipo de modelo, e por natureza impende-lhe o dever de se aproximar dele. Esta lei é universal; exige que o homem viva de acordo com a sua natureza mais alta e mais verdadeira. Isto é, exige que o homem seja o que Deus tinha em vista quando o criou.

Cada ser neste mundo tem um tipo superior, ideal, e dele se aproximam, por semelhança, todos os seres da mesma espécie. É uma tendência natural. Exemplifiquemo-la.

Dizem haver no Japão pessoas que se ocupam exclusivamente da criação de passarinhos. Tomam canarinhos novos, de raça amarela, e os põem a crescer num ambiente onde tudo é branco: gaiolas brancas, casas brancas, móveis brancos, criados vestidos de branco, etc. Desta maneira as penas dos canários se desenvolvem brancas também. Mas, apenas soltos no campo, entre os outros de penas amarelas, tornam-se, em pouco, amarelos como os demais. Isto é, voltam ao tipo original.

Um gato doméstico, logo que passe a viver no mato, nele se desenvolve a fcreza e outras qualidades do tipo superior, o tigre. E assim por diante; todos os seres vivos obedecem a essa ordem natural. Só o homem é um «desordeiro», porque não obstante dotado de poderes especiais, como as faculdades de pensar, de sentir e de querer, o que falta aos irracionais, desvia-se, ao invés de procurar aproximar-se de Deus, seu Criador, o tipo perfeito e ideal.

Possuindo Deus toda a excelência moral, é ele, por isso mesmo, o aferidor universal; e a necessidade de ser moralmente semelhante a ele faz parte da constituição do homem, da sua própria natureza.

Convém saber que ninguém há que, de um momento para outro, esteja em condições de satisfazer às exigências deste aferidor. Como o carvalho, que de humilde semente se transforma em árvore gigantesca, atingindo o seu pleno desenvolvimento, assim deve crescer o homem, gradualmente, neste longo processo de tornar-se semelhante a Deus. E, como não é justo julgar um carvalho de um ano por outro de um século, não é também justo que se julgue um homem em qualquer época de sua vida por não haver atingido a sua estatura completa. Nem mesmo Deus assim nos julga. Ele é justo e só nos condena por não sermos o que podíamos e devíamos ser na hora do julgamento. É por isso que a consciência do homem pode servir de aferidor na vida prática; porém o homem deve reconhecer que está debaixo da obrigação de ir aproximando-se mais e mais do caráter de Deus, o aferidor final.

A nossa consciência tem, portanto, um valor realmente grande na vida prática. A consciência é a voz de Deus e dela podemos usar como aferidor dos nossos atos desde que ela continue, progressiva, ininterruptamente, a aproximar-nos de Deus.

7.3. A vontade

Em nossa discussão acerca do homem como ser moral temos que discutir também, além da consciência, a vontade. A vontade é o poder que leva o homem a decidir se vai ou não proceder, e que o leva a escolher qual a maneira por que vai executar uma ação. O homem recebe mil sugestões de dentro e de fora; e no meio destas sugestões fica a vontade, que tem o dever de escolher e decidir qual a sugestão que vai ser posta em ação. Todo ato espera a decisão da vontade.

Em relação aos demais poderes do homem, a vontade é como o presidente, o executivo. É o homem decidindo e executando as deliberações tomadas. O filho pródigo é um belíssimo exemplo de decisão. «E, tornando em si, disse: «Quantos jornaleiros de meu pai têm abundância de pão, e eu pereço de fome! Levantar-me-ei, e irei ter com meu pai, e dir-lhe-ei: Pai, pequei contra o céu e perante ti» (Lucas 15:17,18). Durante o tempo em que está decidindo, está o homem debaixo de muitas influências. Há quase sempre considerações que favorecem uma linha de ação e outras que favorecem outra. Estas considerações denominam-se motivos.

Apesar de tudo o que já ficou dito sobre as influências que levam o homem a agir, a vontade permanece livre. Os motivos não forçam a vontade. Os motivos são apenas considerações entre as quais a vontade escolhe qual será aceita e executada.

A força dos motivos depende do caráter da pessoa. Isto é, a qualidade que faz este ou aquele motivo prevalecer não reside no motivo, porém na própria pessoa. E, assim sendo, como já observamos, a vontade é livre, porque, afinal de contas, é a pessoa que faz a decisão. Se a força do motivo partisse do próprio motivo, poderia este forçar a vontade, mas visto que sua força é emprestada da pessoa, a vontade fica livre.

Por liberdade de vontade entendemos apenas a capacidade que o homem tem de escolher a ação e o modo de efetivá-la. A própria pessoa é quem, em última análise, determina a ação. Pode haver muita pressão de influências externas, mas, mesmo assim, a vontade tem que decidir a respeito do ato que se vai realizar. A vontade, portanto, é livre neste sentido.

7.4. Quatro teoria» errôneas

Façamos algumas ligeiras considerações a respeito de quatro teorias errôneas e muito comuns sobre este principio de voluntariedade. Não temos tempo para desenvolver estes pontos, nem é necessário que o façamos, pelo que apenas faremos menção delas, a título de precaução, para que não suceda cairmos em quaisquer dessas heresias.

7.4.1. Fatalismo. Ensina o fatalismo que tudo está fixado por um poder qualquer que não o de Deus. Não há liberdade de vontade. Tudo quanto o homem faz, fá-lo obrigatoriamente. O fatalismo é um caminho tão estreito que não deixa ao homem nenhuma liberdade de ação. O indivíduo entra no mundo, dá certo número de passos já determinados e sai sem ter praticado sequer um ato próprio.

Numa usina de fundição, lança-se o ferro bruto em determinado lugar e ele sai em lugar diferente, já transformado nas pequenas peças que ali fabricam. Segundo a teoria do fatalismo, o homem passa pelo mundo qual matéria bruta pela usina de fundição.

7.4.2. Predeterminismo. Segundo esta teoria, todas as coisas foram já fixadas por Deus. Os adeptos dessa doutrina crêem que a única vontade no mundo é a vontade de Deus, e tudo quanto acontece é por ele predestinado, predeterminado. Desde o principio Deus criou não só o mundo, como também a natureza dos atos que os homens haveriam de praticar. Assim sendo, desaparece, naturalmente, a liberdade de vontade do indivíduo. A diferença entre o Fatalismo e o Predeterminismo é que neste Deus determina tudo, ao passo que naquele tudo é determinado por qualquer outro poder das circunstâncias.

7.4.3. Necessarianismo. Segundo esta filosofia, tudo o que acontece é tão-somente uma série ou sucessão de causas e efeitos. Até a decisão da vontade do indivíduo é um efeito que causa outro efeito, o qual, por seu turno, trará outros efeitos, e assim sucessivamente. Desta maneira qualquer ato se explica pelo seu prece- dente.

7.4.4. Determinismo. Em essência o determinismo pouco difere do fatalismo, porque no determinismo a própria matéria determina tudo. A matéria determina o motivo, o motivo determina a força, a força, a vontade, e assim por diante.

Basta, porém, que apelemos para a consciência para encontrarmos provas da falsidade de todas estas filosofias. Cada pessoa sabe que pode proceder de modo diferente, embora opere só dum modo.

7.4.5. Mais duas reflexões sobre o assunto

a) Notemos primeiramente que a liberdade do homem é limitada. Muitas coisas há em nossa vida que estão além da nossa faculdade de escolha: a nossa nacionalidade, a nossa origem, bem como a maneira de satisfazer à fome, de saciar a sede, de aprender a verdade, etc., são coisas que estão fora da escolha do homem. Quem não quer comer padecerá fome, quem não quer crer não se salvará.

O homem é finito, e sua liberdade, por isso mesmo, é também finita.

b) O efeito da liberdade da vontade é diminuído pela falta de harmonia entre os poderes do homem. Isto é, o homem vai perdendo a sua faculdade de escolha quando não se utiliza dela. Um fumante, por exemplo, depois de escravizado pelo fumo, só poderá fazer a escolha da qualidade do cigarro que quer fumar. Da mesma maneira o alcoólatra dominado pelo vício já não pode escolher entre o beber e o deixar de beber; o que faz é apenas escolher a bebida de sua preferência. A liberdade ideal, portanto, só pode existir numa vida moralmente perfeita. A vontade é perfeitamente livre só quando a pessoa escolhe o que há de melhor, e quando não há divergência alguma por parte dos poderes em praticar o bem.

8. A RELAÇÃO DO INDIVÍDUO COM A RAÇA

A relação do homem com a raça é a mesma que há entre ele e a causa que o produziu. O indivíduo é filho da raça. Ninguém faz objeção a esta idéia em se tratando do corpo; há, porém, quem afirme que o espírito ou alma não tem afinidades com a raça. Isto é, crêem, os que assim afirmam, que somos filhos de nossos pais somente quanto ao corpo e não quanto ao espírito. Há diversas teorias sobre este assunto. Notemos algumas delas.

8.1. A teoria da preexistência

O próprio termo explica esta teoria. Conforme este ensino, todas as almas existem antes de entrar no corpo. O nascimento é apenas uma encarnação. Deus criou todas as almas no princípio, e em certo período do crescimento de cada corpo, adiciona-lhe a alma. A maior dificuldade dessa teoria é que ela é inverídica, e não há fatos que a apoiem.

8.2. A teoria da criação imediata

Segundo esta teoria o corpo é produzido por um processo natural, e Deus cria uma alma para cada corpo. Neste caso, a alma não tem preexistência, mas Deus cria-a em ocasião própria. O indivíduo, neste caso, só descende de seus pais quanto ao corpo, porque o espírito é uma criação imediata de Deus.

Duas dificuldades deparam-se-nos nesta teoria: a primeira é que a semelhança entre pai e filho é tanto no corpo como no espírito, fato este inexplicável para os adeptos dessa teoria. A segunda dificuldade é em relação ao pecado. Conforme este ensino, ou o pecado é só do corpo ou então Deus cria a alma pecaminosa.

8.3. A teoria da transmissão

A teoria da transmissão ensina que os pais transmitem aos filhos a sua natureza toda. São pais não somente quanto ao corpo, mas também quanto ao espírito. Todos somos criação de Deus, mas criação mediata, isto é, por intermédio de nossos pais. Diversas considerações podemos fazer a respeito desta teoria. Ela explica melhor os seguintes fatos:

a) A semelhança espiritual e física entre pais e filhos.

b) O pecado inato.

c) A continuação do pecado na raça.

d) O método geral de Deus multiplicar a sua criação. A Bíblia diz que Deus deu ao homem o poder de multiplicar-se (Gênesis 1:28).

e) A unidade da raça. Somente esta teoria estabelece de um modo perfeito a unidade completa apenas em relação ao corpo, e não à alma. A teoria da transmissão, porém, ensina a unidade da raça em sentido mais largo.

Não é verdade — como alguns alegam — que esta teoria seja materialista. É impossível. Não se constitui o homem de corpo e espírito? Pois o que eles transmitem aos filhos são apenas elementos do seu ser. Se há uma teoria materialista, há de ser certamente aquela que afirma que o homem descende dos pais só quanto ao corpo, e que o espírito vem diretamente de Deus. Deve-se notar também que a teoria da transmissão dá lugar ao fato de que Deus é o Criador de cada indivíduo por intermédio dos pais.

Segundo a Bíblia, Deus é o Criador da erva dos campos, embora criasse primeiro a terra e a mandasse, depois, produzir erva. Assim também Deus é o Criador de cada indivíduo por intermédio dos pais. Conforme essa teoria, a raça humana é uma unidade, quer fisicamente, quer espiritualmente. Este princípio é uma das verdades mais gloriosas de que trata a Teologia Sistemática. Na raça humana todos padecem por causa de um; e, graças a Deus, um pôde padecer por todos.

O indivíduo, é, portanto, parente de todos os homens por consangüinidade. Na raça temos a base para irmandade universal. O brasileiro está ligado por parentesco de sangue ao chinês, o chinês ao inglês, o inglês ao indiano, todos estes entre si, e assim por diante, até abranger a raça inteira. Para que se torne bem esclarecido este ponto, é bastante que procuremos enumerar os nossos avós e bisavós, até a trigésima geração.

Tudo isso evidencia que cada pessoa é mais do que uma individualidade; é o resumo, a síntese da raça inteira. Por isso é que a doutrina do individualismo extremado conduz ao erro e exagero.

Ninguém vive para si somente e ninguém morre para si. Somos um em muitos e muitos em um. A raça é uma unidade.

A DOUTRINA DO PECADO

1. Considerações Preliminares
2. A Origem do Pecado
3. Definição do Pecado
4. Princípio Fundamental do Pecado
5. A Universalidade do Pecado
6. A Consequência da Queda Quanto a Adão Foi a Morte
7. Imputação do Pecado de Adão à Posteridade
8. Consequências do Pecado de Adão Quanto à Sua Posteridade
9. Consequências da Queda de Adão Quanto ao Mundo em Geral

A DOUTRINA DO PECADO

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Nenhuma doutrina há mais importante para o crente do que a do pecado. É verdade que as doutrinas fundamentais do cristianismo se relacionam intimamente; porém a do pecado é uma daquelas cujo conhecimento se impõe como grande necessidade. A boa compreensão desta doutrina derrama muita luz sobre as demais. Ela influi sobre todas as outras, tais como a doutrina de Deus, a doutrina do homem, a doutrina da salvação, e assim por diante.

A idéia que temos do pecado determina, mais ou menos, a nossa idéia da salvação. Errar, portanto, na doutrina do pecado, é errar também na da salvação. Um exemplo: Pessoas há que julgam que o pecado é devido ao meio em que o homem vive; logo, melhorando o meio, o pecado desaparecerá. Se assim fosse, os homens necessitariam não de um salvador, mas de um benfeitor. Dinheiro e boa vontade poderiam salvar a humanidade, neste caso. Sabemos, porém, que não é assim, porque infelizmente os ricos não são, em geral, os santos da terra.

Outras há que julgam que o pecado é oriundo da ignorância. Os homens pecam, dizem, porque não conhecem coisa melhor. Ora, se assim fora, a educação seria a salvação da raça; o combate ao analfabetismo seria a melhor pregação do evangelho; e naturalmente os homens mais instruídos e mais cultos seriam os mais santos. Sabemos que essa idéia também não é verdadeira. Os que assim pensam estão longe da verdade. Todos pecaram não só contra Deus, mas também contra a luz.

Entre outros exemplos, salientamos apenas estes dois, de idéias errôneas sobre a doutrina do pecado, no intuito de demonstrar como tais idéias e outras semelhantes influem fortemente sobre a doutrina da salvação. É mister que estudemos bem o que as Escrituras nos ensinam sobre este assunto, porque a doutrina que se encontra na Bíblia não só faz justiça a Deus como também deixa ao pecador uma firme esperança de salvação. Consideremos, agora, em primeiro lugar, a origem do pecado.

2. A ORIGEM DO PECADO

Ensina-nos a Bíblia que o homem foi feito à imagem de Deus; «E criou Deus o homem à sua imagem: à imagem de Deus o criou; macho e fêmea os criou» (Gênesis 1:27). Esta semelhança do homem com Deus tem duas significações, a saber, natural e moral.

2.1. Entende-se por semelhança natural que o homem foi criado com os mesmos poderes pessoais que constituem a personalidade de Deus. Isto é, ele é pessoa como Deus é pessoa. Há, porém, uma diferença aí, que Deus é uma Pessoa divina, ao passo que o homem o é humana. Os poderes que constituem estas pessoas são: o poder de pensar, o de querer, o de amar, o de conhecer-se a si mesmo e o de dirigir-se a si mesmo. Por isso, quando se fala na semelhança natural que há entre o homem e Deus, afirma-se que o homem tem os mesmos poderes que constituem a personalidade de Deus. Deus é Espírito ou Pessoa Infinita; o homem é espírito ou pessoa humana finita. Esta semelhança o homem não a perdeu na queda, e podemos dizer que, neste ponto, ele ainda é semelhante a Deus.

Importa lembrar que Deus e o homem não são semelhantes quanto às suas naturezas, porque a natureza de Deus é divina, ao passo que a do homem é humana; porém são semelhantes quanto aos poderes que constituem as suas personalidades.

2.2. Além da semelhança natural a que nos referimos, o homem foi também criado moralmente semelhante a Deus. Por semelhança moral entende-se que o caráter do homem era semelhante ao caráter de Deus.

Todos os poderes do homem voltavam-se para Deus. Como as raízes da planta procuram aprofundar-se no solo e a haste se volta para o sol, assim também o homem procurava a Deus. O Salmista tinha este fato em lembrança quando disse: «Assim como o cervo brama pelas correntes das águas, assim brama a minha alma por ti, 6 Deus!» (Salmos 42:1). A disposição da alma do homem, quando criado, era boa. O homem foi criado moralmente semelhante a Deus.

Por isso é que estamos diante deste problema da origem do pecado. Como é que o pecado se originou num ser criado natural e moralmente semelhante a Deus? Como foi que as raízes da planta deixaram de procurar o solo e a haste o sol? Não podemos explicar a origem do pecado. É como se uma criança abandonasse os pais e fosse viver em companhia de um homem perverso. A Bíblia ensina que o homem deixou entrar o pecado neste mundo. Ele abusou tanto de sua liberdade como dos seus poderes pessoais: escolheu o mal e rejeitou o bem.

Segundo as condições em que foi criado, era de esperar-se que o homem escolhesse o bem. Toda a tendência era esta, era a coisa mais natural. Mas, ao revés disto, o homem, com grande e geral desapontamento, fez a pior escolha que poderia imaginar-se. E isto depois mesmo de Deus o haver aconselhado a que escolhesse o bem. Deus fez o máximo que lhe era possível fazer no sentido de garantir o bom êxito da escolha que esse ser livre teria de fazer. Não obstante, o homem escolheu, livre e voluntariamente, o mal. E daí, dessa escolha livre e deliberada, originou-se o pecado. «Pelo que, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, por isso que todos pecaram» (Romanos 5:12). «Porque, se pela ofensa de um só, a morte reinou por esse um, muito mais os que recebem abundância da graça, e do dom da justiça, reinarão em vida por um só, que é Jesus Cristo» (Romanos 5:17). «Porque, como pela desobediência de um só homem muitos foram feitos pecadores, assim pela obediência de um muitos serão feitos justos» (Romanos 5:19).

3. DEFINIÇÃO DO PECADO

Não se pode incluir numa definição tudo quanto se pode dizer sobre o pecado. O ato, porém, de definir alguma coisa é sempre um auxílio para a sua compreensão. E, ainda mais, se a definição for feliz, servirá de orientação nos estudos que seguirem. Convém, portanto, que tentemos definir, logo de principio, o pecado.

Pecado, no sentido mais lato do termo, é um estado mau da alma ou da personalidade. Por causa deste estado mau o homem desobedece às leis de Deus. Quando definimos o pecado como o estado mau da alma, incluímos nessa definição os resultados deste estado, isto é, os atos pecaminosos. Mas não devemos confundir os atos pecaminosos, que representam a manifestação desse estado, com o próprio estado. O fruto não é a árvore. Os sintomas não são a enfermidade. O fruto é a manifestação da vida da árvore. Os sintomas são a expressão da natureza da enfermidade. Também os pecados não são outra coisa senão as manifestações do pecado. O pecado é pai dos pecados. «Depois, havendo a concupiscência concebido, pare o pecado; e o pecado, sendo consumado, gera a morte. Não erreis, meus amados irmãos» (Tiago 1:15, 16).

A Bíblia descreve o pecado como sendo morte: morte do corpo e do espírito. Devemos viver, nos mover e existir era Deus. Mas o pecado nos separa de Deus. O pecado desarraiga-nos do meio em i que devemos viver. O pecado converte a luz em trevas, o gozo em tristeza, céu em inferno, a vida em morte. O pecado é o maior e o mais terrível inimigo da alma humana. Ele destrói as promessas, mata as esperanças, dá-nos serpentes, em vez de peixes, pedra, em lugar de pão, tormento, em lugar de prazer. O pecado sempre destrói e nunca edifica. Promete, mas nunca cumpre a promessa. É como diz a Bíblia: «O salário do pecado é a morte» (Romanos 6:23).

Um camponês encontrou, em manhã de inverno, uma cobra enregelada pelo frio. Apanhou-a, acolheu-a no seio para aquecê-la. Quando ela recobrou ânimo e pôde mexer-se, picou o camponês e o matou. Eis aqui uma figura fiel e verdadeira do pecado.

Se o prezado leitor desejar uma exposição fiel, embora tremenda, do pecado, leia Romanos 1:16-32 .

4. PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DO PECADO

Por princípio fundamental entende-se aquilo de onde se originou o pecado, a sua razão de ser. Princípio quer dizer princípio mesmo. Queremos, pois, descobrir onde nasce o pecado, isto é, a fonte de onde é oriundo, qual o princípio por que o pecado opera e existe em nossa vida.

Acabamos de discutir a definição do pecado. Segundo nossa definição, o pecado é primeiramente um estado mau da alma. E este estado mau se manifesta por meio de atos pecaminosos. Queremos agora indagar qual é o princípio deste estado mau da alma. Qual é a essência desse estado? Esse estado mau da alma é, essencialmente, um estado egoístico. O apóstolo Paulo, referindo-se a esse estado mau da alma, chamou-lhe carnal, em contraste com o estado espiritual. O princípio fundamental do pecado é o egoísmo.

Encontram-se na natureza muitas ilustrações que nos podem tornar mais claro este princípio egoístico, que é fundamental no pecado. Uma delas é o Mar Morto, na Palestina. Como podemos ver pelo mapa, o mar da Galiléia está acima do Mar Morto. Recebe as águas de diversos rios e as envia ao Mar Morto por intermédio do rio Jordão. Ora, o resultado disso é que o mar da Galiléia é cheio de vida. Suas águas piscosas atraem para as suas margens muitos habitantes, que ali vivem alegres e felizes. Ê, de fato, um centro de vida o mar da Galiléia. O Mar Morto, pelo contrário, recebe todas essas águas e as conserva em si mesmo. Recebe tudo e não retribui com nada. E o resultado? Nas suas águas não há peixes.

Suas margens são tudo tristeza e desolação. Dizem que até os pássaros não voam por cima do lago, senão em grande altura, em razão dos miasmas que de lá se desprendem. O princípio que rege o Mar Morto é o do egoísmo, isto é, ele quer tudo para si e tudo o que recebe guarda. Este princípio conduz à morte.

O egoísmo é a raiz de todo pecado. Amor-próprio constitui a essência desse estado mau da alma. Precisamos compreender o alcance desse princípio. Precisamos reconhecer que o seu fruto é sempre a morte. Como já notamos, não consiste apenas num ato pecaminoso» e muitas vezes não vemos a relação íntima que há entre a morte e um ato pecaminoso. Porém, quando se encara a questão do ponto de vista do pecado, vê-se logo que a morte é um resultado inevitável do mesmo. O egoísmo puro está cheio de sementes da morte, e quem semeia o egoísmo certamente ceifará a morte. O princípio fundamental do pecado, então, é o egoísmo, é o querer tudo para si, e receber e guardar para si só. Onde este princípio é obedecido não há vida, e, sim, morte. O ego não deve ser o centro da vida. A vida consiste em respirar, isto é, absorver e expelir o ar ao mesmo tempo. Ninguém pode viver só absorvendo o ar, e nem tampouco expelindo-o. É um duplo processo. O pecado, porém, baseia-se no princípio de absorver somente e o resultado não pode ser outro senão a morte.

O pecado de Adão teve origem no egoísmo: ele quis ser igual a Deus e para isto comeu, aconselhado por Satanás, do fruto proibido. Desde então o gênero humano tem sido vítima do egoísmo. O egoísmo é o coração do pecado. A criança é egoísta. O menino, em seus primeiros anos, quer tudo para si porque é egoísta por natureza. Destes fatos concluímos que o egoísmo é universal.

Sendo o egoísmo a origem de todo pecado, é também a origem de todos os males. Todas as grandes guerras, todas as contendas, as intrigas, as calúnias, o roubo, o homicídio, as deturpações, as violências, tudo quanto é mau e ruim originou-se no egoísmo. E, como já vimos no parágrafo precedente, o egoísmo é universal, o pecado é universal e o mal é também universal. Por isso a humanidade inteira geme com dores

e tristezas. «Porque sabemos que toda a criação juntamente geme e está com dores de parto até agora. E não só ela, porém nós mesmos, que temos as primícias do Espírito, também gememos em nós mesmos, esperando a adoção, a saber, a redenção do nosso corpo» (Romanos 8:22, 23).

5. A UNIVERSALIDADE DO PECADO

5.1. Mostramos já que o pecado é um estado mau da alma e que o princípio fundamental desse estado mau é o egoísmo. Desejamos agora mostrar que esse estado mau é universal, isto é, que todos nascem neste estado mau da alma, tendo o egoísmo como parte componente e imperiosa na sua natureza. Jesus Cristo foi a única pessoa que nasceu fora desse estado e livre desse princípio fundamental. Todos quantos nascem hoje já nascem debaixo desse princípio, e por isso mesmo condenados à morte, se não forem salvos pela graça de Deus. Todos nascem mortos espiritualmente e precisam ser ressuscitados, ressuscitados com Cristo, como diz o apóstolo Paulo; «Estando nós ainda mortos em nossas ofensas, nos vivificou juntamente com Cristo (pela graça sois salvos), e nos ressuscitou juntamente, e nos fez assentar juntamente nos céus, em Cristo Jesus» (Ef. 2:5).

5.2. As escrituras que ensinam a universalidade do pecado podem dividir-se em duas classes, a saber:

5.2.1. As que ensinam que cada pessoa, em chegando à idade de responsabilidade, pratica atos contrários à vontade de Deus. «E não entres em juízo com teu servo, porque à tua vista não se achará justo nenhum vivente» (Salmos 143:2). «Pois se vós, sendo maus, sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos...» (Lucas 11:13). «Como está escrito: «Não há justo, nem ainda um» (Romanos 3:10). «Se dissermos que não temos pecado, enganamo-nos a nós mesmos, e não há verdade em nós» (I João 1:8).

5.2.2. As passagens que ensinam que esses atos são manifestações do pecado. «Porque não há boa árvore que dê mau fruto, nem má árvore que dê bom fruto. Porque cada árvore se conhece pelo seu próprio fruto; pois não se colhera figos dos espinheiros, nem se vindimam uvas dos abrolhos» (Lucas 6:43-45). «Raça de víboras, como podeis vós dizer boas coisas, sendo maus? pois do que há em abundância no coração fala a boca» (Mateus 12:34). «Eis que em iniquidade fui formado, e em pecado me concebeu minha mãe. Eis que amas a verdade no íntimo, e no oculto me fazes saber a sabedoria. Purifica-me com hissope, e ficarei puro: lava-me, e ficarei mais branco do que a neve» (Salmos 51:5-7).

Além das passagens citadas, há mais duas classes de passos bíblicos que abonam fortemente a idéia da universalidade do pecado, os que ensinam a necessidade de uma salvação universal, e os que mostram a condenação de todo aquele que não crê em Jesus Cristo.

Muitas são as passagens que ensinam a necessidade de uma salvação universal. Entre elas citaremos algumas: «Quem crer e for batizado será salvo; mas quem não crer será condenado» (Marcos 16:16). «E Jesus respondeu, e disse-lhe: Na verdade, na verdade te digo que aquele que não nascer de novo não pode ver o reino de Deus» (João 3:3). «Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna» (João 3:16). (Examinem-se as seguintes passagens: João 3:5, Atos 4:12 e 17:30.)

Das passagens que mostram a condenação de todo aquele que não crê em Jesus Cristo e assim ensinam a universalidade do pecado, citaremos as seguintes: «Quem crê nele não é condenado; mas quem não crê já está condenado; porquanto não crê no nome do unigênito Filho de Deus» (João 3:18). «Aquele que crê no Filho tem a vida eterna; porém aquele que não crê no Filho não verá a vida; mas a ira de Deus sobre ele permanece» (João 3:36). «Sabemos que somos de Deus, e que todo o mundo jaz no maligno» (I João 5:19).

Já vimos que a origem do pecado acha-se num ato voluntário do homem. Também achamos que este ato praticado por Adão era a expressão do estado mau da sua alma. A queda não consiste tanto num ato como

num estado, e deste estado proveio o ato ou a desobediência. Adão escolheu a sua própria vontade, em vez da vontade de Deus. Ele fez de si mesmo, quando devera ter feito de Deus, o centro de sua vida. E morte é a consequência natural de tal princípio.

5.3. Consideremos agora algumas dificuldades em relação à queda, porque ela não deixa de ter também as suas dificuldades e os seus problemas, que surgem freqüentemente na vida prática do pregador e do obreiro cristão. Vale a pena, pois, considerarmos ligeiramente algumas dificuldades que se nos deparam no estudo da queda do homem.

5.3.1. A primeira dificuldade que vamos considerar é a seguinte: Como é que um ser criado nas condições de Adão poderia cair? A Bíblia ensina que o homem foi criado bom, todas as suas tendências eram para o bem, todas as inclinações da sua alma eram para Deus. No Éden, Adão relacionava-se com Deus tal como a criancinha se relaciona com seus pais. Era natural, pois, que «seguisse exclusivamente a vontade de Deus. Por outro lado, porém, sabemos também que ele foi criado com livre arbítrio, e tinha que opinar e decidir entre a sua própria vontade e a de Deus.

Nessa situação é que o tentador veio a Adão. Era de esperar-se que Adão, sendo tentado, resistisse à tentação, a julgar pelas condições favoráveis em que fora criado. Mas tal não aconteceu. Aqui está a dificuldade: Como teve a tentação guarida na alma de Adão, e o poder de vencê-lo? Como é que Adão deixou-se atrair pela tentação do diabo? Não podemos explicar. A Bíblia não nos ensina a maneira por que o diabo conseguiu induzir o homem a desobedecer a Deus; o que ela faz é simplesmente relatar o fato, sem oferecer sugestão ou explicação alguma desta dificuldade.

Uma verdade, porém, é clara, que Deus não tem culpa nenhuma da queda do homem. Além de criar o homem bom. Deus ensinou- -lhe como devia proceder. O homem desobedeceu, contudo, a Deus e caiu. Embora não possamos explicar como foi que a tentação achou meios de vencer a Adão, temos a plena certeza de que Deus está livre da responsabilidade deste infeliz acontecimento, e nem sequer uma sugestão de culpa existe nele. Prevalecendo-se o homem da liberdade de que fora dotado, desprezou os sábios conselhos divinos e quis tornar-se igual a Deus. Caiu, e na queda perdeu a semelhança moral que tinha com Deus. Sem tentarmos uma explicação da queda, afirmamos simplesmente que só o homem é culpado e que em Deus não há a menor sombra de culpa. Se uma menina inocente, filha de pais crentes, criada no meio de uma atmosfera puramente evangélica, abandonasse seus pais e fosse viver com um vagabundo da rua, como se explicaria tal procedimento? Mas foi isto que Adão fez.

5.3.2. A segunda dificuldade que se nos depara é: Como foi que Deus permitiu que Satanás tentasse o homem? Já aprendemos que Deus governa tudo. Tudo está debaixo do seu domínio, inclusive o próprio Satanás. «E disse o Senhor a Satanás: Eis que tudo quanto tem está na tua mão; somente contra ele não estendas a tua mão. E Satanás saiu da presença do Senhor» (Jó 1:12). Assim sendo, como foi que Deus permitiu que Satanás tentasse a Adão? Façamos algumas considerações em torno deste ponto.

a) Até nesta permissão vemos uma providência de Deus. Quando Deus permitiu a Satanás tentar a Adão não permaneceu indiferente ao resultado. Nesta permissão manifesta-se ainda a misericórdia divina. Quem tentou a Satanás? Ele caiu sem nenhuma tentação de fora, pelo que se tornou mesmo Satanás. Perdeu toda a esperança de salvação. Nenhuma atenuante há na sua queda. E se ele caiu sem tentação, podia também da mesma maneira ter caído o homem, porque foi criado um ser livre, como o era o diabo antes da queda. E, se o homem houvesse caído sem tentação de fora, a sua condição teria sido desesperadora, nenhuma esperança de salvação lhe restaria. Temos, portanto, na permissão que foi dada a Satanás de tentar o homem, um dos atos de misericórdia de Deus.

b) A segunda observação que desejamos fazer acerca deste problema é que o homem tinha que adquirir para si a justiça original, que lhe foi dada por Deus no ato da criação. A justiça que o homem tinha quando Deus o criou era uma justiça emprestada. Não era propriamente do homem, porque ele ainda não havia feito uma escolha entre o bem e o mal. Porém era mister que a escolha fosse feita. Eis aqui mais uma razão por que Deus permitiu que Satanás tentasse o homem. Esta tentação, caso fosse vencida, daria ao homem a oportunidade de confirmar-se no estado em que foi criado. Ele podia fazer da justiça original uma justiça própria. Mas, ao invés disso, e em lugar de confirmar-se no estado em que fora criado, escolheu o mal, e caiu. Vemos aqui que o plano de Deus era sábio, porque apresentou ao homem a oportunidade de melhorar-se e tornar-se verdadeiramente santo e justo.

c) Ainda mais uma consideração devemos fazer em relação a permissão dada a Satanás para tentar o homem. Por ser o homem livre, tinha, forçosamente, que haver tentações. E, pelo plano de Deus, a primeira tentação veio, justamente, quando o homem estava em melhores condições de escolher entre o bem e o mal. Como sabemos, quando ele foi criado, todas as suas tendências eram para Deus. Todas as circunstâncias lhe eram favoráveis a uma boa escolha. Tudo fazia crer que o homem abraçasse a Deus e adquirisse para si mesmo a justiça original. Não se podia imaginar uma oportunidade melhor para a raça firmar-se na justiça que a oportunidade dada por Deus a Adão. Mas infelizmente a raça em Adão não soube prevalecer-se dessa vantagem. Os que hoje decidem ao lado do bem lutam sempre com grande dificuldade. Graças a Deus, porém, há ainda possibilidade de o homem escolher o bem e rejeitar o mal.

5.3.3. Como podia ser dada a Adão pena tão grande por causa de uma só desobediência? As pessoas que levantam este problema não compreendem bem o mal que Adão fez em escolher o mal. A pena dada por Deus não representa uma arbitrariedade, mas uma consequência justa do pecado cometido. Uma vez que compreendamos o que Adão fez, nenhuma dúvida mais teremos sobre a gravidade das consequências do pecado cometido por ele e sobre a justiça dos castigos impostos por Deus. Há, na pena, simplesmente a consequência lógica da ofensa. Deus nunca faz coisa alguma arbitrariamente. A razão do castigo acha-se na ofensa feita. Como já observamos, o ato praticado por Adão, aquela desobediência que perpetrou, era apenas uma manifestação do pecado já abrigado no coração. Na realidade, o homem já tinha caído quando praticou o primeiro ato de desobediência. E a pena está ligada não tanto com o ato praticado como com o estado do coração do homem que motivou o ato. Adão tinha que escolher entre a própria vontade e a vontade de Deus, entre a carne e o espírito, entre o egoísmo e o altruísmo, entre a morte e a vida. A sua decisão, portanto, haveria de trazer grandes consequências para ele próprio e para a posteridade humana. Adão tinha diante de si mesmo a tarefa de escolher o princípio que haveria de dominar-lhe a vida. Havia diante de Adão dois caminhos: um para a glória, e outro para a perdição. Muito dependia então da decisão que ele tomasse. De certa maneira, sua decisão haveria de ser a única na sua vida, porque ela influenciaria poderosamente sobre as demais decisões que houvesse de tomar no futuro. A decisão de Adão, naquela ocasião, seria de molde a determinar até a sua vontade para o resto da vida.

Decisão tal influencia a vida toda. Um exemplo frisante em abono deste asserto é a escolha feita por Jesus quando tentado por Satanás no deserto. Aquela decisão de Jesus influenciou-lhe todas as outras, durante a sua vida. Sua decisão naquela ocasião pode considerar-se a principal durante toda a vida do divino Mestre. Sem dúvida, Jesus tomou muitas outras decisões durante o tempo em que viveu na terra, mas aquela primeira é a principal e a que influenciou todas as outras.

O homem tem sempre diante de si dois caminhos a escolher: o do bem e o do mal. Tem sempre duas vontades: a própria e a de Deus. Adão escolheu a vontade própria, em vez de escolher a de Deus. Fez uma escolha egoística, em vez de uma escolha altruística. Escolheu a morte, em vez da vida. Tudo quanto lhe aconteceu a ele próprio e à raça são consequências justíssimas da decisão que tomou no Éden. Nenhum homem pode escolher o princípio do egoísmo, e queixar-se depois dos resultados. Não pode escolher a

morte, e queixar-se quando ela aproximar-se. Não pode escolher o caminho da perdição, e queixar-se por não chegar ao céu. Uma vez bem compreendida a decisão tomada por Adão quando foi tentado, a pena torna-se perfeitamente explicável.

6. A CONSEQÜÊNCIA DA QUEDA QUANTO A ADÃO FOI A MORTE

A morte tem aqui duas significações: morte física e morte espiritual.

6.1. Morte Física

Esta é a separação do homem do seu corpo. Devido ao pecado, veio a morte física. Com isto não queremos dizer que, se o homem não tivesse pecado, viveria sempre unido ao corpo. Diremos simplesmente que a separação entre o corpo e a alma não teria a feição punitiva ou penal, como temos agora, devido ao pecado do homem. A morte física tal como a conhecemos, com todas as suas dores e tristezas, faz parte da pena do pecado. Não nos interessa agora saber como o homem sairia deste mundo para o outro, se não houvesse pecado; certamente não ficaríamos eternamente neste mundo. O que agora nos interessa é saber que a morte física, tal como a conhecemos, é uma das conseqüências diretas da queda da raça.

6.2. Morte Espiritual

Morte espiritual é a separação entre a alma e Deus; faz parte da pena do pecado também. Esta morte espiritual trouxe dois resultados na vida do homem, a saber:

6.2.1. A perda da semelhança moral que o homem tinha com Deus. Conforme as lições estudadas anteriormente, vimos que o homem foi criado naturalmente e moralmente semelhante a Deus. Na queda, o homem não perdeu a semelhança natural. Ele continuou a ser uma personalidade como era antes. Isto é, depois da queda, o homem deixou de ser semelhante a Deus somente quanto ao seu caráter, quanto à sua moral.

6.2.2. Corrupção dos poderes do homem, outro resultado da queda. Além de o homem perder a semelhança moral que tinha com Deus, todos os seus poderes se perverteram. Os pensamentos, os desejos, a vontade, tudo tornou-se corrompido. O homem arruinou o poder de direção própria, perdeu aquela comunhão íntima que tinha com Deus. Já não sentia a presença de Deus consigo. Finalmente, todas as tendências da sua personalidade tornaram-se para o pecado. O homem tornou-se carnal.

6.3. A exclusão da presença de Deus

Esta foi outra conseqüência da queda quanto a Adão. Ao expulsar o homem do jardim, Deus colocou um anjo à porta para que lhe impedisse a entrada. As conseqüências da queda, neste particular, são duas: a primeira, a morte tanto do corpo como do espírito; e a segunda, a exclusão da presença de Deus. Isto é, Deus já não andava com Adão no Éden, como fora no princípio. «E ouviram a voz do Senhor Deus, que passeava no jardim pela viração do dia: e escondeu-se Adão e sua mulher da presença do Senhor Deus, entre as árvores do jardim» (Gênesis 3:8). Em conexão com esta passagem é de muito interesse ler-se Apocalipse 22:14, que diz: «Bem-aventurados aqueles que lavam as suas vestiduras no sangue do Cordeiro, para que tenham direito à árvore da vida, e possam entrar na cidade pelas portas.»

7. IMPUTAÇÃO DO PECADO DE ADÃO À POSTERIDADE

7.1.-4 Bíblia ensina que, ao cair Adão, caiu com ele a raça inteira

Temos em Romanos 5:12 as seguintes palavras, que confirmam este asserto: «Pelo que, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os

homens, por isso que todos pecaram.* O que queremos investigar é a maneira por que os pecados de Adão passaram à sua posteridade. Isto é, temos que estudar a conexão entre o pecado de Adão e o pecado da raça.

Esta é uma das mais importantes questões para a teologia; o evangelho tem perdido muito devido ao fato de nem todos reconhecerem a íntima relação entre o pecado de Adão e a raça. O que desejamos fazer aqui é simplesmente notar o que diz a Bíblia sobre a relação do pecado de Adão com a sua posteridade.

Ensina-nos a Bíblia que a transgressão de Adão constituiu a todos os seus descendentes em pecadores, ou, ainda melhor, «pecadores». Em Romanos 5:19 temos a seguinte expressão, muito apropriada ao nosso assunto: «Porque, como, pela desobediência de um só homem, muitos foram feitos pecadores, assim pela obediência de um muitos serão feitos justos.» No versículo 15 do mesmo capítulo lemos: «Mas não é assim o dom gratuito como a ofensa. Porque, se pela ofensa de um, morreram muitos, muito mais, etc.» Na Carta aos Efésios 2:3 diz o apóstolo Paulo: «Entre os quais todos nós também dantes andávamos nos desejos da nossa carne, fazendo a vontade da carne e dos pensamentos; e éramos por natureza filhos da ira, como os outros também.» Depreende-se claramente das passagens citadas que há perfeita conexão entre o pecado de Adão e o da sua posteridade. Deus criou somente uma raça humana e Adão era o primeiro homem, e constituía, portanto, a raça naquela ocasião. Por isso, quando ele pecou e caiu, a raça caiu também com ele. Como já tivemos ocasião de observar, a queda consistiu em o homem decidir-se definitivamente pelo lado do mal, em escolher a natureza carnal, de maneira que a sua própria natureza ficou mudada. Por isso a queda começou a fazer parte da sua natureza moral, que passou, certamente, aos seus descendentes.

Quando se fala da imputação do pecado à sua posteridade, quer-se simplesmente dizer que Deus reconhece o homem como responsável por uma coisa que realmente lhe cabe. Assim sendo, quando ele declarou que os homens estavam mortos pelas ofensas, não praticou uma arbitrariedade, mas simplesmente reconheceu um destes fatos, que têm a sua razão de ser na relação íntima entre Adão e a sua posteridade. Há quem interprete a imputação do pecado de Adão de maneira a insinuar que Deus é arbitrário nesta questão. Indica-se que Deus imputou o pecado de Adão sem que ele fosse culpado. Mas, uma vez bem compreendido o fato da unidade da raça e a natureza da queda, não restará nenhuma dificuldade a respeito da imputação do pecado de Adão à sua posteridade. Adão tornou-se pecador, e todos os seus descendentes, até hoje, nasceram e nascem pecadores. É Deus reconhece este fato é trata o homem como «pecador», filho de «pecador».

Precisamos, porém, reconhecer a diferença entre o pecado pessoal e o pecado da raça. Podemos distinguir estas duas classes de pecados. A raça pecou uma só vez, isto é, na queda; e o indivíduo, muitas vezes. Pode chamar-se ao primeiro pecado cometido por Adão o pecado da raça. Os demais pecados por ele cometidos são considerados pecados pessoais. No primeiro pecado Adão caiu e a raça caiu com ele, e os demais pecados confirmaram o seu estado de decaído. Como sabemos, Adão era um indivíduo e no princípio era também raça; e por isso é que fazemos distinção entre o primeiro e os demais pecados cometidos por ele. O pecado da raça é nosso, mas o pecado pessoal de Adão não nos pertence e não participamos de sua culpa. É por isso que Deus nos imputa o pecado da raça e não os pecados pessoais de Adão.

Passemos agora a examinar algumas teorias a respeito da imputação do pecado de Adão à posteridade.

7.2. A teoria de Arminio

Segundo esta teoria, todas as pessoas nascem destituídas de justiça original e, portanto, estão expostas à morte. Por causa desta enfermidade da alma, propagada por Adão, ninguém é capaz de obedecer a Deus sem o auxílio seu. Quando a raça caiu, todos caíram com ela, de maneira que não há possibilidade de o homem levantar-se, senão com o auxílio divino. Mas, segundo esta teoria, o homem não é responsável por este estado mau de desobediência a Deus, isto é, os descendentes de Adão não têm culpa na sua queda,

porém, mesmo sem culpa, herdaram esta incapacidade de obedecer a Deus. Por isso Deus deve a cada indivíduo, em nome da justiça, uma influência especial do Espírito Santo, de modo que o homem possa vencer essa incapacidade de obedecer-lhe. Ensina esta teoria que o indivíduo deve ter a mesma oportunidade que teve Adão, de decidir-se ao lado de Deus. Porém, por causa da queda, o homem não tem a mesma oportunidade que Adão teve. Os seus descendentes têm que lutar com as desvantagens herdadas do próprio Adão. O indivíduo não tem culpa disso, portanto, deve receber de Deus uma influência que anule esta desvantagem.

Já se vê que, conforme os ensinamentos desta teoria, o pecado da raça não envolve culpa. Não há, pois, razão alguma de o homem estar condenado, antes mesmo de praticar o mal. Assim sendo.

Deus imputa o pecado de Adão ao homem só quando ele voluntariamente peca contra a Sua vontade.

Apresentaremos aqui algumas considerações no tocante a esta teoria:

7.2.1. Admitimos que há uma dádiva universal do Espírito Santo. Entendemos que esta dádiva universal é uma luz natural da razão e da consciência dada por Deus a cada indivíduo. Não admitimos, porém, que haja uma dívida universal. Há dádiva, mas não há dívida. Deus fez o possível para que a raça não caísse. Deus não deve ao homem coisa alguma neste sentido. Diante da justiça pura e da razão só merecemos a condenação de Deus. Mas, ainda assim. Deus deu aos homens a luz que lhes pode servir de guia na vida. «Este era a luz verdadeira que alumia a todo homem que vem ao mundo» (João 1:9). Não admitimos que esta dádiva remova as desvantagens do pecado herdado de Adão. Não admitimos também que, sem esta dádiva, o homem não seria responsável por sua natureza corrompida. Como já observamos, Deus não deve ao homem coisa alguma, senão a condenação, porque a raça é condenável e está condenada por causa do seu pecado. Ademais, não admitimos que o indivíduo só no princípio de sua vida moral se aproprie voluntariamente das tendências más da raça; ao revés disso, o homem já nasce sob o domínio dessas tendências más.

7.2.2. Esta teoria contradiz as Escrituras do seguinte modo:

a) Mantendo que o que a posteridade de Adão herdou dele não envolve culpa. No entanto, as Escrituras dizem: «Porque o salário do pecado é a morte» (Romanos 6:23). «Pelo que, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, por isso que todos pecaram. Porque até a lei estava o pecado no mundo, porém o pecado não é imputado, não havendo lei. Mas a morte reinou desde Adão até Moisés, até sobre aqueles que não pecaram à semelhança da transgressão de Adão, o qual é a figura daquele que havia de vir» (Romanos 5:12-14). «Quem crê nele não é condenado, mas quem não crê já está condenado...» (João 3:18).

b) Sustentando que Deus é obrigado a dar uma influência especial do Espírito Santo a fim de que seja ele justo quando julgar o injusto. Mas a Bíblia diz: «Porque pela graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus. Não vem das obras, para que ninguém se glorie» (Efésios 2:8, 9).

c) Sustentando que o efeito da graça é para restaurar ao homem a capacidade natural de obedecer a Deus. O efeito da graça não é colocar o homem nas condições de Adão antes de pecar, e, sim, predispor-lo a usar destas capacidades morais depois de tê-las recebido de Deus. Este poder de obedecer a Deus é um dom de Deus. É o resultado da regeneração. E a graça vem sobretudo para predispor o homem a andar de acordo com a nova vida. O efeito da graça não é, então, restaurar no homem a justiça original, porque isto é obra do Espírito Santo. A graça tem por fim auxiliar-nos a andar como regenerados, uma vez que somos regenerados por Deus.

7.2.3. Esta teoria torna incerta a universalidade do pecado e a responsabilidade do homem pelos seus próprios pecados. Se o homem tem o poder de resistir à tentação, então o pecado não tem que ser universal. Pode haver pessoas cuja vida seja pura e reta, e, diante disso, a universalidade do pecado desaparece, e desaparece também a necessidade de um Salvador universal, porque, se o pecado não é universal, não o é também a salvação.

Por outro lado, se o pecado é universal e o homem não pode resistir à tentação, não é mais responsável pelo seu próprio pecado. Segundo esta teoria, o que se herda de Adão não envolve culpa. E ainda mais, ela ensina que Deus deve ao homem este poder de resistir ao mal. Se o homem, pois, não pode resistir ao mal, a culpa já não está com ele. Indubitavelmente não podemos aceitar estas duas conclusões, porque a Bíblia ensina com clareza que o pecado é universal e que cada indivíduo é responsável pelos seus próprios pecados. 7.3. A teoria congregacionalista

Esta teoria ensina que os homens nascem naturalmente corrompidos. E a prova disso é que ao chegarem à idade de discernir o bem e o mal, praticam atos contra a vontade de Deus. A esta natureza corrupta, que o homem herdou da raça, pode chamar-se pecado, porque conduz o homem ao pecado, mas realmente não o é. Pecado, segundo esta teoria, está no ato voluntário contra a lei e contra a pessoa de Deus. Segundo esta teoria, o que herdamos de Adão é apenas uma tendência para o pecado, uma tendência para a morte. Por isso Deus imputa ao homem somente os atos pecaminosos que o indivíduo pratique, e não o pecado de Adão quando este ainda representava a raça. Conforme acabamos de ver dos ensinamentos desta teoria, não herdamos de Adão o pecado nem a morte, visto que essa natureza corrompida e a morte física não são resultado, pena ou consequência do pecado de Adão. Estas coisas revelam apenas a ira de Deus contra a transgressão de Adão. Façamos as seguintes considerações sobre esta teoria: 7.3.1. Ela contradiz as Escrituras das seguintes maneiras: a) Sustentando que o pecado consta só do ato voluntário, e não dum estado mau da alma. O pecado é um ato mau praticado voluntariamente e conscientemente por uma pessoa, mas ao mesmo tempo é um estado mau da alma, que faz resultar este ato. Falando Jesus sobre este ponto, disse: «Ou fazei a árvore boa, e o seu fruto bom, ou fazei a árvore má, e o seu fruto mau, porque pelo fruto se conhece a árvore» (Mateus 12:33).

b) Sustentando que esta natureza corrompida faz parte da natureza humana como Deus a criou, fazendo, destarte, a Deus responsável por esta natureza má do homem ou por esta sua tendência para o pecado. Segundo os ensinamentos da Bíblia, Deus criou o homem bom. Depois de caiu, e é natural que tenhamos hoje o resultado dessa queda. Deus, por conseguinte, não tem responsabilidade nenhuma pela natureza má que nos caracteriza.

c) Sustentando ainda que a morte física do homem não é consequência do pecado de Adão. Entretanto, o verso 12 do capítulo 5 de Romanos, já várias vezes citado nos parágrafos anteriores, fala mui claramente a este respeito, afirmando que a morte entrou no mundo pelo pecado, e pelo pecado passou a todos os homens.

7.3.2. Esta teoria impugna a justiça de Deus:

a) Em considerá-lo criador imediato da natureza corrompida do homem; porque, se o homem não herdou esta natureza de Adão, logo a recebeu de Deus. E Deus não seria justo em castigar o homem por aquilo que o homem recebeu de Deus mesmo. Concluímos, pois, que esta teoria impugna a justiça de Deus, por isso que sustenta que ele criou o homem pecador.

b) Em sustentar que Deus manda sofrimento e morte sobre as criancinhas que nunca pecaram. Naturalmente quando se admite que não herdamos o pecado de Adão, já não resta explicação para as

consequências naturais deste pecado na vida das criancinhas que ainda não chegaram à idade de responsabilidade própria.

7.4. A teoria de condenação por contrato

Segundo esta teoria, Adão foi constituído por Deus o representante da raça. E este representante da raça fez com Deus um contrato, nas seguintes condições: Se o homem fizesse o bem, receberia a vida eterna; porém, se fizesse o mal, Deus lhe daria a morte eterna. Sabemos que Adão não fez o bem, e daí Deus fez que cada um dos seus descendentes herdasse a natureza corrompida.

Segundo esta teoria, Deus imputa imediatamente a culpa de Adão à posteridade. Esta teoria difere das outras em sustentar este ponto. As nossas objeções a esta teoria são as seguintes:

7.4.1. Deus não fez nenhum contrato com Adão. As Escrituras não fazem dele menção alguma.

7.4.2. Esta teoria contradiz as Escrituras, sustentando que Deus cria cada alma pecaminosa. A relação entre Adão e a raça é mais íntima do que entre um representante e o representado. A relação que existe entre Adão e a posteridade é muito íntima e vital. A natureza corrompida que o homem tem hoje é uma herança dos seus antepassados, do próprio Adão.

7.5. A teoria de Agostinho

A teoria de Agostinho ensina que Deus imputa o pecado de Adão, imediatamente, à sua posteridade por causa da relação orgânica e vital entre Adão e os seus descendentes. Por ocasião da queda, a raça era Adão e Adão era a raça. No ato livre de Adão, a vontade da raça revoltou-se contra Deus. A raça humana pecou e caiu, e o pecado de Adão era o pecado da raça. Deus reconhece-nos «pecadores», membros da mesma raça humana decaída, por se haver revoltado contra ele. A raça, que era a unidade no começo da sua existência, pecou e caiu, e, naturalmente, todos quantos dela descendem nascem com uma natureza corrompida, isto é, debaixo da condenação de Deus, porque toda a raça estava condenada. E, não obstante estarmos tão distantes de Adão quanto ao tempo, somos filhos dele tanto quanto o eram os seus primeiros filhos. Não há duas raças humanas, e, sim, uma só, que caiu, e da qual fazemos parte. Quando se diz, pois, que Deus imputa a nós o pecado de Adão, afirma-se que Deus reconhece a nossa íntima relação com Adão, assim como também reconhece o estado moral em que nos achamos. Esta teoria baseia-se nas Escrituras, e é, portanto, aceita pelos batistas. Há, porém, quem faça objeção a ela. Consideremos algumas destas objeções.

7.5.1. A primeira objeção é que não há pecado antes da idade de consciência própria; a pessoa precisa chegar ao estado de responsabilidade antes de poder pecar. A isto respondemos: Pode não haver pecados pessoais antes do estado de consciência própria, sem ficar com isto provado que não existe em nós uma natureza corrupta ou o pecado de raça. As Escrituras afirmam que, quem quer que nasça, já nasce com uma natureza corrupta, e, mesmo antes de chegar ao estado de consciência própria, a criança revela esta verdade. «Eis que em iniquidade fui formado, e em pecado me concebeu minha mãe» (Salmos 51:5).

7.5.2. Outra objeção que costumam apresentar é que o homem não pode ser responsabilizado por uma natureza pecaminosa a que ele não deu origem por si mesmo. Esta objeção despreza a unidade da raça. Entretanto, ninguém pode fugir à realidade de que faz parte da raça, cuja culpa se distribui entre todos os homens. «Todos nós andávamos desgarrados como ovelhas: cada um se desviava pelo seu caminho; porém, o Senhor fez cair sobre ele a iniquidade de todos nós» (Isaias 53:6).

Ainda mais, estas objeções contradizem as Escrituras, porque estas ensinam claramente a responsabilidade do indivíduo na queda da raça. A Bíblia reconhece que a raça é uma unidade. O pé não tem de queixar-se

da morte se os pulmões são tuberculosos, fazendo eles parte do mesmo corpo; força é morrer com os outros membros.

7.5.3. A terceira objeção é que o pecado de Adão não nos pode ser imputado, porque não podemos nos arrepender dele. Parece plausível a objeção, mas realmente não é. E, se bem que nada tenhamos com o pecado pessoal de Adão, se bem que em nada tenhamos que nos arrepender dos seus pecados pessoais, o pecado da raça é nosso, isto é, somos parte integrante da raça e podemos nos arrepender daquilo que nos toca. Podemos e precisamos rejeitar, pelo arrependimento, os pecados dos nossos antepassados. E um repúdio necessário.

7.5.4. A quarta objeção é a seguinte: se os pecados de Adão nos podem ser imputados, também o pode a justiça dos nossos pais. Isto é, se herdamos o mal da raça, podemos também herdar o bem dos nossos pais crentes. Porém isto não é uma conclusão necessária. A salvação é uma dádiva, é uma graça de Deus, e aquele que a recebe não pode transmiti-la a ou irem. E, ainda mais, como a raça ainda se acha no estado em que caiu, como ainda não foi regenerada, todos os que dela descendem nascem com uma natureza corrupta. A raça toda ainda não foi regenerada, é ainda uma raça decaída. Somos mais que filhos dos nossos pais, somos filhos da raça também e herdamos o seu caráter. Herdamos dela o pecado, embora os nossos pais sejam crentes regenerados.

8. CONSEQÜÊNCIAS DO PECADO DE ADÃO QUANTO À SUA POSTERIDADE

Como resultado do pecado de Adão, todos os descendentes seus nascem no mesmo estado em que ele caiu. Discutamos estas conseqüências sob quatro pontos de vista: 1.º do ponto de vista da depravação; 2.º da culpa; 3.º do pecado mortal; 4.º da pena.

8.1. Depravação

Entende-se por depravação a falta de justiça original e uma tendência para o mal. Esta depravação é total, segundo as Escrituras. Porém talvez fora melhor se distinguíssemos mais alguma coisa, além disto, a propósito da depravação. Façamos, portanto, mais algumas considerações.

8.1.1. Negativamente. Depravação não quer dizer que a pessoa é completamente destituída de algumas qualidades boas, que agradam não só ao homem como a Deus. Nem significa que o homem está completamente sem consciência e que pode praticar todo e qualquer mal. Por depravação não se deve entender que o indivíduo é um malvado, perverso e desalmado. E verdade que a tendência natural é para isto, mas há muitas influências que cercam o homem e lhe não permitem chegar a esse extremo.

8.1.2. Positivamente. Considerada positivamente, esta depravação significa que o pecador está inteiramente destituído daquele amor para com Deus que deve caracterizar a vida de um homem. Significa que há alguma coisa neste mundo a que o homem dedica mais amor do que a Deus. Significa, ainda mais, que há certa antipatia na alma do homem natural para com Deus. Por causa da depravação, o homem não se agrada das coisas espirituais. Todas as suas faculdades são corrompidas e consagradas mais ao mal do que ao bem. Não há, no homem natural, coisa alguma que seja totalmente agradável a Deus, pelo que a tendência da sua vida é de mal para pior. A Bíblia ensina que todos nascem nesse estado de depravação, e não só falta ao homem a justiça original e o amor para com Deus, mas também a tendência de sua alma é afastar-se cada vez mais de Deus e aproximar-se do mal. O homem natural nunca é tão ruim como pode ser, mas, realmente, é sempre ruim. «E viu o Senhor que a maldade do homem se multiplicara sobre a terra, e que toda a imaginação dos pensamentos de seu coração era só má continuamente» (Gênesis 6:5).

8.2. Culpa

8.2.1. A natureza da culpa. Entende-se por culpa que o pecador não regenerado (ou o pecadeiro) merece a punição de Deus por causa da sua transgressão. Culpa é o resultado de um ato mau, e só o que pratica o mal pode ter culpa. Culpa é intransferível.

Não se deve, porém, confundir culpa com castigo. O castigo provém da culpa, que, como já dissemos, é o resultado de um ato mau. A função do júri é estabelecer a culpabilidade ou a inocência de um indivíduo. A função do juiz é declarar o castigo, uma vez estabelecida a culpa do réu. Concluindo: a culpa é o resultado de um ato mau, serve de fundamento ou de razão ao castigo, é individual e intransferível, e só a pode ter quem comete o pecado.

8.2.2. Diferentes graus de culpa. As Escrituras reconhecem a existência de diferentes graus de culpa. "E verdade que a Bíblia não faz muita distinção neste sentido, porém há algumas diferenças, que bem faremos em considerar.

Primeiramente, a Bíblia estabelece diferença entre a culpa do pecado original, isto é, o pecado que herdamos de Adão, e a culpa dos pecados pessoais. «Jesus, porém, disse: Deixai os meninos, e não os estorveis de vir a mim; porque de tais é o reino dos céus. E, tendo-lhes imposto as mãos, partiu dali» (Mateus 19:14). E, no verso 32 do capítulo 23, lemos o seguinte: «Enchei vós, pois, a medida de vossos pais. Serpentes, raça de víboras! como escapareis da condenação do inferno?» Em Mateus 19:14, Jesus não nos ensina que as crianças já estão dentro do reino dos céus, porém que elas têm certos característicos semelhantes aos que os crentes têm. A Bíblia reconhece que a criança é por natureza pecaminosa, mas, aos olhos de Deus, não tanto como aqueles que pessoalmente e voluntariamente transgridem as leis divinas. Tanto a criança como o homem não regenerados são «pecadores»; mas o que tem mais culpa é aquele que por sua própria vontade peca mais.

Também a Bíblia nos dá a entender que, se a criança morrer antes da idade de pecado pessoal, isto é, antes de possuir discernimento do bem e do mal, será salva pela graça de Deus mediante o sacrifício de Jesus Cristo. Mas já não é assim com aquele que peca voluntariamente; neste, o arrependimento e a fé são necessários para a salvação. Destas considerações depreendemos que a Bíblia reconhece diferentes graus de culpa.

As Escrituras reconhecem também a diferença entre a culpa de pecados cometidos devido à ignorância e os praticados à plena luz da consciência. Neste caso o grau de culpa corresponde ao grau de conhecimento que a pessoa tem. Devemos notar, porém, que tanto o pecado originado pela ignorância como o praticado em plena luz merecem castigo. Todo pecado, em essência, é o mesmo, e merece o castigo de Deus. Algumas passagens das Escrituras tornarão este ponto mais claro. «Em verdade vos digo que, no dia do juízo, haverá menos rigor para o país de Sodoma e Gomorra do que para aquela cidade» (Mateus 10:15). «O servo que soube a vontade do seu Senhor, e não se apercebeu, nem fez conforme à Sua vontade, será castigado com muitos açoites; mas o que a não soube, e fez coisas dignas de açoite, com poucos açoites será castigado. E, a qualquer que muito for dado, muito se lhe pedirá, e ao que muito se lhe confiou, muito se lhe pedirá» (Lucas 12:47, 48). «E dizia Jesus: Pai perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem» (Lucas 23:34; veja-se também Romanos 1:32 e 2:12).

8.3. O pecado mortal

Antes de passarmos ao quarto ponto do nosso estudo, o que trata da pena, diremos algumas palavras a respeito do pecado mortal. Não usamos aqui esta expressão no mesmo sentido em que a usa a Igreja Romana, quando distingue entre pecados mortais e veniais.

Segundo os ensinamentos das Escrituras, o pecado imperdoável é o pecado cometido contra o Espírito Santo. «Portanto, eu vos digo: Todo pecado e blasfêmia se perdoará aos homens: porém a blasfêmia contra o Espírito Santo não será perdoada aos homens. E, se qualquer falar alguma palavra contra o Filho do homem, ser-lhe-á perdoado, mas se algum falar contra o Espírito Santo não lhe será perdoado, nem neste mundo nem no futuro» (Mateus 12:31, 32). «Qualquer, porém, que blasfemar contra o Espírito Santo, nunca obterá perdão para sempre, mas será réu de eterno juízo» (Marcos 3:29).

Sabemos que é o Espírito Santo que convence o mundo do pecado, da justiça e do juízo, e, se o homem, blasfemando, disser que estas coisas se operam por instrumentalidade do espírito imundo, como poderá o Espírito Santo operar a regeneração da alma? E naturalmente impossível (João 16:8).

Jesus disse que o pecado contra o Espírito Santo não seria perdoado. Sobre o que seja o pecado contra o Espírito Santo têm surgido muitas controvérsias teológicas. Julgam alguns que o pecado contra o Espírito Santo não é o que se comete num só momento, mas na vida inteira, e que este pecado é o da incredulidade. Mas nós cremos que o pecado contra o Espírito Santo é aquele que o indivíduo pratica, depois de interessar-se na sua salvação, depois de tocado pelo Espírito Santo, tomando então a firme decisão de rejeitar todas as influências do Espírito Santo de uma vez para sempre. Ora, sendo o Espírito Santo que convence o mundo do pecado, da justiça e do juízo, e se a pessoa considera a sua obra regeneradora obra de Belzebu, como poderá ele operar a regeneração de tal pessoa? Se o pecador não se deixa convencer pelo Espírito Santo, não há ninguém que possa fazer este trabalho. Por isso, quem rejeita o Espírito Santo e sua influência rejeita a salvação e torna-se impossível o seu perdão e a sua aceitação por parte de Deus.

8.4. Pena

Eis-nos chegados ao nosso quarto ponto. A pena é o castigo, as dores que o ímpio sofre em razão dos seus maus feitos. O pecado sempre traz os seus sofrimentos. A pena é inevitável. Este universo está organizado de maneira que a pena segue naturalmente a ofensa. A Bíblia diz, claramente, que toda alma que pecar morrerá. Mas não devemos nos esquecer de que este castigo tem sempre um elemento pessoal, isto é. Deus não deixa entregue exclusivamente às leis naturais a incumbência de castigar os transgressores. Ele mesmo declara que derramará a sua ira sobre os que lhe desobedecem. Nesta questão, não devemos desprezar a ação de Deus. Na pena, como em qualquer outra providência no universo, podemos ver o dedo de Deus.

A Bíblia faz distinção entre a correção do crente e a reprovação do incrédulo. Temos, em Hebreus 12:6,7, as seguintes palavras: «Porque o Senhor corrige ao que ama e açoita a qualquer que recebe por filho. Se suportais a correção. Deus vos trata como a filhos; porque, que filho a quem o pai não corrija? Mas, se estais sem disciplina, da qual todos são feitos participantes, logo sois bastardos, e não filhos.»

A grande pena em relação ao pecado é a morte. A Bíblia toda, de começo a fim, ensina que a morte é o grande resultado, o fruto do pecado. Deus mesmo disse ao homem, antes que este pecasse, que não devia comer do fruto da árvore da ciência do bem e do mal, porque no dia em que dela comesse, certamente morreria. O apóstolo Paulo, escrevendo aos romanos, ensina a mesma coisa: «Pelo que, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, por isso que todos pecaram» (Romanos 5:12). O verso 14 deste mesmo capítulo mostra que esta morte inclui tanto o corpo como o espírito: «Mas a morte reinou desde Adão até Moisés, até sobre aqueles que não pecaram à semelhança da transgressão de Adão, o qual é a figura daquele que havia de vir.» Como já tivemos ocasião de observar anteriormente, esta morte é dupla: tanto do corpo como do espírito.

9. CONSEQUÊNCIAS DA QUEDA DE ADÃO QUANTO AO MUNDO EM GERAL

As Escrituras reconhecem que o mundo todo sofreu uma grande mudança por causa do pecado de Adão. Toda a criação sofreu, desde o homem até a própria terra. O terceiro capítulo do livro de Gênesis traz alguns

esclarecimentos neste sentido. «Então o Senhor Deus disse à serpente: Porquanto fizeste isto, maldita serás mais que toda besta, e mais que todos os animais do campo: sobre o teu ventre andarás, e pó comerás todos os dias da tua vida. E porei inimizade entre ti e a mulher, e entre a tua semente e a sua semente; esta te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar» (Gênesis 3:14, 15). Em Gênesis 3:16 vemos a mudança que houve quanto à concepção: «E a mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor, e a tua concepção; com dor terás filhos; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará.»

Gênesis 3:17 e 18 trata da mudança operada na própria terra. «E a Adão disse: Porquanto deste ouvidos à voz de tua mulher, e comeste da árvore de que ordenei, dizendo: Não comeres dela: maldita é a terra por causa de ti; com dor comerás dela todos os dias da tua vida. Espinhos e cardos também te produzirá; e comerás a erva do campo.» Vemos, assim, que toda a criação sofreu as consequências malditas do pecado de Adão.

Até os próprios animais transformaram-se em feras e tornaram-se inimigos uns dos outros. Quando Deus criou os animais, todos comiam ervas. «E todo animal da terra, e toda ave dos céus, e todo réptil da terra, em que há alma vivente; e toda a erva verde será para mantimento; e assim foi» (Gênesis 1:30). Deus não criou «bestas-feras». Esta expressão, encontrada no versículo 27 deste capítulo, significa simplesmente «animais do campo».

O capítulo 11 de Isaías, vv. 5 a 9, dá-nos uma prova dessa mudança entre as criaturas por causa do pecado de Adão. O profeta, descrevendo o dia em que toda a criação será libertada do pecado, diz: «Porque a justiça será o cinto dos seus lombos, e a verdade o cinto dos seus rins. E morará o lobo com o cordeiro, e o leopardo com o cabrito se deitará, e o bezerro, e o filho do leão e o animal cevado andarão juntos, e um menino pequeno os guiará. A vaca e a urso pastarão juntas, seus filhos se deitarão juntos, e o leão comerá palha com o boi. E brincará a criança de peito sobre o buraco do áspide, o já desmamado meterá a sua mão na cova do basilisco. Não se fará mal nem dano algum em nenhuma parte de todo o monte da minha santidade, porque a terra se encherá do conhecimento do Senhor, como as águas cobrem o fundo do mar.»

É muito interessante estudar Gênesis 3:15 em conexão com Isaías 11:8, porque nesses dois versos temos figurada a grande transformação que Deus há de realizar um dia no universo. Em cada um destes versos podemos ver o grande plano de salvação que se acha em Cristo Jesus. Na primeira dessas passagens vemos a inimizade entre a serpente e a semente da mulher; na segunda vemos a criança — semente da mulher — a brincar com a serpente, sem que esta lhe cause dano algum. Toda esta transformação se realizará por Cristo Jesus. Estudemos, pois, agora, a pessoa do grande Salvador da humanidade.

A DOUTRINA DA PESSOA DE CRISTO

1. Preparação Histórica para a Vinda de Jesus

2. A Pessoa de Jesus

2.1 — Os ebionitas

2.2 — Os docetas

2.3 — O arianismo

2.4 — A teoria de Apolinário

2.5 — A teoria de Nestório

2.6 — A teoria de Eutiques

2.7 — O ensino da Bíblia

3. As Duas Naturezas de Cristo 3.1 — A humanidade de Cristo 3i — A deidade de Cristo

3.3 — A união destas duas naturezas numa só Pessoa

4. Os Dois Estados de Jesus

4.1 — O estado de humilhação

4.2 — O estado de exaltação

5. Ofícios de Cristo

5.1 — Cristo como Profeta

5.2 — Cristo como Sacerdote

5.3 — Cristo como Rei

A DOUTRINA DA PESSOA DE CRISTO

Deus tinha que preparar o mundo para a vinda do seu Filho. A respeito da vinda de Jesus, disse um dos profetas: «Preparai o caminho do Senhor, endireitai as suas veredas.» Notemos, portanto, em primeiro lugar, a preparação para a vinda de Jesus ao mundo.

1. PREPARAÇÃO HISTÓRICA PARA A VINDA DE JESUS

Desde os primeiros dias. Deus determinou salvar a humanidade, isto é, criá-la à sua imagem. A história do mundo, desde a queda da raça até a vinda de Jesus, revela este grande propósito de Deus. Sem tomar em consideração este fato, ninguém pode compreender realmente a história do universo. Antes da vinda de Jesus, todas as correntes da história convergiram para este grande evento da mais alta significação para a história humana. E depois da vinda de Jesus, todas as correntes da história partem deste grande acontecimento, que é o nascimento do Messias. Este fato é conhecido hoje em quase todo o mundo; mesmo quando se trata do mundo inteiro, distingue-se facilmente este fato monumental na história da raça. A vinda de Jesus é a chave, é a explicação, assim dos séculos antecedentes como dos subsequentes. Esta preparação do mundo feita por Deus para a vinda de Jesus é uma preparação de sentido duplo, isto é, há uma preparação negativa e uma preparação positiva.

1.1. Preparação negativa na história pagã

É fato inegável que a mão poderosa de Deus tem guiado os destinos das nações pagãs desde, o princípio do mundo. «E de um sangue fez toda a geração dos homens para habitar sobre a face da terra, determinando os tempos já dantes ordenados e os limites da sua habitação» (Atos 17:26). Desde o início da história humana, Deus começou a guiar e dirigir todas as coisas de acordo com a sua vontade. Esta preparação revela-se também na política e nas religiões dos povos pagãos. Até certos homens do paganismo, tais como Ciro, foram escolhidos por Deus para adiantar o seu plano a respeito da vinda de seu Filho ao mundo. «Assim diz Ciro, rei da Pérsia: O Senhor Deus dos céus me deu todos os reinos da terra; e ele me encarregou de lhe edificar uma casa em Jerusalém, que está em Judá. Quem há, entre vós, de todo o seu povo, seja seu Deus com ele, e suba a Jerusalém, que está em Judá, e edifique a casa do Senhor, Deus de Israel; ele é o Deus que habita em Jerusalém» (Esdras 1:2, 3).

Uma das particularidades mais interessantes a respeito destes povos pagãos é que a religião entre eles se ia esgotando cada vez mais, de sorte que, quando Jesus veio, já tinham as religiões perdido quase completamente a confiança de seus adeptos. Disse um deles que, apesar de mergulhado nas águas da sua religião até os joelhos, não podia saciar a sede da sua alma. As religiões da gentilidade já não satisfaziam às necessidades espirituais do povo, que, por isso mesmo, estava à espera de Alguém que viesse de cima e o salvasse. Um estudo ligeiro destas religiões revela, pelo menos, quão grande era a esperança que tinham de um Salvador do céu. E este era o Filho de Deus. As religiões pagãs não tinham mais nada para dar a seus adeptos, estavam esgotadas, de sorte que, quando Jesus apareceu, todas estavam em condições de aceitá-lo. Precisamos conservar bem vivo na memória o fato de que Deus estava preparando o mundo para a vinda do seu Filho, através de toda a história antiga, até mesmo entre os pagãos.

Além do que já mencionamos, aparecem-nos mais dois fatos nesta preparação para a vinda de Jesus. Primeiro: a verdadeira natureza do pecado foi uma das primeiras verdades reveladas por Deus a seu povo. Parece que Deus deixou os homens pecarem até o limite para que eles reconhecessem a depravação moral a que podia chegar o homem corrompido. Antes da vinda de Jesus, a raça humana chegou à beira do abismo. Os homens viram o destino terrível que os aguardava, caso continuassem no pecado. Lendo Romanos 1:18-32 podemos compreender o plano de Deus em tudo isso. «Pelo que Deus os entregou às concupiscências de seus corações, à imundícia, para desonrarem seus corpos entre si; pois mudaram a verdade de Deus em mentira, e honraram e serviram mais à criatura do que ao Criador, que é bendito eternamente. Amém. Pelo que Deus os abandonou às paixões infames. Porque até as suas mulheres abandonaram o uso natural, no contrário à natureza.» Assim escreveu Paulo nos versículos 24, 25 e 26 do capítulo citado.

Segundo: Deus fez a raça compreender que pela filosofia e pela arte não poderia salvar-se. Muitos dos filósofos hodiernos não têm feito nova criação nem novas descobertas; não passam, aliás, de copiadores da filosofia dos antigos. Antes da vinda de Jesus, Deus ensinou à raça que era impossível obter a salvação por meio da arte e da filosofia. Não obstante, quantos há hoje que intentam fazer destas coisas meios de salvação!

A preparação negativa realizou-se entre a gentilidade. Sem que o soubessem, Deus guiava os pagãos com poderosa mão para o grande evento histórico da vinda de seu Filho amado, e, ao mesmo tempo, preparava o coração dos homens para aceitá-lo como Salvador.

1.2. Preparação positiva

Esta é a que se realizou entre o próprio povo de Israel.

1.2.1. Desde os dias de Abraão Deus escolheu um povo e ensinou-lhe três grandes verdades, pelas quais procurou prepará-lo para a vinda de Jesus. Estas três verdades são as seguintes:

- a) A majestade, a unidade, a onipotência e a santidade de Deus.
- b) A perversidade do homem e a sua impotência moral para tomar qualquer iniciativa no tocante à própria salvação.
- c) Uma certeza de salvação.

1.2.2. Ensinando estas três grandes verdades ao povo, usou Deus de três grandes meios, três grandes agências, que a seguir mencionamos.

a) A Lei. O Decálogo ou os dez mandamentos dados por Deus a Moisés constituem um dos meios usados por Deus a fim de ensinar ao povo aquelas grandes e preciosas verdades já mencionadas, despertando-lhe, assim, a consciência em relação ao pecado. E a mesma lei, por meio de seus sacrifícios e de seu sacerdócio, deu ao povo a esperança de paz com Deus mediante o perdão, e de um livre acesso à sua presença.

b) A Profecia. A segunda grande agência por Deus usada em ensinar aquelas verdades foi a profecia, quer verbal quer escrita. Encontramos até profecias típicas, como as de Adão, Melquisedeque, Moisés, Davi, Jonas, etc. Desde o principio Deus começou a falar da vinda de seu Filho. Em Gênesis 3:15 encontramos estas palavras proféticas: «E porei inimizade entre ti e a mulher, e entre a tua semente e a sua semente: esta te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar.»

c) O Cativoiro. A terceira e não menos importante agência de que Deus fez uso para ensinar o povo e prepará-lo para a vinda de Jesus foi o exílio e cativoiro na Babilônia. Enquanto a nação progredia e existia, Deus não podia devidamente prepará-la para o grande acontecimento que se aproximava. Por isso ele acabou temporariamente com a nação, fê-la exilada e cativa. E isto trouxe dois grandes e apreciáveis resultados na vida dos israelitas, a saber: O primeiro foi o estabelecimento firme, de uma vez para sempre, do monoteísmo. Muitas vezes, na sua história, Israel caíra em idolatria. Mas o exílio fez com que o monoteísmo se arraigasse profundamente no coração deste povo.

O segundo resultado foi o de converter os judeus de um povo agrícola numa nação mercantil e comercial. Desta maneira ia Deus preparando os seus mensageiros, aqueles que levariam o seu evangelho a toda parte. O simples fato de os israelitas se tornarem um povo comercial já foi um grande passo na preparação para a vinda de Jesus.

Vemos, assim, que Deus trabalhava não só entre os israelitas, mas também entre as demais nações, servindo-se delas para a realização deste grande evento — a vinda de Jesus ao mundo. Convém notar, todavia, que esta preparação foi toda especial no que respeita aos judeus: Ele trabalhou abertamente, fez conhecidos os seus planos aos homens por intermédio deles até que chegou a plenitude dos tempos e o Messias apareceu. E nosso intuito estudar, em seguida, a personalidade de Jesus.

2. A PESSOA DE JESUS

A redenção da raça havia de realizar-se por um Mediador que em si mesmo reunisse as duas naturezas: a divina e a humana. Isto porque o seu trabalho seria o de reconciliar o homem com Deus e Deus com o homem. E, para que o Mediador estivesse entre ambos, era necessário que ele não somente conhecesse perfeitamente o homem, mas também a Deus. Este Mediador ideal temos em Cristo Jesus, porque ele possuía as duas naturezas: ele era Deus-Homem. Desejamos agora estudar esta personalidade extraordinária destes dois pontos de vista.

Estudemo-lo, em primeiro lugar, do ponto de vista da história, e, depois, do ponto de vista da Bíblia.

Vale a pena conhecer as opiniões que surgiram no transcorrer dos séculos a respeito da pessoa de Jesus. Ele tem sido objeto dos mais profundos e prolongados estudos. E um exame, ainda que ligeiro, das idéias que encontramos na história a seu respeito há de nos ajudar grandemente quando chegarmos a estudar a sua Pessoa na Bíblia. Estudando a Pessoa de Jesus do ponto de vista da história, é nosso desejo conhecer o que os homens têm pensado a seu respeito no decorrer dos anos e muito especialmente durante os primeiros séculos do cristianismo. Iniciemos, pois, este estudo examinando primeiramente a idéia ou teoria dos ebionitas.

2.1. Os ebionitas

Apareceram no ano 107 depois de Cristo, e negavam a realidade da natureza divina de Cristo. Segundo os seus ensinamentos. Cristo era somente homem. Porém este homem Jesus Cristo tinha uma relação muito íntima com Deus, especialmente depois do seu batismo. O ebionismo era o judaísmo dentro das igrejas cristãs. Como sabemos, era difícil aos judeus crer na doutrina da Trindade. É esta uma das razões mais fortes por que não creram que Jesus era Deus, e daí negarem a Sua divindade. Consideravam a Jesus simplesmente um homem extraordinário, que se relacionava muito intimamente com Deus, e nada mais. Jesus era, enfim, um grande profeta, mas não era Deus.

2.2. Os docetas

Esta palavra vem do grego *doketes*, de *dohein*, que significa «parecer», «crer numa aparência», etc. Os docetas apareceram no ano 70 da era cristã, e existiram, aproximadamente, até o ano 170. Eles negavam a humanidade de Cristo. Segundo a filosofia dos docetas, as coisas materiais eram, por natureza, más. O mal residia na matéria, e visto que Jesus não tinha pecado, logo, não tinha também corpo material. Para os docetas toda a matéria era corrupta. Era a sede do pecado e do mal. Jesus não podia ter corpo material, porque era inteiramente puro. Julgavam, por isso, que o corpo de Jesus era aparente, e não real. Os docetas negavam, portanto, a humanidade de Jesus. Esta doutrina não era mais que a filosofia grega e paga, que se introduzira na igreja de Cristo.

2.3. O arianismo

O arianismo surgiu no ano 325. Ário, o seu fundador, negava a integridade e a perfeição da natureza divina de Cristo. O Verbo, que se fez carne, segundo o Evangelho de João, não era Deus, senão um dos seres mais altos do Criador. O Verbo não era, afinal, mais que uma criatura de Deus. Esta teoria confunde o estado original de Jesus Cristo com o estado de humilhação. Ao invés de estudar toda a questão, Ário estudou apenas a parte que se refere à personalidade de Jesus enquanto estava aqui na terra, e, naturalmente, a sua idéia era imperfeita e parcial, por isso que confundia o estado de humilhação com o estado original. Ário negava a integridade, a perfeição da natureza divina de Cristo.

2.4. A teoria de Apolinário

Esta teoria apareceu no ano 381 da era cristã, negando a integridade da natureza humana de Cristo. Segundo os ensinamentos de Apolinário, Cristo não tinha mente humana. O que ele tinha de humano era o corpo e o espírito. O Verbo que se fez carne tomou o lugar da mente, e por isso Cristo não era homem perfeito. Cristo era, segundo essa teoria, constituído de corpo, de verbo e de espírito. E, como acabamos de ver desta teoria, este era o argumento em que se afirmava o seu fundador para negar a integridade da natureza humana de Cristo.

2.5. A teoria de Nestório

Esta teoria apareceu no ano 431. Nestório, seu fundador, negava a união verdadeira entre as duas naturezas de Cristo. Ele atribuía a Cristo duas partes ou divisões, uma humana, outra divina. Quando Jesus estava dormindo, por exemplo, era a parte humana que dormia. Mas quando acordava e repreendia os ventos, era a parte divina que estava em ação. Assim explicava Nestório a Pessoa de Jesus. Esta idéia, logo se vê, é muito errônea. Jesus não se divide em duas partes. Ele não opera parceladamente. Não é que ele agisse ora por meio da natureza humana, ora por meio da natureza divina. Quando agia, fazia-o com toda a sua personalidade, e não só com a natureza divina, ou com a humana.

2.6. A teoria de Eutiques

Segundo esta teoria, as duas naturezas de Cristo fundiram-se de maneira que formavam uma terceira natureza, que nem era divina nem humana. Assim sendo, Jesus não era humano e nem tampouco divino.

Temos, assim, considerado todas estas teorias errôneas que apareceram nos primeiros séculos do cristianismo acerca de Jesus. Os ebionitas negavam a realidade da natureza divina de Cristo, ao passo que os docetas negavam a realidade da sua natureza humana. Ário negava a integridade da sua natureza divina. Apolinário, a da sua natureza humana. Nestório negava a união verdadeira entre as duas naturezas, dividindo Jesus em duas partes: uma divina e outra humana; enquanto Eutiques fundia as duas naturezas de Cristo, formando uma terceira natureza, que não era humana nem divina.

Entre tantas teorias, qual a verdadeira? Destas, nenhuma.

2.7. O ensino da Bíblia

Segundo os ensinamentos da Bíblia, há uma só personalidade em Cristo, mas duas naturezas: a humana e a divina, cada qual perfeita. Mas estas duas naturezas eram de tal modo unidas e relacionadas que formavam uma única personalidade. O Novo Testamento revela, com toda a clareza, que Jesus era uma unidade. Havia uma dualidade quanto à sua natureza, porém, quanto à personalidade, havia uma unidade. É nosso intuito, agora, investigar as Escrituras para ver o que nelas se encontra:

1) Sobre a realidade e a integridade das duas naturezas de

Cristo;

2) Sobre a união destas duas naturezas numa só personalidade.

3. AS DUAS NATUREZAS DE CRISTO

Neste estudo queremos provar pelas Escrituras, que Jesus não só tinha duas naturezas, divina e humana, mas também que cada uma destas era real e perfeita. A Bíblia fornece-nos provas abundantes a este respeito.

3.1. A Humanidade de Cristo

3.1.1. A realidade da humanidade de Cristo. Tratem-se, em primeiro lugar, da realidade da humanidade de Cristo, sobre o que as Escrituras nos apresentam grande número de provas.

a) Jesus chamou-se e foi chamado homem. «Porém agora procurais matar-me, a mim, um homem, que vos tenho falado a verdade que de Deus tenho ouvido; Abraão não fez isto» (João 8:40). Estas palavras

proferiu-as o próprio Jesus. «Varões israelitas, escutai estas palavras: A Jesus Nazareno, varão aprovado por Deus entre vós com maravilhas, prodígios e sinais, que Deus por ele fez no meio de vós, como vós mesmos bem sabeis» (Atos 2:22). «Mas não é assim o dom gratuito como a ofensa. Porque, se pela ofensa de um, morreram muitos, muito mais a graça de Deus, e o dom pela graça, que é dum só homem, Jesus Cristo, abundou entre muitos» (Romanos 5:15). «Porque há um só Deus, e um só Mediador entre Deus e os homens. Jesus Cristo homem» (I Timóteo 2:5).

b) Jesus possui os elementos essenciais da natureza humana, isto é, um corpo natural e uma alma racional: «Então lhes disse: A minha alma está cheia de tristeza até a morte; ficai aqui, e velai comigo» (Mateus 26:38). «Jesus, pois, vendo-a chorar, e os judeus que com ela vinham também chorando, moveu-se muito em espírito, e perturbou-se» (João 11:33). «Vede as minhas mãos e os meus pés, que sou eu mesmo: apalpai-me e vede; pois um espírito não tem carne nem ossos, como vedes que eu tenho» (Lucas 24:39). «E, porquanto os filhos participam da carne e do sangue, também ele participou dos mesmos, para que pela morte aniquilasse o que tinha o império da morte, isto é, o diabo» (Hebreus 2:14).

c) Jesus tinha poderes e característicos que pertenciam à natureza humana. Ele sentia fome: «E, tendo jejuado quarenta dias e quarenta noites, depois teve fome» (Mateus 4:2). Sentiu cansaço: «E eis que no mar se levantou uma tempestade tão grande que o barco era coberto pelas ondas: ele, porém, estava dormindo» (Mateus 8:24). «E estava ali a fonte de Jacó; Jesus, pois, cansado do caminho, assentou-se assim junto da fonte» (João 4:6).

Jesus tinha uma mente humana. Ele pensava e conhecia: «Depois, sabendo Jesus que já todas as coisas estavam acabadas, para que a Escritura se cumprisse, disse: Tenho sede» (João 19:28). Jesus sentia amor: «E Jesus, olhando para ele, o amou e lhe disse: falta-te uma coisa: vai, vende tudo quanto tens, e dá-o aos pobres, e terás um tesouro no céu; e vem, segue-me» (Marcos 10:21). Jesus sentia indignação: «E, olhando para eles em redor com indignação, condoendo-se da dureza do seu coração, disse ao homem: Estende a tua mão. E ele a estendeu, e foi-lhe restituída a sua mio, sã como a outra» (Marcos 3:5). Poderiam multiplicar-se as citações a respeito, pois são elas abundantes e provam sobejamente que Jesus tinha todos os elementos que constituem a natureza humana.

d) Jesus estava sujeito às leis de desenvolvimento: «E o menino crescia, e se fortalecia em espírito, cheio de sabedoria; e a graça de Deus estava sobre ele.» «E aconteceu que, passados três dias, o acharam no templo, assentado no meio dos doutores, ouvindo-o, e interrogando-os» (Lucas 2:40, 46). «Porque naquilo que ele mesmo, sendo tentado, padeceu, pode socorrer aos que são tentados» (Hebreus 2:18). «Ainda que era Filho, todavia aprendeu a obediência pelas coisas que padeceu» (Hebreus 5:8).

e) Jesus padeceu e morreu. «E, posto em agonia, orava mais intensamente. E o seu suor fez-se como grandes gotas de sangue, que corriam até o chão» (Lucas 22:44). «E, quando Jesus tomou o vinagre, disse: Está consumado. E, inclinando a cabeça, entregou o espírito.» «Mas, vindo a Jesus, e vendo-o já morto, não lhe quebraram as pernas» (João 19:30, 33).

Acabamos de ver, destas passagens, que as Escrituras provam a realidade da humanidade de Cristo. Passemos, pois, agora a considerar as passagens que tratam do segundo ponto.

3.1.2. A integridade da natureza humana de Cristo. Integridade significa perfeição, inteireza.

a) A natureza humana de Cristo foi sobrenaturalmente concebida: «E disse Maria ao anjo: Como se fará isto? pois não conheço varão. E, respondendo o anjo, disse-lhe: Descerá sobre ti o Espírito Santo, e a virtude do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra; pelo que também o Santo, que de ti há de nascer, será chamado Filho de Deus» (Lucas 1:34,35).

b) A natureza humana de Cristo sempre se revela livre de depravação. «Quem dentre vós me convence de pecado? E, se digo a verdade, por que não credes?» (João 8:46). «Porque não temos um sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas, mas um que, como nós, em tudo foi tentado, exceto no pecado» (Hebreus 4:15). «Porque nos convinha tal sumo sacerdote, santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores e feito mais sublime do que os céus» (Hebreus 7:26). «Aquele que não conheceu pecado, tê-lo pecado por nós; para que nele fôssemos feitos justiça de Deus» (II Coríntios 5:21). «Mas com o precioso sangue de Cristo, como de um cordeiro imaculado e incontaminado» (I Pedro 1:19).

c) A natureza humana de Cristo cresceu juntamente com a natureza divina. E por causa disso não há um paralelo entre ele e nós, neste sentido. Jesus é o único neste mundo. Ele é o Filho unigênito e nenhum outro há igual a ele.

Jesus não é homem como Paulo, não é Deus como o Pai, mas é Deus-homem. Nunca o hifen (-) teve tanta significação como aqui, entre estas duas palavras. Ele liga-as e divide-as ao mesmo tempo.

3.2. A Deidade de Cristo

O Novo Testamento estabelece mui claramente a deidade de Jesus Cristo pelo seguinte modo:

3.2.1. Mostrando que Jesus tinha conhecimento da sua própria deidade: «Se vos falei das coisas terrestres, e não crestes, como credeis se vos falar das celestiais? E ninguém subiu ao céu, senão o que desceu do céu, a saber, o Filho do homem, que está no céu» (João 3:12 e 13). «Disse-lhes Jesus: Em verdade, em verdade vos digo que antes que Abraão fosse feito eu sou» (João 8:58). «Disse-lhes Jesus: Estou há tanto tempo convosco, e não me tendes conhecido, Filipe? Quem me vê a mim vê o Pai; e como dizes tu: Mostra-nos o Pai? Não crês que eu estou no Pai, e que o Pai está em mim? As palavras que eu vos digo não as digo de mim mesmo, mas o Pai, que está em mim, é quem faz as obras» (João 14:9,10).

3.2.2. Mostrando que Jesus exercia poderes e prerrogativas divinas: «Mas o mesmo Jesus não confiava neles, porque a todos conhecia, e não necessitava de que alguém testificasse do homem, porque ele bem sabia o que havia no homem» (João 2:24 e 25). «Sabendo, pois, Jesus todas as coisas que sobre ele haviam de vir, adiantou-se, e disse-lhes: A quem buscais?» (João 18:4). «Por que diz este blasfêmias? Quem pode perdoar pecados, senão Deus?» (Marcos 2:7). «A ti te digo: Levanta-te, toma o teu leito, e vai para a tua casa.» Assim lemos no verso 11 do mesmo capítulo. «E ele, despertando, repreendeu o vento, e disse ao mar: Cala-te, aquieta-te. E o vento se aquietou, e houve grande bonança» (Marcos 4:39).

3.2.3. A união destas duas naturezas numa só Pessoa

As Escrituras representam Jesus Cristo como uma só Pessoa, em que se unem as duas naturezas, divina e humana, e cada uma delas perfeita quanto à essência e quanto aos seus atributos. Estas duas naturezas, inseparavelmente unidas numa só personalidade divino-humana, constituem para nós um mistério. É-nos impossível explicar a união das duas naturezas numa só pessoa, mas as provas que encontramos são tantas que não podemos duvidar desta verdade. E o erro de dividir a pessoa de Jesus Cristo em duas, ou em duas partes é tão patente que devemos ter todo o cuidado a fim de o não praticarmos. E ainda que não possamos explicar satisfatoriamente este fato, devemos aceitá-lo, visto que a Bíblia o ensina com clareza e autoridade.

3.2.3.1. Provas da união das duas naturezas, divina e humana, na Pessoa de Jesus.

a) Jesus sempre falava de si mesmo e os outros também falavam a respeito dele como de uma só pessoa. «E eu dei-lhes a glória que a mim me deste, para que sejam um, como nós somos um» (João 17:22). «Nisto conhecereis o Espírito de Deus: Todo espírito que confessa que Jesus veio em carne é de Deus» (I João

4:2). Ademais, todos os discursos de Jesus revelam que ele se considerava uma personalidade só, e não duas.

b) Os atributos e os poderes de ambas as naturezas são consignadas a uma só pessoa. «Acerca de seu Filho, que foi gerado da descendência de Davi, segundo a carne» (Romanos 1:13). «Porque também Cristo padeceu uma vez pelos pecados, o justo pelos injustos, para levar-nos a Deus; mortificado, na verdade, na carne, porém vivificado pelo Espírito» (I Pedro 3:18). «A quem constituiu herdeiro de todas as coisas, por quem fez também o mundo. O qual, sendo o resplendor da sua glória, e a expressa imagem da sua Pessoa, e sustentando todas as coisas pela palavras do seu poder, havendo feito por se mesmo a purificação dos nossos pecados, assentou-se à destra da majestade nas alturas» (Hebreus 1:2,3). «Aquele que desceu é também o mesmo que subiu acima de todos os céus, para cumprir todas as coisas» (Efésios 4:10). «Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado; e eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação do mundo. Amém» (Mateus 28:19, 20).

c) As Escrituras reputam o valor da concordância feita por Jesus como dependente de uma união destas duas naturezas. «E de é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos, mas também pelos de todo o mundo» (I João 2:2). «E pela cruz reconciliar com Deus a ambos em um corpo, matando neles as inimizades. E, vindo, ele evangelizou a paz, a vós que estáveis longe, e aos que estavam perto; porque por ele ambos temos acesso em um mesmo Espírito ao Pai» (Efésios 2:16-18). «No qual todo o edifício, bem ajustado, cresce para templo santo no Senhor. No qual também vós juntamente sois edificados para a morada de Deus em Espírito» (Efésios 2:21,22). «Pelas quais ele nos tem dado grandíssimas e preciosas promessas, para que por elas fiquéis participantes da natureza divina, havendo escapado da corrupção, que pela concupiscência há no mundo» (II Pedro 1:4).

3.2.3.2. A natureza da união das duas naturezas.

a) Devemos notar, em primeiro lugar, a grande importância da união das duas naturezas, divina e humana, em Cristo Jesus. O cristianismo é união espiritual entre Deus e o homem, e, para que se realizasse esta união. Deus, na Pessoa de Jesus Cristo, uniu-se à humanidade. Assim Cristo tornou-se o coração do cristianismo; e na sua própria Pessoa foram resolvidos todos os problemas religiosos.

Jesus provou a verdade do cristianismo pela sua própria experiência. Este resolveu os problemas fundamentais da religião. Em outras palavras, ele viveu como todo homem deve viver, uma vida em perfeita harmonia e comunhão com Deus. E tudo isso se conseguiu por meio da união das duas naturezas. Ê, portanto, de suma importância para o cristianismo esta união verdadeira das naturezas divina e humana em Cristo Jesus.

E Jesus não somente resolveu os problemas da religião, mas também se tornou o meio por que o homem pode alcançar a solução verdadeira dos seus problemas religiosos.

Sobre a importância desta união passemos a considerar as seguintes passagens: «Todas as coisas me foram entregues por meu Pai; e ninguém conhece o Pai, senão o Filho e aquele a quem o Filho o quiser revelar» (Mateus 11:27). «Aos quais Deus quis fazer conhecer quais são as riquezas da glória deste mistério entre os gentios, que é Cristo em vós, esperança da glória» (Colossenses 1:27). «Para que os seus corações sejam consolados, estejam unidos em caridade e em todas as riquezas da plenitude de inteligência, para conhecimento do mistério do Deus e Pai, e do Cristo. No qual estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e da ciência» (Colossenses 2:2, 3). «E a vida eterna é esta: que te conheçam, a ti só, por único Deus verdadeiro, e a Jesus Cristo, a quem enviaste» (João 17:3).

b) Os problemas principais que se nos deparam nesta união. Um dos problemas aqui é: Como pode haver duas naturezas numa só personalidade? Como pode haver uma natureza humana sem personalidade? E como pode haver uma natureza divina sem personalidade? Como já de sobejo dissemos, não é possível dar uma explicação satisfatória deste problema, mas a Bíblia ensina, com toda a clareza, que Jesus tinha duas naturezas, e era uma só Pessoa. Este fato representa-nos, por assim dizer, o coração da encarnação. E a encarnação é a solução deste problema.

Outro problema que se nos depara diz respeito à relação da natureza divina com a humanidade, durante a vida terrestre de Jesus, problema este que nos leva a outro ainda, qual a relação da natureza humana com a divina, na vida atual de Jesus. Sabemos que Jesus está hoje à destra de Deus. Qual é, pois, a relação que há entre uma e outra natureza hoje? Mencionamos estes problemas aqui, não com a esperança de resolvê-los, mas tão-somente no intuito de mostrar que o nosso Salvador Jesus é tão maravilhoso que o homem o não pode compreender em toda a sua plenitude. Temos em Jesus um grande mistério.

c) A razão deste mistério. Tal mistério existe porque não há outro ser igual ou semelhante á Jesus. Ele é o único. Nenhum ser existe, além dele, que com ele se compare. Jesus não pode ser comparado com Deus (Pai) porque o Pai nunca se uniu diretamente à humanidade, como ele; como também não pode comparar-se com o homem, porque o homem nunca se uniu a Deus. Jesus é, certamente, o Filho unigênito de Deus.

d) A base da união. A possibilidade da união de Deus cora a humanidade se acha em Deus ter criado o homem à sua imagem. O homem foi criado semelhante a Deus. Existe, por isso, a possibilidade de Deus encarnar-se, isto é, de assumir também a humanidade. Esta é uma das glórias da criação do homem. Deus criou o homem de tal maneira, que pode haver a mais íntima comunhão entre o homem e o seu Criador.

e) Um dos problemas mais difíceis, como já vimos, é a união das duas naturezas numa só personalidade. Jesus não era duas pessoas, nem tampouco tinha uma personalidade dupla. Ele era uma Pessoa, mas dotada de duas naturezas: uma divina, e outra humana. Como sabemos, o Verbo uniu-se com a humanidade pela encarnação. A natureza humana não podia ter personalidade naquela época. A personalidade humana só começou a existir quando a natureza humana começou a ser uma pessoa. E esta natureza humana crescia junto com a natureza divina. Nunca houve, portanto, duas personalidades em Cristo Jesus. Neste ponto não há outra pessoa semelhante a ele.

f) O efeito da natureza divina sobre a humana. A união da natureza divina com a humana fez com que esta participasse dos poderes e da glória daquela. Isto é, quando Jesus estava aqui na terra, tinha poderes que não pertenciam aos homens em geral. Convém notar, porém, que ele nem sempre usou destes poderes. A primeira tentação foi neste sentido, isto é, o tentador quis induzir Jesus a prevalecer-se desses poderes sobre-humanos para o seu próprio proveito. Naquela ocasião Jesus recusou-se a fazer tal coisa, mas, quando tinha diante de si a multidão faminta, usou os seus poderes, multiplicando os pães e os peixes para alimentá-la. A natureza humana foi grandemente exaltada e glorificada na união com a natureza divina; e este mesmo fato nos ajuda a compreender alguma coisa da glória possível à humanidade. Não devemos nos esquecer de que a natureza humana podia unir-se à divina.

g) O efeito da natureza humana sobre a divina. Quando a natureza divina se uniu à humana, tornou-se, então, possível a Jesus Cristo padecer, sofrer e até morrer. A carta aos Hebreus acentua fortemente o valor do sofrimento de Jesus neste sentido.

h) A necessidade da encarnação. Sem a união da natureza divina com a humana não poderia haver verdadeira mediação entre Deus e o homem. A encarnação era necessária para que se estabelecesse a reconciliação entre o homem e Deus. «Pelo que convinha que em tudo fosse semelhante aos irmãos, para ser misericordioso e fiel sumo sacerdote nas coisas que são para com Deus, para expiar os pecados do

povo. Porque naquilo que ele mesmo, sendo tentado, padeceu, pode socorrer aos que são tentados» (Hebreus 2:17, 18). «Porque não temos um sumo sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas; mas um que, como nós, em tudo foi tentado, exceto no pecado» (Hebreus 4:15). A necessidade de encarnação revela-se também nestas palavras de Paulo: «Porque há um só Deus, um só Mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo homem» (I Timóteo 2:5).

i) A eternidade da união. Encontramos na Bíblia ensinamentos de que a união da natureza humana com a divina é eterna e indissolúvel. Quando o Verbo uniu-se à carne uniu-se de uma vez para sempre. «Mas este, porque permanece eternamente, tem o sacerdócio perpétuo. Portanto, pode também salvar perfeitamente aos que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles. Porque nos convinha tal sumo sacerdote, santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores, e feito mais sublime do que os céus; que não necessitasse, como os sumos sacerdotes, de oferecer cada dia sacrifícios, primeiramente por seus próprios pecados e depois pelos do povo; porque isto fez ele uma vez, oferecendo-se a si mesmo. Porque a lei constitui sumos sacerdotes a homens fracos, mas a palavra do juramento, que veio depois da lei, constitui ao Filho, que para sempre foi aperfeiçoado» (Hebreus 7:24-28).

4. OS DOIS ESTADOS DE JESUS

4.1. O estado de humilhação

Não vamos despendar muito tempo com as várias teorias a respeito da humilhação de Jesus Cristo quando o Verbo se fez carne, porque nenhuma delas explica suficientemente este fato. Ainda mais, já vimos que esta união da natureza divina com a humana continua porque ela é indissolúvel e eterna. A passagem mais importante, talvez, sobre este assunto é a seguinte: «O qual, sendo em forma de Deus, não teve por usurpação ser igual a Deus, mas aniquilou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, fazendo-se semelhante aos homens; e, achado em forma como homem, humilhou-se a si mesmo, sendo obediente até a morte, e morte de cruz». (Fil. 2:6-8).

4.1.1. A humilhação de Cristo caracterizada

a) O Verbo preexistente fez-se homem, deixando a sua glória divina para tomar o lugar de servo. As palavras de Jesus em João 17:5 mostram claramente que Jesus deixou a glória divina quando se fez homem. «E agora glorifica-me tu, ó Pai, junto de ti mesmo, com aquela glória que tinha contigo antes que o mundo existisse.» O apóstolo Paulo ensina a mesma coisa em II Coríntios 8:9: «Porque já sabeis a graça de nosso Senhor Jesus Cristo, que, sendo rico, por amor de vós, se fez pobre; para que pela sua pobreza enriquecêsseis.»

b) Constituiu também na submissão do Verbo ao Espírito Santo. As seguintes passagens provam claramente esta verdade: «Até o dia em que foi recebido em cima, depois de ter dado mandamento, pelo Espírito Santo, aos apóstolos que escolhera» (Atos 1:2). «Enquanto a Jesus de Nazaré como Deus o ungiu com o Espírito Santo e com virtude; o qual andou fazendo bem, e curando a todos os oprimidos do diabo, porque Deus era com ele» (Atos 10:38). «Quanto mais o sangue de Cristo, que, pelo Espírito eterno, se ofereceu a si mesmo imaculado a Deus, purificará as vossas consciências das obras mortas, para servirdes ao Deus vivo» (Hebreus 9:14).

Devemos lembrar-nos também da experiência que a mãe de Jesus teve com o Espírito Santo: «E, respondendo o anjo, disse-lhe: Descerá sobre ti o Espírito Santo, e a virtude do Altíssimo

cobrirá com a sua sombra; pelo que também o Santo, que de ti há de nascer, será chamado Filho de Deus» (Lucas 1:35).

A tentação de Jesus prova também a submissão sua ao Espírito. «Então foi conduzido Jesus pelo Espírito ao deserto, para ser tentado pelo diabo» (Mateus 4:1).

c) A humilhação consistiu também em Jesus deixar de usar dos poderes que lhe eram garantidos por sua natureza divina. Citemos duas passagens de muito valor neste sentido, que se referem, respectivamente, à tentação e à crucificação de Jesus. «E disse-lhe o diabo: Se tu és o Filho de Deus, diz a esta pedra que se transforme em pão. E Jesus lhe respondeu, dizendo: Escrito está que nem só de pão viverá o homem, mas de toda palavra de Deus» (Lucas 4:3,4). «Ou pensas tu que não poderia eu agora orar a meu Pai, e ele não me daria mais de doze legiões de anjo?» (Mateus 26:53). «Por isso o Pai me ama, porque dou a minha vida, para tornar a tomá-la. Ninguém me tira de mim, mas eu de mim mesmo a dou; tenho poder para dar e poder para tornar a tomá-la. Este mandamento recebi de meu Pai» (Lucas 10:17, 18). 4.1.2. Épocas da humilhação de Jesus

a) A primeira época da humilhação de Jesus foi quando o Verbo preexistente se fez carne.

b) A segunda foi durante o tempo da sua submissão ao Espírito e às leis humanas.

c) A terceira foi por ocasião da sua morte no Calvário.

Resumindo, diremos que as épocas da humilhação de Jesus foram: quando se fez carne, durante a vida na carne, e quando morreu na cruz.

4.2. O estado de exaltação

Épocas de sua exaltação. Depois da sua morte, Jesus voltou para a destra do Pai, recebeu novamente aquela glória que tinha antes que o mundo existisse, e entrou em pleno uso daqueles poderes que tivera antes do período da sua humilhação. «Mas ele, estando cheio do Espírito Santo, fixando os olhos no céu, viu a glória de Deus, e Jesus, que estava à direita de Deus» (Atos 7:55).

As épocas da exaltação de Jesus são as seguintes: Primeiro, a sua ressurreição; segundo, a sua ascensão.

5. OFÍCIOS DE CRISTO

Enquanto aqui na terra, Jesus exerceu três grandes ofícios: o de profeta, o de sacerdote e o de rei. Estas personagens eram as três mais importantes da história. Os profetas, os sacerdotes e os reis são, em certo sentido, os precursores de Jesus Cristo. Jesus exerceu estes três ofícios da maneira mais perfeita que se pode imaginar. Nunca houve um rei que governasse tão sabiamente como ele, nunca houve um sacerdote que oferecesse um sacrifício tão completo e perfeito, e nunca houve profeta que interpretasse tão fielmente os atos e a vontade de Deus e desfizesse as trevas da ignorância que envolviam a raça.

Quando Jesus veio ao mundo, este se achava imerso nas trevas da ignorância, quase inteiramente alheio à vontade de Deus. Era necessário, pois, que viesse um profeta poderoso que tirasse o povo de tão triste condição. Jesus era este profeta. «E o povo assentado em trevas viu uma grande luz.»

Também a raça humana estava corrompida. O pecado invadira e escravizara todos os corações. A grande necessidade do mundo era então de um grande sacerdote que purificasse de modo completo as almas, e de um rei poderoso que lhes quebrasse os grilhões e as libertasse da escravidão.

Como profeta, Jesus revelou da maneira mais completa a vontade de Deus ao mundo; como sacerdote, fez o sacrifício perfeito para expiação do pecado; e, como Rei, estabeleceu o seu Reino e começou a reinar no coração dos homens.

A personalidade de Cristo é a maravilha dos séculos. Os milagres operados por ele, para aliviar os sofrimentos da humanidade, representam apenas uma fraca manifestação de sua Pessoa. Como já tivemos ocasião de observar, ele é o Filho unigênito de Deus, que se fez carne e ocupou os três cargos mais importantes que encontramos na história do mundo: o de profeta, o de sacerdote e o de rei.

5.1. Cristo como Profeta

5.1.1. A natureza do trabalho profético de Cristo. Devemos ter desde já uma compreensão clara de que a missão do profeta não é simplesmente, como em geral se supõe, predizer eventos futuros. É verdade que isto às vezes acontece, porém não é o trabalho principal do profeta. O profeta representava Deus diante dos homens. E o seu verdadeiro trabalho era interpretar os atos e os planos de Deus e fazer conhecida aos homens a sua vontade. O verdadeiro profeta é o que lê atentamente e interpreta os atos de Deus aos homens.

Outro ofício do profeta era encaminhar o povo nos caminhos traçados por Deus. Certamente ele havia de ser um homem que «lidasse em íntima comunhão com Deus e devia saber mais da sua vontade do que o povo em geral. E o seu grande trabalho era fazer o» homens conhecerem o que Deus estava procurando realizar nas suas vidas.

Três eram os métodos empregados pelo profeta, no desempenho da sua missão. O primeiro era o de ensinar o povo. Encontramos no Velho Testamento muitos desses ensinamentos, como, por exemplo, os ensinamentos a respeito do sacrifício dos animais. Por meio destes ensinamentos os profetas procuravam fazer o povo ver o verdadeiro fim do sacrifício. «Não me tragais mais ofertas debalde: o incenso é para mim abominação, e as luas novas, e os sábados, e a convocação das congregações; não posso suportar iniquidade, nem mesmo o ajuntamento solene. As vossas luas novas, e as vossas solenidades as aborreço a minha alma; já me são pesadas; já estou cansado de as sofrer. Pelo que, quando estendeis as vossas mãos, escondo de vós os meus olhos; e até quando multiplicais a oração não ouço, porque as vossas mãos estão cheias de sangue. Lavai-vos e purificai-vos, tirai a maldade de vossos atos de diante dos meus olhos: cessai de fazer o mal; aprendei a fazer o bem; procurai o juízo; ajudai o oprimido; fazei justiça ao órfão; tratai da causa das viúvas» (Isaias 1:13-17).

O segundo método do profeta no exercício do seu cargo era o de predizer os acontecimentos futuros. Às vezes o profeta desvendava as coisas do futuro e fazia vingar a sua mensagem. Um dos exemplos disto é o encontro de Acabe com Elias (I Reis, cap. 18).

O terceiro método consistia na operação de milagres. Alguns dos profetas, ao executar a sua árdua missão, operavam milagres, o que concorria para que as suas mensagens fossem mais bem acatadas pelo povo em geral. «E o Senhor disse-lhe: Que é isto na tua mão? E ele disse: Uma vara. E ele disse: Lança-a na terra. Ele a lançou na terra e tornou-se em cobra. E Moisés fugia dela. Então disse o Senhor a Moisés: Estende a tua mão, e pega-lhe pela cauda. E estendeu a sua mão, e pegou-lhe pela cauda, e tornou-se em vara na sua mão. Para que creiam que te apareceu o Senhor Deus de seus pais, o Deus de Abraão, o Deus de Isaque e o Deus de Jacó» (Êxodo 4:2-5).

Como sabemos, Jesus usou magistralmente destes três métodos no seu trabalho. Ele ensinava como ninguém podia ensinar, revelava o futuro com ampla autoridade e operava sinais e maravilhas.

5.1.2. Os diferentes períodos do trabalho profético de Jesus.

Estudando o trabalho profético de Jesus, encontramos quatro períodos diferentes:

a) O trabalho preparatório do Verbo antes de se encarnar. «Este era a luz verdadeira, que alumia a todo homem que vem ao mundo» (João 1:9).

b) O período do ministério terrestre. Durante este período Jesus não só cumpriu todas as exigências do ofício profético, mas o fez de tal maneira que até pôs termos a este ofício. Queremos dizer que Deus, por meio de Jesus, disse tudo quanto tinha que dizer aos homens. Jesus revelou tudo. O que os profetas do Velho Testamento não puderam esclarecer, Jesus trouxe à luz, e, revelando todos os segredos de Deus, pôs termo ao ofício profético.

Mas Jesus não era profeta por excelência só neste sentido. Os profetas do Velho Testamento pregavam: Assim diz o Senhor. Ele, porém, dizia: Assim eu vos digo. Jesus era, por conseguinte, muito superior aos profetas não só na mensagem revelada, mas também na maneira de a revelar.

c) O terceiro período do trabalho profético de Jesus é o que vai desde a sua ascensão até a consumação dos séculos. Durante este tempo Jesus serve-se de seus discípulos para a realização da sua obra. Os discípulos são o prolongamento do trabalho profético de Cristo. «Fiz o primeiro tratado, 6 Teófilo, acerca de todas as coisas que Jesus começou não só a fazer, mas a ensinar» (Atos 1:1). «Ainda tenho muitas coisas que vos dizer, mas vós não as podeis suportar agora» (João 16:12).

d) No quarto período, Jesus continua revelando as coisas do Pai aos santos na glória. «Disse-vos estas coisas por parábolas: chega, porém, a hora em que vos não falarei mais por parábolas, mas abertamente vos falarei acerca do Pai» (João 16:25). «E eu lhes fiz conhecer o teu nome e lho farei conhecer mais, para que o amor com que me tens amado neles esteja, e eu neles» (João 17:26). «Porque desde a antigüidade não se ouviu, nem com ouvidos se percebeu, nem olho viu, fora de ti, ó Deus, o que há de fazer àquele que o espera» (Isaias 64:4). «Porque agora vemos por espelho em enigma, mas então veremos face a face: agora conheço em parte, mas então conhecerei como também sou conhecido» (I Coríntios 13:12).

5.2. Cristo como Sacerdote

O profeta representava Deus aos homens, o sacerdote representava os homens diante de Deus. Que felicidade, termos em Jesus a união da natureza divina com a humana! Devido à sua relação íntima com Deus, Jesus era o profeta ideal, e, devido à sua relação íntima com o homem veremos que ele era também o sacerdote Ideal.

No Velho Testamento o sacerdote era um homem escolhido para «ir o mediador entre Deus e o homem. O sacerdote cumpria o seu ofício oferecendo sacrifícios e fazendo intercessão; mas, como unhamos, os próprios sacerdotes eram homens imperfeitos, e, antes de oferecerem sacrifícios pelos outros, tinham que oferecer primeiramente sacrifícios por si mesmos.

Ainda mais, as vítimas por eles sacrificadas eram animais irracionais, que nada tinham a ver com os pecados cometidos pelos homens. Vemos que não era assim com Jesus. Ele não era sacerdote que necessitasse de oferecer sacrifícios pelos próprios pecados, porquanto não os tinha. Nem tampouco lançou mão de irracionais, porém ofereceu-se a si mesmo, com toda a pureza de seu caráter e toda a santidade do seu ser, em holocausto, em propiciação pelos pecados de todo o mundo. A imaginação humana, por mais fértil e aguda, não pode acrescentar um só requisito necessário àqueles que Jesus satisfez como sacerdote. Jesus é o sacerdote ideal, o sacerdote dos sacerdotes. A Carta aos Hebreus desenvolve magistralmente este formoso tema: o sacerdócio de Cristo. «Mas este, porque permanece eternamente, tem um sacerdócio perpétuo. Portanto, pode também salvar perfeitamente aos que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles. Porque nos convinha tal sumo sacerdote, santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores e feito mais sublime do que os céus; que não necessitasse, como os sumos sacerdotes, de oferecer cada dia sacrifícios, primeiramente por seus próprios pecados e depois pelos do povo; porque isto fez ele uma vez, oferecendo-se a si mesmo. Porque a lei constitui sumos sacerdotes a homens fracos, mas a

palavra do juramento, que veio depois da lei, constitui ao Filho, que foi para sempre aperfeiçoado» (Hebreus 7:24-28).

5.2.1. O trabalho sacrificial de Jesus Cristo ou a doutrina da concordância. Estamos agora no ímago da Teologia Sistemática. A obra propiciatória de Jesus no seu ofício sacerdotal é o tópico de maior importância em Teologia Sistemática. As Escrituras ensinam que Jesus sofreu e morreu em nosso lugar para que pudessemos ser salvos. Deus disse, logo no princípio, que «a alma que pecar, essa morrerá». Esta é uma lei que não pode ser de forma alguma revogada. O homem pecou; portanto, tinha que morrer. Mas, felizmente, pela graça de Deus, apareceu um homem, Jesus Cristo, que tinha o poder de dar a sua vida e tornar a tomá-la, e que tinha também grande amor aos homens. Este veio, tomou o nosso lugar, morreu por nós, ressuscitou, subiu ao céu e está à destra do Pai, e assim lançou as bases de salvação de todo aquele que nele crê. Este trabalho realizado por Jesus Cristo em prol dos pecadores é representado por diversas formas nas Escrituras.

Notemos algumas delas:

a) A idéia moral. Deste ponto de vista, as bases da salvação são consideradas como uma grande providência originada no amor de Deus e na manifestação deste amor aos homens. Segundo esta idéia, a morte de Jesus Cristo na cruz do Calvário é uma grande manifestação do amor de Deus aos homens; e tem referência especial ao amor de Deus, e não à sua justiça. A crucificação é um grande espetáculo, que não só revela o grande amor de Deus ao homem, mas também tem por fim despertar o amor do homem para com Deus. Segundo esta idéia, a morte de Jesus Cristo não se relaciona intimamente com a justiça de Deus, nem com a necessidade do homem. As passagens mais citadas em abono desta teoria são as seguintes: «Porque Deus amou o mundo de tal maneira, que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna» (João 3:16). «Mas Deus recomenda o seu amor para conosco em que Cristo morreu por nós sendo nós ainda pecadores» (Romanos 5:8).

b) A idéia comercial. A concordância é também descrita como um resgate feito por Jesus para livrar da escravidão do pecado. É verdade que a Bíblia apresenta o trabalho feito por Jesus Cristo deste ponto de vista. Mas não devemos pensar que esta idéia abrange tudo quanto Jesus fez por nós na cruz do Calvário. É verdade que ele pagou um grande preço para nos remir; porém isto não foi simplesmente uma transação comercial. A morte de Jesus Cristo envolve muito mais do que isso. Citemos algumas passagens que abonam esta idéia. «Assim como o Filho do homem não veio para ser servido, mas para servir e a dar a sua vida em resgate por muitos» (Mateus 20:28). «O qual se deu a si mesmo em preço de redenção por todos, para servir de testemunho a seu tempo» (I Timóteo 2:6). «E também houve entre o povo falsos profetas, como entre vós haverá também falsos doutores, que introduzirão encobertamente heresias de perdição, e negarão o Senhor, que os resgatou, trazendo sobre si mesmos repentina perdição» (II Pedro 2:1) «Porque fostes comprados por preço; glorificai, pois, a Deus no vosso corpo, e no vosso espírito, os quais pertencem a Deus (I Coríntios 6:20).

c) A idéia legal. A Bíblia descreve também a concordância do ponto de vista da lei. Neste sentido, a concordância é considerada obediência às exigências da lei. Como bem sabemos, o homem transgrediu a lei de Deus, não havendo quem a cumprisse. Por isso Jesus veio satisfazer às exigências da lei. «Mas, vindo a plenitude dos tempos, Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei, para remir os que estavam debaixo da lei, a fim de recebermos a adoção de filhos» (Gálatas 4:4, 5). «Jesus, porém, respondendo, disse-lhes: «Deixa por agora, porque assim nos convém cumprir toda a justiça. Então ele o deixou» (Mateus 3:15). «E, achado em forma de homem, humilhou-se a si mesmo, sendo obediente até a morte, e morte de cruz» (Filipenses 2:8).

d) A idéia sacrificial. A concordância 6 descrita como o trabalho do mediador de reconciliar Deus com os homens por meio de um sacrifício. O Novo Testamento está cheio de passagens que representam a concordância como um grande sacrifício. «Mas, vindo Cristo, o sumo sacerdote dos bens futuros, por um maior e mais perfeito tabernáculo, não feito por mãos, isto é, não desta feitura, nem por sangue de bodes e bezeros, mas por seu próprio sangue, uma vez entrou no santuário, havendo efetuado uma eterna redenção» (Hebreus 9:11, 12). «Porque, se nós, sendo inimigos, fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida» (Romanos 5:10). «E que, havendo por ele feito a paz pelo sangue da sua cruz, por ele reconciliasse consigo mesmo todas as coisas, tanto as que estão na terra, como as que estão nos céus» (Colossenses 1:20).

Vale a pena citarmos aqui palavras de Isaías, muito preciosas neste assunto. «Todos nós andávamos desgarrados como ovelhas; cada um se desviava pelo seu caminho; porém o Senhor fez cair sobre ele a iniquidade de nós todos. Exigindo-se-lhe, ele foi oprimido, porém não abriu a sua boca: como um cordeiro, foi levado ao matadouro, e, como ovelha muda perante os seus tosquiadores, assim não abriu a sua boca. Da ânsia e do juízo foi tirado; e quem contará o tempo da sua vida? porque foi coitado da terra dos viventes: pela transgressão do meu povo a praga estava sobre ele. E puseram a sua sepultura com os ímpios, e com o rico estava na sua morte; porquanto nunca fez injustiça, nem houve engano na sua boca. Porém ao Senhor agradou moê-lo, fazendo-o enfermar; quando a sua alma se puser por expiação do pecado, verá a sua semente e prolongará os dias; e o bom prazer do Senhor prosperará na sua mão. O trabalho da sua alma ele verá, e se fartará; com o seu conhecimento o meu servo, o justo, justificará a muitos: porque as suas iniquidades levará sobre si. Pelo que lhe darei a parte de muitos, e com os poderosos repartirá ele o despojo; e levou sobre si o pecado de muitos, e intercede pelos transgressores» (Isaías 53:6-12).

Todo este capítulo fala do sacrifício expiatório de Jesus, e convém ser lido com muita atenção: «Verdadeiramente ele tomou sobre si as nossas enfermidades, e as nossas dores levou sobre si; e nós o reputávamos por aflito, ferido de Deus, e oprimido. Porém, ele foi ferido pelas nossas transgressões, e moído pelas nossas iniquidades: o castigo que nos traz a paz estava sobre ele, e pelas suas pisaduras fomos sarados» (Isaías 53:4, 5).

Um exame destas passagens citadas mostrar-nos-á, claramente, que as Escrituras apresentam a obra de Cristo na redenção humana destes quatro pontos de vista: moral, comercial, legal e sacrificial. Deve-se notar, porém, que a idéia sacrificial é a mais fundamental e abrange todas as outras. O sacrifício de Jesus Cristo na cruz do Calvário não só lançou as bases da nossa salvação, mas também satisfaz às exigências da lei de Deus. Foi um grande preço pago por Jesus e também a maior expressão do amor de Deus. Temos, pois, na idéia sacrificial o resumo, a essência de todas as outras idéias que giram em torno da doutrina da concordância.

Os escritores inspirados acharam tão rica a obra redentora de Jesus Cristo que a apresentaram destes diversos pontos de vista que acabamos de mencionar, a fim de que evitemos o erro de construir a nossa doutrina de concordância num deles somente. A doutrina verdadeira da concordância deve incluir todas essas idéias, porque, como já observamos, o que Cristo fez revelou o amor de Deus, serviu de resgate e satisfaz a todas as exigências da lei. Muitos dos erros que surgem em torno desta doutrina são oriundos de idéias parciais e unilaterais, o que devemos evitar. A Bíblia inclui todas as significações debaixo da grande idéia de sacrifício que achamos tão magistralmente exposta no capítulo 53 do livro de Isaías.

Vejamos, pois, o que dizem as Escrituras sobre esta grande doutrina da concordância. Deparam-se-nos duas perguntas, a que procuremos responder. A primeira é: Qual o fim da morte de Jesus em relação a Deus? A segunda: Qual o fim da morte de Jesus em relação ao homem?

A primeira destas perguntas envolve o problema da relação da concordância com a santidade de Deus; e a segunda, o problema da relação da concordância com o pecado da humanidade. Havia, realmente, desde a queda, dois grandes problemas, de difícil solução: o primeiro se achava em Deus: o segundo, no homem. Há pessoas que ensinam que não existia nenhum problema em Deus, mas somente no homem. Não é verdadeiro este ensino, porquanto as Escrituras dizem o contrário. Jesus Cristo tinha de fazer a reconciliação do homem com Deus e também de Deus com o homem.

5.2.2. A Doutrina da Concordância

a) A concordância em relação a Deus. Como já tivemos ocasião de observar, havia em Deus um problema a ser resolvido antes que o homem pudesse reconciliar-se com ele. Havia um amor a revelar-se e uma justiça a ser vindicada. A Parábola do Filho Pródigo, segundo o pensar de muitos, não representa bem o problema de reconciliação relativamente a Deus, porque ela nos mostra Deus pronto e desejoso de receber o filho pródigo, tal qual estava. Parece que não havia em Deus nenhum obstáculo em receber o homem em íntima comunhão. Há, porém, muitos passos bíblicos que revelam que Deus não podia perdoar ao homem sem que fossem satisfeitas, primeiramente, as exigências da sua própria natureza, da sua dignidade. Deus teria sido menos Deus se não tivesse exigido do homem, da raça humana, uma satisfação da ofensa cometida contra a sua pessoa. Até mesmo um homem, quando ofendido na sua dignidade, não se reconcilia com o seu ofensor sem exigir deste amplas satisfações. E quanto mais reto e digno é o homem, mais certo é que ele as exigirá. Assim é também em relação a Deus.

O fim do perdão é comunhão. E como poderia Deus ter comunhão com o homem sem que exigisse primeiro uma satisfação? Se Deus deixasse passar a falta pelo homem cometida sem exigir-lhe uma satisfação, teria, de certo modo, pactuado com ele. O grande problema de reconciliação não é de Deus baixar-se ao nível do homem, mas, sim, de elevar o homem ao nível de Deus. Havia, pois, grande necessidade de reivindicação. Deus não sacrifica a sua própria dignidade para ter comunhão com o homem impenitente.

Jesus, por ser Deus, achava-se em condições de satisfazer às exigências da natureza de Deus. A ofensa feita pelo homem, por meio dos seus pecados, era tão grande que não havia possibilidade de o homem reparar a falta cometida. Tão grande que já não havia possibilidade de a raça, por si mesma, operar a sua reconciliação com Deus. Era necessário, portanto, que o Filho do homem fosse levantado na cruz para que reconciliasse Deus com o homem. Ele resolveu este problema que se achava em Deus e abriu o caminho para o filho pródigo voltar ao lar paterno. A Parábola do Filho Pródigo nos faz ver esta obra realizada por Jesus Cristo em relação a Deus.

b) A concordância em relação à humanidade. O grande fim de Jesus em relação à humanidade toda era trazê-la ao arrependimento e a uma nova comunhão com Deus o Pai. Já vimos que Jesus satisfaz plenamente às exigências da natureza de Deus. E agora, por causa da sua humanidade, ele fez o que o homem não podia fazer. Pela sua morte deu ao homem não só a esperança, como também a certeza de uma comunhão íntima com Deus. Desde que o homem aceite o que Cristo fez em seu favor. Deus está pronto a perdoar-lhe e a recebê-lo de novo em íntima comunhão. O homem, porém, precisa chegar-se a Deus por meio de Jesus Cristo. Cristo é o Caminho e ninguém chegará ao Pai senão por ele. «Eu sou o Caminho, e a Verdade e a Vida. Ninguém vem ao Pai, senão por mim» (João 14:6). À raça já não restava esperança alguma de reconciliação com Deus; porém, o que ela não podia fazer de modo nenhum, Cristo fez, de sorte que, aceitando o que Cristo fez por ela, pode achar paz com Deus. c) A Extensão da concordância. A Bíblia ensina que a concordância foi feita para todo homem. A salvação que há em Jesus Cristo é: suficiente para toda a humanidade. «Ele é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos, mas também pelos de | Indo o mundo» (I João 2:2). «O qual se deu a si mesmo em resgate por todos, para servir de testemunho a seu tempo» (Tím. 2:6).

Destas passagens claramente se depreende que a salvação é para todos. Convém notar, porém, que a sua aplicação é diferente, porque é limitada aos que crêem. Isto é, a salvação, quanto à sua base, é universal, mas, quanto à sua aplicação, limita-se exclusivamente aos que crêem. «Para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna. Porque Deus amou o mundo de tal maneira, que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna. Porque Deus enviou o seu Filho ao mundo, não para que condenasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele. Quem crê nele não é condenado; mas quem não crê já está condenado; porquanto não crê no nome do I unigênito Filho de Deus» (João 3:15-18). «Isto é, a justiça de Deus L pela fé em Jesus Cristo para todos e sobre todos os que crêem; porque não há diferença» (Romanos 3:22).

5.2.3. A obra intercessora de Jesus Cristo. O ofício sacerdotal de Cristo não findou com o trabalho de concordância, porque ele continua a ser sacerdote. Ele continua a trabalhar, a interceder em favor da humanidade. Ensinam-nos as Escrituras que ele voltou aos céus, que está agora à destra do Pai, e lá continua o seu trabalho intercessório. Lá no céu ele continua ainda como sumo I sacerdote. «E, na verdade, aqueles foram feitos sacerdotes em grande número, porquanto pela morte foram impedidos de permanecer. Mas este, porque permanece eternamente, tem um sacerdócio perpétuo. Portanto, pode também salvar perfeitamente aos que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre para interceder por eles. Porque nos convinha tal sumo sacerdote, inocente, imaculado, separado dos pecadores e feito mais sublime do que os céus» (Hebreus 7:23-26).

a) A natureza do trabalho intercessório de Jesus Cristo.

Este trabalho é uma atividade especial e continua de Jesus Cristo, pela qual ele garante ao crente as bênçãos não só espirituais, mas também temporais. Esta intercessão de Cristo baseia-se no seu sacrifício aqui na terra. «Meus filhinhos, estas coisas vos escrevo pura que não pequeis, e, se alguém pecar, temos um advogado para com o Pai, Jesus Cristo, o justo. E ele é a propiciação pelos nossos pecados, e não somente pelos nossos, mas também pelos de todo o mundo» (I João 2:1,2).

Estas palavras do apóstolo João ensinam que Cristo continua a interceder por nós junto do Pai, como os antigos sacerdotes intercediam pelo povo; mas, aqui, decerto, com muito mais eficácia, porque Cristo é sacerdote perfeito.

b) Os fins do trabalho intercessório de Jesus Cristo. Podemos descobrir, pelo menos, dois fins na obra intercessória de Jesus Cristo.

(a) Uma intercessão a favor de todos os homens em geral. «Pelo que lhe darei a parte de muitos, e com os poderosos repartirá ele o despojo; porque derramou a sua alma na morte, e foi contado com os transgressores; e levou sobre si o pecado de muitos, e intercede pelos transgressores» (Isaias 53:12). «E Jesus dizia: «Pai, perdoa - -lhes, porque não sabem o que fazem. E, repartindo os seus vestidos, lançaram sortes» (Lucas 23:34).

(b) Uma intercessão especial a favor dos crentes. Dentre as muitas passagens que ensinam esta idéia citamos apenas as três seguintes: «E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, ' para que fique convosco para sempre» (João 14:16). «Eu rogo por eles: não rogo pelo mundo, mas por aqueles que me deste, porque são teus» (João 17:9). «Pelo que convinha que em tudo fosse semelhante aos irmãos, para ser misericordioso e fiel sumo sacerdote nas coisas que são para com Deus, para expiar os pecados do povo. Porque naquilo que ele mesmo, sendo tentado, padeceu, pode socorrer aos que são tentados» (Hebreus 2:17, 18).

5.3. Cristo como Rei

Vimos páginas atrás, que Jesus, além de profeta e sacerdote, era também rei. Em virtude deste ofício. Cristo há de reinar sobre todas as coisas, assim no céu como na terra. Consideremos os seguintes passos bíblicos que se referem ao reino universal de Jesus Cristo: «Eu, porém, ungi o meu rei sobre o meu santo monte de Sião. Recitarei o decreto: O Senhor me disse: Tu és meu Filho, eu hoje te gerei. Pede-me, e eu te darei as nações por herança, e os fins da terra por tua possessão» (Salmos 2:6-8). «E quando o Filho do homem vier em sua glória e todos os santos anjos com ele, então se assentará no trono da sua glória, e todas as nações serão reunidas diante dele, e apartará uns dos outros, como o pastor aparta dos bodes as ovelhas (Mateus 25:31, 32). «E, chegando-se Jesus, . falou-lhes, dizendo: É-me dado todo o poder no céu e na terra» (Mateus 28:18).

Também Jesus reinará na sua igreja militante, isto é, na sua Igreja, que aqui na terra milita contra o mal.

Quando Jesus nasceu, do céu desceram os anjos, cantando, e anunciaram aos pastores: «que hoje, na cidade de Davi, vos nasceu o Salvador que c Cristo o Senhor» (Lucas 2:11). «Respondeu Jesus: o meu reino não é deste mundo; se o meu reino fosse deste mundo, pelejariam os meus servos, para que eu não fosse entregue aos judeus: porém agora o meu reino não é daqui. Disse-lhe, pois, Pilatos: Logo, tu és rei? Jesus respondeu: TU DIZES QUE EU SOU. Eu para isso nasci, e para isso vim ao mundo para dar testemunho na verdade. Todo aquele que é da verdade ouve a minha voz» (João 18:37,38). «E sujeitou todas as coisas a seus pés, e sobre todas as coisas o constituiu por cabeça da igreja» (Efésios 1:22).

Finalmente Jesus reinará na sua igreja triunfante. «E nos fez reis sacerdotes para Deus e seu Pai: a ele glória e poder para todo o sempre. Amém» (Apocalipse 1:6). «Que também, como uma verdadeira figura, agora nos salva, o batismo, não do despojamen- to da imundícia do corpo, mas o da indagação de uma boa consciência para com Deus, pela ressurreição de Jesus Cristo; o qual está à destra de Deus, tendo subido ao céu; havendo-se-lhe sujeitado os anjos, e as autoridades, e as potências» (I Pedro 3:21, 22)

A DOCTRINA DA SALVAÇÃO

1. Introdução

2. Duas Coisas que Determinam o Preparo do Indivíduo para Aceitar a Salvação

2. 1 — A chamada divina

2.2 — A convicção do pecado

3. A Ordem da Salvação

3.1 — Arrependimento

3. 2 — Fé

3. 3 — Conversão

3. 4 — Regeneração

3. 5 — Justificação

3. 6 — União com Cristo

3. 7 — Santificação

3. 8 — Preservação

3. 9 — Libertação do Pecado

3.10 — Perfeição

3.11 — Glorificação

A DOCTRINA DA SALVAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

Para que fique bem compreendida a doutrina da salvação, é necessário que nos lembremos de alguns pontos já discutidos na primeira parte do nosso estudo. Os fatos já estudados podem derramar muita luz sobre o importantíssimo assunto de que tratamos agora. Eis por que desejamos fazer aqui uma ligeira recordação dos mesmos. Segundo a Bíblia, é muito vasto o assunto da doutrina da salvação, e abrange muitas coisas. E, desde que o nosso plano é apresentá-lo na sua inteireza, é necessário que mencionemos, de novo, os fatos tão intimamente relacionados com ela, embora não façam propriamente parte do assunto.

A boa compreensão destes fatos, como já dissemos, preparar-nos-á para melhor entendermos a doutrina da salvação. Notemos, por isso, algo a respeito deles na ordem em que foram mencionados.

1.1. A soberania de Deus em relação ao homem Em nosso estudo a respeito da relação de Deus com o universo, discutimos a questão da soberania de Deus; queremos, porém, agora, encará-la especialmente com referência à salvação do homem. A soberania de Deus relativamente à salvação do homem significa que é Deus quem toma a iniciativa da realização da obra. Assim, na criação como na redenção, precisamos empregar as palavras do livro de Gênesis: No princípio criou Deus. O motivo, o método e o fim da salvação do homem se explicam na natureza de Deus. A iniciativa está com Deus e não com o homem. Se Deus não tomasse a iniciativa na salvação da criatura, ninguém seria salvo. A soberania de Deus, com respeito à salvação do homem, é simplesmente a sua iniciativa, tomada em virtude da sua natureza, com o fim de salvar a humanidade.

A soberania de Deus não é apenas uma manifestação da sua vontade. Alguns, infelizmente, assim a têm interpretado, e, devido a essa errônea interpretação, resvalaram noutro erro, o de supor que Deus pode predestinar um para a salvação e outro para a condenação. Se a soberania de Deus se firmasse somente na sua vontade, talvez assim pudesse ser, mas a soberania de Deus ou a sua iniciativa na salvação do homem é uma manifestação de todo o seu ser, e não apenas da sua vontade.

Deus é mais que simplesmente vontade: é um Espírito Pessoal riquíssimo em atributos morais, e a sua iniciativa para a salvação do homem procede de todo o seu ser. Deus é Pai Eterno, como Cristo é Filho Eterno. De sorte que a sua iniciativa na salvação do homem procede tanto do seu coração como da sua vontade. Assim sendo, Deus não predestina um para salvação e outro para a condenação. A sua vontade é que todos se salvem.

A iniciativa de Deus na salvação não priva ninguém de salvar-se, porque ela visa a salvação de todos. Jesus frisou bem este fato quando pronunciou a Parábola do Filho Pródigo. Também em I João 3:16 está bem acentuada esta idéia: «Porque Deus amou o mundo de tal maneira, que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna.»

Verdade é que Deus predestina que aquele que crê será salvo, assim como o que não crê já está condenado. E verdade também que predestinou o meio de salvação, um único meio, com exclusão de qualquer outro; mas Deus não predestinou os que haviam ou os que não haviam de crer. Decretado está, porém, que todo aquele que crer será salvo, assim como o que não crer será condenado. Voltaremos ao assunto quando discutirmos a liberdade do homem. Basta, por enquanto, deixar estabelecido que a soberania de Deus, no que diz respeito à salvação do homem, significa que a iniciativa da salvação da humanidade estava e ainda está com Deus, e que, não obstante, não priva ninguém do grande privilégio de buscar e aceitar a salvação que se acha em Cristo Jesus.

1.2. O propósito de Deus em sua relação com o homem

Consideramos já a soberania de Deus em relação à salvação do homem e a sua iniciativa na obra redentora, soberania que, como dissemos, não tolhe, a quem quer que seja, o privilégio de procurar | ii aceitar a salvação em Cristo Jesus. Vimos que Deus deseja a salvação de todos e tomou a sua iniciativa com este fim em mira. Veremos agora que estas idéias expendidas apoiam-se no eterno propósito de Deus, e para isto estabelecemos as seguintes considerações:

1.2.1. Desde o princípio do mundo o propósito de Deus há sido sempre o de salvar a raça e de fazê-la à sua imagem. Ele sempre leve em vista abençoar não só uma família ou nação, mas também responsabilidade do homem perante Deus prova a sua liberdade. O homem é livre, os seus atos lhe são próprios.

Deus sempre tratou o homem como um ser responsável. Quem ler, ainda que superficialmente, o Novo Testamento, ficará impressionado com este fato. Todos os apelos feitos na Bíblia são apelos feitos por um Deus livre e soberano ao homem soberano e livre. Basta notarmos alguns destes apelos como prova da nossa asserção. «O vós, todos os que tendes sede, vinde às águas, e os que não tendes dinheiro, vinde, comprai, comei; sim, vinde, pois, comprai, sem dinheiro e sem preço, vinho e leite. Por que gastais o dinheiro naquilo que não pode fartar? Ouvi-me atentamente, e comei o bem, e a vossa alma se deleite com a gordura. Inclinaí os vossos ouvidos, e vinde a mim; ouvi, e a vossa alma viverá; porque farei um concerto perpétuo, dando-vos as firmes beneficências de Davi» (Isaías 55:1-3). «Vinde a Mim, todos os que estais cansados e oprimidos, e eu vos aliviarei» (Mateus 11:28). «E dizia a todos: Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, e tome cada dia a sua cruz, e siga-me» (Lucas 9:23). «E o Espírito e a esposa dizem:

Vem. E quem ouve, diga: Vem. E quem tem sede, venha; e quem quiser, tome de graça da água da vida» (Apocalipse 22:17).

Destas citações se depreende claramente que Deus nunca forçou a vontade do homem. Ele sempre o tratou como ser livre e responsável (veja-se Romanos 5:12-18).

Antes de passarmos a outro ponto da nossa discussão, precisamos considerar o fato de haver o pecado entrado neste mundo pela livre escolha do homem; e, naturalmente, é pela mesma porta que terá de sair. O homem voluntariamente permitiu que o pecado entrasse, e agora com a mesma liberdade que lhe é peculiar há de convidá-lo a retirar-se. Eis uma das razões por que Deus sempre faz apelo ao homem como ser livre. A liberdade do homem é um dos elementos mais preciosos no grande plano de Deus de criar a raça à sua imagem e semelhança. A Bíblia ensina, portanto, a liberdade do homem, reconhecendo, ao mesmo tempo, a soberania de Deus. Tanto uma como outra idéia são uma realidade e intimamente se relacionam, de modo importantíssimo, no tocante à salvação do homem. Segundo a Bíblia, Deus oferece livremente a salvação, e o homem, livremente, aceita-a ou rejeita-a, como queira. E' assim que operam, sem conflito, a soberania de Deus e a liberdade do homem. As duas se harmonizam na experiência da salvação.

1.4. A condição do homem perante Deus

Não se pode compreender perfeitamente a doutrina da salvação sem saber-se qual a condição do homem que dela necessita. Queremos, portanto, repetir, em poucas palavras, o que dissemos na discussão da doutrina do pecado. Segundo esta doutrina, o homem, apesar de criado corri todas as tendências para o bem, caiu, e não só perdeu a sua justiça original, como também corrompeu a própria natureza. Isto aconteceu com Adão quando a raça se resumia nele, isto é, quando a raça se compunha apenas de duas pessoas: Adão, o primeiro homem, e Eva, a primeira mulher.

Segundo declara o apóstolo Paulo em Romanos 5:12, devido ao pecado do primeiro homem, passou a morte a todos os outros, por isso que todos pecaram. «Pelo que, como por um homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, por isso que todos pecaram.» Desta asserção do Apóstolo se vê claramente que a condição do homem é a de morto, isto é, está morto o homem em seus pecados. «Assim que a lei é santa, e o mandamento santo, justo e bom. Logo tornou-se o bom em morte? De modo nenhum; mas o pecado, para que se mostrasse pecado, operou em mim a morte pelo bem; a fim de que pelo mandamento o pecado se fizesse excessivamente pecaminoso» (Romanos 7:12, 13). «Miserável homem que eu sou! quem me livrará do corpo desta morte?» (Romanos 7:24). «Porque o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna, por Cristo Jesus, nosso Senhor» (Romanos 6:23).

A melhor palavra que encontramos para exprimir a condição do homem natural é a palavra MORTO. Mas isto não quer dizer que por estar o homem espiritualmente morto deixa de existir, ou de agir de qualquer maneira; não, absolutamente. O homem morto espiritualmente age, mas age no erro. O morto vive no erro.

A morte espiritual é um tanto análoga à morte física, e talvez, por esta analogia, compreendamos melhor o que vem a ser morte espiritual. A morte física é a separação entre o corpo e o espírito. Quando o espírito abandona o corpo, o corpo morre, porque ele só pode viver enquanto o espírito nele habita. Segundo o verso 28 do capítulo 17 de Atos, o espírito se move e existe em Deus. Por isso, quando há separação entre o espírito e Deus, o espírito morre; porque, da mesma maneira que o corpo sem o espírito está morto, o espírito sem Deus está morto. E' justamente o que o pecado faz:

separou o homem de Deus, separou-o da vida. Comparativamente, o pecado atirou o peixe na praia e o homem na água, isto é, o pecado fez tudo ao contrário do que devia ser. Esta separação entre o homem e Deus, com todas as suas funestas conseqüências, é o que se chama morte espiritual.

Estas considerações confirmam o princípio estabelecido quando na discussão da soberania de Deus, a saber, que a iniciativa da salvação só pode partir de Deus. Isto é o que concluímos da tristíssima condição em que vemos o homem: morto. Separado de Deus, o homem está morto espiritualmente e impossibilitado, portanto, de tomar a iniciativa da salvação. O defunto espiritual é como o santo de casa: não faz milagres.

1.5. O trabalho reconciliatório de Jesus

Em nosso estudo acerca da soberania de Deus em sua relação com a salvação, se nos depara o glorioso fato de que Deus estava sempre ansioso por salvar o homem e dar-lhe a vida eterna. Por outro lado, no nosso estudo da liberdade e da condição do homem, achamos que ele pecou voluntariamente contra Deus, apesar de ser avisado de que tal pecado produziria a morte; por isso ainda mais se acentua a morte espiritual do homem no pecado. E, para que esta morte se não tornasse eterna, Deus, na Pessoa de seu unigênito Filho, veio a este mundo, tomou o lugar do homem e sofreu as conseqüências do pecado; morreu e foi ressuscitado, estabelecendo, assim, as bases de uma salvação universal. Há muitas passagens na Bíblia que falam desse trabalho propiciatório de Jesus Cristo. Do profeta Isaías temos as seguintes palavras: «Verdadeiramente ele tomou sobre si as nossas enfermidades, e as nossas dores levou sobre si; e nós o reputávamos por aflito, ferido de Deus, e oprimido. Porém, ele foi ferido pelas nossas transgressões, e

moído pelas nossas iniquidades: o castigo que nos traz a paz estava sobre ele», etc. (Isaías 53:4-12). Do apóstolo Paulo lemos: «O qual, sendo em forma de Deus, não teve por usurpação ser igual a Deus, mas aniquilou-se a si mesmo, tomando a forma de servo, fazendo-se semelhante aos homens; e, achado em forma como homem, humilhou-se a si mesmo, sendo obediente até a morte, e morte de cruz» (Filipenses 2:6-8). «Porque Cristo, estando nós ainda fracos, morreu a seu tempo pelos ímpios. Porque apenas alguém morrerá por um justo; pois poderá ser que pelo bom algum ouse também morrer. Mas Deus recomenda o seu amor para conosco, em que Cristo morreu por nós sendo nós ainda pecadores. Logo, muito mais agora, sendo justificados pelo seu sangue, seremos por ele salvos da ira. Porque se nós, sendo inimigos, fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida. E não somente isto, mas também nos gloriamos em Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, pelo qual agora alcançamos a reconciliação» (Romanos 5:6-11).

Bastam estas passagens para provar que o trabalho feito por Jesus Cristo enquanto estava na terra serve de base à nossa salvação. Ouçamos, contudo, ainda mais estas palavras do apóstolo Pedro, que não deixam dúvida alguma sobre o assunto: «Seja conhecido a vós todos, e a todo o povo de Israel, que em nome de Jesus Cristo, o nazareno, aquele a quem vós crucificastes e a quem Deus ressuscitou dos mortos, em nome desse é que este está são diante de vós. Esta é a pedra que foi rejeitada por vós, os edificadores, a qual foi posta por cabeça de esquina. E em nenhum outro há salvação, porque também debaixo do céu nenhum outro nome há, dado entre os homens, em que devamos ser salvos» (Atos 4:10-12).

1.6. O Espírito Santo em relação ao indivíduo

O Espírito Santo é chamado Espírito de Deus no Velho como em o Novo Testamento. Enfim, ele é Deus. O Espírito Santo foi enviado pelo Pai e pelo Filho para continuar a obra já iniciada por Jesus. E' o Espírito Santo a terceira Pessoa da Trindade de Deus que realmente inicia a salvação no homem. Jesus consumou a salvação e o Espírito Santo veio efetivar esta salvação proporcionada por Jesus Cristo. No Evangelho de João, capítulo 16:8-11, encontramos a explicação clara da obra do Espírito Santo na vida do incrédulo. Ele traz a convicção do pecado. Nesta iniciativa do Espírito Santo a liberdade do indivíduo é sempre respeitada. O homem não é salvo com o sacrifício de sua liberdade individual; a sua espontaneidade de ação não é prejudicada de modo algum. Em todos os atos de sua vida, e especialmente no de aceitar a Cristo como seu Salvador, ele está sempre em pleno gozo e posse de sua liberdade. Ainda mais, nesse ato de receber a graça do Espírito e aceitar a Cristo como Salvador o homem é mais soberano e mais livre que em qualquer outro ato de sua vida. O Espírito Santo persuade, constrange, conduz o homem, mas nunca lhe desrespeita a liberdade. E' mesmo admirável como Deus sempre respeita a liberdade do indivíduo em todas as suas relações com ele.

Em operar na alma do homem, o Espírito Santo usa como instrumento a verdade evangélica. E' o evangelho meio pelo qual o Espírito Santo regenera a alma. Esta verdade evangélica precisa ser plantada, depositada no coração do indivíduo. O Espírito Santo não trabalha num vácuo. O coração precisa ter um depósito das verdades evangélicas a fim de que o Espírito Santo possa operar. E então por meio da verdade evangélica que o Espírito Santo regenera.

1.7. A verdadeira idéia da salvação

Há diversas idéias a respeito da salvação. Queremos agora mencionar algumas das mais importantes e apontar a que está mais de acordo com a idéia apresentada por Jesus Cristo. Mencionaremos as seguintes:

1.7.1 Suponhamos que uma pessoa que não sabe nadar esteja prestes a afogar-se; mas, felizmente, na hora de maior aflição, aparece alguém que a salva de morte certa. Nesta figura da salvação se nos depara apenas um aspecto, um lado ou uma experiência na vida da pessoa salva. A sua salvação nada tem com o passado e

pode ser que não influa grandemente sobre o futuro. A pessoa salva continua na mesma maneira de viver, apenas sentindo-se grata a quem a salvou. Esta é uma idéia da salvação: ser alguém salvo da morte pela bondade de alguém.

1.7.2 Em segundo lugar, suponhamos que um escravo é condenado à morte por qualquer motivo, mas, vindo um homem bondoso, resgata-o e salva-lhe a vida. Vê-se que esta idéia é algo diferente da primeira, é um pouco mais rica; contudo, vem dar no mesmo no que diz respeito às conseqüências da salvação. Não há, necessariamente, qualquer mudança radical na vida do resgatado. Por meio de um resgate escapou à morte e toda a significação de sua pena está no passado. Não garante coisa alguma para o futuro.

1.7.3 Imaginemos, em terceiro lugar, um criminoso condenado à morte. Perdoa-lhe, porém, o governador, homem cheio de bondade e amor, e, desta maneira, escapa o criminoso à morte. Mas este perdão simplesmente garante ao réu o livramento do castigo merecido e o motivo do perdão acha-se tão-somente no governador. Não há no réu nenhuma mudança que o faça merecedor do perdão, que foi concedido só em razão da demência característica do governador. Quanto às conseqüências, são mais ou menos as mesmas que já tivemos ocasião de observar nos casos anteriores. É uma salvação toda no passado.

1.7.4. Falemos agora de um condenado que escapou à morte por ter sido substituído por outra pessoa. Condenado justamente, tinha fatalmente que morrer. Apresenta-se, porém, um amigo que se oferece para morrer em seu lugar, e, destarte, ele escapa à morte. Esta hipótese, como as demais, carece de muitas coisas essenciais a uma verdadeira idéia da salvação em Cristo Jesus. Todos os planos até agora ilustrados são planos pelos quais o homem escapa à morte. Todos eles encaram o passado apenas. Toda a glória da salvação já passou, resta apenas uma grata recordação na memória do salvo. Nenhuma destas idéias nem todas elas juntas podem exprimir a riquíssima idéia da salvação ensinada por Jesus Cristo. Precisamos, pois, citar mais uma, que é a única fiel e exata.

1.7.5 Falando diretamente sobre o assunto, exprimiu-se o nosso Mestre nestas palavras, encontradas em Lucas 9:24: «Porque qualquer que quiser salvar a sua vida, perdê-la-á; porém qualquer que, por amor de mim, perder a sua vida, a salvará.» Já se vê que é grande a diferença entre esta idéia e as demais.

Qual é, então, a idéia de Jesus sobre a salvação? Suponhamos que temos um grão de arroz na mão. É o único que existe no mundo, e queremos, por isso mesmo, salvá-lo. Como o conseguiremos? Por certo as idéias de salvação já referidas acima não nos poderão guiar; precisamos volver o rosto do passado para o futuro. Por um grande ato de fé, vamos perdê-lo primeiro, para salvá-lo depois. A sua salvação é uma questão do futuro e toda a sua glória está no futuro. Salvá-lo perdendo-o é exatamente o que nos queria ensinar Cristo com a declaração supra.

Quanto vale um grão de arroz? Ninguém pode dizê-lo. Planta-se um grão, colhem-se centenas deles; plantam-se quinhentos, colhem-se milhares sobre milhares; plantam-se milhares, e já ninguém fará conta da colheita. O valor de um grão depende, pois, do número de vezes que se plante. Se plantássemos um grão de arroz e as suas colheitas durante cem anos, creio que nem no mundo inteiro caberia o produto da última colheita. Quando se trata de salvar um grão de arroz, não se alude à salvação daquele grão somente, mas também a todo fruto que dele provém no transcurso dos anos. Quando se salva um, salva-se o resto. Esta idéia de salvação, portanto, contempla mais o futuro do que o passado. Não estamos salvos tanto de uma coisa como para alguma coisa. Esta idéia de salvação considera não o que se passou, o que já se foi, mas o que há de vir, o que há de ser. A verdadeira idéia da salvação é, portanto, aquela que contempla mais o futuro do que o passado, mais aquilo para o que somos salvos do que aquilo de que fomos salvos.

A salvação ensinada por Jesus acentua mais o céu com toda a sua glória do que o inferno com todo o seu horror. Não somos salvos apenas por escapar à morte, mas para gozar a vida. Somos salvos para sermos

semelhantes a Deus, e não apenas por escaparmos às conseqüências dos nossos pecados. Na primeira Epístola de João 3:2, temos a verdadeira idéia da salvação, que se combina perfeitamente com a definição dada por Jesus em Lucas 9:24; ei-la: «Amados, agora somos filhos de Deus, e ainda não é manifestado o que havemos de ser. Porém sabemos que, quando se manifestar, seremos semelhantes a ele; porque assim como é o veremos.» A verdadeira idéia da salvação é, portanto, positiva, ao invés de negativa. Contempla mais o futuro do que o passado. O maior gozo do salvo consiste em se transformar e se tornar mais e mais semelhante a Jesus Cristo. A maior glória desta salvação consiste no que haveremos de ser, e não somente em termos escapado à morte.

2. DUAS COISAS QUE DETERMINAM O PREPARO DO INDIVÍDUO PARA ACEITAR A SALVAÇÃO

Antes de entrarmos na discussão dos elementos que constituem a Preparação, é preciso que mencionemos duas coisas que determinam preparo do indivíduo para aceitá-la. Estas duas coisas são: a chamada divina para o arrependimento e a convicção do pecado. Façamos algumas considerações a respeito das mesmas na ordem mencionada.

2.1. A chamada divina

Entende-se aqui não a chamada feita aos crentes para pregar o evangelho, mas a chamada feita ao pecador para aceitar o evangelho. As seguintes passagens da Bíblia provam a saciedade que há uma chamada neste sentido: Ezequiel 33:11, Isaías 55:7, Mateus 11:28, Marcos 16:15, Romanos 8:30, Apocalipse 22:17 e muitas outras que poderíamos citar. Vê-se distintamente nestas passagens que a chamada ao arrependimento é universal e sem distinção de classes ou de raças. Deus chama todos ao arrependimento.

A pregação do evangelho é o meio pelo qual Deus chama o homem ao arrependimento. Assim diz o apóstolo Paulo, escrevendo aos coríntios: «...aprouve a Deus salvar os crentes pela loucura da pregação» (1 Coríntios 1:21). «Porém para os que são chamados, tanto judeus como gregos, lhes pregamos a Cristo, poder de Deus, e sabedoria de Deus» (1 Coríntios 1:24).

As palavras que seguem são do mesmo apóstolo, escrevendo aos Romanos: «Porque todo aquele que invocar o nome do Senhor será salvo. Como, pois, invocarão aquele em quem não creram, e como crerão naquele de quem não ouviram? e como ouvirão, se não há quem pregue? e como pregarão, se não forem enviados? Como está escrito: Quão formosos são os pés dos que anunciam a paz, dos que anunciam coisas boas!... De sorte que a fé é pelo ouvir, e o ouvir pela palavra de Deus» (Romanos 10:13-17). Assim, somos todos chamados ao arrependimento pela pregação do evangelho.

A pregação do evangelho consta pelo menos de duas coisas, a saber: a) Pregação. Pregar é proclamar a verdade evangélica, é explicar ao homem o que ensina a Bíblia acerca das coisas essenciais à salvação. Isto pode ser feito à viva voz, pela imprensa e ainda de muitas outras maneiras. O essencial é fazer ciente o indivíduo do que ensinam os Evangelhos; é levar a verdade evangélica ao conhecimento do homem; é fazer conhecido o propósito divino para com a humanidade. Pregar é proclamar, é ensinar, é fazer conhecida a verdade que há em Cristo Jesus. Porém é ainda mais do que isto. b) Apelo. O segundo elemento da pregação é o apelo que se faz ao homem, tendo por fim induzi-lo a aceitar o evangelho e a viver de acordo com os seus salutarens ensinamentos. Ensinar só não é pregar. Há muita diferença entre o professor e o pregador. Na pregação deve esclarecer-se a verdade o melhor possível e fazer-se então o apelo a fim de induzir a pessoa a decidir-se. Mastigar o alimento não mata a fome, ter a água na boca não sacia a sede; nem tampouco a compreensão intelectual da verdade evangélica basta para encaminhar a pessoa à salvação. O pregador precisa explicar o melhor que puder, e então deve esforçar-se por mover a vontade do ouvinte a uma decisão para viver de acordo com a verdade que lhe foi explicada.

Naturalmente, para tão grande tarefa, não bastam ao pregador seus próprios esforços, senão também o auxílio do Espírito Santo. Há pregadores que não passam de explanadores da Palavra de Deus, e, às vezes, são maus explanadores; quando deviam não só explicar, como também apelar com veemência ao indivíduo a fim de induzi-lo a aceitar a verdade proclamada.

2.2. A convicção do pecado

O segundo ponto de que desejamos falar é a convicção do pecado. Esta convicção é resultado do trabalho do Espírito Santo no coração humano. Ele desperta no homem o conhecimento de sua culpa e o da própria condenação por causa da incredulidade. Referindo-se Jesus à vinda do Espírito Santo, disse, como se encontra escrito em João 16:8-11: «E, quando ele vier, convencerá o mundo do pecado, e da justiça, e do juízo. Do pecado, porque não creram em mim; da justiça, porque vou para meu Pai, e não me vereis mais; e do juízo, porque já o príncipe deste mundo está julgado.»

Três coisas podemos considerar no tocante ao trabalho do Espírito Santo em convencer o mundo. Consideremo-las.

2.2.1. Convencer não é uma palavra que se refere apenas ao intelecto, porque a obra do Espírito Santo é mais do que simples' mente intelectual. Ela envolve e abrange a pessoa em seu todo. O Espírito Santo convence o homem, isto é, o homem fica inteiramente convicto da sua condenação.

2.2.2. Esta convicção, operada pelo Espírito Santo, relaciona-se intimamente com Jesus em três sentidos: Vejamos: a) A falta de fé em Jesus é o pecado do qual o Espírito Santo convence o homem. Em certo sentido, é a incredulidade a raiz principal de todos os pecados. O homem furta, rouba, mata por não crer em Jesus. Desde o momento em que creia em Jesus, ele deixa de perpetrar todos estes crimes. O Espírito Santo, portanto, no seu trabalho de convencer o mundo do pecado, convence-o da base do pecado, que é a incredulidade. Sobre este ponto encontramos em João 3:18 o seguinte: «Quem crê nele não é condenado; mas quem não crê já esi á condenado; porquanto não crê no nome do unigênito Filho de Deus. » b) Da injustiça convence também o Espírito Santo o inundo. Isto se relaciona muito intimamente com Jesus, porque é da justiça dele que o mundo é convencido. Sabemos que o mundo crucificou a Jesus Cristo, reputando-o um malfeitor, mas o Espírito Santo há de mudar este juízo errôneo e criminoso concernente a Jesus. Ele há de convencer o mundo de que Cristo era verdadeiramente o Messias prometido, o mais justo de todos os homens, de cuja justiça carecemos nós todos. Na sua Epístola aos Filipenses 3:9, o apóstolo Paulo salienta bem esta verdade, quando diz: «E seja acha do nele, não tendo como minha justiça a que vem da lei, mas a que vem pela fé em Cristo, a saber, a justiça que vem de Deus pela fé.» O Espírito Santo convence o homem de que a sua justiça não serve e de que a justiça de Deus pode salvá-lo da condenação. c) O Espírito Santo produz no homem a convicção de que aquele que despreza a justiça será não somente julgado, senão também condenado. No Evangelho de João 3:17 lemos: «Porque Deus enviou o seu Filho ao mundo, não para que condenasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele.» Mas também lemos, logo no verso seguinte, que «quem não crê já está condenado», O Espírito Santo convence o homem do juízo que haverá por certo entre o pecado e a justiça. A justiça será exaltada, ao passo que o pecado condenado.

2.2.3. A convicção da esperança. Em terceiro lugar queremos estabelecer que a convicção do pecado trazida pelo Espírito Santo é uma convicção de esperança, porque ela se relaciona com Cristo. Não fora este fato, ficaria o pecador acabrunhado, porque tal convicção, sem estar relacionada com Cristo, nada mais seria que a triste realidade do pecado, da justiça e do juízo. Surge, porém, uma firme esperança de salvação, porque o fim desta convicção não é lançar o mundo no desespero, senão levá-lo aos pés de Jesus Cristo. O fim da convicção não é condenação, mas, sim, salvação. Nesta verdade está a glória do evangelho. O Espírito Santo, pois, convence não para condenar, mas para salvar o mundo. Este é o único fim da vinda de

Jesus, segundo nos revela o verso 17 do capítulo 3 do Evangelho de João: «Porque Deus enviou o seu Filho ao mundo, não para que condenasse o mundo, mas para que o mundo fosse salvo por ele.»

3. A ORDEM DE SALVAÇÃO

A salvação envolve ação por parte do homem e por parte de Deus. Qual a ordem cronológica destas ações? Por exemplo: o homem crê e o Espírito Santo o regenera. Que vem primeiro, a fé ou a regeneração? Acho que tal questão não deve tomar o nosso tempo, porquanto não podemos resolvê-la. Se no homem a regeneração vem primeiro, temos, neste caso, um descrente regenerado; mas na hipótese contrária, se a fé vem primeiro, isto é, se o homem crê antes de ser regenerado pelo Espírito, temos um crente não regenerado, o que seria contra todos os ensinamentos do Novo Testamento e contra a experiência que temos tido da vida cristã. Não cogitemos, portanto, duma ordem cronológica. Completa-se a fé na regeneração e a regeneração realiza-se quando o homem crê. São estes os dois lados de uma mesma coisa, parte feita por Deus, parte pelo homem. Há na salvação a mais íntima cooperação entre Deus e o homem.

Julgamos que talvez seja melhor adotar certa ordem lógica para melhor êxito do nosso estudo. Começemos, portanto, com a parte que toca ao homem na sua salvação, o que provavelmente facilitará a nossa compreensão, visto como tocaremos, assim, na própria experiência de cada um de nós. Arrependimento é o primeiro ponto de que trataremos em nossa discussão do assunto.

3.1. Arrependimento

Diversas são as maneiras de exprimir da Bíblia concernentes ao começo da vida cristã. Em 1 Tessalonicenses 1:9 encontramos as seguintes palavras: «Porque eles mesmos anunciam de nós qual a entrada que tivemos para convosco, e como dos ídolos vos convertestes a Deus, para servir ao Deus vivo e verdadeiro.» Neste caso o começo da vida cristã consiste em volver-se dos ídolos para servir ao Deus verdadeiro. As vezes, como em Romanos 6:11, o começo da vida cristã consiste em morrer para o pecado: «Assim também vós considerai-vos como mortos para o pecado, mas vivos para Deus em Cristo Jesus nosso Senhor.» Segundo Efésios 5:14, consiste em deixar o homem velho. Conforme o Evangelho de João 3:3, o começo da vida cristã consiste em um novo nascimento. A palavra, porém, que substitui todas estas expressões é arrependimento.

É impossível exagerar-se a importância do assunto. «Arrependei-vos» era a principal pregação de João Batista e do próprio Jesus. Tanto a pregação de João Batista como a de Jesus e a dos discípulos sintetizavam-se na seguinte exortação: «Arrependei-vos, porque é chegado a vós o Reino dos céus.» As seguintes passagens da Bíblia confirmam de sobejo esta nossa asserção: Mateus 3:1, 2; Marcos 1:15 e 6:12; Atos 2:38.

Que é, então, arrependimento? O verdadeiro arrependimento envolve a pessoa toda, todo o seu ser, toda a sua personalidade. Arrependimento não é apenas mudança de pensamento. Já vimos, na nossa discussão acerca do homem, que ele é um ser que pensa, sente e quer, e que tem os poderes de consciência e direção própria. Ora, visto que o arrependimento envolve a personalidade toda, abrange também os poderes que a constituem. Sendo assim, podemos estudar os efeitos do arrependimento em cada um destes poderes separadamente, e é exatamente o que vamos realizar.

Adota-se, em geral, no estudo do arrependimento, o método sintético, isto é, estuda-se o arrependimento como um todo. Nós, porém, preferimos usar do método analítico, que trata dos efeitos do arrependimento em cada um dos poderes da personalidade separadamente. Este método parece-nos mais fácil à compreensão.

3.1.1. O arrependimento considerado intelectualmente. Intelectualmente falando, o arrependimento é uma mudança na maneira de pensarmos em Deus, em nosso pecado e em nossas relações com o nosso próximo. Não queremos dizer com isso que haja uma mudança em nosso poder de pensar; apenas reconhecemos que em nosso modo de pensar verifica-se uma radical mudança. O homem arrependido encara tudo sob um novo ponto de vista. Não muda o poder de pensar, isto é, a pessoa não se torna nem mais nem menos inteligente, não adquire capacidade de raciocínio; unicamente se transforma o seu modo de pensar. O arrependido condena hoje o que aprovava ontem. Não se enche de razão própria, porque reconhece que toda razão está com Deus, contra quem até então há pecado. O homem chega a provar que estava no erro. Condena-se, ao invés de justificar-se. Medita na lei do Senhor, ao invés de meditar nas coisas materiais. Pelo arrependimento, faz o homem um despejo geral daquela velha mobília intelectual e remobila o cérebro com pensamentos inteiramente novos. Antes do seu arrependimento, o seu tesouro intelectual era composto de coisas materiais corruptíveis deste mundo; agora, consiste de coisas espirituais e eternas. Pelo arrependimento, o homem muda completamente o seu modo de pensar e de encarar a série de problemas que compõem a vida. No arrependimento, ele adota a atitude de Deus e o seu modo de pensar relativamente ao pecado e à vida. De sorte que o arrependido vê as coisas já não prejudicadas em sua realidade pelas imperfeições da carne, mas em sua perfeição, porque as vê através dos olhos de Deus, e daí a mudança que se opera em todo o seu ser, de um modo radical.

3.1.2. O arrependimento também abrange certos elementos emocionais. Isto é, ele envolve os sentimentos da personalidade. O homem arrependido dos seus pecados deixa de amar ou apreciar o que antes amava ou apreciava. O prazer deixa de fixar-se nas coisas terrenas deste mundo para descansar nas celestiais. O arrependimento verdadeiro sempre traz esta mudança no poder de sentir, sendo às vezes acompanhado de profunda tristeza. Naturalmente essa tristeza varia de indivíduo para indivíduo, mas há sempre, no arrependimento, esse elemento de tristeza, porque é nesse ato que o homem reconhece que não tem andado bem diante de Deus nem tem correspondido à sua bondade. E quando ele chega a provar que Deus é bom, e a reconhecer-se, ao mesmo tempo, tão ruim, tão ingrato, tão infiel.

No arrependimento, portanto, o homem pensa e sente mais em relação a Deus do que em relação ao feio pecado que tem cometido. Isto não quer dizer que o arrependido não chora os seus pecados, porque os choram todos os que realmente se arrependem; porém o que entristece mais é a realização da maneira por que se tem orientado até então em relação a Deus. Por exemplo, a esposa infiel que chega a perder o amor e o respeito a seu marido bom e fiel, que chega a quebrar os laços que os unem, que desfaz o lar e lança a família na vergonha, naturalmente chora seus pecados; entretanto, o que mais lhe dói na alma é o seu procedimento indigno para com o marido.

O elemento emocional é sempre o elemento preponderante no arrependimento. O arrependido chora os seus pecados, mas chora ainda mais a falsa atitude que antes mantinha para com Deus. Em outras palavras, o arrependimento verdadeiro fixa os olhos do arrependido mais em Deus do que no pecado cometido. No mui conhecido Salmo 51, chora Davi os seus pecados, porém, lamenta muito mais a sua infidelidade diante de Deus. «Tem misericórdia de mim, ó Deus, segundo a tua benignidade apaga as minhas transgressões segundo a multidão das tuas misericórdias. Contra ti, contra ti somente pequei, e fiz o que é mau à tua vista, para que sejas justificado quando falares e puro quando julgares» (Salmos 51:1-4).

3.1.3 A mudança na vontade é o terceiro elemento no arrependimento. Antes de arrepender-se, o homem quer fazer a própria vontade, quer dirigir-se a si mesmo, quer andar no seu próprio caminho. No arrependimento, porém, quer ele fazer a vontade de Deus, quer ser dirigido por ele, porque está convencido de que a vontade e a direção de Deus lhe são melhores do que a vontade e a direção a que, até então, subordinara a sua vida. O arrependimento cria um novo propósito na vida do homem. O arrependido decide abandonar o pecado e seguir a Jesus. Esta mudança na vontade do homem é, de fato, o elemento mais

importante no arrependimento. No Evangelho de Lucas 9:23, encontramos estas palavras de Jesus: «Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, tome cada dia a sua cruz e siga-me.» No arrependimento, geralmente dá o homem este primeiro passo indicado por Jesus, isto é, quer vir após Jesus.

Agora, não se deve confundir arrependimento com a tristeza ou com o choro. O choro do ladrão apanhado em flagrante nem sempre indica arrependimento. Verdade é que o ladrão muitas vezes chora e lamenta a sua situação, mas, não raro, chora mais pelo fato de haver sido apanhado no seu pecado, não havendo nele nenhum novo desejo, nenhuma mudança quanto ao modo de pensar relativamente ao roubo ou ao modo de encarar os bens alheios. Continua, por isso, a ser a mesma pessoa, com as mesmas idéias, com o mesmo modo de pensar e com as mesmas intenções. Não há nele nenhuma mudança quanto ao modo de encarar a vida, nenhuma mudança quanto à sua vontade, e, embora chore os seus pecados, não o faz, entretanto, com o propósito de abandonar o seu modo de vida, para abraçar outro, que seja reto e honesto. O seu chorar, portanto, não deve ser, de modo algum, confundido com o arrependimento de que fala a Bíblia.

3.1.4 O arrependimento atinge também a consciência do indivíduo, tornando-o consciente do seu pecado diante de Deus. Antes de arrepender-se, não reconhece isto e procura justificar-se, mas, pelo arrependimento verdadeiro, o homem reconhece a sua tristíssima posição diante de Deus. O arrependimento verdadeiro exerce, portanto, grande influência sobre o homem para buscar a salvação.

3.1.5 Devemos notar ainda que o arrependimento é o resultado da graça de Deus na alma do pecador. A bondade de Deus leva o homem ao arrependimento. No verso 4 do capítulo 2 da Carta aos Romanos encontramos estas palavras: «Ou desprezas tu as riquezas da sua benignidade, e paciência, e longanimidade, ignorando que a benignidade de Deus te leva ao arrependimento?» Diz-nos mais o verso 31 de Atos 5 que Cristo foi exaltado para dar a Israel o arrependimento e a remissão do pecado. «Deus, com a sua destra, o elevou a Príncipe e Salvador, para dar a Israel o arrependimento e a remissão dos pecados.»

Deus emprega diversos meios a fim de trazer os homens ao arrependimento, tais como a pregação do evangelho, a vida dos crentes, a influência benéfica da Igreja, a morte física e tudo o mais que pode levar a verdade ao coração humano. Deus por tudo e em tudo chama o homem ao arrependimento.

Ainda duas coisas mais consideramos aqui no tocante ao arrependimento. a) A primeira é que a atitude assumida pelo homem no arrependimento torna-se permanente. Como já notamos, o arrependido toma a mesma atitude de Deus para com o pecado, e essa atitude é uma coisa fixa e permanente na vida do arrependido. Não devemos, porém, pensar que, por ser permanente essa atitude do homem relativamente ao pecado, o arrependido a tem uma vez na vida, pois, devido ao fato de que o arrependido tem a mesma atitude que Deus tem concernente ao pecado, todas as vezes em que pecar há de arrepender-se. O arrependimento sempre segue o ato de pecar na vida do crente verdadeiro. A pessoa em cuja vida não se verifica o arrependimento deve emendar-se, cultivar a arte de arrepender-se do pecado. Davi, não obstante cometer muitos pecados, e alguns assaz graves, sempre achou lugar para o arrependimento. Pecou, mas se arrependeu e Deus lhe perdoou. b) A segunda consideração que queremos apresentar é que o arrependido identifica-se com Deus na sua atitude para com o pecado. Por isso o arrependido renuncia, odeia o pecado e almeja livrar-se dele, exclamando como o apóstolo Paulo: «Quem me livrará do corpo desta morte?» E, quando o homem assim procede, é bom sinal de que o Espírito Santo já começou a obra de regeneração na sua alma. Esta é uma das razões por que a Bíblia insiste no arrependimento. E também o tema e motivo da pregação do Batista e daquele a quem ele antecedeu no ministério: «Arrependei-vos, porque é chegado o reino do céu.» Relativamente, Deus só pode perdoar ao homem quando este se arrepende deveras. Preguemos, por isso, a necessidade universal de arrependimento e a necessidade que tem o homem de tomar a mesma atitude que Deus tem para com o pecado.

3.2. Fé

A fé ocupa posição central na religião da Bíblia. Ela ocupa um lugar central tanto no Velho como no Novo Testamento; ela é tão rica, tão extensiva e de tão grande alcance, que é mais fácil descrevê-la que defini-la. Sigamos, portanto, o método descritivo, e bem pode ser que, depois da descrição, estejamos em condições de tentar uma definição da fé.

Todas as coisas existentes podem ser classificadas em dois grupos: o que está dentro do homem, e o que está fora dele. Ao que está dentro do homem chamemos mundo subjetivo, e ao que está fora chamemos mundo objetivo. Ambos estes mundos são mui vastos e encerram mistérios inteiramente desconhecidos. O mundo objetivo abrange o céu, a terra, Deus, Jesus Cristo e tudo, enfim, quanto está fora do homem. Tudo o que nos representa um objeto pertence ao mundo objetivo; e tudo quanto está em nós pertence ao mundo subjetivo.

O mundo objetivo é muito mais conhecido, porque temos mapas do céu, da terra e até do mar; mas do mundo subjetivo, que é vastíssimo, mui pouco conhecemos. Só Jesus é quem sondou convenientemente as profundezas do mundo subjetivo e revelou os mistérios da alma feita à imagem de Deus. A Bíblia é a geografia da alma.

No mundo subjetivo há apenas necessidades e poderes pessoais. É bom que tenhamos isto sempre em mente. No mundo subjetivo, isto é, na alma do homem, encontramos somente apetites, desejos, fome, sede, saudades, poderes pessoais, etc. A fome indica necessidade de alimento, a sede indica necessidade de água, a saudade revela necessidade de companheiros, etc., e assim vemos que só necessidades enchem o mundo subjetivo, onde se não encontra satisfação para nenhuma delas. Devemos reter bem na memória esta verdade: que a alma do homem está cheia de necessidades, aspirações, desejos e que nele próprio não se encontra satisfação para nenhuma delas.

E no mundo objetivo que encontramos a satisfação de todas as necessidades do mundo subjetivo. Acharmos no mundo subjetivo a fome, no objetivo o pão; no subjetivo a sede, no objetivo a água; no subjetivo o desejo de saber, no objetivo a verdade. Enfim, para cada necessidade que se verifica no mundo subjetivo, encontramos a adequada satisfação no mundo objetivo, por isso que Aquele que criou os céus e a terra criou também a alma humana.

Estes dois mundos são interdependentes: o mundo subjetivo depende do mundo objetivo, e o mundo objetivo depende do mundo subjetivo. O progresso de um depende do progresso do outro. «Alma do progresso é o progresso da alma.» O mundo objetivo depende do mundo subjetivo para o seu progresso, e o mundo subjetivo depende do mundo objetivo para a satisfação de suas necessidades. Cortado o mundo subjetivo do objetivo e dele desligado, e separado este dos poderes daquele, ficam estacionários. Cada um, portanto, necessita grandemente do outro; e, relacionados, satisfazem, mutuamente, às necessidades de ambos.

Qual o meio, então, por que se ligam estes dois mundos de maneira a satisfazer às necessidades recíprocas? Qual a ponte por onde passam os poderes do mundo subjetivo para o objetivo, e os bens do mundo objetivo para o subjetivo? Como se pode estabelecer um intercâmbio entre estes dois mundos, para mutuamente se completarem?

Vê-se claramente que a relação entre estes dois mundos é problema da mais alta importância e que a ponte que os liga é de incalculável valor, assim para um como para o outro. Achar a solução desse problema é lançar as bases tanto para a vida como para o progresso.

A fé é o meio pelo qual se ligam estes dois mundos. E pela fé que se estabelece o intercâmbio entre o mundo objetivo e o subjetivo. Convém notar que não estamos afirmando que a fé estabelece o intercâmbio entre os dois mundos, mas que este intercâmbio só estabelece pela fé. Pela fé não só o homem reconhece a sua necessidade, senão também procura achar a satisfação que para ela existe no mundo objetivo. Exemplos: Pela fé reconhece o homem a sua fome e pela fé age em busca da satisfação da fome no mundo objetivo; pela fé ele reconhece a necessidade de aprender, sente a sede de ciência, e pela mesma fé bate à porta do mundo objetivo, em busca da verdade; pela fé ele reconhece a necessidade de um Salvador, e pela fé procura a salvação em Jesus Cristo. Não chega o homem a satisfazer a nenhuma das suas necessidades, senão pela fé. Assim o homem em geral, como o justo em particular, vivem pela fé. Todas as fases da vida são um resultado da fé. Sem fé, não há, nem pode haver vida.

Notemos, aqui, mais particularmente a maneira por que a fé opera. Diz a Bíblia que somos salvos pela fé. Como é isto? Como pode a fé salvar o homem? Ilustremos, para melhor compreensão. Pela fé reconhece o homem que tem sede e que necessita de água, e a mesma fé que lhe revelou essa necessidade leva-o a procurar a água e bebê-la. Bebendo-a, o homem entrega verdadeiramente o corpo à ação da água, como que a dizer-lhe: Água, entra em mim, faz a tua vontade, expulsa do meu corpo a sede e salva-me da morte. E a água, já por sua natureza, já por estar o corpo inteiramente submisso ao seu poder, opera no homem a desejada mudança, expulsa-lhe do corpo a sede e prolonga-lhe a vida. Vê-se, daí, que a obra da fé na salvação é estabelecer o contato entre a necessidade e a satisfação: entre a água e a sede. O mesmo processo se realiza quando o homem exerce a sua fé em Cristo Jesus. Pela fé reconhece o homem a necessidade de salvação, e pela mesma fé é ele levado a crer em Cristo Jesus. Quando o homem crê, entrega-se pelo mesmo ato a Jesus, dizendo: Mestre, entra em meu coração, faz em mim a tua vontade, todo o meu ser está à tua disposição. E, devido à sua natureza e aos seus poderes, e por já lhe haver sido entregue a alma, Jesus opera a salvação e torna-se realmente o Salvador. E assim que pela fé somos salvos por Jesus. A fé conduz-nos ao Salvador. A fé coloca a verdade na mente e Jesus no coração. A fé liga a necessidade à salvação, o pecador ao Salvador.

Mas a fé ainda faz mais do que isto, porque, como já vimos, o mundo objetivo, para o seu progresso e desenvolvimento, necessitados poderes pessoais que residem no mundo subjetivo. A fé é a ponte que dá passagem a estes poderes do mundo subjetivo para o mundo objetivo, onde eles operam, constantemente, a sua transformação. Jesus tinha isto em mente quando disse: «Porque, na verdade, vos digo que, qualquer que disser a este monte, ergue-te, lança-te ao mar, e não duvidar no seu coração, mas crer que se fará aquilo que disser, tudo o que disser lhe será feito.» Todos os grandes empreendimentos, assim do passado como de hoje, são monumentos de fé, porque todo o progresso material, intelectual e espiritual é nela baseado. Assim sendo, o coração de todo o progresso é o progresso de todo o coração. Não admiremos, por isso, do dizer das Escrituras: «Sem fé é impossível agradar a Deus.»

Antes de concluirmos a discussão sobre a fé, precisamos notar (IUC ela traz sempre os maiores e mais perfeitos conhecimentos. Há uma idéia, aliás muito comum, de que o homem deve andar pela luz da razão enquanto esta lhe pode servir de guia; onde, porém, a razão não pode penetrar, ele tem de andar às apalpadelas, pela fé, como se fora a fé coisa falha e contrária ao verdadeiro conhecimento. Idéia errônea esta. Pela fé não anda o homem de olhos fechados; o que acontece é justamente o contrário. A fé é que produz a maior certeza, que derrama maior luz e que dá maior orientação na vida. Quem anda pela fé não erra, antes acerta com o caminho.

Da seguinte maneira podemos ilustrar o conhecimento trazido Pela fé: Conhecemos matemática por um processo puramente intelectual. A matemática é apenas uma ciência da cabeça. Pode dizer-se, portanto, que se conhece matemática somente do pescoço Para cima. A compreensão das matemáticas envolve apenas uma parte da pessoa. Mas o mesmo não se dá no tocante ao conhecimento que o indivíduo tem de sua mãe.

Este conhecimento é muito mais íntimo e seguro do que o conhecimento da matemática. Mais fácil é duvidar da matemática do que duvidar do amor de mãe, e a razão disso é que o conhecimento que o indivíduo tem de sua mãe envolve mais do que simplesmente as faculdades intelectuais, isto é, envolve também os seus sentimentos. O conhecimento que adquirimos pela própria experiência com a nossa mãe é mais seguro, mais real e mais poderoso. Podemos dizer que o conhecimento que temos de nossa mãe envolve tanto as faculdades intelectuais como as sentimentais. Isto é, este conhecimento abrange-nos totalmente, desde o coração até o alto da cabeça. O verdadeiro conhecimento não vem só por uma faculdade, senão por duas; e é por isso que há maior certeza e menor possibilidade de duvidar.

O conhecimento trazido pela fé é um conhecimento experimentado e provado pela personalidade inteira. Salvo pela fé em Jesus, o crente sabe disso desde as plantas dos pés até o alto da cabeça, porque o ato de crer em Jesus envolve toda a personalidade. O ato supremo que a pessoa pode praticar é ter fé em Jesus, e esta fé lhe traz uma certeza inabalável. Ela pode duvidar de tudo, menos desse conhecimento que todo o seu ser apóia e proclama. E mais fácil, como dissemos acima, duvidar do conhecimento da matemática que do conhecimento da nossa mãe, que do conhecimento da salvação que temos em Jesus Cristo. Este é o mais seguro, o mais perfeito e nos é trazido pela fé. Quem anda pela fé anda na luz. Quem conhece pela fé adquire o conhecimento mais perfeito. É mesmo como disse o apóstolo Paulo: «Eu sei em quem tenho crido, e estou certo que é poderoso para guardar é meu depósito até aquele dia.» Por isso, «a fé é o firme fundamento das coisas que se esperam, a prova das coisas que se não vêem.»

3.3. Conversão

Conversão é a palavra usada para exprimir o ato do pecador, abandonando o pecado, para seguir a Jesus. A conversão inclui arrependimento e fé; isto é, inclui o ato de abandonar o pecado e o de seguir a Jesus, aceitando-o como Salvador.

Convém notar que a conversão não se refere à mudança operada na vida da pessoa pelo Espírito Santo. Não se deve confundir jamais conversão com esta mudança.

Conversão é simplesmente uma manifestação ou uma prova dessa mudança. Por isso o convertido é o indivíduo no qual a graça de Deus já está operando. O convertido já se está transformando na semelhança de Jesus Cristo. A conversão é o resultado da graça de Deus criando o homem em Jesus Cristo. «Ressuscitando Deus a seu Filho Jesus, primeiro o enviou a vós, para que nisso vos abençoasse, e vos desviasse, a cada um, das vossas maldades» (Atos 3:26; examinem-se ainda as seguintes passagens: Salmos 51:10 e Ezequiel 36:26).

A conversão é também o resultado da liberdade do homem. E um ato praticado pelo próprio homem. Na conversão, ele escolhe uma vida nova em resposta aos apelos que lhe são feitos pelo evangelho. «Tomai-vos à minha repreensão; eis que abundantemente vos derramarei do meu Espírito e vos farei saber as minhas palavras» (Provérbios 1:23). «Convertei-vos, pois, àquele contra quem os filhos de Israel se rebelaram tão profundamente» (Isaías 31:6). «O tempo está cumprido, e o reino de Deus está próximo. Arrependi-vos, e crede no evangelho» (Marcos 1:15). Podem ser examinadas ainda as seguintes passagens: Ezequiel 14:6, Atos 2:38-41, Filipenses 2:12, 13.

A conversão pode e deve repetir-se todas as vezes em que o homem pecar e afastar-se de Deus, porque ela consiste no ato de abandonar o pecado e aproximar-se de Deus. «Disse também o Senhor: Simão, Simão, eis que Satanás vos pediu para vos cirandar como trigo; mas eu roguei por ti, para que a tua fé não desfaleça; e tu, quando te converteres, conforta a teus irmãos» (Lucas 22:31, 32; veja-se João 3:10).

Emprega-se, geralmente, a palavra conversão para significar aquela primeira experiência do homem, abandonando o pecado para seguir a Jesus Cristo. A conversão, além de envolver arrependimento e fé,

como já vimos, inclui também o ato do pecador em deixar o pecado e entregar-se a Jesus a fim de ser salvo por ele.

3.4. Regeneração

Na Epístola aos Efésios, do apóstolo Paulo, capítulo 2 e dois primeiros versículos, encontram-se as seguintes palavras: «E vos vivificou, estando vós mortos pelas ofensas e pecados, em que dantes andastes segundo o curso deste mundo, segundo o príncipe da potestade do ar, do espírito que agora opera nos filhos da desobediência.» Descrevem estas palavras o homem natural e o homem regenerado. O natural é o morto no pecado e o regenerado é o vivificado por Jesus Cristo. Também em II Coríntios 5:7 lemos mais estas palavras do mesmo Apóstolo: «Assim que, se alguém está em Cristo, nova criatura é: as coisas velhas já passaram; eis que tudo está feito novo.» E no verso 18 deste mesmo capítulo lemos: «E tudo provém de Deus.»

Ainda é o mesmo apóstolo que fala, escrevendo aos Romanos:

«Assim que agora nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus, que não andam segundo a carne, mas segundo o espírito» (Romanos 8:1). Diante destas passagens aqui citadas, cremos que é possível tentar uma definição da regeneração,

A regeneração é uma mudança radical, operada pelo Espírito Santo na alma humana ou na própria pessoa, por meio do evangelho, e na qual a disposição moral do homem se torna semelhante à de Deus, tornando-se o homem unido com Jesus Cristo. Todas as definições têm de ser, naturalmente, falhas, de certo modo, e assim é no caso presente, porque é tão maravilhosa a experiência da regeneração que não há definição que exprima tudo quanto ela encerra. cremos, porém, que a definição que acabamos de dar inclui os pontos principais, a saber:

3.4.1 Regeneração é uma mudança radical operada pelo Espírito Santo na vida do homem. Já vimos que o homem naturalmente está morto pelas ofensas e pecados. E um ser carnal e se inclina, portanto, para as coisas da carne. E um homem cujo viver é deste mundo; isto é, o homem natural está vivo para o pecado, para a carne, para o mundo, mas morto para Deus. Assim sendo, certamente ele não pode salvar-se a si próprio. Só o Espírito de Deus pode regenerá-lo. O morto espiritual não tem forças para regenerar-se. A transformação da natureza moral só pode ser realizada pelo Espírito Santo, devido à condição em que se acha o homem natural. Concluimos, então, do que ficou dito, que o Espírito Santo é o Autor da regeneração.

3.4.2 A verdade evangélica é o instrumento usado pelo Espírito Santo na sua operação. Este é o segundo ponto da nossa definição. A verdade é o instrumento com o qual o Espírito Santo opera a mudança na alma do homem. Devemos, portanto, pregar a verdade pura, e, quanto mais pura for a verdade, maiores e mais benéficos hão de ser os resultados colhidos da nossa pregação. Na sua primeira carta aos coríntios, declara o apóstolo Paulo: «. . .aprouve a Deus salvar os crentes pela loucura da pregação» (1 Coríntios 1:21).

Para que o Espírito Santo opere na alma do homem, urge que este tenha no coração um depósito das verdades evangélicas. Preguemos, assim, o evangelho puro e assim cooperaremos com o Espírito Santo no grandioso trabalho de regenerar as almas mortas no pecado.

3.4.3 Regeneração é uma mudança radical na disposição e na natureza moral do homem. Por disposição moral entende-se a natureza moral, a tendência moral de todos os poderes do homem. Atinge, portanto, a ação do Espírito Santo aqui todas as faculdades do homem, mas muito especialmente as faculdades morais, que são a consciência e a vontade. Verdade é que a regeneração atinge também o poder de pensar, querer e

sentir, mas devemos reter na memória que a transformação principal é a que se verifica nos poderes básicos da personalidade.

A regeneração é uma experiência mais profunda do que a do arrependimento. Na regeneração transformam-se até os alicerces da personalidade. O Espírito Santo renova toda a pessoa, desde os poderes mais profundos da personalidade até aos de menos importância.

A mudança da consciência é tão radical que o homem se sente com uma nova consciência. Como já observamos, há, no homem natural, uma consciência mundana, isto é, a própria pessoa é o centro da sua vida. Tudo se volta ao redor de si próprio, do seu ego. No arrependimento, o homem se torna consciente do seu e se vê condenado diante de Deus. Na regeneração, porém, ele se torna consciente de Jesus Cristo e se contempla agraciado por Deus. Paulo, quando regenerado, indagou do Mestre: «Senhor, que queres que eu faça?» E também disse, mais tarde: «Não sou eu que vivo, mas Cristo vive em mim.» Mas, além da consciência, a vontade também sofre uma mudança radical. Da mesma maneira que a consciência do homem natural, pela regeneração, é substituída por outra, assim também a sua vontade é substituída pela vontade de Deus. O homem regenerado não faz tanta questão de satisfazer à sua própria vontade como de satisfazer à de Deus. Na regeneração, ele passa a pensar de modo diferente, sentir de modo diferente e querer de modo diferente: tudo se transforma. E mesmo como diz a Bíblia: «As coisas velhas já passaram, eis que tudo está feito novo.» E por isso que se diz também que ele é um ressuscitado; é por isso ainda que se diz ser ele nascido de novo; é por isso, finalmente, que se diz que «aquele que está em Cristo nova criatura é». Todos os poderes do homem, tanto naturais como morais, se transformam inteiramente. Na regeneração o homem é gerado de novo, e, portanto, é uma nova criatura.

3.4.4 Nesta mudança (da regeneração), o homem torna-se moralmente semelhante a Deus. A sua imagem criou Deus o homem, mas este, pela queda, perdeu esta semelhança moral que tinha com o seu Criador. Deus, porém, não se desanimou na sua obra; não obstante a queda do homem, continuou a trabalhar no seu grande plano de criá-lo à sua imagem e semelhança. Na regeneração, temos Deus agindo na execução deste plano grandioso. Pela regeneração, Deus gera, cria de novo, tornando-se, destarte, Pai verdadeiro do homem e este filho verdadeiro de Deus. E assim se estabelece a semelhança moral do homem com Deus, pois é natural que o filho seja semelhante ao Pai.

Convém notar que o que o homem perdeu na queda não foi a semelhança natural que tinha com Deus, mas, sim, a semelhança moral. Na regeneração, porém, ele experimenta a renovação dos seus poderes morais. Regenerem-se os poderes degenerados e o homem tornar-se-á filho de Deus, aceitando a Jesus como Salvador.

3.4.5. Nesta mudança (da regeneração), o homem une-se com Cristo Jesus. Esta é uma verdade importante, que não devemos perder de vista, O regenerado vive, existe e move-se em Jesus Cristo. Em Atos 17:28 se nos deparam as seguintes palavras:

«porque nele vivemos, e nos movemos, e existimos.» O regenerado vive, habita e existe em Cristo.

Vive realmente o crente em Cristo? Em parte isto é misterioso, mas algo de semelhante se nos afigura em nossas relações com os nossos amigos mais íntimos. Dizemos, às vezes, a uma pessoa de nossa amizade: «Tenho-te no coração, conservo-te na imaginação o dia inteiro.» Essa linguagem representa a pura verdade. A pessoa amiga pode estar em nosso coração, em nossa mente, em nosso sentimento e até em nossa vontade. Isto serve apenas de sugestão da grande verdade de que Cristo pode estar em todo o nosso ser, em todas as nossas faculdades, até as mais profundas da alma. O noivo vive na noiva, e a noiva vive no noivo. Assim é a relação entre o crente e Cristo Jesus, mas esta é ainda muito mais íntima. A relação entre o crente e Cristo é a mais íntima que pode existir em todo o universo. Devido a esta nova semelhança moral com

Deus, é possível, ao crente, viver, mover-se e existir em Cristo Jesus. «Estai em mim, e eu em vós; como a vara de si mesma não pode dar fruto, se não estiver na videira, assim nem vós, se não estiverdes em mim. Eu sou a videira, vós as varas; quem está em mim, e eu nele, esse dá muito fruto; porque sem mim nada podeis fazer» (João 15:4, 5).

Parece-nos desnecessário multiplicar citações alusivas à regeneração, porque o Novo Testamento, do princípio ao fim, acha-se repleto de passagens que tratam desta importantíssima verdade. Nem há necessidade de procurá-las, é só abrir o Novo Testamento e lê-las. Desejamos, contudo, fazer mais algumas considerações sobre o assunto.

A regeneração é um ato instantâneo, que se dá uma só vez na vida. Este é o primeiro ponto que queremos considerar. A regeneração não é um processo. A preparação para a regeneração pode ser um processo. Muitos anos passam-se, às vezes, para que uma pessoa se arrependa dos seus pecados; muitos anos são, às vezes, necessários a uma alma, para crer e ter fé em Jesus, mas, logo que isto acontece, o Espírito Santo opera, imediatamente, a sua regeneração. Por isso é que cremos que a regeneração não é um processo. Como o nascimento, a regeneração é um ato instantâneo, que se verifica uma só vez na vida da pessoa.

O Espírito Santo é quem opera a regeneração, usando, para este fim, a verdade evangélica como instrumento. E este o segundo ponto que desejamos deixar bem esclarecido. A verdade não regenera ninguém, embora seja ela o instrumento usado pelo Espírito Santo em operar a regeneração. Jamais se deve confundir o médico com o bisturi de que ele faz uso no seu trabalho cirúrgico. Usando o bisturi, consegue o médico salvar a vida do doente, mas ninguém ousaria, certamente, afirmar que o doente é salvo pelo bisturi, senão pelo próprio médico que dele usa. O Espírito Santo é o agente e a verdade evangélica é o instrumento por ele usado em operar a regeneração; e nunca se deve confundir o agente com o instrumento. Merece ser bem acentuada esta verdade: só o Espírito Santo é quem regenera a alma.

Por mais clara que seja a verdade, por mais eloqüente que seja o pregador, inútil será toda tentativa que se fizer neste sentido se o Espírito Santo não operar a regeneração da alma. Não deixemos, portanto, de pregar, mas não caiamos no gravíssimo erro de supor que tudo se realiza mediante as nossas pregações. Os pregadores são cooperadores com o Espírito Santo. Cada um tem o seu trabalho; e tanto o pregador como o que se salva estão debaixo da dependência do Espírito Santo. O trabalho do pregador é depositar a verdade no coração do homem para que o Espírito Santo possa usar essa verdade em depósito a fim de operar a regeneração da alma. O cirurgião sem o bisturi não pode operar; e, da mesma maneira, o Espírito Santo não pode regenerar a alma quando o homem não tem a verdade depositada no seu coração. Depositemos, pois, pela pregação, a verdade no coração dos homens.

O Espírito Santo, na regeneração, usa somente da verdade evangélica. Queremos deixar estabelecido também que a verdade usada pelo Espírito Santo não é qualquer verdade que, porventura, se anuncie. Há muitas verdades no mundo que, embora preciosas por serem verdades, nada interessam à salvação da alma. A verdade que interessa à nossa salvação, a verdade de que usa o Espírito Santo em regenerar a alma, é a que se acha em Cristo Jesus. Precisamos pregar Cristo, e ele crucificado. Este era o grande tema das pregações de Paulo. Ele mesmo disse, na sua Primeira Carta aos Coríntios: «Porque não me propus saber coisa alguma entre vós, senão a Jesus Cristo, e este crucificado» (1 Coríntios 2:2). Na sua Epístola aos Gálatas, o mesmo apóstolo ensina que o evangelho que devemos pregar é o evangelho de Jesus Cristo. «Maravilho-me de que tão depressa passásseis daquele que vos chamou à graça de Cristo para outro evangelho, que não é outro, mas há alguns que vos inquietam e querem transtornar o evangelho de Cristo. Mas, ainda que nós mesmos ou um anjo do céu vos anuncie outro evangelho, além do que já vos tenho anunciado, seja anátema» (Gálatas 1:6-8).

Quem não prega a Cristo não pode esperar que o Espírito Santo opere, por intermédio de suas pregações, a regeneração de almas. Não nos devemos esquecer, portanto, de que somente o Espírito Santo opera a regeneração da alma, nem de que, nesse trabalho, ele não usa de outra coisa, senão do evangelho puro, tal qual se acha em Cristo Jesus.

Concluimos, do que já ficou estabelecido acima, que a regeneração do homem não pode ser produzida, como erroneamente ensina a Igreja Romana, por meio do batismo. Encontramos, em diversas partes do Novo Testamento, a regeneração ligada ao batismo, mas, em todas elas, podemos ver que a realidade jamais se confundiu com o símbolo. O batismo simboliza, mas não opera a regeneração. O batismo é sinal exterior de transformação realizada pelo Espírito Santo na alma do homem. O batismo é o símbolo do começo da salvação. O batismo é um ato feito a nós, enquanto a regeneração é um ato feito em nós. Exortamos o apóstolo Pedro a que não confundamos o símbolo com a realidade. «Que também, como uma verdadeira figura, agora salva o batismo, não o do despojamento da imundícia do corpo, mas o da indagação de uma boa consciência para com Deus, pela ressurreição de Jesus Cristo» (1 Pedro 3:21). Podemos afirmar convictamente, à luz deste verso, que o que nos salva não é o batismo na água, senão uma boa consciência para com Deus. Em substituir a realidade pelo símbolo muda-se completamente a natureza do cristianismo. Se o batismo salva, o cristianismo não é absolutamente uma religião espiritual, e, sim, material.

A regeneração é, então, uma mudança radical, operada pelo Espírito Santo na alma do homem, por intermédio da verdade evangélica, mudança pela qual se transforma completamente a disposição moral do homem, que se restaura de novo, na semelhança de Deus e se une a Jesus Cristo, a quem aceita como seu bendito e eterno Salvador.

3.5. Justificação

Dos versos 24-30 de Romanos 3 se estende a discussão que, em termos mui claros, fez o apóstolo Paulo sobre a doutrina da justificação. Assim escreveu ele no verso 24: «Sendo justificados gratuitamente pela sua graça, pela redenção que há em Cristo Jesus.» E no verso 28 continua discutindo o mesmo assunto nestas palavras: «Concluimos, pois, que o homem é justificado pela fé sem as obras da lei.» Deduzimos, então, que a justificação é um ato de Deus, em que ele declara o pecador regenerado; não somente livre da condenação, mas também restaurado à graça divina. No verso primeiro do capítulo oitavo dessa mesma carta se nos deparam as seguintes palavras, que esclarecem, inteiramente, o assunto: «Assim que agora nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus, que não andam segundo a carne, mas segundo o espírito.»

Realiza-se a justificação quando o homem crê em Jesus Cristo como Salvador. Antes de crer em Jesus, o pecador não somente é filho do erro e da ira de Deus, mas está também debaixo da condenação. Logo, porém, que ele crê em Jesus, Deus o declara livre da condenação e restaurado à sua graça. É por isso que definimos a justificação como o ato de Deus, declarando o pecador regenerado, livre da condenação e restaurado à sua graça.

Desenvolvamos, então, estes dois pontos da nossa definição.

3.5.1. A justificação é, então, um ato declarativo de Deus. Este ato de declarar o homem justificado não é como o ato de Deus regenerando o homem. Na regeneração, efetua Deus uma mudança radical no homem, mas, na justificação, ele declara, apenas, que não pode mais condená-lo e o restaura à sua graça. Deus não faz o homem justo por declará-lo justificado. Uma das maiores glórias do evangelho é esta doutrina, que Deus, o justíssimo entre todos, pode justificar o injusto sem praticar injustiça. Em Romanos 3:25 e 26, encontramos as seguintes palavras: «Ao qual Deus propôs para propiciação pela fé no seu sangue, para

demonstração da sua justiça, pela remissão dos pecados dantes cometidos sob a paciência de Deus; para demonstração da sua justiça neste tempo presente, para que ele seja justo e justificador daquele que tem fé em Jesus.»

Coisa semelhante não encontramos em toda a história do universo. As leis de todos os países, em todos os tempos, procuraram justificar o injusto. Jamais, porém, pôde juiz algum justificar o injusto sem tornar-se também injusto. Somente Deus pode conservar-se justo, ao mesmo tempo que justifica o injusto.

Se Deus não justificasse o injusto, então as igrejas estariam cheias de injustos. E verdade, estão cheias de injustos. Mas que injustos! Injustos que odeiam as injustiças. Injustos que, prostrados de joelhos, mãos erguidas para os céus, imploram a justiça divina. Vale a pena ser um desses injustos. Porém, se é glória ser um desses injustos, qual a nossa glória quando formos justos diante de Deus? «Mas, como está escrito: As coisas que o olho não viu e o ouvido não ouviu, e não subiram ao coração do homem, são as que Deus preparou para os que o amam» (1 Coríntios 2:9).

Imaginemos dois círculos: um representa o mundo, o outro a Jesus Cristo. O primeiro círculo, o mundo, está totalmente debaixo da condenação; o segundo, que representa a Jesus, está totalmente livre da condenação. Os que estão no mundo estão, naturalmente, debaixo da condenação; os que estão em Jesus, porém, estão livres. Disse o apóstolo Paulo que «nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus». E, por estarem em Cristo Jesus, declara Deus os crentes regenerados livres da condenação e restaurados à graça divina. A justificação, pois, não é outra coisa senão o ato declarativo de Deus.

Podemos também considerar a justificação do ponto de vista da lei. A lei, por natureza, só pode condenar os que estão fora dela, isto é, os transgressores. Para os que estão dentro da lei e andam de conformidade com ela, é a lei impotente para condenar. O criminoso só é criminoso porque, pelo ato da infração, fica fora da lei, que só assim pode puni-lo. Por força a lei tem que justificar os que andam de conformidade com ela, isto é, os que estão dentro dela. Assim é com Deus: os que estão fora de Cristo estão condenados, porém os que estão em Cristo são os que estão dentro da lei: não podem ser condenados.

Devemos observar que a base da justificação está em Cristo Jesus, e não no homem. O apóstolo Paulo é muito explícito neste ponto. Em Romanos 3:28, ele diz textualmente: «Concluimos, pois, que o homem é justificado pela fé, sem as obras da lei.» A epístola referida está cheia de argumentos sobre a justificação pela fé. No capítulo 3:23-26 temos as seguintes palavras: «Porque todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus; sendo justificados gratuitamente pela sua graça, pela redenção que há em Cristo Jesus, ao qual Deus propôs para propiciação pela fé no seu sangue, para demonstração da sua justiça, pela remissão dos pecados dantes cometidos sob a paciência de Deus; para demonstração da sua justiça neste tempo presente, para que ele seja justo e justificador daquele que tem fé em Jesus.»

Nestes versos que acabamos de ler, podemos distinguir os seguintes pontos importantes:

- a) Todos pecaram e destituídos estão da glória de Deus. Todos pecaram sem nenhuma exceção, salvo Jesus.
- b) Por isso, necessitam todos dessa justificação, para poderem apresentar-se diante de Deus. Perante Deus não pode nenhum homem justificar o seu procedimento indigno.
- c) Enviou Deus a Jesus Cristo para fazer a propiciação dos nossos pecados.
- d) Pela obra propiciatória de Jesus Cristo pode Deus justificar o homem. A obra de Cristo é tão grandiosa que por ela pode Deus, o justíssimo de todos, justificar o injusto sem praticar injustiça. Esta declaração de ser o crente justificado é gratuita, embora envolva a fé do mesmo crente em Cristo Jesus.

e) Finalmente, a obra propiciatória de Jesus era necessária para que fosse Deus justo em justificar o crente injusto. No verso 5 do capítulo 4 da Carta aos Romanos, escreve Paulo: «Porém aquele que não obra, mas crê naquele que justifica o ímpio, a sua fé lhe é imputada como justiça.» E evidente que, em justificar Deus o homem, não o faz justo, mas o declara justificado, livre, portanto, da condenação e restaurado à graça divina. Mais tarde o homem há de tornar-se justo, mas isso é um processo longo, que se não deve confundir com a justificação.

3.5.2 A condição de justificação. A condição essencial da justificação do homem é a fé em Jesus. Sem essa fé em Jesus Cristo, ninguém não o pode justificar. Este princípio, vemos-lo ensinado em todo o Novo Testamento. Somos justificados pela fé. Até no Velho Testamento se ensina a mesma verdade. O Profeta diz: «...mas o justo viverá pela sua fé» (Habacuque 2:4). Na sua Carta aos Gálatas 2:16 e 20, ensina o Apóstolo sobre a eficácia da fé, contrastando-a com a das obras. O ensinamento mais claro sobre este assunto é, talvez, o que se encontra em Efésios 2:8-10: «Porque uma graça sois salvos, por meio da fé; e isto não vem de vós; é dom de Deus. Não vem das obras, para que ninguém se glorie. Porque somos feitos em Cristo Jesus para as boas obras, as quais Deus preparou para que andássemos nelas.» Diante destas passagens nenhuma dúvida pode haver a respeito do fato de que o homem é justificado pela fé, sem as obras da lei.

Vêm-se claramente expostos em Romanos 5:1 e 2 os resultados da justificação. Basta-nos-á ligeiro exame destes dois versículos para tirarmos as seguintes conclusões:

- a) Jesus Cristo é a base da justificação.
- h) Fé é a condição essencial exigida na justificação.
- e) A remissão da pena traz a paz com Deus.
- d) A restauração na graça, pela fé, por uma nova atitude para com Deus.

A justificação dá-se uma só vez na vida do crente, e isto logo no começo da vida cristã. É bom que retenhamos na mente esta verdade importante. O estado em que se vê o homem, liberto da condenação e restaurado à graça de Deus, é um estado permanente. A relação estabelecida pela justificação entre o homem e Deus é 'eterna e jamais poderá ser destruída. Deus justifica-nos de uma vez para todo o sempre.

Por que somos justificados pela fé, e não pelas obras? pergunta-nos. Segundo as Escrituras, as obras são o resultado da fé em Cristo, são as manifestações que provam a regeneração do homem. Coisa nenhuma podemos fazer antes de nascermos; primeiro nascemos, depois trabalhamos. Por isso a justificação não pode ser pelas obras, porque somos justificados na hora em que nascemos de novo. Deus nos justifica na mesma hora em que nos regenera o Espírito Santo. Logo, as boas obras só podem vir depois, como resultado da regeneração, e não como base da justificação. Se Deus precisasse de uma justificação pelo seu ato de nos justificar, a nossa vida e nossas obras poderiam ser-lhe por justificação, mas nunca poderiam servir de base à nossa justificação. A fé precede à justificação, e acompanha, pelo menos, a regeneração. Jamais poderá a fé preceder à regeneração, mas, sendo ela que nos liga a Cristo, pode muito bem servir de base à nossa justificação. A Bíblia ensina que pela fé somos justificados e que ela é a condição que se nos exige para a nossa justificação. O crente vive pela fé, pois pela fé é justificado.

Ainda outra razão em abono da justificação pela fé é que a justificação é de graça. Se o homem fosse justificado pelas suas próprias obras, não seria gratuitamente justificado, como afirma a Bíblia. Se Deus justificasse o justo, cumpriria, apenas, o seu dever, e nenhuma graça haveria nisso. A conclusão de tudo o que fica dito é que somos justificados gratuitamente pela graça, pela redenção que há em Jesus Cristo.

3.5.3. O valor da justificação. Só aparece o valor da justificação quando consideramos a doutrina em relação à vida espiritual do homem. Nesta relação vemos que é indispensável a doutrina da justificação à religião de Jesus Cristo. Grandes necessidades haveria na vida cristã, sem possibilidade de satisfazê-las, não fosse a doutrina da justificação. A necessidade mostra-se no fato de que o serviço prestado pelo crente a Deus tem que ser um serviço livre e voluntário como o de um filho a um pai. Nenhum constrangimento pode haver neste serviço, a não ser o constrangimento do amor. O amor é o grande motivo da vida cristã. E necessária, como se vê, essa relação filial; de outro modo, serviço prestado pelo crente não seria voluntário como deve ser.

Vem depois a necessidade da doutrina da justificação, porque o crente precisa ser livre da condenação e de toda e qualquer dúvida concernente à sua aceitação da parte de Deus, e, também, porque é preciso que ele tenha a lealdade, a confiança, o amor de um filho para com o pai. E mister que tudo isso caracterize o serviço do crente. A justificação pela fé satisfaz a todas essas necessidades, porque liberta o homem da condenação, remove toda a sua dúvida quanto à sua aceitação por Deus, e estabelece, ao mesmo tempo, entre o homem e Deus, aquela relação que existe entre pai e filho.

A falta da doutrina da justificação traria muitas falhas na vida do crente. E justamente o que acontece quanto à doutrina da justificação tal como a ensina a Igreja Romana. Segundo os ensinamentos dessa igreja, a justificação é um processo que continua durante toda a vida do crente e até o além-túmulo. Penitências, jejuns, cilícios, etc., segundo a doutrina da Igreja Romana, não bastam para garantir a justificação do crente. O indivíduo é justificado à proporção que vai sendo purificado ou santificado, e o resultado é que ninguém sabe quando se salva, e nenhuma certeza há para a alma quanto à sua aceitação por Deus.

Desde que a justificação é um processo continuado, a morte expiatória de Jesus tem que ser também um processo continuado, porque a justificação depende da morte de Jesus. Eis a razão por que a Igreja Romana celebra a missa, que representa, segundo os seus ensinamentos, o sacrifício continuado de Jesus Cristo.

Ainda mais: desde que a santificação não se completa nesta vida, inventou a Igreja Romana um purgatório, lugar onde a alma se purifica antes de subir à presença de Deus. Mas a verdadeira doutrina da justificação declara que o homem entra na presença de Deus logo que é por ele justificado, e isto acontece na regeneração. Onde, porém, não há doutrina da justificação, não há também certeza de salvação ou de aceitação diante de Deus.

O mesmo acontece nas religiões que substituem a fé pelas obras. Nessas religiões, os que têm noção imperfeita do pecado enchem-se de justiça própria, como os fariseus. Por outro lado, os que têm uma forte convicção do pecado tornam-se desanimados e pessimistas. Em ambos os casos não existe nenhuma certeza de salvação.

O fato de não haver outra doutrina que substitua a da justificação realça a necessidade dela. Não há nenhuma outra doutrina que faça no homem o que faz a da justificação, livrando-o da condenação e restaurando-o à graça divina. A doutrina da justificação garante-lhe o direito de entrar livre e desembaraçadamente na presença de Deus. Bastar-nos-á ligeira vista das outras doutrinas para provar que nenhuma delas pode substituir esta.

Pelo perdão é o homem restaurado à graça de Deus, mas, depois de perdoado, sucede outro pecado, e o homem precisa novamente pedir perdão; e a repetição desse ato tira-lhe, por certo, a certeza de ter sido aceito por Deus. Jesus ensinou que devíamos pedir perdão a Deus diariamente, mas a justificação é uma só vez na vida e nunca se repete.

Pela regeneração Deus renova a natureza moral do homem, mas, não obstante, essa doutrina não pode substituir a da justificação, porque há ocasiões e situações na vida do crente quando, se ele olhasse para si mesmo, não encontraria muito que lhe desse a certeza da salvação.

A conversão, assim como o perdão e a regeneração, não liberta o homem da condenação. O mesmo acontece com todas as experiências da vida cristã: nenhuma delas pode substituir a justificação. Nenhuma doutrina se nos depara que nos garanta o livramento da condenação e a restauração permanente à graça divina, senão a doutrina da justificação. Concluimos, pois, que esta doutrina é uma das verdades fundamentais do cristianismo. E uma verdade que a nossa vida espiritual não pode dispensar. Não confiamos em nós mesmos ou em nossas obras, senão em Deus, que nos justifica. Vamos, portanto, pôr fim ao nosso estudo da doutrina da justificação com as palavras do apóstolo Paulo, tais como se acham em Romanos 8:33-39: «Quem intentará acusação contra os escolhidos de Deus? sendo Deus quem os justifica. Quem os condenará? sendo Cristo quem morreu, ou, antes, quem ressuscitou dentre os mortos, o qual está à direita de Deus, e também intercede por nós? Quem nos separará do amor de Cristo? A tribulação, ou a angústia, ou a perseguição, ou a fome, ou a nudez, ou o perigo, ou a espada? Como está escrito: Por amor de ti somos entregues à morte todo o dia: fomos reputados como ovelhas para o matadouro. Mas em todas estas coisas somos mais do que vencedores, por aquele que nos amou. Porque estou certo de que, nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem o porvir, nem a altura, nem a profundidade, nem alguma outra criatura nos poderá separar do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor.»

3.6. União com Cristo

Tudo quanto se tem dito até este ponto sobre a doutrina da salvação pode resumir-se nesta frase: UNIAO COM CRISTO. Uma ligeira recordação do que já dissemos será suficiente para mostrar a verdade deste asserto. No ato do arrependimento, achamos que o homem abandona o pecado e se volta para Cristo Jesus. Na regeneração, ele recebe de Deus uma transformação radical do seu poder, pelo qual se torna semelhante a Jesus. E, finalmente, pela justificação verificamos que ele é justificado em Cristo Jesus. E como disse o apóstolo Paulo, escrevendo aos Colossenses, capítulo 1:27: «...Cristo em vós, esperança da glória.» De tudo isso depreendemos que a pessoa, em tornar-se crente, une-se numa revelação nova e íntima com Jesus Cristo. Tornar-se crente não é aceitar um credo ou unir-se a uma igreja, senão estabelecer uma relação nova, íntima e vital com Cristo Jesus, a fonte da vida espiritual. Em João 1:4 temos as seguintes palavras: «Nele estava a vida, e a vida era a luz dos homens.» E no verso 12 desse mesmo capítulo encontra-se ainda esta declaração: «Mas, a todos quantos o receberam, deu-lhes o poder de serem feitos filhos de Deus, a saber, aos que crêem no seu nome» (João 1:12).

Cristo é o centro da religião cristã. O crente, portanto, é que mui e mantém uma revelação vital e íntima com o Salvador. Os que não têm união com Cristo não são crentes. Há muitos, em redor de nós, que adoram a cruz, sem conhecer a Cristo. Notemos, agora, algumas escrituras sobre este ponto:

3.6.1. União com Cristo. A união do crente com Jesus acha-se claramente ensinada no Evangelho de João 14:23: «Se alguém me ama, guardará a minha palavra, e meu Pai o amará, e viremos para ele, e nele faremos morada.» Da mesma forma as epístolas estão cheias de passagens que ensinam a união com Cristo. «Aquele que diz que está nele também deve andar como ele andou» (1 João 2:6).

A frase «em Cristo» é predileta nos escritos de Paulo. «Assim também vós considerai-vos como mortos para o pecado, mas vivos para Deus, em Cristo Jesus, nosso Senhor» (Romanos 6:11). «Assim que agora nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus, que não andam segundo a carne, mas segundo o espírito» (Romanos 8:1). «Assim que, se alguém está em Cristo, nova criatura é; as coisas velhas já passaram; eis que tudo se fez novo» (II Coríntios 5:17). «Já estou crucificado com Cristo; e vivo, não mais eu, mas Cristo vive em mim» (Gálatas 2:20). «Porque todos quantos fostes batizados em Cristo já vos

revestistes de Cristo» (Gálatas 3:27). «Porque somos feitura sua, criados em Cristo Jesus para as boas obras, as quais Deus preparou para que andássemos nelas» (Efésios 2:10). «Para que Cristo habite, pela fé, nos nossos corações; para que, estando arraigados e fundados em amor», etc. (Efésios 3:17).

Há também diversas expressões figurativas que ensinam a mesma idéia. No Evangelho de João encontramos que Jesus é o «pão da vida», a «água da vida», «a luz da vida», «a videira verdadeira», «o bom pastor», etc. Todas estas frases e figuras acentuam a união vital do crente com Cristo Jesus. Será de grande valor estudarmos um pouco estas expressões figurativas. Notemos algumas delas.

3.6.2. Cristo, o pão da vida. No capítulo 6 do Evangelho de João notamos que Jesus diz ser o pão da vida, o pão vivo, em contraste com o maná que os israelitas comeram, mas que lhes não garantiu a vida eterna. Jesus disse de si mesmo que era o pão vivo que dava a vida eterna. Jesus enfatizou este ensino de tal maneira que fez compreender a íntima relação que deve existir entre o corpo e o pão. A mesma coisa acontece com Cristo. O crente precisa estar unido a Jesus para que Ele sacie a sede da sua alma. Disse Jesus que, por causa dessa união, cada crente teria em si uma nascente de água que saltaria para a vida eterna. Naturalmente, se tivéssemos em nós uma nascente, não teríamos mais necessidade de beber água, porque aquela fonte nos dessedentaria constantemente. Não haveria lugar em nós para a sede. Assim é também espiritualmente, quando temos Jesus em nosso coração.

3.6.3. Jesus, a luz da vida. Logo no início do seu Evangelho diz o apóstolo João, referindo-se, a Jesus, que nEle estava a vida, e a vida era a luz dos homens. Uma vez curou Jesus um cego de nascença, exigindo-lhe fé e obediência. Nessa cura Jesus simbolizou aquela luz espiritual que ele quer espalhar por sobre o mundo. «Enquanto estou no mundo, sou a luz do mundo. Tendo dito isto, cuspiu na terra, e com o cuspo fez lodo, e untou com o lodo os olhos do cego» (João 9:5, 6). Os versos 39-41 desse mesmo capítulo falam também sobre o assunto, mas o de que não nos devemos esquecer é que a luz só pode ter valor para o homem que está em relação com ela. Sendo Cristo a luz do mundo, só pode aluminar, entretanto, os que o recebem no coração.

3.6.4. Jesus, a videira. No capítulo 15 do Evangelho já citado usa Jesus de outra figura, bem sugestiva, que exprime a sua íntima relação com o crente. «Estai (isto é, permanecei) em mim, e eu em vós; como a vara de si mesma não pode dar fruto, se não estiver na videira, assim nem vós, se não estiverdes em mim. Eu sou a videira, vós as varas: quem está em mim e eu nele, esse dá muito fruto; porque sem mim nada podeis fazer.» Estas palavras de Jesus exprimem mui claramente a relação íntima que deve existir entre o crente e ele. Para que o crente produza frutos, é necessário que haja essa relação vital entre ele e Jesus. A vara identificada com a videira recebe a seiva da vida, e só assim pode produzir frutos.

Além das figuras já mencionadas, temos mais as seguintes:

Cristo é a cabeça e os crentes são os membros de um corpo. «Porque, assim como o corpo é um, e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, são um só corpo, assim é Cristo também» (1 Coríntios 12:12; examinem-se II Coríntios 6:15-18 e Efésios 1:22, 23).

Cristo é a pedra fundamental, sobre a qual os crentes edificam. Na Epístola aos Colossenses temos uma figura dupla: a de uma árvore e a de uma casa. E o que se depreende deste versículo: «Arraigados e sobre edificados nele...», isto é, em Cristo Jesus Cristo é também o esposo e a Igreja a esposa, como vemos em Apocalipse 22:16, 17.

3.6.5. «Os sete com do Novo Testamento».

Concluiremos a nossa discussão em torno da doutrina da união com Cristo com algumas considerações a respeito dos sete «com» do Novo Testamento.

a) Crucificado com Cristo. No verso 20 do segundo capítulo da sua Carta aos Gálatas, diz o apóstolo Paulo que ele já não vivia, porém que Cristo vivia nele. «Já estou crucificado com Cristo; e vivo, já não eu, mas Cristo vive em mim... » Que maravilhosa identificação do salvo com o Salvador!

b) Morto com Cristo. Essa expressão achamo-la em Colossenses 2:20. Exorta, neste verso, o apóstolo Paulo, o crente a que não sobrecarregue a sua vida com as coisas deste mundo, O argumento é bem feito. Diz ele que, se o crente já morreu, virtualmente, assim deve portar-se como defunto, como morto, e não como vivo, O morto nenhum interesse toma nas coisas deste mundo; e o crente, da mesma maneira, por estar morto com Cristo, não deve deixar-se prender pelas coisas mundanas.

c) Sepultado com Cristo. Tratando do batismo em Romanos 6:14, usa o apóstolo desta expressão: «Sepultados com Cristo». É pelo batismo que o crente simboliza a sua morte com Cristo. Tão íntima é a união do crente com Cristo, que ele o acompanha em tudo: «crucificado com Cristo», «morto com Cristo», «sepultado com Cristo», etc.

d) Vivificado com Cristo. Estas palavras, que se lêem em Efésios 2:5, ensinam que o homem natural, estando morto nas suas ofensas e pecados, é vivificado juntamente com Cristo, por Deus, O homem natural precisa ser crucificado com Cristo, morrer com Cristo, sepultar-se com Cristo e vivificar-se com Cristo. Todos os seus passos devem ser dados com Cristo.

e) Ressuscitado com Cristo, Encontramos esta expressão em Colossenses 3:1. Cristo venceu a morte depois de uma luta tremenda. Queria a morte guardar tudo quanto tinha em seu poder, mas Cristo a venceu, e, por causa desta vitória, o crente é ressuscitado com Cristo.

1) Padecendo com Cristo. «Se porventura com ele padecemos», é uma expressão encontrada em Romanos 8:17. Embora não tenha a morte espiritual poder para dominar o crente, ele tem de padecer com Cristo. «Porque a vós foi gratuitamente concedido, em relação a Cristo, não somente crer nele, como também padecer por ele» (Filipenses 1:29). Há muitos padecimentos que restam para o povo de Deus. Devemos armar-nos com este espírito para que, quando for preciso, padeçamos com Cristo.

g) Glorificado com Cristo. E ainda Romanos 8:17 que fala sobre este último «com». Depois de todos os sofrimentos seremos também glorificados com Cristo. Separados de Cristo não há vida espiritual, porque, segundo nos ensina o Novo Testamento, o crente é crucificado com Cristo, morto com Cristo, sepultado com Cristo, vivificado com Cristo, perseguido com Cristo, e, finalmente, glorificado com Cristo. «Eu sou a videira, vós as varas: quem está em mim, e eu nele, esse dá muito fruto; porque sem mim nada podeis fazer.»

3.7. Santificação

O grande propósito de Deus em estabelecer o seu reino entre os homens é conseguir duas coisas: primeiramente, estabelecer uma relação vital entre si mesmo e o homem; segundo, produzir no homem um caráter que esteja de acordo com esta nova relação existente entre os dois. Na palavra santificação temos, mui claramente, a expressão destas duas idéias: a idéia de uma relação especial com Deus e de um caráter santo. Santificação quer dizer, então, uma relação especial com Deus e a realização de um caráter de acordo com essa relação. Santificação significa «ficar santo».

Vejamos agora o que dizem as Escrituras sobre o assunto. Muito acentuada se acha no Velho Testamento a idéia de que a santificação consta de uma relação especial com Deus. As coisas consagradas a Deus eram consideradas santas. A arca do concerto era santa devido à sua relação especial com Deus. O templo era considerado santo, o altar santo; e havia, ainda, no tabernáculo e mais tarde no templo, um lugar especial chamado santo dos santos. Os vasos do templo eram santos. O grande erro do rei Belsazar foi a profanação

das coisas santas. Os sacerdotes eram considerados santos. A raça toda era uma raça santa. Tudo era santo, por causa da relação que tinha com Deus. Em Zacarias 14:20 e 21 deparam-se-nos estas palavras: «Naquele dia será inscrito sobre as campainhas dos cavalos: SANTIDADE AO SENHOR; e as panelas na casa do Senhor serão como as bacias diante do altar. E todas as panelas em Jerusalém e Judá serão santas ao Senhor dos Exércitos, e todos os que sacrificarem virão, e delas tomarão, e nelas cozerão, e não haverá mais cananeu na casa do Senhor dos Exércitos naquele dia.» As palavras que acabamos de ler ensinam que estas coisas são santas porque são dedicadas e consagradas ao serviço do Senhor.

Agora é de notar que, na proporção em que Deus ia conseguindo o que queria na vida dos seus servos, estes, especialmente os profetas, iam transferindo a ênfase das coisas exteriores e simbólicas para as interiores, isto é, das coisas materiais para as espirituais. A santidade era considerada mais do ponto de vista do caráter da pessoa do que da sua relação com Deus. O homem era considerado santo porque realmente tinha um coração bom e puro. «Ele te declarou, ó homem, o que é bom; e que é que o Senhor pede de ti, senão que pratiques a justiça, e ames a beneficência, e andes humildemente com o teu Deus» (Miquéias 6:8). «Ouvi a Palavra do Senhor, vós, príncipes de Sodoma: prestai ouvido à lei do nosso Deus, vós, ó povo de Gomorra. De que me serve a mim a multidão de vossos sacrifícios? diz o Senhor. Já estou farto dos holocaustos de carneiros, e da gordura de animais cevados; nem folgo com o sangue de bezeros, nem de cordeiros, nem de bodes. Quando vindes aparecer perante mim, quem requereu isto de vossas mãos, que viésseis a pisar os meus átrios? Não me trageis mais ofertas debalde: o incenso é para mim abominação, e as luas novas, e os sábados, e a convocação das congregações; não posso suportar iniquidade, nem mesmo o ajuntamento solene. As vossas luas novas e as vossas solenidades, as aborrece a minha alma... » (Isaías 1:10-20).

Estas passagens acentuam o modo diferente de encarar a santificação. Aqui não é tanto o povo santo, o templo santo, a cidade santa, mas o coração santo, puro e reto.

Quando chegamos ao Novo Testamento, a idéia preponderante é a de que a santificação consiste no processo do homem ficar santo, de ser perfeito como o Pai celeste é perfeito. Notemos, porém, mais em pormenores o que diz o Novo Testamento sobre o assunto.

3.7.1. Nos ensinamentos de Jesus, a santificação refere-se ao coração da própria pessoa. Santificação é questão de cultivar a vida espiritual para que a pessoa se aproxime mais da perfeição que há em Deus. Santificação é cultura espiritual. A regeneração torna a árvore boa, a santificação torna o fruto bom. O agricultor precisa borrifar as árvores, mesmo que sejam de boa qualidade, pois, de outra sorte, o fruto pode crescer bichado. Para Jesus a santificação não consta tanto duma relação especial para com Deus, como em tornar-se a pessoa cada vez mais semelhante a Deus. O grande sermão da montanha revela essa idéia de Jesus sobre a santificação: «Bem-aventurados os limpos de coração, porque eles verão a Deus.» Na justificação, Deus justifica o injusto; mas na santificação, ele faz o injusto justo, e o ímpio santo.

Nas epístolas dos apóstolos se nos depara assim a idéia da santificação no sentido de consagrar-se a Deus como no de tornar-se semelhante a Deus. Em Romanos 12:1 temos um exemplo da primeira: «Rogo-vos, pois, irmãos, pela compaixão de Deus, que apresenteis os vossos corpos em sacrifício vivo, santo e agradável a Deus, que é o vosso culto racional.» Em Romanos 6:1-12 temos o exemplo da segunda idéia: «Que diremos, pois? permaneceremos no pecado, para que a graça abunde? De modo nenhum. Nós, que estamos mortos para o pecado, como viveremos ainda nele? Ou não sabeis que todos quantos fomos batizados em Jesus Cristo fomos batizados na sua morte? De sorte que estamos sepultados com ele pelo batismo na morte... »

O processo da santificação, por que o estado do coração corresponde à relação do crente com Deus, está expresso de diversas maneiras nas Escrituras. Segundo Gálatas 5:16-25, o crente deve andar no espírito.

Segundo Colossenses 3:9 e 10 e Efésios 4:22-24, o crente deve despir-se do homem velho e vestir-se do homem novo. O desejo de Paulo para com os tessalonicenses era que fossem irrepreensíveis diante de Deus, o Pai. «Para confortar os vossos corações, para que sejais irrepreensíveis em santificação diante de nosso Deus e Pai, na vinda de nosso Senhor Jesus Cristo com todos os seus santos» (1 Tessalonicenses 3:13).

Também na Carta aos Hebreus achamos as duas idéias de santificação. tendo-se Hebreus 9:3 e 4 e 12:1, vê-se que o autor faz referências tanto à idéia de consagração como à de tornar-se semelhante a Deus. A mesma coisa ensina o apóstolo Pedro, como vemos em 1 Pedro 1:15, 16 e 22. Diante destas passagens da Bíblia, que tão claramente nos falam sobre o assunto, podemos estabelecer as seguintes considerações:

3.7.2. A santificação é um processo pelo qual o crente se torna realmente santo e justo. Na justificação se nos imputa a fé como justiça, mas a justificação não nos faz justos no sentido de nos tornar semelhantes a Deus e inteiramente de acordo com o seu caráter. Na regeneração recebemos uma nova disposição da alma pela ação do Espírito Santo; porém, esta nova disposição é uma dádiva de Deus ao homem e é, ao mesmo tempo, uma tarefa. É um programa de vida em cuja execução o homem se santifica. Em executar esse programa, adquire o crente um coração puro e santo, e torna-se realmente o que Deus quer que ele seja.

Na santificação, o crente alcança o alvo que Deus tinha em vista quando o regenerou. O apóstolo Paulo fala desse alvo na sua Carta aos Filipenses: «E, na verdade, tenho também por perda todas as coisas, pela excelência do conhecimento de Cristo Jesus, meu Senhor, por amor do qual contei por perda todas as coisas, e as considero como esterco, para que possa ganhar a Cristo, e seja achado nele, não tendo a minha justiça que vem da lei, mas a que vem da fé em Cristo, a saber, a justiça que vem de Deus pela fé.» (Filipenses 3:7-14).

Também na santificação nós operamos a nossa própria salvação pelo poder de Deus. «. . . assim também operai a vossa salvação com temor e tremor, porque Deus é o que opera em vós tanto o querer como o efetuar, segundo a sua boa vontade» (Filipenses 2:12, 13).

Concluimos, do exposto, que a salvação não é só uma dádiva, senão também um programa de vida. Recebemos a nossa salvação de Deus, e operamo-la, ao mesmo tempo, pelo esforço que fazemos a fim de que se realize em nossa vida a vontade de Deus. A salvação como dádiva chama-se regeneração, mas como tarefa chama-se santificação. Não devemos, porém, pensar que o homem pode santificar-se a si próprio. Ele não se pode santificar, do mesmo modo que não se pode regenerar. Uma e outra coisa é obra divina, é o Espírito Santo quem opera. Deus regenera e Deus santifica. Mas na santificação o homem não é tão passivo como na regeneração. Naquela ele pode e deve cooperar com Deus. O crente precisa esforçar-se para progredir em santificação. A exortação do apóstolo Paulo aos efésios pode esclarecer-nos sobre o que tem o crente a fazer para a própria santificação: «No demais, irmãos meus⁴ fortalecei-vos no Senhor e na força do seu poder. Revesti-vos de toda a armadura de Deus, para que possais estar firmes contra as astutas ciladas do diabo. Porque não temos que lutar contra a carne e o sangue, mas, sim, contra os principados, contra as potestades, contra os principados das trevas deste século, contra as milícias espirituais nos ares. Portanto, tomai toda a armadura de Deus, para que possais resistir no dia mau, e, havendo feito tudo, ficar firmes. Estai, pois, firmes, tendo cingidos os vossos lombos com a verdade e vestidos com a couraça da justiça; calçados os pés com a preparação do evangelho da paz...» (Ef. 6:10-18). Sobre o mesmo assunto, podem ser consultadas as seguintes passagens: II Coríntios 10:5, Filipenses 2:12, 13 e 1 Pedro 2:2.

Esta luta na vida do crente é devida ao fato de se consumirem muitos anos para fazer morrer o velho homem. Muito tempo se gasta para despir-se o crente do velho homem e revestir-se completamente do novo. O crescimento não se opera de um dia para outro, e por isso o processo da santificação pode comparar-se ao crescimento de uma pessoa desde criança até atingir a idade de adulto. O crescimento é, por

natureza, vagaroso, mas deve ser continuado e nunca interrompido. E, porque o nosso desenvolvimento espiritual depende, em parte, da nossa própria vontade e esforço, devemos esforçar-nos até o extremo para que ele seja o mais rápido possível. Disse Jesus que o homem não pode, por mais que o deseje, acrescentar um côvado à própria estatura; mas isto só se refere ao nosso crescimento físico, porque o crescimento espiritual depende, em parte, da nossa vontade. Se quisermos, podemos abreviar ou retardar o nosso crescimento; podemos acrescentar um côvado à nossa estatura espiritual. As exortações de Paulo e dos demais apóstolos baseiam-se neste fato que acabamos de expor, isto é, na faculdade que o homem tem de acrescentar um côvado à sua estatura espiritual se tiver o desejo de fazê-lo.

O processo da santificação consiste numa luta sem tréguas entre as duas forças, mas a vitória final é certa. A batalha entre o novo e o velho homem é, por vezes, renhida, mas o resultado jamais será duvidoso. Para adquirirmos um conhecimento mais perfeito dessa luta entre o novo e o velho homem, devemos ler a exposição que dela faz o apóstolo Paulo no capítulo sétimo de sua Carta aos Romanos.

Cresce a criança bem que descuidadamente; cresce sem fazer esforço e até mesmo ignorando o crescimento. Assim não é o crente; não cresce o crente que é descuidado. Isto é, o crente, na sua vida espiritual, não obedece às leis naturais ou físicas. Planta-se uma semente, e ela crescerá naturalmente, até cumprir a sua missão; mas o mesmo não acontece com o crente, porque o seu crescimento depende mais da sua vontade do que de qualquer outra coisa, a não ser da vontade de Deus. O crente, espiritualmente falando, pode nascer e continuar a ser criança; e a muitos é o que, infelizmente, acontece. O crescimento espiritual depende da vontade da pessoa, o que já não se dá em relação ao crescimento físico.

A conclusão do que já dissemos é que a santificação obedece a um processo gradual. A regeneração está para a santificação assim como o nascimento está para o crescimento. A santificação é o processo de cristianizar o crente, e por isso mesmo é que ela é gradual. Não devemos, porém, esquecer-nos de que o crescimento espiritual é voluntário, isto é, muito depende da vontade do homem. Crescemos porque queremos crescer, e quanto maior a vontade de crescer tanto maior o crescimento. Acontece, às vezes, o crente crescer mais num dia ou numa hora do que num mês ou num ano inteiro.

Este processo gradual de santificação está de acordo com o plano geral de Deus, pois, no crescimento das coisas, notamos que as de mais valor são justamente as que gastam mais tempo para chegar à maturidade. Em consumir uma coisa de tão subido e extraordinário valor — a perfeição do crente — Deus gasta sempre mais tempo. Num curto período cresce a abóboreira que, por isso mesmo, dura mui pouco tempo; mas muitos anos se gastam no crescimento de um carvalho, que resiste ao poder dos séculos. Assim é também com a obra de Deus, criando o homem à sua imagem e semelhança. Sabemos que a sua obra permanecerá por toda a eternidade, e por isso mesmo não se realiza de um dia para outro.

Uma das coisas que exercem grande e prejudicial influência na santificação do crente é a inconstância. Aqui, como na regeneração, só cresce quem quer. O crente pode dificultar, embaraçar, até mesmo sustar o seu crescimento espiritual. Precisamos esboçar-nos a fim de crescer, progredir na estrada da santificação, e não devemos nos desanimar nunca, ainda quando o progresso seja lento, porque, mesmo assim, alcançaremos, no fim de tudo, a vitória. Predestinado está que o crente se torne semelhante a Jesus Cristo. «Porque os que dantes conheceu, também predestinou para serem conforme à imagem de seu Filho; para que seja o primogênito entre muitos irmãos. E, aos que predestinou, a estes também chamou; e, aos que chamou, a estes também justificou; e, aos que justificou, a estes também glorificou» (Romanos 8:29, 30).

Nenhuma razão temos para crer que o processo da santificação termina nesta vida. Neste mundo jamais alcançará o crente a perfeição. Este processo é mais longo do que a nossa vida aqui na terra. Mas não trataremos deste assunto aqui, porque teremos de desenvolvê-lo um pouco mais tarde, prosseguindo em nosso estudo; podemos, porém, afirmar que, indubitavelmente, o crente chegará à perfeição espiritual.

3.7.3. O Espírito Santo é quem opera a santificação. Como já vimos, é ele quem «converte o mundo do pecado, da justiça e do juízo»; é ele quem regenera e quem continua a operar na vida do crente a santificação. A vida do crente é uma vida muito intimamente relacionada com o Espírito Santo e com Cristo. O Espírito Santo não fala de si mesmo porque Cristo é o objetivo da sua obra.

Também é digno de nota que o Espírito Santo usa, na santificação do crente, dos mesmos meios que empregou na regeneração da alma. O evangelho é o instrumento do Espírito Santo, assim num como noutro caso. Em João 17:17 temos as seguintes palavras de Jesus: «Santifica-os na tua verdade: a tua palavra é a verdade.» Não devemos ignorar que esta verdade evangélica se acha intimamente relacionada com a pessoa de Cristo Jesus. Cristo é a verdade aplicada pelo Espírito Santo na vida do crente; portanto, ficamos santificados à proporção que nos entregamos, com tudo quanto temos, a Jesus. Não há nenhuma parte da nossa vida que se possa subtrair à influência do Espírito Santo. Cristo deve ser não só a nossa vida, senão também o nosso viver. «Porque para mim o viver é Cristo...» (Filipenses 1:21).

3.8. Preservação

Ao chegarmos a este ponto do nosso estudo depara-se-nos a pergunta: permanece o crente para sempre ou é possível perder-se, não obstante ter sido salvo? Convictamente respondemos: jamais se perderá aquele que já uma vez foi salvo. O crente permanecerá crente para todo o sempre. Naturalmente, só consideramos crente aquele que já está no caminho traçado em nossa discussão sobre o arrependimento, a fé, a regeneração, a conversão e a santificação. Aquele que palmilha este caminho é crente para sempre; afirmamo-lo no pleno reconhecimento da liberdade do homem e também da graça poderosíssima de Deus. O homem, como já notamos, é criatura livre; porém, por causa da graça de Deus, sentimo-nos justificados em afirmar que o crente jamais se há de perder. Ele há de chegar à perfeição que há em Cristo Jesus. «Até que todos cheguemos à unidade da fé, e ao conhecimento do Filho de Deus, a varão perfeito, à medida da estatura completa de Cristo» (Efésios 4:13).

Discutindo este assunto, não devemos perder de vista dois fatos, que muito nos interessam: a liberdade do homem e a graça de Deus. Muita confusão tem resultado de não se considerarem estes dois princípios. Passagens há na Bíblia que servem de base tanto a um como a outro; e quem as desprezar não pode compreender a doutrina da preservação. A preservação tem para com a santificação a mesma relação que a conversão tem para com a regeneração; não são independentes uma da outra, mas fases diferentes do mesmo processo de salvação. Na proporção que Deus santifica o crente, ele o preserva. Preservação é, pois, a continuação do crente no caminho da salvação. Notemos o que nos ensina a Bíblia neste respeito.

Duas são as classes das passagens que desejamos estudar: as que ensinam a liberdade do homem e as que ensinam a graça de Deus. Estudemos, em primeiro lugar, as que se referem à graça e ao poder de Deus.

Jesus declara que as suas ovelhas nunca perecerão e que ninguém as pode arrebatar das suas mãos nem das de seu Pai. «E dou-lhes a vida eterna, e nunca perecerão, e ninguém as arrebata da minha mão. Meu Pai, que mas deu, é maior do que todos; e ninguém pode arrebatar-las da mão do meu Pai» (João 10:28, 29).

O apóstolo Paulo combina numa só passagem a predestinação, a chamada, a justificação e a glorificação, tratando ele da vida cristã. «E, aos que predestinou, a estes também chamou; e, aos que chamou, a estes também justificou; e, aos que justificou, a estes também glorificou» (Romanos 8:30).

E, nos versos que medeiam os versículos 35 a 39 do mesmo capítulo, declara ele, peremptoriamente, que coisa alguma pode separar o crente do amor de Deus. Paulo ensina que Deus predestinou que todo aquele que crê em Jesus será salvo. A doutrina da predestinação reforça, pois, a doutrina da preservação. Ainda na mesma carta encontramos escrito que os dons de Deus são sem arrependimento: «Porque os dons e a

vocação de Deus são sem arrependimento» (Romanos 11:29), isto é, Deus não se arrepende de no-los conceder.

Aos crentes de Filipos escreve o apóstolo Paulo: «Tendo por certo isto mesmo, que aquele que em vós começou a boa obra a aperfeiçoará até o dia de Jesus Cristo» (Filipenses 1:6).

Na segunda carta que escreveu a Timóteo, diz Paulo: «...porque eu sei em quem tenho crido, e estou certo de que é poderoso para guardar o meu depósito até aquele dia» (II Timóteo 1:12). O apóstolo refere-se nesse passo ao último dia.

O apóstolo Pedro ensina que o crente é guardado pelo poder de Deus, para uma salvação que se revelará no último tempo. «Que pela fé estais guardados na virtude de Deus para a salvação, já prestes para se revelar no último tempo» (1 Pedro 1:15).

Voltemos de novo à Epístola aos Romanos: «Porque se nós, sendo inimigos, fomos reconciliados com Deus pela morte de seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida» (Romanos 5:10).

Poderíamos multiplicar citações em grande cópia que falam do assunto, mas deixamos de fazê-lo por julgá-lo desnecessário. Passemos, pois, a estudar as passagens que tratam da liberdade do homem.

Na sua Carta aos Coríntios, diz Paulo: «Antes subjugo o meu corpo, e o reduzo à servidão, para que, pregando aos outros, eu mesmo não venha de alguma maneira a ficar reprovado» (1 Coríntios 9:27).

Em Hebreus 6:4-6 se nos depara outro escrito, em que o autor refuta, com sólidos argumentos, a idéia dos que queriam repetir os rudimentos da fé cristã. As palavras que aí lemos parecem, à primeira vista, ensinar idéia contrária à preservação do crente. Convém, por isso, que as estudemos com a devida atenção.

«Se alguém não estiver em mim, será lançado fora, como a vara, e secará; e as colhem, e as lançam no fogo, e ardem.» São palavras de Jesus, escritas no Evangelho de João 15:6. «Aquele, pois, que cuida estar em pé, olhe não caia» é o conselho do apóstolo Paulo, escrevendo aos coríntios (1 Coríntios 10:12).

Muitas outras passagens há na Bíblia que avisam e exortam o crente a respeito dos perigos desta vida e ensinam, por isso mesmo, a sua liberdade.

Estudando os trechos da Palavra de Deus acima citados, não nos devemos esquecer de que o crente é livre, e mais livre que nunca, embora servo do Senhor. Ele não é forçado a cooperar com Deus na sua própria salvação. Não percamos de vista esta verdade. Por outro lado, não devemos considerar o poder da graça de Deus à parte da natureza da vida cristã. O apóstolo Paulo, quando olhava para Deus, dizia: «Nada nos poderá separar do amor de Deus em Cristo Jesus.» «Eu sei em quem tenho crido, e estou certo de que ele é poderoso para guardar o meu depósito até aquele dia.» Mas, olhando para si mesmo, então dizia: «Antes subjugo o meu corpo, e o reduzo à servidão, para que, pregando aos outros, eu mesmo não venha de alguma maneira a ficar reprovado.»

Diante da liberdade do crente, este aviso, esta exortação da Bíblia é muito oportuna, até mesmo necessária. A liberdade sempre envolve responsabilidade e até grandes riscos, mas, como já observamos, só um ser livre pode realmente servir a Deus como ele quer ser servido. Embora envolva a liberdade grande risco, como acabamos de afirmar, tal é a natureza da vida cristã, que o crente jamais a abandona. Exemplificando: Um pai pode, com toda a facilidade, tirar a vida à sua filhinha; isto é, sobeja-lhe força física para fazê-lo, e, contudo, sabemos que tal coisa é mais impossível do que possível. Podemos mesmo afirmar que jamais um pai verdadeiro, em seu estado normal, praticará ação tão hedionda, embora tenha plena liberdade física para

fazê-lo. Pelo amor que tem à sua filhinha tal ato se torna impraticável. Assim, o crente, em relação à vida cristã. Apesar de livre, achamos impossível que ele volte ao mundo devido à graça e ao poder de Deus.

Não tornaria, por certo, à sua vida primitiva a toupeira cuja natureza se transformasse na do caxinguelê. Nem tampouco procuraria as sombras a coruja cuja natureza se transformasse na de uma águia; ao invés disso, ela procuraria escalar as mais altas regiões nos seus vôos. Assim também o crente, ao invés de voltar à sua vida primitiva, procura subir mais e mais na graça de chegar mais perto de Deus.

Encarando a questão do ponto de vista da liberdade do homem, achamos oportunas as exortações e os avisos da Bíblia contra os perigos da vida, mas, se a encaramos do ponto de vista de Deus, afirmamos que o crente não pode cair e jamais cairá. Aqui, como na regeneração e na santificação, o fator decisivo é o fator divino. Deus preserva o homem na sua liberdade e também no caminho da salvação. Uma vez crente, é crente para sempre; uma vez dentro do reino, jamais se desviará dele; uma vez justificado, há de ser glorificado; uma vez ressuscitado, nunca mais voltará ao domínio da morte; uma vez em Deus, nunca mais o abandonará; uma vez em Cristo, nunca se separará dele; uma vez na graça, na graça permanecerá eternamente. Aquele que crer será salvo. «Como está escrito: Por amor de ti somos entregues à morte todo dia: fomos reputados como ovelhas para o matadouro. Mas, em todas estas coisas somos mais que vencedores, por aquele que nos amou. Porque estou certo de que, nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as potestades, neni o presente, nem o porvir, nem a altura, nem a profundidade, nem alguma outra criatura nos poderá separar do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor» (Romanos 8:36-39).

3.9. Libertação do pecado

Geralmente, os tratados de Teologia Sistemática terminam o estudo da doutrina da salvação com a preservação, admitindo, embora, que o processo da salvação não se completa nesta vida. Reconhecemos que este processo de fazer o homem à imagem de Deus continua além da morte física. Desejamos, por isso, sair um pouco do modo geral de tratar este assunto, fazendo algumas considerações sobre a continuação do referido processo no além-

-túmulo. As Escrituras não nos dizem muito a esse respeito; ajuntando, porém, o pouco que nelas encontramos aos fatos e princípios apurados em nosso estudo da doutrina da salvação até este ponto, cremos poder, pelo menos, dizer alguma coisa mais, sem correremos o risco de ficar sem base nas Escrituras.

No capítulo 3, versos 4-14 da Carta aos Filipenses, descreve o apóstolo Paulo o presente e fala das suas esperanças quanto ao futuro. E uma das suas mais vivas esperanças era: «Para ver se de alguma maneira posso chegar à ressurreição dos mortos.» Sem dúvida, o apóstolo se refere aqui à ressurreição do corpo naquele dia quando a morte há de entregar tudo quanto tem em seu poder. Mas achamos também que há uma referência a outra grande esperança do crente, isto é, a esperança de chegar ao ponto, na sua vida, de ficar completamente liberto do pecado; a esperança de chegar aquele dia quando o crente não pecará mais. Sabemos que o homem nesta vida não chegará jamais a tão alto grau de perfeição na experiência cristã. Mas cremos que depois da morte ele alcançará a libertação completa do pecado.

Enquanto aqui na terra, o crente comete pecados, e até muitos. A vitória completa não se alcança aqui neste mundo. Desde o nascimento até a morte o crente tem que lutar, ora alcançando vitórias, ora sofrendo derrotas, mas o processo da santificação torna-o cada vez mais forte, e o pecado mais fraco. Diante desses fatos, perguntamos: quando se libertará o crente, completamente, do pecado? Como já vimos, não será nesta vida aquém da morte física. Mas certamente essa experiência gloriosa se realizará na vida do crente, e uma época chegará quando seremos isentos de todo e qualquer pecado. O fim da santificação e da

preservação tem que chegar em algum tempo; ou, pelo menos, há de chegar o crente a um estado em que estará livre do pecado. cremos que esta é uma das experiências que Paulo tinha em vista quando disse: «Para ver se de alguma maneira posso chegar à ressurreição dos mortos.»

Não devemos confundir esta experiência da vida cristã, de ficar isento do pecado, com a perfeição espiritual, porque o estado de perfeição está ainda muito distante do estado de completa libertação do pecado. A condição de não pecar é, como se vê, uma condição negativa. Depois de alcançar este ponto no seu processo de tornar-se semelhante a Deus, o crente tem ainda uma longa jornada, até alcançar o seu aperfeiçoamento. Naturalmente essa vitória final, bem como todas as vitórias na vida cristã, é o resultado da operação de Deus na vida do crente.

Agora, quando chegará o crente a esse estado de pureza, de isenção absoluta do pecado, não podemos dizer. Nesta vida, aqui na terra, não o será, por certo. Mas pode ser que, libertando-se o espírito da carne que o prende e deste meio corrompido em que vivemos, seja muito mais rápido o progresso. E razão há para cremos que o crente, logo após a morte física, entra naquele estado de pureza absoluta e de completa libertação do pecado. Consideremos, ligeiramente embora, as razões que nos levam a pensar desta maneira.

3.9.1. Depois da morte física o homem não tem que lutar com a carne. Não cremos ser a carne a sede do pecado; cremos, porém, firmemente, que a carne traz muitas dificuldades à vida do crente. O próprio apóstolo Paulo diss^o: «Antes subjugo o meu corpo, e o reduzo à servidão, para que, pregando aos outros, eu mesmo não venha dalguma maneira a ficar reprovado.» Há muitas probabilidades de pecar enquanto permanecemos aqui neste mundo, mas, quando o espírito deixar este corpo, não terá mais que lutar contra a carne.

3.9.2. A segunda razão por que cremos que o crente logo depois da morte física chega a uma condição de não pecar mais, é que ele entra num novo ambiente, mais puro e mais perfeito. Por experiência sabemos que muitas tentações surgem do meio em que vivemos; logo depois de deixar este mundo, o crente penetra, imediatamente, na presença de Deus, de Jesus Cristo e dos santos que venceram; e, portanto, encontrará um ambiente mui favorável à sua vida cristã. No livro de Apocalipse 7:9-17, temos um quadro belíssimo, que nos mostra o novo ambiente em que vai viver o crente depois da morte: todos vestidos com vestiduras brancas, cantando hinos de louvor, ao redor do trono de Jesus. Se aqui na terra já não queria o crente pecar, se já odiava o pecado, e, se pecava, era exatamente por não poder fazer o que desejava, que diremos dele em o novo ambiente, onde aspira o suave aroma da pureza e da santidade? Nenhuma razão há para pecar mais. Eis a razão por que cremos que depois da morte o crente não pecará jamais.

3.10. Perfeição

A Bíblia ensina-nos o aperfeiçoamento do crente. Na experiência do arrependimento, da fé e da regeneração, a vida apenas começa. Esta vida chama-se vida eterna. Mas, como sabemos, esta vida está longe de ser aperfeiçoada no seu começo. Há muitos textos das Escrituras Sagradas que exortam o crente a não praticar o pecado e a andar à luz do evangelho. Mas esta vida eterna dada por Deus ao homem vai progredindo, como já vimos no estudo sobre a santificação. Este processo na escala do bem continua além do túmulo, como acabamos de verificar quando tratamos das experiências do crente em chegando ao estado de libertação do pecado. Convém notar, contudo, que o estado de pureza ou de isenção absoluta do pecado a que chega o crente logo depois da morte não é ainda o estado de perfeição. Não devemos confundir uma coisa com a outra. Depois de chegar a libertar-se do pecado, terá ainda o crente diante de si muitas possibilidades, e experiências novas e gloriosas o esperam na vida em Cristo. O estado de libertação do pecado é apenas uma etapa, no além-túmulo, do caminho da salvação; e quando o crente chegar a esse ponto estará em condições de caminhar desembaraçadamente para a perfeição. Então não haverá mais necessidade da exortação que encontramos em Hebreus 12:1: «Portanto, também, nós, pois que estamos

rodeados de uma tão grande nuvem de testemunhas, deixemos todo embaraço, e o pecado que tão de perto nos rodeia, e corramos com perseverança a carreira que nos está proposta. » Então seremos livres de todos os empecilhos que nos dificultam a carreira. A perfeição é uma experiência muito mais adiantada. O crente tornar-se-á perfeito quanto ao seu caráter, mas tem que andar muito além do ponto onde chegou a ser isento do pecado. Que é, então, perfeição? A perfeição consiste, pelo menos, de duas coisas. Ei-las:

3.10.1. Perfeição do caráter. Esta frase significa aqui que todos os poderes do homem serão santificados. Todas as faculdades do homem, tais como a de pensar, a de querer, a de amar, a de consciência própria e a de direção própria se tornarão de acordo com a vontade de Deus. Nenhum pensamento mau passará pela mente do salvo; nenhum desejo mau, nem sentimento perverso lhe entrará no coração, porque cada um dos poderes e todos reunidos estarão em plena harmonia com a mais perfeita santidade de Deus. Puro será o crente no seu modo de pensar, puro nos seus desejos, puro nos seus sentimentos, e a direção plena de sua vida estará toda entregue a o Espírito Santo. O crente terá o poder de só pensar no bem, de só querer o bem, de só amar o bem e de só fazer o bem. O anil nenhuma influência exercerá sobre ele, porque não lhe será possível pensar no mal, nem desejar o mal, nem praticar o mal. Isto se realizará quando for perfeito o seu caráter.

3.10.2. Harmonia dos atos do crente com o seu caráter perfeito. Este é o segundo ponto que desejamos considerar relativamente À perfeição espiritual do crente. Por experiência própria, sabemos que, aqui no mundo às vezes as nossas convicções e a fé que professamos são desmentidas pelos nossos atos. Enquanto aqui na terra, somos infiéis não só a Deus como também a nós mesmos, porque, freqüentemente, há a mais completa desarmonia entre o que somos e o que praticamos. Mas quando atingirmos a perfeição, seremos não só perfeitos de caráter como também de ações. Então tudo quanto o crente fizer estará de acordo com o seu caráter. Cada um de nossos atos será a expressão fiel de um caráter perfeito. Então se realizará o que disse o apóstolo Paulo, quando escrevendo aos coríntios: «Mas, como está escrito: As coisas que o olho não viu e o ouvido não ouviu, e não subiram ao coração do homem serão as que Deus preparou para os que o amam.»

Não confundamos, porém, a perfeição do caráter com a perfeição da personalidade, porque, mesmo depois de o crente ser perfeito quanto ao caráter, a sua personalidade continuará a crescer, a desenvolver-se e a experimentar mais e mais as coisas de Deus. Assim como tem o crente que caminhar muito após haver chegado ao estado de pureza absoluta ou de libertação do pecado, da mesma forma, após haver atingido a perfeição do caráter, muito progresso lhe resta fazer para realizar o aperfeiçoamento da sua personalidade.

3.11. Glorificação

O ato final do processo da salvação será a glorificação do crente por Deus. O apóstolo Paulo ensinou que a glorificação do crente viria em último lugar. Assim escreveu ele em Romanos 8:30: «E, aos que predestinou, a estes também chamou, e, aos que chamou, a estes também justificou; e, aos que justificou, a estes também glorificou. »

Mas, qual será a glória do crente? Não sabemos. Conhecemos que a glória da roseira são as rosas e que a de qualquer árvore são os frutos que produz; mas a glória do crente não conhecemos. «Porque agora vemos por espelho em enigma, mas então veremos face a face; agora conheço em parte, mas então conhecerei como também sou conhecido.»

Antes de partir para a eternidade, disse o mesmo apóstolo:

«Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé. Pelo demais, a coroa da justiça está-me guardada, a qual o Senhor, justo juiz, me dará naquele dia; e não somente a mim, mas a todos os que amarem a sua vinda» (II Timóteo 4:7,8).

Também as seguintes palavras, que escreveu em sua Carta aos Romanos, revelam a sua mais viva esperança: «Porque para mim tenho por certo que as aflições deste tempo presente não são para comparar com a glória que em nós há de ser revelada. Porque a paciente expectativa da criatura espera a manifestação dos filhos de Deus» (Romanos 8:18, 19).

7

A DOUTRINA DO ESPIRITO SANTO

1. A Personalidade do Espírito Santo

2. A Deidade do Espírito Santo

3. O Espírito Santo na História

3.1 — O Espírito Santo no Velho Testamento

3.2 — O Espírito Santo nos Evangelhos

3.3 — O Espírito Santo nos Atos dos Apóstolos e nas Epístolas

4. Peculiaridades

5. Condições para Encher-se do Espírito Santo

6. Necessidade de o Crente Encher-se do Espírito Santo

A DOUTRINA DO ESPIRITO SANTO

O estudo da doutrina do Espírito Santo segue, em ordem natural, o da doutrina de Jesus e o da salvação, porque é o Espírito Santo que tem de aplicar a obra feita por Jesus aos corações dos homens. Infelizmente, o estudo desta doutrina é um dos mais negligenciados, não obstante ser ela uma das mais importantes em toda a Teologia. Há grande necessidade de o crente estudar bem o que ensina a Bíblia sobre o Espírito Santo e o seu trabalho. Há, talvez, mais ignorância sobre o Espírito Santo e o seu trabalho do que sobre qualquer outra fase importante da Teologia. Certamente nenhum crente quer roubar a glória a esta Pessoa da Trindade, e ninguém há que possa ignorar o seu grande trabalho. Pelo que se torna muito necessário que examinemos as Escrituras para vermos o que nela encontramos sobre a Pessoa do Espírito Santo e sobre o seu trabalho.

Esta doutrina também é de máxima importância do ponto de vista prático, porque, se pensarmos do Espírito Santo como mera influência ou poder qualquer, o nosso desejo será, então, saber como podemos nos apossar dessa influência ou poder. Ainda mais, se considerarmos o Espírito Santo como um ser impessoal,

havemos de considerar o trabalho de converter o mundo como um trabalho nosso. E, assim sendo, a questão será, como é que podemos lançar mão deste poder a fim de fazer melhor o nosso trabalho?

1. A PERSONALIDADE DO ESPÍRITO SANTO

Devemos, porém, pensar no Espírito Santo como no-lo apresenta a Bíblia, isto é, como uma Pessoa. E então a nossa preocupação não será mais como podemos nos apossar do Espírito para realizarmos o nosso trabalho, senão como nos entregarmos a ele para que realize, por nosso meio, a sua obra no mundo. Há grande diferença entre a idéia de fazermos muita coisa por meio do Espírito Santo e a idéia de o Espírito Santo operar maravilhas por nosso meio. A primeira idéia é pagã, exalta o homem acima do Espírito Santo. Quem lê a história sabe que os pagãos queriam que os seus deuses os auxiliassem em todo empreendimento. Abraão Lincoln disse que fazia mais empenho em estar ao lado de Deus do que em estar Deus ao seu lado. O homem é quem auxilia a Deus, e não Deus ao homem. A idéia de que o Espírito Santo é o dirigente e que o homem deve cooperar com ele é uma idéia cristã, porque exalta o Espírito Santo acima do homem e leva este a descobrir-se e a santificar-se na presença dele. Infelizmente, há muitas pessoas que têm a mesma atitude para com o Espírito Santo que Pedro mostrou uma vez para com Jesus. «Desde então começou Jesus a mostrar aos seus discípulos que convinha ir a Jerusalém, e padecer muito dos anciãos, e dos principais dos sacerdotes, e dos escribas, e ser morto, e ressuscitar ao terceiro dia. E Pedro, tomando-o de parte, começou a repreendê-lo, dizendo: Senhor, tem compaixão de ti; de modo nenhum te aconteça isso. Ele, porém, voltando-se, disse a Pedro: Arreda-te de diante de mim, Satanás, que me serves de escândalo; porque não compreendes as coisas que são de Deus, mas só as que são dos homens» (Mateus 16:21-23). Infelizmente, há servos que querem ensinar os seus mestres. Pedro achou que Jesus estava errado.

A questão, para nós, não é, portanto, saber como podemos possuir mais do Espírito Santo para fazermos o nosso trabalho, mas, ao contrário, é saber como é que o Espírito Santo pode possuir mais de nós para realizar a sua obra na transformação do mundo.

Toda a honra e glória da salvação deste mundo não pertence a nós, mas a Deus Pai, a Deus Filho e a Deus Espírito Santo. Enfatizemos bem, então, qual deve ser a verdadeira atitude do crente para com o Espírito Santo. O Espírito Santo é o dirigente, o crente coopera com ele; o Espírito Santo é o mestre e o crente é o discípulo. E a questão, repetimos, não é tanto de o crente possuir o Espírito Santo, como de o Espírito Santo possuir inteiramente o crente.

Notemos agora o que diz a Bíblia sobre a personalidade do Espírito Santo. A Bíblia oferece-nos quatro provas de que o Espírito Santo é uma Pessoa.

1.1. A primeira prova da personalidade do Espírito Santo. Todos os atributos de uma pessoa são, pela Bíblia, atribuídos ao Espírito Santo. Quais são então estes atributos de uma pessoa? São cinco: Pensar, Sentir, Querer, Consciência Própria e Direção Própria. Portanto, qualquer ser que pensa, que ama, que quer, que tem direção própria e consciência própria é uma pessoa. Quando a Bíblia afirma que o Espírito Santo é uma pessoa, não diz que ele tem olhos, nariz, etc., porque estas coisas são partes do corpo, e não elementos componentes de uma pessoa. Quando a Bíblia afirma que o Espírito Santo é uma pessoa, afirma que ele pensa, ama, quer, que tem o poder de direção própria e consciência própria. E, convém notar bem, quando a Bíblia afirma que o Espírito Santo é uma Pessoa, afirma, *ipso facto*, que ele não é mera influência, mero poder, como o vento. O vento não tem os característicos de uma pessoa. Não pensa, não sente, não quer. O Espírito Santo, porém, é uma pessoa, como o Pai, como Jesus Cristo e como qualquer outra pessoa. Ele tem todos os elementos que constituem uma personalidade. Examinemos, pois, as escrituras que indicam que o Espírito Santo possui os elementos de uma pessoa.

Ao Espírito é atribuído o poder de saber até as coisas mais profundas de Deus: «Porém Deus no-las revelou pelo seu Espírito; porque o Espírito Santo penetra todas as coisas, ainda as profundezas de Deus. Por que, qual dos homens sabe as coisas do homem, senão o espírito do homem, que nele está? Assim também ninguém sabe as coisas de Deus, senão o Espírito de Deus» (1 Coríntios 2:10, 11). Estas palavras devem confortar-nos muito, porque revelam que temos um Ensinador de tão grande saber. O Espírito Santo está nas condições de revelar-nos as coisas cuja revelação há sido impossível antes da sua vinda. Como sabemos, Jesus revelou o Pai; e, agora, o Espírito Santo está pronto a nos revelar e explicar tudo quanto Jesus veio fazer e ensinar. «Mas aquele Consolador, o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as coisas, e vos fará lembrar de tudo quanto vos tenho dito» (João 14:26). O primeiro atributo pessoal, então, que a Bíblia menciona em relação ao Espírito Santo é o atributo do saber.

O Espírito Santo possui também o poder de querer, segundo lemos em 1 Coríntios 12:11: «Mas um só e o mesmo Espírito obra todas estas coisas, repartindo particularmente a cada um como quer.» O Espírito Santo não pode ser mera influência de que usemos ao nosso bel-prazer; porém, é uma Pessoa que se serve de nós segundo a sua própria vontade. Este pensamento é fundamental em qualquer verdadeira compreensão da doutrina do Espírito Santo. Há muitas falhas em nossa vida cristã que se originam de uma falsa noção do Espírito Santo e de uma falsa atitude nossa para com ele. Em vez de querermos que o Espírito Santo esteja às nossas ordens, devemos, antes, nos colocar à sua disposição, porque ele é uma Pessoa. Ele é a Terceira Pessoa da Trindade de Deus, que está, neste mundo, pronto para cooperar com o crente em tudo quanto se relaciona com o reino de Deus. Devemos render graças ao Senhor, porque há uma Pessoa sábia e santa, que está não só pronta, mas também desejosa de nos revelar as coisas mais profundas do tesouro da sabedoria divina. Acabemos, pois, com a idéia, tão comum e errônea, de que o Espírito Santo é uma influência que o crente pode reter em seu poder. A Bíblia ensina que ele é uma pessoa porque pensa, porque sente, porque quer; e a nossa atitude para com ele deve ser a de um discípulo para com o seu mestre. Jesus pode servir de modelo neste sentido, porque ele viveu aqui na terra sempre debaixo da direção do Espírito Santo. Nasceu assim e assim morreu.

Em Romanos 8:27 aprendemos alguma coisa sobre a personalidade do Espírito Santo. Aprendemos neste verso a sua intenção. «E aquele que examina os corações sabe qual seja a intenção do Espírito; porquanto ele, segundo Deus, intercede pelos santos.» Este termo «intenção» é grande e abrange mais do que a faculdade de pensar. A intenção revela o propósito da pessoa. E bem sabemos que um propósito é o resultado do raciocínio. O Espírito Santo não somente sabe, mas tem também vontade e intenção em relação aos crentes.

Em Romanos 15:30 encontramos mais um atributo pessoal do Espírito Santo, que é o amor. «E rogo-vos, irmãos, por nosso Senhor Jesus Cristo e pelo amor do Espírito, que combatais comigo em orações por mim a Deus.» O Espírito Santo é uma pessoa que nos ama. Fazemos muito no amor de Deus, no amor de Jesus Cristo e bem pouco meditamos no amor do Espírito Santo para conosco. Mas não deve ser assim, porque o Espírito Santo não só está conosco sempre, mas também nos ama sempre. Se não fosse o grande amor de Deus, Jesus não teria vindo a este mundo. E, se não fosse o grande amor do Espírito Santo, ele não nos buscaria para convencer-nos do pecado, da justiça e do juízo.

Vemos, graças a Deus, que o Espírito Santo é uma Pessoa mie nos ama tanto como o Pai e o Filho. Sem fazer comparação entre as Pessoas da Trindade, dizemos aqui que talvez a Pessoa mais paciente para com os crentes e descrentes é o Espírito Santo. A Bíblia fala da ira de Deus, fala de Jesus, algumas vezes, indignado, mas nunca fala da ira ou da indignação do Espírito Santo. Quantas vezes tanto o crente como o descrente rejeita tudo quanto o Espírito Santo quer fazer para o seu próprio bem, e, contudo, ao que é sinceramente crente, ainda que muito fraco, ele nunca abandona!

«E não entristeçais o Espírito Santo de Deus, no qual estais selados para o dia da redenção» (Efésios 4:30). A tristeza segundo esta passagem é outro elemento pessoal do Espírito Santo. Daqui depreendemos claramente que o Espírito Santo não é um poder qualquer que Deus manda sobre nós. Porém vemos que ele é uma pessoa que podemos entristecer com o nosso procedimento. E, quantas vezes não entristecemos esse visitante celestial! Certamente todos os dias da nossa vida damos motivos para o entristecimento do Espírito de Deus. A Bíblia ensina, como veremos mais adiante, que ele habita em nós. E quantas coisas tristes ele encontra em nossa vida! As vezes os pais se entristecem quando os filhos procedem mal na presença de pessoas que os visitam. E, se assim acontece com os pais, que são imperfeitos, quanto mais não será com o Espírito Santo, vendo as coisas que passam diariamente na nossa vida? Devemos, pois, fazer o máximo possível para guardar puro o nosso pensamento, elevado o nosso sentimento, e santo o nosso desejo, porque o Espírito Santo de Deus é tão santo que, por isso mesmo, se chama Espírito Santo; e, é certo que ele sente, profundamente, as nossas impurezas. «Não sabeis vós que sois o templo de Deus, e que o Espírito de Deus habita em vós?» (1 Coríntios 3:16).

1.2. Segunda prova da personalidade do Espírito Santo. A Bíblia atribui ao Espírito Santo atos que só podem ser praticados por uma pessoa. Já vimos que o Espírito Santo penetra até as profundezas de Deus; vimos também que ele tem o poder ou o dom de nos ensinar estas coisas que conhece do tesouro de Deus.

O Espírito Santo fala: «Quem tem ouvidos ouça o que o Espírito diz às igrejas: ao que vencer, dar-lhe-ei a comer da árvore da vida, que está no meio do paraíso de Deus» (Apocalipse 2:7).

O Espírito Santo clama: «E, porque sois filhos, Deus enviou aos vossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: «Aba Pai» (Gálatas 4:6). «E da mesma maneira também o Espírito ajuda as nossas fraquezas; porque não sabemos o que havemos de pedir como convém, mas o mesmo Espírito intercede por nós com gemidos inexprimíveis» (Rom. 8:26). Conheci um homem que ficou muito triste quando perdeu o seu único filho. E tão grande lhe era a dor que não podia falar nem chorar. Ele demonstrava a dor do coração com gemidos, mas gemidos exprimíveis. Mas a intercessão do Espírito vai muito além, porque é feita com gemidos inexprimíveis. Que intercessão poderosa!

Grande deve ser a nossa consolação, sabendo que temos um Intercessor tão maravilhoso! O crente está cercado de intercessores:

Cristo no céu, e o Espírito Santo na Terra.

Mas, além de penetrar as profundezas de Deus e de interceder por nós, o Espírito Santo também nos ensina acerca de Jesus Cristo. O Espírito Santo testifica de Jesus, como Jesus testifica do Pai. «Mas quando vier o Consolador, que eu da parte do Pai vos hei de enviar, a saber, aquele Espírito de verdade, que procede do Pai, ele testificará de mim. E vós também testificareis, pois estivestes comigo desde o princípio.» Nestes versos o Espírito Santo testifica de Jesus Cristo, e o seu testemunho está claramente distinguido do testemunho do crente em que ele habita.

Nesse mesmo Evangelho, capítulo 14:16, temos outra passagem no mesmo sentido: «Mas aquele Consolador, o Espírito Santo, que o Pai vos enviará em meu nome, este vos ensinará todas as coisas e vos fará lembrar de tudo quanto vos tenho dito.»

O Espírito Santo é também o nosso Guia: «Ainda tenho muitas coisas que vos dizer, mas vós não as podeis suportar agora; porém, quando vier aquele Espírito de verdade, ele vos guiará em toda a verdade; porque não falará de si mesmo, mas falará tudo o que tiver ouvido, e vos anunciará as coisas que hão de vir. Ele me glorificará, porque há de receber do que é meu, e vo-lo há de anunciar» (João 16:12-14). Que grande privilégio este do crente, de ter o Espírito Santo como guia da sua vida! Que direção sábia daria à nossa vida se nos entregássemos inteiramente a ele! Não há razão para o crente errar, porque o seu guia é

infalível. Também nenhuma razão tem o crente para ignorar a sabedoria de Deus, porque temos no Espírito Santo um Explicador Perfeito, que conhece as profundezas de Deus.

Em Romanos 8:14 se nos depara de novo a mesma idéia de que o Espírito Santo é o nosso Guia. «Porque todos quantos são guiados pelo Espírito de Deus, estes são filhos de Deus.»

Atos 16:6 é uma passagem deveras interessante. Vemos aqui que o Espírito Santo dominava inteiramente a vida dos apóstolos. «E, passando pela Frígia e pela província da Galácia, foram impedidos pelo Espírito Santo de anunciar a palavra na Ásia. » A leitura cuidadosa do livro dos Atos dos Apóstolos nos é de muito proveito.

1.3. Terceira prova da personalidade do Espírito Santo. A terceira prova que apresentamos da personalidade do Espírito Santo é que o seu ofício é tal que só uma pessoa pode exercer. E ele é chamado o Consolador, que veio substituir a Jesus, o Grande Consolador das nossas almas. «E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará / outro Consolador, para que fique convosco para sempre: O Espírito de verdade, que o mundo não pode receber, porque não o vê nem o conhece, mas vós o conheceis, porque habita convosco e estará em vós» (João 14:16, 17). Os discípulos ficaram muito tristes quando Jesus lhes disse que ia embora; porém Jesus os consolou, prometendo mandar outro Consolador, que ficaria com eles. Esta promessa feita por Jesus é uma das mais consoladoras que temos nas Escrituras. A fim de compreendermos bem este termo Consolador, é preciso que o interpretemos à luz da história de Jesus e dos seus discípulos. Desde o início do seu ministério terrestre, Jesus era tudo para os seus discípulos. Eles recorriam sempre a Jesus quando se lhes deparava qualquer problema que não podiam resolver. Por exemplo, vejamos o procedimento deles na ocasião da multiplicação dos pães e dos peixes, e nas bodas de Caná da Galiléia. Os discípulos dependiam sempre de Jesus. Foi ele quem fez tudo para eles, e por isso, quando ele lhes participou que ia embora, naturalmente ficaram entristecidos, porque eram homens inexperientes e não tinham confiança em si mesmos. Desde o começo da sua vida cristã, tinham estado com Jesus, e ele sempre providenciou tudo o que lhes era mister. Jesus, porém, os confortou grandemente, prometendo outro Consolador; uma pessoa que poderia fazer por eles ainda mais do que Jesus havia feito. Por isso, Jesus mesmo disse: «Convém que eu vá», mostrando, assim, que era até melhor que ele fosse, para que viesse o Espírito Santo. As vezes temos pensado que melhor teria sido para nós, os crentes, se pudéssemos ter vivido em companhia de Jesus quando ele andava aqui na terra. Talvez tenhamos tido, às vezes, inveja dos apóstolos, que andavam com ele dia após dia. E verdade, porém, que os crentes de hoje têm privilégios maiores e mais gloriosos do que os próprios discípulos que com ele conviveram. Se assim não fosse, Jesus não teria dito: «Convém que eu vá.» Sem dúvida, era grande o privilégio dos apóstolos de andarem com Jesus e habitarem com ele, porém muito maior ainda é o privilégio que temos de andar com o Espírito Santo e tê-lo habitando em nós, em vez de conosco.

O Espírito Santo está em condições de manter uma relação muito mais íntima conosco do que Jesus podia manter quando estava na carne. E, um dos pensamentos mais confortantes é este, de termos no Espírito Santo uma pessoa tão real, tão divina, tão amável, tão digna da nossa confiança, tão pronta a nos socorrer como nos dias em que Jesus esteve aqui na terra. E, como já observamos, o Espírito Santo está em condições de fazer por nós o que Cristo na carne não podia fazer. O crente de hoje goza de privilégios que nem os primeiros apóstolos gozaram, a não ser depois da vinda desse Consolador. E, como Jesus resolvia os problemas materiais dos seus discípulos, o Espírito Santo, estando sempre presente em nossa vida, também pode resolver todos os problemas que se nos deparam.

Uma vez um dos discípulos de Jesus achava-se sozinho, no mar agitado, correndo risco de vida, e o Mestre não estava com ele. Isto nunca acontece com o Espírito Santo, porque uma das razões por que Jesus disse «convém que eu vá» era que o Espírito Santo viria e ficaria com o crente para sempre. Pouco importa ao crente quantos inimigos o rodeiem, pois ele tem ao seu lado o Consolador, que pode vencer até os inimigos

mais terríveis. Certamente a nossa vida cristã tornar-se-ia muito mais rica e cheia de consolação se nós nos compenetrássemos bem desta grande verdade: que o Espírito Santo é realmente uma pessoa, o Grande Consolador, o Amparador do verdadeiro crente em Jesus Cristo.

1.4. Quarta prova da personalidade do Espírito Santo. O quarto fato que demonstra a personalidade do Espírito Santo é que lhe é feita uma referência como a uma pessoa. As palavras que citamos a seguir se encontram no livro de Isaías 63:10: «Porém eles foram rebeldes, contristaram o seu Espírito Santo; pelo que se lhes tornou em inimigo, e ele mesmo pelejou contra eles.» E claro que uma influenciar não se pode entristecer, porém uma pessoa sim.

O autor da Carta aos Hebreus confirma esta idéia que encontramos na passagem supracitada. «De quanto maior castigo cuidais vós será julgado digno aquele que pisar o Filho de Deus, e tiver por profano o sangue do Testamento, com que foi santificado, e fizer agravo ao Espírito da graça?» (Hebreus 10:29).

Segundo Atos 5:3, o Espírito Santo recebe também o tratamento de uma pessoa: «Disse então Pedro: Ananias, por que encheu Satanás o teu coração, para que mentisses ao Espírito Santo, e retivesses parte do preço da herdade?»

A mesma idéia encontramos abonada em Mateus 12:31 e 32:

«Portanto, eu vos digo: todo pecado e blasfêmia se perdoará aos homens; porém a blasfêmia contra o Espírito Santo não será perdoada aos homens. E, se qualquer falar alguma palavra contra o Filho do homem, ser-lhe-á perdoado, mas, se alguém falar contra o Espírito Santo, não lhe será perdoado, nem neste século nem no futuro. »

Assim temos examinado ligeiramente o que diz a Bíblia sobre a verdade tão preciosa de que o Espírito Santo é uma Pessoa. Diante destas escrituras não pode haver nenhuma dúvida sobre este grande fato. Teoricamente os crentes, em geral, aceitam esta verdade; porém, infelizmente, deixam de realizá-la na sua vida. O Espírito Santo veio a fim de abrir ao crente as riquezas da graça de Deus; e, não obstante ser este o seu desejo, muitos dos crentes passam os dias na maior pobreza espiritual. Não devemos continuar nestas condições. Façamos um esforço especial para que vivamos em comunhão com Deus e para que estejamos sempre conscientes de que temos constantemente conosco uma Pessoa, o Espírito Santo, que pode fazer por nós até mais do que Cristo conseguiu fazer enquanto na carne. Seja a nossa oração diária a que se encontra em II Coríntios 13:13: «A Graça do Senhor Jesus Cristo, e o amor de Deus, e a comunhão do Espírito Santo seja com todos vós. Amém.»

2. A DEIDADE DO ESPIRITO SANTO

Acabamos de considerar as provas que nos apresentam as Escrituras sobre a personalidade do Espírito Santo; e, se dermos o devido crédito às passagens examinadas, não nos restará nenhuma dúvida já sobre este ponto. O Espírito Santo é uma Pessoa e como tal deve ser considerado e tratado por nós. Estudemos, a seguir, as passagens da Bíblia que ensinam que o Espírito Santo é Deus.

2.1. O Espírito Santo é expressamente chamado Deus

«Depois disto ouvi a voz do Senhor, que dizia: A quem enviarei, e quem há de ir por nós? Então disse eu: Eis-me aqui, envia-me a mim. Então disse ele: Vai, e dize a este povo: Ouvis, de fato, e não entendeis, e vedes, em verdade, mas não percebeis» (Isaías 6:8, 9). No livro dos Atos dos Apóstolos lemos as palavras que seguem: «E, como ficaram entre si discordes, se despediram, dizendo Paulo esta palavra: Bem falou o Espírito a nossos pais pelo profeta Isaías, dizendo: Vai a este povo, e dize: De ouvidos ouvireis, e de maneira nenhuma entendereis; e, vendo, vereis, e de maneira nenhuma percebereis» (Atos 28:25,26). Como

vimos, naquela passagem do livro de Isaías é Deus quem fala; mas nesta de Atos é o Espírito Santo que, desta maneira, se identifica com Deus.

Leiamos também Jeremias 31:33, 34 em conexão com Hebreus 10:15, 16: «Eis que dias vêm, diz o Senhor, em que farei um concerto novo com a casa de Israel e com a casa de Judá. Não conforme o concerto que fiz com seus pais, no dia em que os tomei pela mão, para os tirar da terra do Egito; porque eles invalidaram o meu concerto, ainda que me desposei com eles, diz o Senhor. Mas este é o concerto que farei com a casa de Israel depois daqueles dias, diz o Senhor: Porei a minha lei no seu interior, e a escreverei no seu coração; e lhes serei a eles por Deus e eles me serão a mim por povo. E não ensinará alguém mais a seu próximo, nem alguém a seu irmão, dizendo: Conheci ao Senhor: porque todos me conhecerão, desde o mais pequeno deles até ao maior deles, diz o Senhor: porque lhes perdoarei a sua maldade, e nunca mais me lembrarei dos seus pecados.» Assim lemos em Hebreus: «E também o Espírito Santo no-lo testifica, porque depois de haver antes dito: Este é o concerto que farei com eles depois daqueles dias, diz o Senhor: Porei as minhas leis em seus corações, e as escreverei em seus entendimentos.» Concluimos, pois, da conexão destas passagens, que o Espírito Santo da Carta aos Hebreus é o «Senhor» do livro de Jeremias.

As seguintes palavras, que o apóstolo Paulo escreveu aos coríntios, nos falam claramente da deidade do Espírito Santo: «Mas todos nós, com cara descoberta, refletindo, como um espelho, a glória do Senhor, somos transformados de glória em glória na mesma imagem, como pelo Espírito do Senhor» (II Coríntios 3:18).

Citemos ainda mais estas palavras do apóstolo Pedro: «Disse então Pedro: Ananias, por que encheu Satanás o teu coração, para que mentisses ao Espírito Santo...? Não mentiste aos homens, mas a Deus» (Atos 5:3, 4).

2.2. O Espírito Santo possui os atributos de Deus, segundo as Escrituras

Ele era o Criador: «... e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas» (Gênesis 1:2).

O Espírito Santo é eterno: «Quanto mais o sangue de Cristo, que pelo Espírito Santo se ofereceu a si mesmo imaculado a Deus, purificará as vossas consciências das obras mortas para servirdes ao Deus vivo?» (Hebreus 9:14).

O Espírito Santo é onisciente: «Mas, como está escrito: As coisas que o olho não viu, e o ouvido não ouviu, e não subiram ao coração do homem são as que Deus preparou para os que o amam. Porém Deus no-las revelou pelo seu Espírito; porque o Espírito penetra todas as coisas, ainda as profundezas de Deus. Porque, qual dos homens sabe as coisas do homem, senão o espírito do homem, que nele está? assim também ninguém sabe as coisas de Deus, senão o Espírito de Deus» (1 Coríntios 2:9-11).

O Espírito Santo é onipresente: «Para onde me irei do teu Espírito, ou para onde fugirei da tua face? Se subir ao céu, lá tu estás; se fizer no inferno a minha cama, eis que tu ali estás também. Se tomar as asas da alva, se habitar nas extremidades do mar, até ali a tua mão me guiará e a tua destra me susterá» (Salmos 139:7-10).

2.3. A Bíblia atribui ao Espírito Santo obras que só Deus podia fazer

a) O Espírito criou o homem e deu-lhe a vida: «O Espírito de Deus me fez e a inspiração do Todo-Poderoso me deu a vida» (Jó 33:4).

b) O Espírito Santo é o Criador: «Envias o teu Espírito, e são criados, e assim renovas a face da terra» (Salmos 104:30).

c) O Espírito Santo ressuscitou a Jesus: «E, se o Espírito daquele que dos mortos ressuscitou a Jesus habita em vós, aquele que dos mortos ressuscitou a Cristo também vivificará os vossos corpos mortais pelo seu Espírito, que em vós habita» (Romanos 8:11).

d) O Espírito justificará e santificará o crente: «... mas haveis sido santificados, mas haveis sido justificados em nome do Senhor. Jesus, e pelo Espírito do nosso Deus» (1 Coríntios 6:11).

e) O Espírito Santo ensina ao crente como deve proceder: «E, quando vos conduzirem às sinagogas, aos magistrados e potestades, não estejais solícitos de como ou do que haveis de responder, nem do que haveis de falar. Porque na mesma hora vos ensinará o Espírito Santo o que vos convenha falar» (Lucas 12:11, 12).

f) O Espírito Santo distribui dons espirituais: «Porque a um, pelo Espírito, é dada a palavra da sabedoria; e a outro, pelo mesmo Espírito, a palavra da ciência; e a outro, pelo mesmo Espírito, a fé; e a outro, pelo mesmo Espírito, os dons de curar; e a outro, a operação de maravilhas; e a outro, a profecia; e a outro, o dom de discernir os espíritos; e a outro, a variedade de línguas; e a outro, a interpretação de línguas; mas um só e o mesmo Espírito obra todas estas coisas, repartindo particularmente a cada um como quer» (1 Coríntios 12:8-11).

Como acabamos de ver destas passagens, é impossível atribuir estes poderes tão maravilhosos à mera influência ou a uma pessoa que não seja divina. Só uma pessoa, a pessoa divina, é capaz de fazer o que a Bíblia alega haver feito o Espírito Santo. Aceitando, pois, os ensinamentos da Bíblia, não podemos fugir à conclusão de que o Espírito Santo não é simplesmente uma pessoa, mas uma Pessoa Divina, e tão Divina como o Pai e o Filho.

Além de tudo o que fica dito, devemos-nos lembrar de que é possível pecar irremediavelmente contra o Espírito Santo. «Portanto, eu vos digo: todo pecado e blasfêmia se perdoará aos homens, porém a blasfêmia contra o Espírito Santo não será perdoada aos homens. E, se qualquer falar alguma palavra contra o Filho do homem, ser-lhe-á perdoado, mas, se alguém falar contra o Espírito Santo, não lhe será perdoado, nem neste século nem no futuro» (Mateus 12:31, 32).

Convém que nos lembremos também de que o nome do Espírito Santo se acha inseparavelmente ligado ao nome do Pai e do Filho. «Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo.» Se o Espírito Santo não fosse uma Pessoa Divina, não haveria razão para o seu nome aparecer ligado assim tão intimamente ao nome do Pai e do Filho. Em cada razão que se nos depara para crermos na personalidade e na deidade do Pai e do Filho, temos outra razão para crermos também na personalidade e na deidade do Espírito Santo; porque, se o Espírito Santo não é uma pessoa divina, não temos Trindade e nem Trindade. E, uma vez destruída a Trindade, abre-se logo caminho para negar a deidade de Jesus, e, finalmente, a existência do próprio Deus. Cumpre-nos, pois, aceitar com sinceridade o que a Bíblia nos ensina sobre a personalidade e deidade do Espírito Santo. E ainda mais, cada crente tem o grande dever de considerar e tratar o Espírito como uma Pessoa, e Pessoa Divina.

O ponto prático deste estudo para nós, os crentes, não é, como dissemos em um dos parágrafos precedentes, tanto a questão de como havemos de receber o Espírito Santo, senão de como nos entregaremos ao Espírito Santo, para que a vontade sua, do Pai e do Filho seja feita em nossa vida. Assim seja.

3. O ESPÍRITO SANTO NA HISTÓRIA

Havendo concluído o nosso estudo sobre a personalidade e deidade do Espírito Santo, desejamos agora encetar um estudo desta Pessoa da Trindade, ainda que ligeiramente, na história. O Espírito Santo tem trabalhado muito desde os dias da criação até os dias presentes. De todas as pessoas que têm trabalhado para o progresso da criação, ele é não só uma das mais poderosas, mas também uma das mais ativas. Se

bem que haja trabalhado em oculto, os seus feitos são importantíssimos em relação ao progresso do mundo. A história das atividades do Espírito Santo pode ser dividida em três partes.

3.1. O Espírito Santo no Velho Testamento

Estudando a história do Espírito Santo no Velho Testamento, encontramos os seguintes fatos: O Espírito Santo é o mesmo Deus, mas, ao mesmo tempo, de certa maneira, distingue-se de Deus. Porém não no sentido de ensinar a doutrina da Triunidade ou da Trindade, porque, como já notamos, só encontramos, no Velho Testamento, a doutrina da Unidade de Deus, e não a da Trindade.

No livro de Gênesis, cap. 1, verso 2, encontramos estas palavras: «. . . e o Espírito de Deus se movia sobre a face das águas.»

São deste mesmo livro ainda estas palavras: «Então disse o Senhor: Não contendará o meu Espírito para sempre com o homem; porque ele também é carne: porém os seus dias serão cento e vinte anos» (Gênesis 6:3). No livro dos Salmos temos uma passagem que revela, assim como as que já citamos, certa distinção entre Deus e o Espírito Santo. «Não me lances fora da tua presença, e não retires de mim o teu Espírito voluntário» (Salmos 51:11).

O Velho Testamento ensina:

3.1.1. Que foi o Espírito de Deus que estabeleceu a ordem no caos. É interessante notar a palavra que se usa no verso 2 do primeiro capítulo de Gênesis com referência ao trabalho do Espírito Santo na criação. O vocábulo no original é igual a «incubar», usado no sentido de chocar ovos. «O Espírito de Deus se movia», isto é, chocava e trazia ordem ao caos.

3.1.2. Que o Espírito de Deus é quem dá vida ao homem:

«Dando-lho tu, eles o recolhem; abres a tua mão, e se enchem de bens. Escondes o teu rosto, e ficam perturbados: se lhes tiras o fôlego, morrem e voltam para o seu pó. Envias o teu Espírito, e são criados, e assim renovas a face da terra» (Salmos 104:28-30).

3.1.3. Que diversos poderes foram conferidos ao homem pelo Espírito Santo, como vimos nos casos de Sansão e Jefté. «Então o Espírito do Senhor veio sobre Jefté, e atravessou ele por Gileade e Manassés: porque passou até Mizpá de Gileade, e de Mizpá de Gileade passou até aos filhos de Amom» (Juízes 11:29). «Então o Espírito do Senhor se apossou dele tão possantemente que o fendeu dalto a baixo, como quem fende um cabrito, sem ter nada na sua mão; porém nem a seu pai nem a sua mãe deu a saber o que o filho tinha feito» (Juízes 14:6).

3.1.5. Que o Espírito Santo foi quem deu aos profetas o poder de Deus aos homens. Isto é, não aos homens em geral, mas a certos homens. «Eis que eu tenho chamado por nome a Bezaleel, o filho de Uri, filho de Hur, da tribo de Judá, e o enchi do espírito de Deus, de sabedoria, e de entendimento, e de ciência em todo o artifício, para inventar invenções, e obrar em ouro, em prata e em cobre, e em lavramento de pedras para engastar, e em artifício de madeira, para obrar em todo labor» (Êxodo 31:2-5).

3.1.5. Que o Espírito Santo foi quem deu aos profetas o poder de revelar a verdadeira vontade de Deus. «Então entrou em mim o espírito, falando ele comigo, que me pôs sobre os meus pés, e ouvi o que me falava» (Ezequiel 2:2). «E estendeu a forma de uma mão, e me tomou pelos cabelos da minha cabeça; e o Espírito me levantou entre a terra e o céu, e me trouxe a Jerusalém em visões de Deus, até a entrada da porta do pátio de dentro, que olha para o norte, onde estava o assento da imagem dos ciúmes, que provoca ciúmes» (Ezequiel 8:3).

3.1.6. Que o caráter moral e espiritual do homem é atribuído ao Espírito Santo. «Porém eles foram rebeldes e contristaram o seu Espírito Santo; pelo que se lhes tornou em inimigo, e ele mesmo pelejou contra eles» (Isaías 63:10). Foi mais ou menos nessa época que o Espírito de Deus começou a ser chamado Espírito Santo.

3.1.7. Que o Espírito Santo havia de ungir o Messias. (Convém notar que aqui as profecias começaram a falar da vinda do Espírito Santo.) «Porque sairá uma vara do trono de Jessé, e um renovo crescerá das suas raízes. E repousará sobre ele o espírito do Senhor, o espírito de sabedoria e de inteligência, o espírito de conselho e de fortaleza, o espírito de conhecimento e de temor do Senhor. E o seu deleite será no temor do Senhor: e não julgará segundo a vista dos seus olhos, nem repreenderá segundo o ouvir dos seus ouvidos, mas julgará com justiça aos pobres, e repreenderá com equidade aos mansos da terra, porém ferirá a terra com a vara de sua boca, e com o assopro dos seus lábios matará ao ímpio, porque a justiça será o cinto dos seus lombos, e a verdade o cinto dos seus rins» (Isaías 11:1-5). «Eis aqui o meu servo, a quem sustenho, o meu eleito, em que se apraz a minha alma; pus o meu espírito sobre ele, juízo produzirá aos gentios. Não clamará, nem alçará a sua voz, nem fará ouvir a sua voz na praça. A cana trilhada não quebrará, nem apagará o pavio que fumeja: com verdade produzirá o juízo» (Isaías 42:1-3).

3.1.8. A vinda do Espírito nas profecias: «E há de ser que depois derramarei o meu Espírito sobre toda a carne, e vossos filhos e vossas filhas profetizarão, os vossos velhos sonharão sonhos, os vossos mancebos verão visões. E também sobre os servos e sobre as servas naqueles dias derramarei o meu Espírito» (Joel 2:28, 29).

Do estudo destas passagens vemos, mui claramente, que o Espírito Santo no Velho Testamento não era para todos em geral, senão para alguns poucos escolhidos. E interessante notar também que os resultados da sua presença eram visíveis, isto é, manifestavam-se em entusiasmo, arrebatamento, transporte, etc.; porém, com o transcorrer dos anos, acentuavam-se mais os fins espirituais e invisíveis. Exemplo disso temos nos profetas, que, pela operação do Espírito Santo, puderam enxergar e compreender com mais clareza o plano de Deus para a redenção deste mundo.

Este é um ligeiro esboço das atividades do Espírito, segundo no-las apresenta o Velho Testamento. Como podemos ver, o Espírito Santo trabalhou muito ativamente desde o início da criação. Ao princípio, a sua ação era limitada a esta ou àquela pessoa, a esta ou àquela localidade; porém, à medida que nos vamos aproximando do Novo Testamento, o raio de ação do Espírito Santo se vai estendendo cada vez mais. A considerar, pela marcha dos acontecimentos no Velho Testamento, é de esperar que a atividade do Espírito Santo no Novo Testamento seja de uma intensidade febril.

3.2. O Espírito Santa nos Evangelhos

Nos quatro Evangelhos se nos deparam as atividades do Espírito Santo, especialmente, em relação ao ministério de Jesus. Nenhuma outra pessoa há, no Novo Testamento, tão relacionada com o Espírito quanto Jesus.

3.2.1. Jesus foi concebido pelo poder do Espírito Santo: E, respondendo o anjo, disse-lhe: Descerá sobre ti o Espírito Santo, e a virtude do Altíssimo te cobrirá com a sua sombra; pelo que também o Santo, que de ti há de nascer, será chamado Filho de Deus» (Lucas 1:35).

3.2.2. E Jesus encheu-se do Espírito Santo por ocasião do batismo. «E aconteceu que, como todo o povo fosse batizado e sendo batizado também Jesus, e orando, abriu-se o céu, e o Espírito Santo desceu sobre ele em forma corpórea, como uma pomba; e ouviu-se uma voz do céu, que dizia: «Tu és o meu Filho amado, em ti me tenho comprazido» (Lucas 3:21,22).

3.2.3. Jesus foi guiado pelo Espírito Santo: «E Jesus, cheio do Espírito Santo, voltou do Jordão e foi levado pelo Espírito ao deserto» (Lucas 4:1). «O Espírito do Senhor está sobre mim, porquanto me ungiu para evangelizar os pobres, enviou-me a curar os quebrantados do coração» (Lucas 4:18).

3.2.4. Jesus expulsou demônios pelo poder do Espírito Santo:

«Mas, se eu expulso os demônios pelo Espírito de Deus, é consequentemente chegado a vós o reino de Deus» (Mateus 12:28).

3.2.5. Jesus foi apontado por João Batista como aquele que havia de batizar com o Espírito Santo, e esta promessa confirmou-a o próprio João Batista no seu último discurso: «E eu, na verdade, vos batizo com água, para o arrependimento; mas aquele que vem após mim é mais poderoso do que eu; cujas alpacas não sou digno de levar; ele vos batizará com o Espírito Santo e com fogo» (Mateus 3:11). O cumprimento desta promessa encontramos narrado em Atos 2:4: «E todos foram cheios do Espírito Santo, e começaram a falar noutras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem. »

3.2.6. Jesus foi levado ao deserto pelo Espírito Santo, e ali, pelo seu poder, venceu o tentador: «Então foi conduzido Jesus pelo Espírito ao deserto, para ser tentado pelo diabo» (Mateus 4:1). E no verso 2 deste mesmo capítulo encontramos: «Então o diabo o deixou; e eis que chegaram os anjos, e o serviram.»

3.2.7. Jesus ofereceu-se em sacrifício na cruz pelo poder do Espírito Santo: «Quanto mais o sangue de Cristo, que pelo Espírito eterno se ofereceu a si mesmo imaculado a Deus, purificará as vossas consciências das obras mortas, para servirdes ao Deus vivo?» (Hebreus 9:14).

3.2.8. Jesus foi ressuscitado pelo poder do Espírito Santo: «Declarado Filho de Deus em poder, segundo o Espírito de santificação, pela ressurreição dos mortos, Jesus Cristo, nosso Senhor» (Romanos 1:4).

Vimos que no Velho Testamento o dom do Espírito Santo não era dado a todos, mas só a certas pessoas privilegiadas; porém, no Novo Testamento, temos evidências da distribuição mais liberal deste dom aos homens, embora, como sabemos, o Espírito Santo esteja mais intimamente relacionado com Cristo no seu ministério do que com qualquer outra pessoa. Em muitas passagens encontramos a promessa de que o Espírito Santo há de se relacionar intimamente com os crentes. No Evangelho de Lucas 11:13, encontramos que Deus está pronto a atender aos pedidos dos crentes como um pai atende à súplica dos seus filhos. «Se vós, pois, sendo maus, sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos, quanto mais dará o Pai celestial o Espírito àqueles que lho pedirem?» No Evangelho de João temos: «E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, para que fique convosco para sempre» (João 14:16). «Mas, quando vier o Consolador, que eu da parte do Pai vos hei de enviar, a saber, aquele Espírito de verdade que procede do Pai, ele vos testificará de mim» (João 15:26).

De muita importância sobre este assunto é ainda esta passagem que se encontra neste mesmo Evangelho de João, cap. 16:7-11:

«Porém, digo vos a verdade, que vos convém que eu vá; porque, se eu não for, o Consolador não virá para vós; mas, se eu for, enviar-vos-lo-ei. E, quando ele vier, convencerá o mundo do pecado, da justiça e do juízo. Do pecado, porque não crêem em mim; da justiça, porque vou para meu Pai, e não me vereis mais; e do juízo, porque já o príncipe deste mundo está julgado.»

Três fatos importantes aprendemos dessas passagens que acabamos de citar:

a) A relação do Espírito Santo para com o crente. No Evangelho de João 14:16, lemos que ele ficará conosco para sempre. Jesus tinha que ir embora, mas o outro Consolador viria, para ficar conosco para sempre. O Espírito Santo está sempre ao lado do crente. Mas a Bíblia fala de uma relação ainda mais

íntima: o Espírito Santo habitará no crente. «O Espírito de verdade, que o mundo não pode receber, porque o não vê nem o conhece: mas vós o conheceis, porque habita convosco, e estará em vós» (João 14:17). A relação do Espírito Santo para com o crente é uma relação muito íntima, mais íntima do que a que os discípulos podiam ter com Jesus Cristo enquanto ele estava na carne; porque Jesus podia estar com o homem e não no homem, ao passo que o Espírito Santo não só está conosco, mas, ainda mais do que isso, está em nós. Esta é uma das razões por que Jesus disse: «Convém que eu vá.»

b) A segunda lição que aprendemos é no tocante à relação -do Espírito Santo para com o trabalho de Jesus. Ele vai edificando, e vai completando o estabelecimento do reino de Deus na terra. Jesus fundou o reino de Deus, mas o Espírito Santo é que vai levar avante a obra, até que ele seja estabelecido em cada coração. O que Cristo «começou a fazer e a ensinar» o Espírito Santo vai completar. «Mas aquele Consolador, o Espírito Santo, que o Pai enviará em meu nome, esse vos ensinará todas as coisas, e vos fará lembrar de tudo quanto vos tenho dito» (João 14:26).

c) A terceira lição diz respeito à relação do Espírito Santo com o mundo. Ele convencerá o mundo do pecado, da justiça e do juízo:

«E, quando ele vier, convencerá o mundo do pecado, e da justiça e do juízo. Do pecado, porque não crêem em mim; da justiça, porque vou para o Pai, e não me vereis mais; e do juízo, porque já o príncipe deste mundo está julgado» (João 16:8-11).

Se pararmos um pouco para considerar a condição do mundo, e, também, o que Cristo já fez em seu benefício, havemos de ver a razão desse trabalho do Espírito Santo de convencê-lo do pecado, da justiça e do juízo. O mundo estava perecendo no pecado e, por causa do grande amor de Deus, Jesus Cristo veio e ofereceu-se em sacrifício para remi-lo do pecado. O mundo, porém, ignorava o triste estado em que se achava; e por isso havia grande necessidade de alguém que o convencesse não só da realidade do pecado, como também da sua natureza e das suas conseqüências. Além disso, o mundo precisava ser convencido também de que Cristo veio salvá-lo do pecado.

O Espírito Santo, em realizar este trabalho, naturalmente convence também o mundo da justiça, da retidão e da santidade que Deus queria comunicar ao homem. Isto é, havia grande necessidade de obrigar o mundo a reconhecer que a justiça de Deus era a única que podia ser aceita. O apóstolo Paulo, escrevendo aos filipenses, disse que não queria a sua própria justiça, senão aquela que vem de Deus. «E seja achado nele, não tendo a minha justiça que vem da lei, mas a que vem da fé em Cristo, a saber, a justiça que vem de Deus pela fé» (Filipenses 3:9).

Era necessário também que o mundo fosse convencido do juízo; porque, entre o pecado e a justiça, certamente há de haver um juízo. Quem se não convence do pecado e do juízo será julgado de acordo com o seu modo de pensar sobre este assunto. O juízo de Deus é não só inevitável, como infalível. No Evangelho segundo João lemos as seguintes palavras: «Quem crê nele não é condenado, mas quem não crê já está condenado; porquanto não crê no nome do unigênito Filho de Deus» (João 3:18).

Aquele, então, que não crê no nome de Jesus Cristo, o Juiz, traz sobre si mesmo a condenação certa; porém aquele que se deixar persuadir da verdade e crer em Jesus não entrará em condenação. Assim disse o apóstolo Paulo, escrevendo aos romanos: «Assim que agora nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus, que não andam segundo a carne, mas segundo o espírito» (Romanos 8:1). Este juízo de Deus é a base das suas ações e dele depende o destino dos homens. Vemos, portanto, neste trabalho do Espírito Santo, uma coisa que vai até além do que está descrito no verso 16 do terceiro capítulo do Evangelho de João. Deus, além de amar o mundo e dar o seu Filho unigênito para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna, deu o seu Espírito, para que o mundo ficasse convencido do pecado, da

justiça e do juízo. Tudo quanto era possível fazer para levar o homem ao arrependimento e à salvação Deus já fez.

E é interessante pensar como o Espírito Santo tem trabalhado em relação ao mundo. Hoje, milhões e milhões de pessoas já foram convencidas do pecado, da justiça e do juízo, crêem e tem sido salvas em Jesus Cristo. A obra realizada pelo Espírito Santo neste sentido é simplesmente extraordinária. O Espírito Santo trabalha tão ativamente hoje como em qualquer época na história deste mundo. O mundo está-se convencendo do pecado, da necessidade da justiça que vem de Deus, e da certeza de um juízo que traz, ao que não crê, convicção da condenação. Quando Jesus expirou na cruz, poucas pessoas estavam convencidas de que a salvação vinha por meio dele; hoje, porém, numeram-se em milhões e milhões os que crêem no seu nome. Tudo isso é o resultado do trabalho do Espírito Santo convencendo o mundo do pecado, da justiça e do juízo.

3.3. O Espírito Santo nos Atos dos Apóstolos e nas Epístolas

Chegamos agora ao período de maior atividade do Espírito Santo. Não devemos, porém, pensar que o Espírito Santo não trabalhava antes neste mundo. Ele não era estranho ao progresso da humanidade e do reino de Deus em qualquer época da história, O Espírito Santo, como já vimos tem trabalhado ativamente desde o princípio da criação. Era ele mesmo que se movia sobre a face das águas na manhã do primeiro dia da existência do mundo. A fé de Abraão, o arrependimento de Davi, a perseverança de Jeremias e a inspiração de Isaías são obras do Espírito Santo, assim como as maravilhas operadas nas vidas de João e de Paulo. Em toda obra realizada por Deus em qualquer época na vida do homem, lá havemos de encontrar o Espírito agindo. «E repousará sobre ele o Espírito do Senhor, o espírito de sabedoria e de inteligência, o espírito de conselho e de fortaleza, o espírito de conhecimento e de temor do Senhor. E o seu deleite será no temor do Senhor; e não julgará segundo a vista dos seus olhos, nem repreenderá segundo o ouvir dos seus ouvidos» (Isaías 11:2,3).

A diferença entre este período de atividade do Espírito Santo e os outros períodos já mencionados acha-se no fato de que Cristo já havia completado o seu trabalho; já havia preparado o caminho para a vinda do Espírito Santo. Jesus veio ao mundo, fundou o seu reino e voltou para o Pai; de sorte que Deus podia enviar mais poderes para a continuação da obra começada. Agora havia um Salvador, que deveria ser anunciado, um Cristo a ser glorificado e uma salvação que deveria tornar-se uma realidade a todos os corações. Jesus deixou tudo pronto para as maiores atividades de Deus na salvação da humanidade. Tudo estava encaminhado, e só restava executar o grande plano de Deus na salvação consumada por Cristo. Foi no dia de Pentecostes que esta personalidade divina veio com todos os seus poderes maravilhosos para habitar com a igreja de Jesus.

O dia de Pentecostes foi um grande passo dado por Deus para a redenção do mundo. Pela vinda do Espírito Santo o reino de Deus entrou no período de maiores atividades e de maior prosperidade. Considerado sob certo ponto de vista, tudo quanto fora realizado antes era uma preparação para a vinda gloriosa do Espírito Santo. No livro dos Atos dos Apóstolos, capítulo 2, versos 1-7, temos a narrativa deste acontecimento. «E, cumprindo-se o dia de Pentecostes, estavam todos concordemente reunidos. E de repente veio do céu um som, como de um vento veemente e impetuoso, e encheu toda a casa em que estavam assentados. E foram vistas por eles línguas repartidas, como que de fogo, e pousaram sobre cada um deles. E todos foram cheios do Espírito Santo, e começaram a falar noutras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem. E em Jerusalém estavam habitando judeus, varões religiosos, de todas as nações que estão debaixo do céu. E, correndo aquela voz, ajuntou-se a multidão, e estava confusa, porque cada um os ouvia falar na sua própria língua. E todos pasmavam e se maravilhavam, dizendo uns aos outros: Pois quê! não são galileus todos esses homens que estão falando? Como, pois, os ouvimos cada um na nossa própria língua em que somos nascidos?»

Notemos, agora, três resultados imediatos da vinda do Espírito Santo:

3.3.1. Dons. No momento em que receberam o Espírito Santo, os discípulos começaram a falar em línguas estranhas. Convém notar também que este acontecimento do dia de Pentecostes foi acompanhado de outras manifestações do mundo material.

3.3.2. Poder do alto. O segundo resultado foi o poder extraordinário vindo do céu. Pela pregação dos apóstolos, converteram-se nesse dia quase três mil pessoas!

3.3.3. União. O Espírito Santo estabeleceu a união entre os crentes, porque foi nesse dia que começou a formar-se no mundo, de uma maneira especial, a igreja de Jesus Cristo como um corpo. «Porque assim como o corpo é um, e tem muitos membros, e todos os membros, sendo muitos, são um só corpo, assim é Cristo também. Porque todos nós fomos também batizados em um Espírito para um corpo, quer judeus, quer gregos, quer servos, quer livres, e todos temos bebido de um Espírito» (1 Coríntios

12:12, 13).

Devido às condições espirituais em que se achavam os discípulos, a vinda do Espírito Santo foi acompanhada de muitos sinais visíveis:

Maravilhas línguas, fogo, etc. Porém, à proporção que os homens se tornavam mais espirituais, iam desaparecendo também os sinais visíveis no mundo material. Essas coisas serviam para convencer os apóstolos da realidade da presença do Espírito Santo. Eram coisas passageiras e, naturalmente, passaram com o decurso do tempo. Nos tempos atuais, nenhuma razão há para ligar aqueles sinais exteriores com a presença do Espírito Santo.

4. PECULIARIDADES

Consideremos agora duas peculiaridades em relação ao Espírito Santo.

Desde o dia de Pentecostes até o dia da visão de Pedro e da sua pregação a Cornélio, havia sempre certo intervalo entre a hora de crer e a hora de receber o Espírito Santo. «Mas, como creram em Filipe, que lhes pregava acerca do reino de Deus e do nome de Jesus Cristo, se batizavam, tanto homens como mulheres. E creu até o mesmo Simão; e, sendo batizado, ficou de contínuo com Filipe; e, vendo os sinais que se faziam, estava atônito. Os apóstolos, pois, que estavam em Jerusalém, ouvindo que Samária recebera a palavra de Deus, enviaram-lhes Pedro e João. Os quais, tendo descido, oraram por eles, para que recebessem o Espírito Santo. (Porque sobre nenhum deles tinha ainda descido; mas somente eram batizados em nome do Senhor Jesus)» (Atos 8:12- 17). «E Ananias foi, e entrou na casa, e, impondo-lhe as mãos, disse: Irmão Saulo, o Senhor Jesus, que te apareceu no caminho por onde vinhas, me enviou, para que tornes a ver e sejas cheio (10 Espírito Santo. E logo lhe caíram dos olhos como que UflifiM escamas, e recebeu logo a vista; e, levantando-se, foi batizado (Atos 9:17, 18).

E digno de nossa atenção também o fato de que o Espírito Santo só veio quando os discípulos impuseram as mãos. Porém, do capítulo 10 em diante, neste mesmo livro, o Espírito Santo começou a descer sobre todos sem a imposição das mãos de quem quer que fosse. Parece que temos aqui duas épocas distintas em relação ao Espírito Santo, e mais particularmente em relação à sua vinda sobre os crentes. Os primeiros nove capítulos do livro dos Atos dos Apóstolos abrangem o primeiro período, e o segundo período é o que vai do capítulo 10 em diante.

Relatando o apóstolo Pedro, perante a igreja em Jerusalém, as maravilhas que Deus havia operado pela pregação do evangelho entre os gentios, disse que, em certa reunião, apenas começara a falar, o Espírito Santo desceu sobre os ouvintes assim como havia descido sobre os próprios apóstolos. «E, quando comecei

a falar, caiu sobre eles o Espírito Santo, como também sobre nós ao princípio» (Atos 11:15). E, desde aquela data em diante, o Espírito Santo não só regenera, mas habita com os crentes e nos crentes. «Ou não sabeis que o nosso corpo é o templo do Espírito Santo, que habita em vós, o qual tendes de Deus e que não sois de vós mesmos?» (1 Coríntios 6: 19). Paulo fala dessa maneira, não obstante as irregularidades dos crentes da igreja em Corinto, como vemos das seguintes palavras dirigidas àquela igreja: «Porque de vós, irmãos meus, me foi notificado, pelos da família de Cloé, que há também contendas entre vós. E digo isto, que cada um de vós diz: Eu sou de Paulo, e eu de Apolo, e eu de Cefas, e eu de Cristo» (1 Coríntios 1:11, 12). «E eu, irmãos, não vos pude falar como a espirituais, mas como a carnis, como a meninos em Cristo. Com leite vos criei, e não com manjar, os que ainda não podíeis, nem tampouco ainda agora podeis, porque ainda sois carnis: pois, havendo entre vós inveja, contendas e dissensões, não sois porventura carnis, e não andais segundo os homens? Porque, dizendo um: Eu sou de Paulo; e outro: eu de Apolo, porventura não sois carnis?» (1 Coríntios 3:1-4). Ainda uma passagem que põe a claro as tristíssimas condições espirituais da igreja em Corinto é a que se encontra em 1 Coríntios 5:1.

Não obstante tudo isso, o apóstolo Paulo escreve àqueles crentes, dizendo que eles eram o templo do Espírito Santo. E é mesmo neste fato que fundamenta as suas exortações, pedindo àqueles irmãos que evitassem tais coisas. Sobre este assunto temos duas passagens, muito interessantes: «Porque não recebestes o espírito de escravidão, para outra vez estardes em temor, porém recebestes o espírito de adoção de filhos, pelo qual chamamos: Aba Pai. O mesmo espírito testifica com o nosso espírito que somos filhos de Deus» (Romanos 8:15, 16). «E, porque sois filhos, Deus envia aos vossos corações o Espírito do seu Filho, que clama: Aba, Pai» (Gálatas 4:6).

Estas duas passagens estabelecem claramente que o Espírito Santo habita no crente, não obstante as muitas irregularidades da sua vida. Convém notar, porém, que essas irregularidades são incompatíveis com a vida de uma pessoa em quem habita o Espírito Santo de Deus.

É uma verdade muito importante esta que, aquele que crê em Jesus e o recebe, recebe também o Espírito Santo. A condição essencial hoje para receber o Espírito Santo é a de ser verdadeiro crente em Jesus Cristo. «Só quisera saber isto de vós: recebestes o Espírito pelas obras da lei ou pela pregação da fé? Sois vós tão insensatos, que, tendo começado pelo Espírito, acabeis agora pela carne?» (Gálatas 3:2, 3). «E não entristeçais o Espírito Santo de Deus, no qual estais selados para o dia da redenção» (Efésios 4:30). «Quem crê em mim, como diz a Escritura, rios d'água manarão do seu ventre. E isto disse ele do Espírito que haviam de receber os que nele cressem; porque o Espírito Santo ainda não fora dado, porque ainda Jesus não tinha sido glorificado» (João 7:38, 39).

Devemos, porém, notar que o homem que é crente pode ter já recebido o Espírito Santo e o Espírito Santo pode já estar habitando nele, sem, contudo, estar cheio do Espírito Santo. Há grande diferença entre o receber-se o Espírito Santo quando se crê e o ficar cheio do Espírito Santo; ou, em outras palavras, deixar-se influenciar pelo Espírito Santo, entregando-se inteiramente à sua direção. O Espírito Santo não pode habitar em nós sem ter em suas mãos a direção da nossa vida. O que devemos fazer então é nos entregarmos inteiramente à sua direção. O Espírito Santo não é como uma pessoa que nos visita em nossa casa, porque ele faz parte da família, é o chefe da casa. É uma Pessoa que deve percorrer a casa inteira e tudo deve ser entregue à sua direção. Ele deve encher a casa toda com a sua presença, porque, se há um crente poderoso, este é o crente cheio do Espírito Santo. Esta é uma grande necessidade de cada crente em Jesus Cristo: encher-se do Espírito Santo. «E, cumprindo-se o dia de Pentecostes, estavam todos concordemente reunidos. E de repente veio do céu um som, como de um vento veemente e impetuoso, que encheu toda a casa em que estavam assentados. E foram vistas por eles línguas repartidas, como que de fogo, e pousaram sobre cada um deles. E todos foram cheios do Espírito Santo, e começaram a falar

noutras línguas, conforme o Espírito Santo lhes concedia que falassem» (Atos 2:1-4). «E, tendo orado, moveu-se o lugar em que estavam reunidos; e falavam com ousadia a palavra de Deus» (Atos 4:31).

No dia em que aceitamos a Cristo como nosso Salvador recebemos também o Espírito Santo, ficamos batizados e selados nele. Há, porém, além disso, mais um passo a dar, e este é o de irmo-nos entregando, cada dia, cada vez mais, à direção do Espírito Santo, até que fiquemos completamente cheios dele. Este êxito, às vezes, é demorado, mas pode ser também instantâneo. Seja como for, desta ou daquela maneira, o dever do crente é entregar-se ao Espírito Santo para fazer o trabalho de Deus neste mundo e ser-lhe fiel até a morte.

Sem dúvida alguma, Jesus é o Salvador da nossa alma, mas é o Espírito Santo que nos livra de uma vida infrutífera e inútil. A maior necessidade daquele que crê é entregar-se ao Espírito Santo e ficar cheio dele, para que a sua vida não seja infrutífera.

5. CONDIÇÕES PARA ENCHER-SE DO ESPÍRITO SANTO

Façamos, agora, algumas considerações acerca do dever de o crente ficar cheio do Espírito Santo. A Bíblia, em vez de exortar o crente a procurar o batismo do Espírito Santo, declara que aquele que já crê tem o Espírito Santo habitando nele. «Ou não sabeis que o vosso corpo é o templo do Espírito Santo, que habita em vós, o qual tendes de Deus, e que não sois de vós mesmos?» (1 Coríntios 6:19). «O Espírito de verdade, que o mundo não pode receber, porque não o vê nem o conhece; mas vós o conheceis, porque habita convosco, e estará em vós» (João 14:17).

A exortação da Bíblia é que o crente ande à luz desta grande verdade de que o Espírito Santo habita nele. Jesus explicou mui claramente a relação do Espírito Santo para com o crente quando disse, como achamos escrito no Evangelho de João 14:16: «E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, para que fique convosco para sempre. » O Espírito Santo habita com o crente desde o dia da sua regeneração para todo o sempre. Mas a Bíblia exorta o crente a deixar-se encher pelo Espírito Santo: «E não vos embriagueis com vinho, em que há dissolução, mas enchei-vos do Espírito Santo» (Efésios 5:18).

Quais são as condições essenciais para que se obedeça a esta exortação? Há duas classes de condições: negativa e positiva.

5.1. Consideremos, pois, em primeiro lugar as condições negativas para o crente encher-se do Espírito Santo.

5.1.1. A primeira condição negativa, achamo-la na carta do apóstolo Paulo dirigida aos efésios: «E não entristeçais o Espírito Santo de Deus, no qual estais selados para o dia da redenção. Toda a amargura, e ira, e cólera, e gritaria, e blasfêmias e toda a malícia sejam tiradas de entre vós» (Efésios 4:30, 31).

E de notar que se não encontra uma única passagem na Bíblia que fale da ira do Espírito Santo. Podemos entristecê-lo, porém, com as falhas da nossa vida, que são: amargura, ira, cólera, gritaria, etc. O Espírito Santo é uma pessoa que só quer nosso bem, que nos ama, e por isso se entristece com o nosso proceder irregular. Temos, pois, o grande dever de purificar a nossa vida de todas as impurezas e de eliminar dela tudo quanto pode causar tristeza ao Espírito Santo. Convém notar que o Espírito Santo não pode encher a nossa vida se ela já está cheia das coisas deste mundo. O nosso primeiro dever, então, é procurar, pela graça de Deus, desocupar o espaço da nossa vida para que haja mais lugar para o Espírito Santo. «Digo, porém: Andai em Espírito, e não cumprireis a concupiscência da carne. Porque a carne cobiça contra o Espírito, e o Espírito contra a carne; e estes opõem-se um ao outro, para que não façais o que quereis. Porém, se sois guiados pelo Espírito, não estais debaixo da lei. Porque as obras da carne são manifestas, as quais são: adultério, fornicção, imundícia, dissolução, idolatria, feitiçarias, inimizades, porfias, emulações,

iras, pelejas, dissensões, heresias, invejas, homicídios, bebedices, glotonarias e coisas semelhantes a estas, acerca das quais vos declaro, como dantes vos disse, que os que cometem tais coisas não herdarão o reino de Deus. Mas o fruto do Espírito é caridade, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, temperança. Contra estas coisas não há lei. Porém os que são de Cristo crucificaram a carne com as suas paixões e concupiscências. Se vivemos em Espírito, andemos também em Espírito» (Gálatas 5:16-25).

Devemos lembrar aqui que aquilo que entristece o Espírito Santo são os pecados realizados. E natural que as tentações venham, porém, quando resistimos às tentações, o Espírito Santo se alegra. Só quando caímos nas tentações e damos lugar ao diabo, é que o Espírito Santo se entristece, porque, quando obedecemos às ordens do diabo, desobedecemos às suas. «Porque a carne cobiça contra o Espírito, e o Espírito contra a carne; e estes opõem-se um ao outro, para que não façais o que quereis» (Gálatas 5:17).

Pode-se comparar o espírito do homem a um grande país. Antes da nossa conversão, este país era governado pelo diabo. «Em que dantes andastes segundo o curso deste mundo, segundo o príncipe das potestades do ar, do espírito que agora opera nos filhos da desobediência» (Efésios 2:2). O diabo era o governador e o próprio homem o vice-governador. Antes da nossa conversão, o Espírito Santo procura destronar o diabo e entronar Cristo em nossa vida. Mas, naturalmente, o diabo não se dá por vencido com muita facilidade. Trava-se uma luta tremenda em nossa vida. De um lado estão o diabo e a carne, e de outro lado estão o nosso espírito e o grande Espírito de Deus; o diabo procura reaver o trono, e o Espírito Santo procura estabelecer cada vez mais firmemente Cristo em nossa vida. E quantas vezes procedemos como Pedro na noite em que Cristo foi traído! Quantas vezes passamos para o lado do nosso inimigo! Quantas vezes nos tornamos traidores do nosso aliado, que é o Espírito Santo! Todas as vezes que pecamos, obedecemos às ordens do diabo e entristecemos o Espírito de Deus. Devemos, pois, ser sempre fiéis e andar de conformidade com a vontade daquele que nos regenerou e que habita em nós.

5.1.2. A segunda condição negativa para o crente ficar cheio do Espírito acha-se expressa, com muita clareza, em 1 Tessalonicenses 5:19: «Não extingais o Espírito. » A figura que aqui temos é de apagar o fogo. E de muito interesse ler esta passagem em conexão com Lucas 3:16. «Respondeu João a todos, dizendo: «Eu, na verdade, batizo-vos com água, mas vem um, mais poderoso do que eu, a quem eu não sou digno de desatar a correia das alparcas; esse vos batizará com o Espírito Santo e com fogo.»

Como já temos tido ocasião de observar, há, na vida do crente, muitas coisas deste mundo que, sobre serem inúteis, são prejudiciais ao Espírito Santo. Por isso, ele quer acender em nós um fogo sagrado a fim de purificar a nossa vida das coisas inúteis deste mundo. O crente, durante a sua vida, vai juntando muitas dessas inutilidades, que em si mesmas não têm grande significação; porém um montão delas é bastante para desviá-lo e embarçá-lo na vida cristã. E o desejo do Espírito Santo é atear fogo a estas coisas. Mas, infelizmente, muitas vezes o crente não deixa o fogo realizar a sua obra. Trata logo de apagá-lo, tornando nulo o seu trabalho. E mister que deixemos o Espírito Santo realizar a sua obra em nós. Precisamos dar-lhe livre curso em toda a nossa vida, porque só ele pode purificá-la quando pecamos contra ele. O Espírito Santo não regenera o indivíduo contra a sua vontade; e também ele não pode santificar-nos contra a nossa vontade. Precisamos cooperar intimamente com ele, dando-lhe a liberdade de fazer o que entender ser melhor em nossa vida. Devemos ter o cuidado de não entristecê-lo e de não apagar o fogo sagrado que ele quer acender em nós. O resultado de apagar o Espírito Santo é, mais ou menos, o mesmo que o de entristecê-lo. Quando o crente não coopera com ele, ficam, por este fato, limitadas as suas atividades na sua vida. Em conexão, queremos acentuar de novo o princípio de voluntariedade na vida cristã.

Já discutimos o princípio de voluntariedade em outra parte do nosso estudo, porém vale a pena falar nele de novo. O crescimento na vida cristã depende da vontade do crente. Pela cultura, pelo pensamento e pela meditação, o crente pode fazer crescer a sua estatura espiritual, O crescimento do corpo, como sabemos, é

independente da vontade porque se baseia em certas leis físicas; mas o mesmo não acontece relativamente ao crescimento espiritual. O espírito cresce somente quando se faz força para crescer. E por isso que nos devemos entregar ao Espírito Santo, para que ele nos ajude a purificar a nossa vida e alcançar maior crescimento espiritual.

Não se conclua daí que precisamos ser perfeitos antes de ficarmos cheios do Espírito Santo. Não é assim. O trabalho do Espírito Santo é aperfeiçoar-nos. A questão para nós é entregarmo-nos inteiramente ao Espírito Santo, para que ele faça o seu trabalho em nós. Escrevendo aos romanos, o apóstolo Paulo expõe mui claramente as condições do crente em geral: «Porque eu sei que em mim, isto é, na minha carne, não habita bem algum: porque o querer está em mim, mas não consigo efetuar o bem» (Romanos 7:18).

Cumpra que nos entreguemos inteiramente ao Espírito Santo, para que possamos dizer como esse grande apóstolo: «Porque a lei do espírito de vida em Cristo Jesus me livrou da lei do pecado e da morte» (Romanos 8:2).

5.2. Depois de havermos considerado as condições negativas para se ficar cheio do Espírito Santo, passemos agora ao estudo das condições positivas. Estas condições positivas deparam-se-nos, pelo menos, em número de três.

5.2.1. Apresentar o nosso corpo a Deus como instrumento vivo para a realização da sua vontade. Esta, a primeira condição que foi mencionada pelo apóstolo Paulo, escrevendo aos romanos: «Nem tampouco apresenteis os vossos membros ao pecado por instrumentos de iniquidade; mas apresentai-vos a Deus... como instrumento de justiça» (Romanos 6:13). Segundo lemos no Velho Testamento, a pessoa que fazia a oferta nunca imaginava poder reavê-la, porque o sumo sacerdote a oferecia diante do altar. «E porá a sua mão sobre a cabeça da expiação do pecado, e degolará a expiação do pecado no lugar do holocausto» (Levítico 4:29). Assim deve ser também conosco. Devemos oferecer-nos de uma vez para sempre para que ele realize em nós a sua vontade,

Cumpra-nos considerar bem essa expressão do apóstolo Paulo, quando diz que nos devemos apresentar a Deus como «vivos dentre os mortos». E preciso que o nosso procedimento esteja de acordo com este princípio.

Ainda sob outro ponto de vista, apresenta o apóstolo Paulo este princípio no capítulo 7, v. 4 da sua Carta aos Romanos: «Assim que, meus irmãos, também vós estais mortos para a lei pelo corpo de Cristo, para que sejais doutro, daquele que ressuscitou de entre os mortos, a fim de que demos fruto para Deus (Rom. 7:4). Nestas palavras, o Apóstolo está dizendo que o crente está morto para o mundo, e que, como tal, deve proceder. Em relação a Cristo, o crente está vivo e deve andar como vivo dentre os mortos; mas em relação ao mundo está morto e deve proceder como morto. O defunto não tem mais interesse nas coisas deste mundo. Para ele está tudo acabado. Assim deve ser o crente; vivo para Cristo, porém morto para o mundo. Se estamos mortos para o mundo, devemos proceder como mortos. Mas, infelizmente, há muitos crentes em Cristo que procedem como vivos para o mundo.

Certo homem achou uma tartaruga e tentou matá-la, cortando-lhe a cabeça; não obstante, ela continuou a mexer-se e a andar. E o homem ficou muito admirado e começou a pensar, procurando achar o motivo por que a tartaruga andava; e, finalmente, chegou a esta conclusão, dizendo: «Ela na verdade já morreu, mas ainda não sabe que está morta.» Assim é também, muitas vezes, como se dá com alguns crentes.

Convém que notemos que esta oferta que o homem faz do seu ser a Deus é dupla: é tanto do corpo como da alma, e tanto da alma como do corpo. O crente que quiser ficar cheio do Espírito Santo não se pode apresentar a Deus parceladamente. Este ato deve ser tão definido na vida do crente como aquele de entregar-se a Jesus. O descrente precisa entregar-se a Jesus para a salvação da sua alma, e este ato é

definitivo. Também, da mesma maneira, o crente precisa entregar-se ao Espírito Santo para o serviço de Deus. Jesus, em verdade, salva a alma da pessoa da perdição, mas é o Espírito Santo quem salva a sua vida da esterilidade.

5.2.2. Confiança na promessa de Deus em relação ao Espírito Santo é a segunda condição positiva para o crente ficar cheio do Espírito Santo. No Evangelho de João encontramos as seguintes palavras: «E, no último dia da festa, Jesus pôs-se em pé, e clamou, dizendo:...x5e alguém tem sede, venha a mim, e beba. Quem crê em mim, como diz a Escritura, rios d'água viva manarão do seu ventre. E isto disse ele do Espírito que haviam de receber os que nele cressem; porque o Espírito Santo ainda não fora dado, porque ainda Jesus não tinha sido glorificado» (João 7:37-39).

Agora, como sabemos, Jesus já voltou ao Pai, e já foi glorificado, e, por isso, estamos em condições de receber o cumprimento desta promessa. De João Batista são as seguintes palavras, que se encontram no Evangelho Segundo Lucas: «Respondeu João a todos, dizendo: Eu, na verdade, batizo-vos com água, mas vem um, mais poderoso do que eu, a quem eu não sou digno de desatar a correia das alparcas; esse vos batizará com o Espírito Santo e com fogo» (Lucas 3:16).

Cumpre-nos, portanto, crer de todo o coração que Deus está pronto a nos dar tudo quanto é necessário para o nosso bem-estar e para o nosso aperfeiçoamento espiritual. O Espírito Santo já está conosco e quer habitar em nós. A Bíblia ensina claramente esta verdade, e é do nosso dever procurar, com todo o zelo, viver de acordo com este ensinamento. A única esperança que o crente pode ter de uma vida útil e frutífera está no Espírito Santo. Em nossa vida cristã estamos tão dependentes do Espírito Santo para uma vida de atividade e abundante de frutos quanto o descrente depende de Cristo para a sua salvação. Como já dissemos em outra parte, Jesus nos salva, mas é o Espírito que nos salva a vida. O Novo Testamento ensina com toda a clareza que o Espírito Santo é que regenera e também santifica o crente. Muito importa, pois, que aceitemos os ensinamentos da Bíblia sobre este assunto.

Se bem que sejamos herdeiros de Deus e co-herdeiros de Jesus Cristo, andamos, muitos de nós, quase tão pobres como o filho pródigo, justamente porque nos falta essa relação íntima com o Espírito Santo. Devemos crer no Espírito como cremos em Jesus Cristo e como cremos em Deus. E esta crença não deve ser puramente intelectual, mas deve ser tal que nos leve a nos entregarmos inteiramente a ele.

5.2.3. Oração é a terceira condição para ficarmos cheios do Espírito Santo. Muito importa saber que o fim dessa oração não é pedir a Deus que dê o Espírito Santo, porque ele já está conosco e habita em nós. O que devemos rogar a Deus é que se removam as dificuldades da nossa vida, predispondo-nos para que deixemos o Espírito penetrar livremente no coração para purificá-lo. Como os raios do sol batem às portas e às janelas de uma casa, assim o Espírito Santo procura penetrar no nosso coração. Devemos, pois, pedir a Deus a graça de que necessitamos para abriremos as janelas do nosso ser, dando, assim, entrada livre ao Espírito Santo para purificar a nossa vida.

Em lugares escusos, onde não penetram os raios solares, são gerados e crescem insetos nojentos e nocivos. Assim é também a nossa vida espiritual quando nela não penetra a luz do Espírito Santo. Daqui se vê em quanto importa rogar a Deus a graça necessária para que franqueemos a nossa vida inteira à tão benéfica luz do Espírito Santo, que expulsará da nossa alma todas as imundícias.

Convém notar também que o encher-se do Espírito Santo é tanto um ato como um processo. Isto significa que o crente deve ter uma atitude definitiva em relação a ele. Assim como o crente deve converter-se diariamente, também diariamente deve entregar-se ao Espírito Santo. E, quanto mais repetimos este ato, mais firme se torna a direção do Espírito Santo em nossa vida. E de interesse notar também que, quanto mais repetimos esse ato de nos entregarmos ao Espírito Santo, ele se vai tornando cada vez mais fácil de ser

praticado. A dificuldade de muitos crentes é que não o repetem amiúde. Nos momentos de muita espiritualidade entregam-se ao Espírito Santo, porém mais tarde deixam de renovar o ato, e o resultado é que se afastam mais e mais daquele que os deve guiar. Pratiquemos, pois, cada dia, cada hora, se possível, o oferecimento do nosso coração à direção do Espírito Santo.

Em conclusão deste estudo, faremos algumas considerações sobre a necessidade que o crente tem de encher-se do Espírito Santo. Esta necessidade se faz sentir a todos os que procuram fazer alguma coisa para o Mestre. Não é somente para os pregadores, para os obreiros, senão para cada crente em Jesus Cristo. Assim como Jesus morreu por nós, o Espírito Santo quer viver por nós. Em II Timóteo 3:5, lemos estas palavras: «Tendo aparência de piedade, mas negando a eficácia dela. Destes afasta-te.» Os crentes estão sujeitos a chegar a tão triste condição, isto é, de terem uma vida aparentemente piedosa, cristã, mas sem poder. Por isso, o crente antes de procurar fazer alguma coisa para Jesus, deve primeiro abrir o seu coração ao Espírito Santo. «E destas coisas sois testemunhas. E eis que sobre vós envio a promessa de meu Pai; ficai, porém, vós na cidade de Jerusalém, até que do alto estejais revestidos de poder» (Lucas 24:48, 49).

Esta mesma idéia da necessidade de o crente ficar cheio do Espírito Santo encontramos expressa no livro de Atos, cap. 1, v. 8: «Mas recebereis a virtude do Espírito Santo, que há de vir sobre vós; e ser-me-eis testemunhas, tanto em Jerusalém como em toda a Judéia e Samária, e até os confins da terra.»

Conforme os ensinamentos da Bíblia, o crente deve ser inspirado pelo Espírito Santo em todo o seu trabalho, em todas as suas atividades diárias, e não só no trabalho da igreja. «Depois disse Moisés aos filhos de Israel: Eis que o Senhor tem chamado por nome a Bezaleel, o filho de Uri, filho de Hur, da tribo de Judá, e o Espírito de Deus o encheu de sabedoria, entendimento e ciência em todo artifício, e para inventar invenções, para trabalhar em ouro, e em prata, e em cobre, e em artifício de pedras para engastar, e em artifício de madeira para obrar em toda obra esmerada. Também lhe tem disposto o coração para ensinar a outros: a ele e a Aoliabe, o filho de Aisamaque, da tribo de Dã. Encheu-os de sabedoria do coração, para fazer toda obra de mestre, e a mais engenhosa, e do bordador, em azul, e em púrpura, em carmesim, em linho fino, e do tecelão: fazendo toda a obra e inventando invenções» (Êxodo 35:30-35).

Em sua Carta aos Coríntios, o apóstolo Paulo diz que tudo quanto o crente faz deve ser feito para a glória de Deus. «De sorte que, quer comais quer bebais, ou façais outra qualquer coisa, fazei tudo para a glória de Deus» (1 Coríntios 10:31).

Uma vez cheio, o crente, do Espírito Santo, a sua vida se consagra mais a Deus e se santifica cada dia. Tudo quanto ele faz, desde o menor serviço até o mais honroso, desde o varrer uma casa até o pregar um sermão, ele faz para a honra e glória de Deus. Para o crente se faz sentir tão fortemente esta necessidade de encher-se do Espírito Santo que, podemos dizer sem receio de cair em erro, sem este requisito ele não poderá cumprir o seu dever com a igreja e para com Deus. O crente desligado do Espírito Santo é como a lâmpada elétrica desligada do fio: «Não há luz nem poder na sua vida.»

6. NECESSIDADE DE O CRENTE ENCHER-SE DO ESPÍRITO SANTO

Todas as considerações que fizemos até aqui sobre a necessidade que o crente tem de encher-se do Espírito Santo referem-se mais às suas atividades na igreja; desejamos agora fazer salientar esta necessidade do ponto de vista da vida particular. Queremos, neste estudo, investigar se o encher-se do Espírito Santo é necessário a uma vida reta e pura. A necessidade aqui, segundo o nosso modo de pensar, é até mais imperiosa, porque é impossível ao crente uma vida cristã sem estar ele cheio do Espírito Santo. A quem ler os primeiros capítulos da primeira carta do apóstolo Paulo aos coríntios, se tornará mui claro até que condição pode o crente descer. E, se tomar na devida consideração os seguintes fatos que vamos mencionar, há de se tornar mais patente esta grande necessidade.

6.1. O Espírito Santo é quem nos garante a vitória: «Porque a lei do Espírito de vida, em Cristo Jesus, me livrou da lei do pecado e da morte» (Romanos 8:2). «Digo, porém: andai em Espírito, e não cumprireis a concupiscência da carne. Porque a carne cobiça contra o Espírito, e o Espírito contra a carne; e estes opõem-se um ao outro: para que não façais o que quereis. Porém, se sois guiados pelo Espírito, não estais debaixo da lei» (Gálatas 5:16-18).

6.2. E o Espírito Santo que torna real ao crente a sua posição em Cristo Jesus. «E porque sois filhos, Deus enviou aos vossos corações o Espírito de seu Filho, que clama: «Aba, Pai» (Gálatas 4:6).

6.3. E o Espírito Santo que produz frutos cristãos em nossa vida: «Mas o fruto do Espírito é caridade, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, temperança. Contra estas coisas não há lei» (Gálatas 5:22, 23).

6.4. E o Espírito quem nos fortalece o homem interior: «Para que, segundo as riquezas da sua glória, vos conceda que sejais corroborados com poder pelo seu Espírito no homem interior» (Efésios 3:16).

6.5. E o Espírito Santo quem nos ajuda em nossas fraquezas: «E da mesma maneira também o Espírito ajuda as nossas fraquezas; porque não sabemos o que havemos de pedir como convém, mas o mesmo Espírito intercede por nós com gemidos inexprimíveis» (Romanos 8:26).

6.6. O Espírito Santo é o nosso grande Consolador e Ensinador: «E eu rogarei ao Pai, e ele vos dará outro Consolador, para que fique convosco para sempre: o Espírito da verdade, que o mundo não pode receber, porque não o vê nem o conhece; mas vós o conheceis, porque habita convosco, e estará em vós» (João 14:16, 17).

Diante dos fatos expostos nestas passagens e diante da relação íntima que precisamos manter com o Espírito Santo, reafirmamos que esta experiência de encher-se do Espírito é uma grande necessidade para cada crente.

A conclusão lógica de todo este estudo é: se as nossas vidas não são frutíferas, vitoriosas e alegres, a culpa é nossa. Se há falta de poder em nossa vida, é que não estamos devidamente relacionados com a fonte de poder, que é o Espírito Santo. Se as nossas pregações são sem efeito, é que são feitas por nós mesmos e em nosso próprio nome. A necessidade mais imperiosa do cristianismo em geral, hoje, e a nossa, em particular, é a da plenitude do Espírito Santo. Jesus fundou o seu reino, mas é o Espírito Santo quem o edifica. Ele é o sábio Arquiteto, o Mestre da grande obra; nós, os servos seus. E, se há, atualmente, muita confusão na grande obra de trazer o mundo a Cristo, é porque os servos estão querendo dirigir. O cristianismo em geral e os batistas em particular, muito especialmente aqui no Brasil, precisamos ler de novo o livro dos Atos dos Apóstolos, para aprendermos como os primeiros cristãos trabalharam, falaram, foram impedidos, sofreram castigos, prisões, etc., mas tudo debaixo da direção do Espírito Santo de Deus.

Não há falta de poder para convencer o mundo do pecado, da justiça e do juízo. Toda a dificuldade se encontra em nós, encarregados de transmitir esse poder, encarregados de dar testemunho dessa vida em Deus. E dever do crente, portanto, examinar cuidadosamente a sua vida, arrepender-se da sua falta de poder, da falta de fruto, e entregar-se de corpo e alma ao Espírito de Deus, para que tenha vida em abundância, para que produza muito fruto, e o reino de Deus se estabeleça na terra como está estabelecido nos céus.

Conclusão: Uma advertência. Não devemos estar sempre a esperar um estado de êxtase ou outra manifestação visível, como ocorreu no dia de Pentecostes; porque o Espírito Santo nem sempre se manifesta por este meio. O principal para nós, é entregarmo-nos voluntária e inteligentemente à sua direção. E, quando assim acontece, é claro que as nossas vidas serão muito mais frutíferas e mais

poderosas. Uma das maiores evidências da presença do Espírito Santo em nossa vida são os mesmos frutos do Espírito. Devemos ter para com o Espírito Santo a mesma atitude de João Batista em relação a Jesus: «A ele convém crescer, porém, a mim diminuir.» Que assim seja com cada um de nós e com cada um dos que lêem e estudam este livro. «Mas o fruto do Espírito é caridade, gozo, paz, longanimidade, benignidade, bondade, fé, mansidão, temperança» (Gálatas 5:22). Meu irmão, acham-se estes frutos em sua vida? Se não, ela não está cheia do Espírito Santo. Procuremos obter esta experiência maravilhosa da graça divina.

8

A DOCTRINA DAS ÚLTIMAS COISAS

1. A Morte Física
2. O Estado Intermediário
3. A Segunda Vinda de Jesus
4. A Ressurreição
5. O Juízo Final
6. O Estado Final do Justo e do Injusto
- 6.1 — O Céu
- 6.2 — O Inferno

A DOCTRINA DAS ÚLTIMAS COISAS

1. A MORTE FÍSICA

A morte física é a separação da alma ou espírito (que é a própria pessoa) do corpo. Nas Escrituras, a morte física está intimamente relacionada com a morte espiritual ou a separação do homem de Deus. Tratando da questão da morte física do ponto de vista religioso, a Bíblia afirma que tanto a morte física como a morte espiritual é o resultado do pecado. A morte física é a terminação da vida aqui na terra e é também o fim do estado de provação. «E, como aos homens está ordenado morrerem uma vez, vindo depois disso o juízo» (Hebreus 9:27). Se olharmos para trás, a morte física pode ser considerada o fim de uma carreira, mas se olharmos para o futuro pode ser considerada o início de uma nova carreira. Na realidade, a morte do corpo não é o começo nem o fim de uma vida, senão uma experiência na vida. A morte fecha a vida numa esfera, mas abre-a noutra esfera, porque o que chamamos vida aquém-túmulo e vida além-túmulo são apenas fases diferentes de uma mesma vida, que continua através de todas as experiências.

Convém notar aqui que a morte física, para o crente, deixa de ser uma pena ou castigo, como acontece com o descrente. Isto é, para o crente a morte física perde o aguilhão; Discutindo este assunto na sua Carta aos Coríntios, assim diz o apóstolo Paulo: «Onde está, ó morte, o teu aguilhão? onde está, ó inferno, a tua vitória? Ora, o aguilhão da morte é o pecado, e a força do pecado é a lei. Mas graças a Deus que nos dá a vitória por nosso Senhor Jesus Cristo» (1 Coríntios 15:55-57).

Para o crente a morte se torna serva: «Porque para mim o viver é Cristo, e o morrer é lucro. Mas, se o viver na carne resultar para mim em fruto do meu trabalho, não sei então o que hei de escolher. Mas de ambos os lados estou em aperto, tendo desejo de partir e estar com Cristo, porque isto é ainda muito melhor» (Filipenses 1:21-23).

Do estudo que fizemos sobre a morte física tiramos as seguintes conclusões:

- a) Que ela faz parte das conseqüências do pecado e tem em si um elemento do castigo divino.
- b) Que para aquele que permanece no pecado ela serve de elemento de castigo.
- c) Que para o crente verdadeiro ela perde este elemento de castigo e se transforma numa serva.
- d) Que a vitória sobre ela nos é garantida pela ressurreição de Jesus.

2. O ESTADO INTERMEDIÁRIO

Sobre este assunto não importa dizer muito. Se bem que a Bíblia pouco fale a respeito do estado intermediário, o que nela encontramos é suficientemente claro. Permanecem, entretanto, sem solução muitos problemas que a curiosidade humana sugere. Porém, quanto às idéias principais, estas ficam estabelecidas com clareza.

Vejamos, então, o que dizem as Escrituras sobre o estado intermediário e sobre a condição do crente e do ímpio nele. A Bíblia ensina-nos mui claramente que o homem não recebe o seu corpo logo após a morte física, e que o estado intermediário é aquele que vai da morte até a ressurreição, isto é, o estado em que o espírito está sem o corpo.

A palavra hades, que encontramos no Novo Testamento, tem, mais ou menos, a mesma significação da palavra sheol no Velho Testamento, e do termo além no português. O sentido, portanto, é além. Após a morte física, todos vão para o além. E, desde que o homem continua a viver depois da morte física, todos vivem, naturalmente, no além. Os termos hades e sheol indicam o que entendemos por além-túmulo. Hades e sheol não indicam a condição do homem depois da morte física. E certo também que o hades não é o paraíso nem o geena. No livro dos Atos dos Apóstolos, cap. 2:31, temos um uso geral do termo inferno: «Prevendo isto, falou da ressurreição de Cristo, dizendo que a sua alma não foi deixada no inferno, nem, a sua carne viu corrupção.» Concluimos, então, que o além-túmulo é um lugar para onde vão todos depois de passarem pela morte do corpo.

Mas não finda aqui o Novo Testamento este assunto. Há ensinamentos positivos a respeito da condição daquela vida no além. Como já temos observado, os termos sheol, hades e além indicam a mesma coisa, sem referência alguma à condição da pessoa. O além-túmulo é simplesmente além-túmulo. Notemos, porém, agora, o que ensina a Bíblia sobre a condição de todos quantos vão para o além-túmulo, começando, em primeiro lugar, com a condição do justo.

2.1. A condição do justo no além-túmulo

Referindo-se Jesus à ressurreição dos mortos, disse de Deus: «Eu sou o Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó; Deus não é Deus dos mortos, mas dos vivos» (Mateus 22:32).

Muitas são as passagens que nos falam com clareza deste

assunto. Assim lemos, no Evangelho de Lucas: «E aconteceu que o

mendigo morreu, e foi levado pelos anjos para o seio de Abraão; e

morreu também o rico, e foi sepultado» (Lucas 16:22).

Ao agonizar na cruz, disse Jesus ao ladrão: «Em verdade te digo que hoje estarás comigo no Paraíso» (Lucas 23:43).

À Marta, irmã de Lázaro, disse: «E todo aquele que vive, e crê em mim, nunca morrerá» (João 11:26).

Na Segunda Carta aos Coríntios, escreveu o apóstolo Paulo:

«Porque sabemos que, se a nossa casa terrestre deste tabernáculo se desfizer, temos de Deus um edifício, uma casa não feita por mãos, eterna nos céus» (11 Coríntios 5:1).

Escrevendo aos filipenses, disse o mesmo apóstolo: «Mas de ambos os lados estou em aperto, tendo desejo de partir e estar com Cristo, porque isto é ainda muito melhor» (Filipenses 1:23).

No Evangelho de João, cap. 14:1-3, acha-se mui claramente ensinada a condição do justo depois da morte. «Não se turbe o vosso coração; credes em Deus, crede também em mim. Na casa de meu Pai há muitas moradas; se não, eu vo-lo teria dito; vou preparar-vos lugar. E, se eu for, e vos preparar lugar, virei outra vez, e vos levarei para mim mesmo, para que onde eu estiver estejais vós também.»

Uma das passagens mais importantes sobre este assunto é esta, que encontramos no livro de Apocalipse: «E, havendo aberto o quinto selo, vi debaixo do altar as almas dos que foram mortos por amor da palavra de Deus e por amor do testemunho que deram. E clamavam com grande voz, dizendo: Até quando, ó Dominador, santo e verdadeiro, não julgas e vingas o nosso sangue dos que habitam sobre a terra? E deram-se-lhes a cada um vestidos brancos compridos, e foi-lhes dito que repousassem ainda um pouco de tempo até que também se completasse o número de seus conservos e seus irmãos, que haviam de ser mortos como eles» (Apocalipse 6:9-11; ver 7:9-17).

Ligeiro exame destas passagens citadas bastar-nos-á para que se estabeleçam os seguintes fatos:

2.1.1. Depois da morte física, o crente vai imediatamente para onde se acha Jesus. Não há demora alguma entre a morte física do crente e o seu comparecimento na presença de Deus. Quando o crente fecha os olhos neste mundo, abre-os logo no céu. O apóstolo Paulo ensina categoricamente esta verdade na Carta aos Romanos: «Porque estou certo de que, nem a morte, nem a vida, nem os anjos, nem os principados, nem as potestades, nem o presente, nem o porvir, nem a altura, nem a profundidade, nem alguma outra criatura nos poderá separar do amor de Deus, que está em Cristo Jesus, nosso Senhor» (Romanos 8:38, 39).

2.1.2. O estado do justo é de plena consciência. Depois da morte física, os justos não estão dormindo, porém estão em pleno gozo de todas as suas faculdades pessoais. Estão mais acordados, mais vivos do que em qualquer outra época da sua existência.

2.1.3. O estado dos justos é de muito gozo. Estas são as palavras do apóstolo Paulo, que abonam este asserto: «Porque para mim tenho por certo que as aflições deste tempo presente não são para comparar com a glória que em nós há de ser revelada» (Romanos 8:18). Estas outras são do apóstolo João: «E ouvi uma

voz do céu, que me dizia: Escreve: Bem-aventurados os mortos que desde agora morrem no Senhor. Sim, diz o Espírito, para que descansem dos seus trabalhos, e as suas obras os sigam» (Apocalipse 14:13).

11.4. A doutrina do purgatório, tão explorada pela Igreja Romana, não tem base nem justificação na Bíblia; porque, um dos ensinamentos mais claros e mais comuns nas Escrituras é que o crente vive em íntima comunhão com Deus, mesmo aqui na terra.

O Novo Testamento até declara que o crente está em Deus e que Deus habita no crente. Assim sendo, como não há de o crente ir para a presença de Deus logo após a sua morte? Nenhuma razão há que justifique o purgatório.

A passagem bíblica (1 Coríntios 3:13,14) em que a Igreja Romana fundamenta essa doutrina não serve para provar tal idéia: «A obra de cada um se manifestará; porque o dia a declarará, porquanto pelo fogo será descoberta; e o fogo provará qual seja a obra de cada um. Se a obra de alguém, que edificou sobre ele, permanecer, esse receberá galardão. Se a obra de alguém se queimar, sofrerá detrimento; porém o tal será salvo, todavia, como pelo fogo.» Esta passagem não ensina a doutrina do purgatório.

2.1.5. Notemos finalmente que este estado intermediário não é um estado final, porque durante o tempo entre a morte física e a ressurreição o justo não tem corpo. Escrevendo aos Filipenses, o apóstolo Paulo revela grande desejo de chegar à ressurreição dos mortos; isto é, àquele dia em que há de receber o seu corpo glorificado.

Os ensinamentos da Bíblia sobre a ressurreição dos mortos mostram que o estado intermediário não é um estado final. Embora os justos estejam com Jesus, em pleno gozo de todas as suas faculdades, e num estado felicíssimo, ainda estão sem corpo. O homem sem corpo não é homem completo; e a ressurreição vem, portanto, fazê-lo completo e pôr termo ao estado intermediário. Convém saber, que durante todo esse tempo o espírito do crente está com Deus nos céus.

2.2. A condição do injusto no além-túmulo

As passagens que falam da condição do injusto depois da morte não são tão numerosas quanto as que encontramos a respeito da condição do justo. Porém as que temos são suficientemente claras para que não nos reste dúvida alguma sobre o assunto.

No Evangelho de Lucas lemos: «E aconteceu que o mendigo morreu, e foi levado pelos anjos para o seio de Abraão; e morreu também o rico, e foi sepultado. E no inferno, erguendo os olhos, estando em tormentos, viu ao longe Abraão, e Lázaro no seu seio» (Lucas 16:22, 23). E no verso 26 deste mesmo capítulo: «E, além disso, está posto um grande abismo entre nós e vós, de sorte os que quisessem passar daqui para vós não poderiam, nem tampouco os de lá passar para cá.»

São do apóstolo Pedro as palavras que seguem: «Assim, sabe o Senhor livrar da tentação os piedosos, e reservar os injustos para o dia de juízo, para serem castigados» (II Pedro 2:9).

Além destas passagens que acabamos de citar, temos as que já consideramos em relação à condição do justo. Estas passagens, de uma maneira negativa, apóiam as outras. Destas considerações tiramos as seguintes conclusões:

a) Que os ímpios no estado intermediário estão em plena função das suas faculdades.

b) Que já estão sofrendo as dores do inferno, porque o ímpio, quando fecha os olhos neste mundo, os abre no inferno. «. . . e morreu também o rico, e foi sepultado. E no inferno, erguendo os olhos, estando em tormentos, viu ao longe Abraão, e Lázaro no seu seio» (Lucas 16:22, 23).

3. A SEGUNDA VINDA DE JESUS

A pessoa de Jesus Cristo é o centro da revelação de Deus aos homens: é o centro da nossa fé, da nossa esperança e do nosso amor. Também Jesus é o centro da história. A sua vinda ao mundo dividiu em duas partes a história da raça humana. Ainda mais, a pessoa de Cristo é o centro, o coração do plano de salvação, porque é por ele que Deus houve por bem remir a humanidade. A história de Jesus está entrelaçada com a história da raça humana e é de esperar que ele volte para esta terra, onde já fez tanto. A religião de Cristo é uma religião histórica: está dentro da história e faz parte da história. «A história é a sua história.» Por ser histórica a religião cristã, é de esperar também que seja consumada na história.

A segunda vinda de Jesus é a consequência natural da sua primeira vinda, e também consequência da natureza do cristianismo. Numa só passagem da Carta aos Hebreus temos referência tanto à primeira como à segunda vinda de Jesus. «E como aos homens está ordenado morrerem uma só vez, vindo depois disso o juízo, assim também Cristo, oferecendo-se uma vez para tirar os pecados de muitos, aparecerá a segunda vez, sem pecado, aos que o esperam para salvação» (Hebreus 9:27, 28).

A seguir, sem entrar nas discussões das diversas teorias acerca da segunda vinda de Jesus, vamos procurar saber o que nos ensinam as Escrituras sobre este grande evento.

3.1. As Escrituras ensinam, com muita clareza, que a segunda vinda de Jesus será exterior, visível e pessoal. Assim cremos porque ele mesmo no-lo ensinou. No livro dos Atos dos Apóstolos encontramos a seguinte revelação: «E, estando eles com os olhos fitos no céu, enquanto ele ia subindo, eis que junto deles se puseram dois varões vestidos de branco, os quais então disseram: Varões galileus, por que estais olhando para o céu? Este Jesus, que dentre vós foi recebido acima no céu, há de vir assim como para o céu o vistes ir» (Atos 1:10, 11).

Na primeira carta dirigida aos tessalonicenses encontramos as seguintes palavras: «Porque o mesmo Senhor descerá do céu com alarido, e com voz de arcanjo, e com a trombeta de Deus; e os que morreram em Cristo ressuscitarão primeiro» (1 Tessalonicenses 4:16).

Na sua segunda carta, fala também o apóstolo Pedro sobre este assunto: «Porém, segundo a sua promessa, aguardamos novos céus e nova terra, em que habita a justiça. Pelo que, amados, aguardando estas coisas, procurai que dele sejais achados imaculados e irrepreensíveis em paz» (II Pedro 3:13, 14).

São de Tiago as palavras que seguem: «Sede, pois, irmãos, pacientes até a vinda do Senhor. Eis que o lavrador espera o precioso fruto da terra, aguardando-o com paciência, até que receba a chuva temporã e serôdia. Sede vós também pacientes, fortalecei os vossos corações; porque já a vinda do Senhor está próxima» (Tiago 5:7, 8).

No livro de Apocalipse lemos: «E, eis que presto venho, e o meu galardão está comigo, para dar a cada um segundo a sua obra» (Apocalipse 22:12).

Ser-nos-ia fácil, mas achamos desnecessário multiplicar citações de passagens, tão numerosas no Novo Testamento, que falam da segunda vinda de Jesus, dando a idéia de que ela será exterior, visível e pessoal. No Novo Testamento é mui claro o ensino de que Jesus há de vir assim como foi.

3.2. O tempo da vinda de Jesus. A Bíblia não revela o dia ou a hora em que Jesus há de voltar a este mundo. E é justamente neste ponto que se levantam as maiores dificuldades, as maiores divergências. Mas Jesus disse que daquele dia ninguém sabe: «Porque daquele dia e hora ninguém sabe, nem os anjos do céu, mas unicamente meu Pai. E, como foi nos dias de Noé, assim será também a vinda do Filho do homem» (Mateus 24:36, 37). «Vigiai, pois, porque não sabeis a que hora há de vir o vosso Senhor; mas considerai

isto: se o pai de família soubesse a que vigília da noite havia de vir o ladrão, vigiaria e não deixaria minar a sua casa. Por isso estai vós apercebidos também; porque o Filho do homem há de vir à hora em que não penseis» (Lucas 24:42-44).

No livro de Atos, cap. 1:7, vemos Jesus declarando aos seus discípulos que estas coisas lhes não competia saber. «Não vos pertence saber os tempos ou as estações que o Pai pôs em seu próprio poder.» O que mais interessava a Jesus era o trabalho que estes homens teriam de fazer na evangelização do mundo. Ele não lhes revelou o dia da sua vinda e por isso ninguém o sabe.

3.3. E preciso reconhecer que a Bíblia fala de outras vindas de Jesus além desta segunda e grande vinda final. São do próprio Jesus as seguintes palavras que abonam esta idéia: «Não vos deixarei órfãos; voltarei para vós» (João 14:18). «E disse-lhe Jesus:

Tu o disseste; digo-vos, porém, que vereis em breve o Filho do homem assentado à direita da majestade divina, e vindo sobre as nuvens do céu» (Mateus 26:64). Destas passagens concluímos que Jesus veio, esteve na terra, foi embora, mas ainda está conosco e há de vir.

4. A RESSURREIÇÃO

4.1. No Velho Testamento temos alguns ensinamentos a este respeito: «Os teus mortos viverão, como também o meu corpo morto, e assim ressuscitarão; despertai e exultai, os que habitais no pó, porque o teu orvalho será como o orvalho de hortalças, e a terra lançará de si os mortos» (Isaías 26:19).

«E veio sobre mim a mão do Senhor, e o Senhor, pelo espírito, me levou e me pôs no meio de um vale que estava cheio de ossos. E me fez passar por toda a roda deles; e eis que eram mui numerosos sobre a face do vale, e eis que estavam sequíssimos. E me disse: Filho do homem, porventura viverão estes ossos? E eu disse: Senhor Jeová, tu o sabes. Então me disse: profetiza sobre estes ossos, e fiz-lhes: Ossos secos, ouvi a palavra do Senhor. Assim diz o Senhor. Assim diz o Senhor Jeová a estes ossos: Eis que farei entrar em vós o espírito, e vivereis. E porei nervos sobre vós, e farei crescer carne sobre vós, e sobre vós estenderei pele, e porei em vós o espírito, e vivereis, e sabereis que eu sou o Senhor. Então profetizei como se me deu ordem e houve um arruído, profetizando eu; e eis que se fez um rebuliço, e os ossos se achegaram, cada osso ao seu osso. E olhei e eis que vinham nervos sobre eles, e cresceu a carne, e estendeu-se a pele sobre eles por cima; porém não havia neles espírito. E ele me disse: Profetiza ao espírito; profetiza, ó filho do homem, e dize ao espírito: Assim diz o Senhor Jeová: Vem dos quatro ventos, ó espírito, e assopra sobre estes mortos, e viverão. E profetizei como ele me deu ordem: e então o espírito entrou neles, e viveram, e se puseram em seus pés, um exército grande em extremo. Então me disse: Filho do homem, estes ossos são toda a casa de Israel; eis que dizem: Os nossos ossos se secaram, e pereceu a nossa esperança: nós estamos cortados. Portanto profetiza, e dize-lhes: Assim diz o Senhor Jeová: Eis que eu abrirei as vossas sepulturas, ó povo meu, e vos trarei à terra de Israel. E sabereis que eu sou o Senhor quando eu abrir as vossas sepulturas, e vos fizer subir das vossas sepulturas, ó povo meu. E porei em vós o meu espírito, e vivereis, e vos meterei na vossa terra, e sabereis que eu, o Senhor, falei isto, e o fiz, diz o Senhor» (Ezequiel 37:1-17; ver Jó 14:12-25).

Não obstante estas passagens do Velho Testamento, que falam tão claramente da ressurreição, devemos-nos lembrar de que só no Novo Testamento é que encontramos essa doutrina perfeitamente desenvolvida. Passemos, portanto, a estudá-la no Novo Testamento.

4.2. As declarações mais preciosas que encontramos sobre esta doutrina são as que constituem a resposta de Jesus aos saduceus, que negavam a ressurreição. Este ensino de Jesus encontra-se nos três Evangelhos sinópticos. Não citamos por extenso estas passagens por serem longas (Marcos 12:18-27). Jesus disse aos

saduceus que eles estavam errados relativamente à sua idéia sobre a ressurreição, e citou-lhes uma passagem do livro de Êxodo, que diz: «Eu sou o Deus de teu pai, o Deus de Abraão, o Deus de Isaque, e o Deus de Jacó» (Êxodo 3:6).

Há, além destas, muitas outras passagens sobre o mesmo assunto no Novo Testamento: «Mas eu vos digo que muitos virão do oriente e do ocidente, e assentar-se-ão à mesa com Abraão, e Isaque, e Jacó, no reino dos céus» (Mateus 8:11). «E virão do oriente, e do ocidente, e do norte, e do sul, e assentar-se-ão à mesa no reino de Deus» (Lucas 13:29).

A idéia mais acentuada e mais clara é a que achamos no Evangelho de João: «Disse-lhe Jesus: Teu irmão há de ressuscitar. Disse-lhe Marta: Eu sei que há de ressuscitar na ressurreição do último dia. Disse-lhe Jesus: Eu sou a ressurreição e a vida; quem crê em mim, ainda que esteja morto, viverá; e todo aquele que vive, e crê em mim, nunca morrerá; crês tu isso?» (João 11:23-26).

Neste mesmo Evangelho (cap. 5, vv. 25-29) se nos depara outra passagem sobre esta doutrina: «Em verdade, em verdade vos digo que vem a hora, e agora é, em que os mortos ouvirão a voz do Filho de Deus, e os que a ouvirem viverão. Porque, como o Pai tem a vida em si mesmo, assim deu também ao Filho ter a vida em si mesmo. E deu-lhe o poder de exercer o juízo, porque é o Filho do homem. Não vos maravilheis disto; porque vem a hora em que todos os que estão nos sepulcros ouvirão a sua voz. E os que fizeram o bem sairão para a ressurreição da vida; e os que fizeram o mal para a ressurreição da condenação. »

No livro dos Atos dos Apóstolos a ressurreição de Jesus, conforme ali vemos ensinada, está intimamente ligada à dos crentes em geral. «E alguns dos filósofos epicureus e estóicos contendiam com ele; e uns diziam: Que quer dizer este paroleiro? E outros: Parece que é pregador de deus estranhos. Porque lhes anunciava a Jesus e a ressurreição» (Atos 17:18). «Tendo esperança em Deus, como estes mesmos também esperam, de que-há de haver ressurreição de mortos, assim dos justos como dos injustos» (Atos 24:15).

Geralmente o Novo Testamento fala sobre a ressurreição dos bons, dos justos, dos crentes; mas, nesta última citação nossa e, bem assim, no Evangelho de João, cap. 5, vv. 25-29, temos a declaração categórica de que tanto os bons quanto os maus serão ressuscitados.

Muito mais acentuada está essa doutrina nas Epístolas. É interessante observar que a doutrina da ressurreição cresceu e distinguiu-se em pouco tempo, tornando-se uma das mais importantes. No capítulo 15 da Primeira Carta aos Coríntios, a doutrina da ressurreição está apresentada sob diversos pontos de vista. A ressurreição de Jesus é a pedra fundamental de toda esta doutrina. Jesus foi declarado filho de Deus pela ressurreição. Convém notar, porém, que ele não foi feito Filho de Deus pela ressurreição, porque já o era desde o princípio, mas foi declarado Filho de Deus pela ressurreição. «Declarado Filho de Deus em poder, segundo o Espírito de santificação, pela ressurreição dos mortos, Jesus Cristo, nosso Senhor» (Romanos 1:4).

A ressurreição de Jesus é o fundamento da esperança cristã e a garantia da ressurreição daqueles que nele crêem. O capítulo 15 da Primeira Carta aos Coríntios está todo dedicado à discussão deste assunto. «Mas agora Cristo ressuscitou dos mortos, e foi feito as primícias dos que dormem. Porque assim como a morte veio por um homem, também a ressurreição dos mortos veio por um homem» (1 Coríntios 15:20, 21).

O apóstolo Paulo declara também que a vida do crente já é a vida de um ressuscitado, porque esta ressurreição é também do espírito, é espiritual. E parece que o apóstolo Paulo quis indicar em Filipenses 3:11 que a culminação dessa doutrina é a ressurreição do corpo. Assim escreveu ele nessa carta: «Para ver se de alguma maneira posso chegar à ressurreição dos mortos.»

Escrevendo aos romanos, declara que a própria natureza há de participar desta ressurreição gloriosa. «Na esperança de que também a mesma criatura será libertada da servidão da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus. Porque sabemos que toda a criação juntamente geme e está com dores de parto até agora. E não só ela, porém nós mesmos, que temos as primícias do Espírito, também gememos em nós mesmos, esperando a adoção, a saber, a redenção do nosso corpo. Porque em esperança somos salvos. Ora, a esperança que se vê não é esperança: porque o que alguém vê como o esperará?» (Romanos 8:21-24).

Como acabamos de ver, as Epístolas corroboram os ensinamentos dos Evangelhos sobre a ressurreição. Esta doutrina é muito bem definida em todo o Novo Testamento; e quem a lê atentamente não pode duvidar da ressurreição.

Depara-se-nos, quanto à ressurreição, um problema que desejamos considerar ainda; versa este problema sobre a natureza do corpo com que o homem há de ressuscitar. Com que corpo ressuscitará o homem? Quais são as transformações pelas quais o corpo tem de passar? E qual a relação do novo corpo para com o corpo sepultado? Sabemos que o corpo atual há de morrer: pode ser enterrado, queimado ou, ainda, pode perder-se no mar. Por isso perguntamos: Qual a relação do novo corpo com o corpo velho? Fala-nos a história que João Huss foi queimado e as suas cinzas atiradas ao Reno. Dizem que o nosso corpo se vai mudando, reformando aos poucos, de maneira que, de sete em sete anos, a pessoa tem o corpo inteiramente renovado. As vezes um soldado perde um braço, uma perna ou outra qualquer parte do corpo no campo de batalha. Qual será, então, a relação daquele novo corpo ressuscitado com o corpo velho que voltará ao pó? Criará Deus um corpo inteiramente novo? Certamente não podemos responder a todas estas perguntas de modo satisfatório. Podemos, porém, dizer alguma coisa a respeito deste assunto. A passagem que trata especialmente desta doutrina é o capítulo 15 da Primeira Carta aos Coríntios. Procurando esclarecer a questão, vamos considerar o seguinte:

a) O novo corpo ressuscitado não será composto da mesma matéria de que se compõe o corpo atual, porque há mui grande diferença entre a ressurreição final e o revivificação de alguns, como Lázaro, o filho da viúva de Naim, etc. A ressurreição final de que nos fala a Bíblia não é simplesmente o levantamento do cadáver. Ainda outra prova de que não pode ser este mesmo corpo o que se há de ressuscitar, é que este não serviria para a vida no além. O corpo que tem o grão de trigo antes de semeado não serve para a nova fase de vida em que ele entra depois de semeado. Da mesma maneira, o corpo do caroço da manga não serve para fazer parte da árvore que, certamente, tem já outra fase de vida. Daqui concluímos que o nosso corpo será também diferente, porque tem que adaptar-se a uma vida diferente.

b) O novo corpo será espiritual, O verso 44 do capítulo 15 da Primeira Carta aos Coríntios diz o seguinte: «Semeia-se corpo animal, ressuscitará corpo espiritual. Há corpo animal, e há corpo espiritual.» Este corpo espiritual de que o apóstolo fala aqui há de ser diferente do corpo animal. «E, quando semeias, não semeias o corpo que há de nascer, mas o simples grão, como de trigo, ou doutra qualquer semente. Mas Deus dá-lhe o corpo como quer, e a cada semente o seu próprio corpo. Nem toda a carne é uma mesma carne, mas uma é a carne dos homens, e outra a carne dos animais, e outra a dos peixes, e outra a das aves. E há corpos celestes e corpos terrestres, mas uma é a glória dos celestes e outra a dos terrestres. Uma é a glória do sol, e outra a glória da lua, e outra a glória das estrelas; porque uma estrela difere em glória doutra estrela. Assim também a ressurreição dos mortos. Semeia-se o corpo em corrupção; ressuscitará em incorrupção. Semeia-se em ignomínia, ressuscitará em glória. Semeia-se em fraqueza, ressuscitará com vigor. Semeia-se corpo animal, ressuscitará corpo espiritual. Há corpo animal, e há corpo espiritual. » (1 Coríntios 15:37-44).

c) Sem dúvida alguma, há de haver certa continuidade entre os dois corpos, embora não haja identidade, porque a Bíblia ensina que semeia-se em corrupção, mas se ressuscita em incorrupção.

5. O JUÍZO FINAL

5.1. O Fato do Juízo Final

Quanto à realidade do juízo final, não é necessário dizer muito, porque ela se acha envolvida naturalmente nos outros pontos que hão de ser estudados. Podemos afirmar, porém, com toda a segurança, que a realidade do juízo final é reconhecida assim no Velho como no Novo Testamento. Desde o princípio até o fim, as Escrituras dão a entender que há de haver um julgamento final para todos. Assim escreveu o apóstolo Paulo aos coríntios: «Porque todos devemos comparecer ante o tribunal de Cristo, para que cada um receba segundo o que tiver feito no corpo, ou bem, ou mal» (II Coríntios 5:10). Esta verdade está mui claramente ensinada no Novo Testamento. Tanto os Evangelhos como as Epístolas ensinam com tal precisão o juízo final que não nos deixam dúvida alguma da sua realidade.

5.2. O juízo

Jesus ensina que Deus será o Juiz que fará o julgamento final. Mas não é somente Deus, porém Deus em Jesus Cristo. No Evangelho de Mateus, cap. 25, vv. 31-46, temos uma longa passagem que fala tanto dos justos, como do juiz. Do verso 31 a 33 diz o seguinte: «E quando o Filho do homem vier em sua glória, e todos os santos anjos com ele, então se assentará no trono da sua glória; e todas as nações serão reunidas diante dele, e apartará uns dos outros, como o pastor aparta dos bodes as ovelhas, e porá as ovelhas à sua direita, mas os bodes à esquerda.»

No livro dos Atos dos Apóstolos temos confirmada a idéia de que Deus julgará o mundo por meio de Jesus Cristo: «Porquanto tem determinado um dia em que com justiça há de julgar o mundo por aquele varão que destinou; dando certeza a todos, ressuscitando-o dos mortos» (Atos 17:31).

Há ainda muitas outras passagens que podiam ser citadas em abono dessa verdade, mas achamos desnecessário fazê-lo, porque julgamos serem estas suficientes para mostrar que Deus julgará a todos por meio de Jesus Cristo.

Jesus é realmente a Pessoa mais capaz para fazer este julgamento final, porque ele está não só intimamente relacionado e identificado com Deus, mas também está intimamente relacionado e identificado com o homem. Como sabemos, Jesus é o Verbo, é a Palavra, é a Revelação de Deus encarnado. Sabemos que ele é Deus. Sabemos ainda mais que ele identificou-se inteiramente com a humanidade. Jesus é não somente Filho de Deus, mas é também Filho da raça humana. Ainda mais, nele se nos depara o único meio de reconciliar Deus como homem e o homem com Deus. E o único mediador entre o céu e a terra. Jesus é o caminho, a verdade e a vida, e ele mesmo disse:

«Ninguém vem ao Pai senão por mim. » Tudo quanto Deus quer dar ao homem e tudo quanto ele quer do homem se acha claramente revelado em Cristo Jesus. E, assim sendo, é natural que ele julgue a todos, porque outro não há nas mesmas condições que ele. Jesus conhece o homem tão profundamente como o próprio Deus, e, por isso mesmo, é ele o juiz ideal para exercer o julgamento do último dia.

5.3. Os que serão julgados

As Escrituras ensinam que todos serão julgados. Examinemos algumas passagens que falam sobre este assunto. Não sabeis vós que havemos de julgar os anjos? Quanto mais as coisas pertencentes a esta vida?» (1 Coríntios 6:3). «E vi os mortos, grandes e pequenos, que estavam diante de Deus; e abriram-se os livros; e abriu-se outro livro, que é o da vida; e os mortos foram julgados pelas coisas que estavam escritas nos livros, segundo as suas obras. E o mar deu os mortos que nele havia; e a morte e o inferno deram os mortos que neles havia, e foram julgados cada um segundo as suas obras» (Apocalipse 20:12, 13). «Porque, se

Deus não perdoou aos anjos que pecaram, mas, havendo-os lançado no inferno, os entregou às cadeias da escuridão, ficando reservados para o juízo; e não perdoou ao mundo antigo, mas guardou a Noé, oitavo pregoeiro da justiça, trazendo o dilúvio sobre o mundo dos ímpios; e condenou à subversão as cidades de Sodoma e Gomorra, reduzindo-as a cinza, e pondo-as para exemplo aos que vivessem impiamente; e livrou o justo Ló, enfadado da vida dissoluta dos homens abomináveis (porque este justo, habitando entre eles, afligia todos os dias a sua alma justa, vendo e ouvindo suas obras injustas); assim sabe o Senhor livrar da tentação os piedosos, e reservar os injustos para o dia de juízo, para serem castigados; e principalmente aos que segundo a carne andam em concupiscências de imundícia, e desprezam as dominações; atrevidos, agradando-se a si mesmos, não receando blasfemar das dignidades» (II Pedro 2:4- 10). «E os anjos que não guardaram a sua origem, mas deixaram a sua própria habitação, reservou debaixo da escuridão, e em prisões eternas até o juízo daquele grande dia» (Judas 6; ver Mateus 25:31-46).

5.4. O fim e o propósito do juízo final

O fim do juízo final não é descobrir o caráter do bom, porque isto Deus já conhece. O fim do juízo final é pôr tudo às claras. O objetivo do julgamento final não é descobrir, mas revelar. Na Carta aos Romanos lemos as seguintes palavras: «Mas, segundo a tua dureza e teu coração impenitente, entesouras ira para o dia da ira e da manifestação do juízo de Deus; o qual recompensará cada um segundo suas obras» (Romanos 2:5, 6).

Ainda mais estes passos, que encontramos no Evangelho de Mateus: «Mas eu vos digo que de toda palavra ociosa que os homens disserem hão de dar conta no dia do juízo» (Mateus 12:26). «Portanto, não temais; porque nada há encoberto que se não haja de revelar, nem em oculto que se não haja de saber» (Mateus 10:26).

Destas passagens citadas concluímos que o juízo final não há de ser tanto para descobrir a verdade como revelar a verdade. Naquele dia Deus trará à luz todos os seus grandes propósitos junto com os feitos dos homens. Naquele dia os homens hão de conhecer assim a ira como o amor de Deus. Todas as coisas hão de ser reveladas, porque o fim desse julgamento, repetimos, não é tanto descobrir como manifestar.

5.5. A necessidade do juízo final

Há quem diga não haver necessidade de um juízo final. Por isso, achamos conveniente algumas considerações em torno deste tópico. Os que assim ensinam baseiam-se na idéia de que a lei moral é como a lei física. Como sabemos, a lei física executa-se a si mesma: quem transgride as leis da boa higiene, desprezando as regras estabelecidas para manter-se com boa saúde, força é adoecer. Da mesma maneira, quem transgride a lei do equilíbrio há de cair. A própria lei julga e condena a pessoa na mesma ocasião em que é transgredida. Mas esta idéia é errônea no que concerne à lei moral. Esta não tem nenhuma analogia com a lei física, senão com a lei civil. Sabemos que a lei civil não se executa a si mesma, mas depende de uma pessoa para isto. Assim também é a lei moral, que por sua própria natureza exige um julgamento final. Atos 17:31 é um passo bíblico que revela claramente esta verdade: «Porquanto tem determinado um dia em que com justiça há de julgar o mundo por aquele varão que destinou; dando certeza a todos, ressuscitando-o dos mortos.»

6. O ESTADO FINAL DO JUSTO E DO INJUSTO

Os ensinamentos do Novo Testamento em relação ao céu e ao inferno são, por diversas razões, mui dignos de ser notados. Uma delas é a reserva que neles encontramos. Há muitas coisas que desejaríamos saber sobre este ponto e de que, no entanto, não encontramos explicação. Ainda outra razão é que a linguagem que se nos depara nas passagens que contêm tais ensinamentos é uma linguagem simbólica, e, por isso mesmo, difícil de ser interpretada, prestando-se à formação de diferentes opiniões. No Novo Testamento

encontramos muitas figuras relativas ao céu e ao inferno. No estudo dessas figuras devemos lembrar de que o símbolo e a figura são sempre mais fracos do que a realidade.

Ainda mais outro fato que torna tão importantes os ensinamentos do Novo Testamento sobre a vida no além é que eles sempre apelam aos sentimentos mais altos e mais nobres do coração humano. Todos estes apelos feitos aos homens em relação à vida futura se baseiam no altruísmo, e não no egoísmo. Há pessoas que dizem que os apelos do Novo Testamento podem comparar-se às promessas que um pai bom faz ao seu filhinho, de lhe dar um prêmio, se ele fizer sempre o bem. Mas não é assim. Os apelos do Novo Testamento não se baseiam no egoísmo, senão no altruísmo, na verdadeira justiça.

6.1. O Céu

Notemos alguns ensinamentos das Escrituras sobre o céu.

Meio e Caráter são duas palavras que exprimem tudo quanto as Escrituras dizem sobre o céu.

Quanto ao meio em que vivem os remidos, não há linguagem que exprima toda a sua beleza e toda a sua glória. Muitas passagens há no Velho Testamento que falam desse meio glorioso em que há de viver o crente. «Mas julgará com justiça aos pobres, e repreenderá com equidade aos mansos da terra, porém ferirá a terra com a vara da sua boca, e com o assopro dos seus lábios matará o ímpio. Porque a justiça será o cinto dos seus lombos, e a verdade, o cinto dos seus rins. E morará o lobo com o cordeiro, e o leopardo com o cabrito se deitará, e o bezerro, e o filho de leão e o animal cevado andarão juntos; e um menino pequeno os guiará. A vaca e a urso pastarão juntas, seus filhos se deitarão juntos, e o leão comerá palha como o boi. E brincarão a criança de peito sobre o buraco do áspide, e o já desmamado meterá a sua mão na cova do basilisco. Não se fará mal nem dano algum em nenhuma parte de todo o monte da minha santidade, porque a terra se encherá do conhecimento do Senhor, como as águas cobrem o fundo do mar» (Isaías 11:4-10). «Porque, eis que eu crio céus novos e terra nova; e não haverá mais lembrança das coisas passadas, nem mais subirão ao coração. Porém vós folgareis e exultareis perpetuamente no que eu crio; porque eis que crio a Jerusalém uma alegria, e ao seu povo um gozo. E folgarei em Jerusalém, e exultarei no meu povo; e nunca mais se ouvirá nela voz de clamor. Não haverá mais nela criança de poucos dias, nem velho que não cumpra os seus dias; porque o mancebo morrerá de cem anos; porém o pecador de cem anos será amaldiçoado. O lobo e o cordeiro se apascentarão juntos, e o leão comerá palha com o boi; e pó será a comida da serpente. Não farão mal nem dano algum em todo o meu santo monte, diz o Senhor» (Isaías 65:17-25). «Porque, como os céus novos, e a terra nova, que hei de fazer, estarão diante da minha face, diz o Senhor, assim também há de estar a vossa semente e o vosso nome» (Isaías 66:22).

No verso 17 do capítulo 65 desse livro, diz o Senhor, por boca do profeta Isaías, que havia de criar novo céu e nova terra, e que nem lembrança das coisas passadas havia de deixar, trazendo, assim, gozo e exultação para o povo. Em conexão com esta passagem devemos ler a que se encontra em Romanos 8:18-25, muito especialmente os versos 20 e 21, que dizem: «Porque a criatura está sujeita à vaidade, não por sua vontade, mas por causa do que a sujeitou, na esperança de que também a mesma criatura será libertada da servidão da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus.»

O autor do livro de Apocalipse esgotou tudo quanto se podia dizer em linguagem humana a respeito da glória do céu em que os crentes vão viver. Leiamos, por exemplo, o capítulo 21 desse livro, do verso 10 a 27: «E levou-me em espírito a um grande e alto monte, e mostrou-me a grande cidade, a santa Jerusalém, que de Deus descia do céu. E tinha a glória de Deus; e a sua luz era semelhante a uma pedra preciosíssima, como a pedra de jaspe, como o cristal resplandecente. E tinha um grande e alto muro com doze portas, e nas portas, doze anjos, e nomes escritos sobre elas, que são os nomes das doze tribos de Israel. Da banda do levante tinha três portas, da banda do norte três portas, da banda do sul três portas, da banda do poente três

portas. E o muro da cidade tinha doze fundamentos, e neles os nomes dos doze apóstolos do Cordeiro. E aquele que falava comigo tinha uma cana de ouro, para medir a cidade, e as suas portas e o seu muro... E a fábrica do seu muro era de jaspe, e a cidade de ouro puro, semelhante a vidro puro. E os fundamentos do muro da cidade estavam adornados de toda pedra preciosa. O primeiro fundamento era jaspe; o segundo, safira; o terceiro, calcidão; o quarto, esmeralda; o quinto, sardônica; o sexto, sárdio; o sétimo, crisólito; o oitavo, berilo; o nono, topázio; o décimo, crisópraso; o undécimo, jacinto; o duodécimo, ametista. E as doze portas eram doze pérolas: cada uma das portas era uma pérola, e a praça da cidade de ouro puro, como vidro transparente. E nela não vi templo, porque o seu templo é o Senhor Todo-Poderoso, e o Cordeiro. E a cidade não necessita de sol, nem de lua, para que nela resplandeçam, porque a glória de Deus a tem aluminado, e o Cordeiro é a lâmpada...»

Do estudo destas passagens concluímos:

6.1.1. Que o céu é um lugar. Assim encontramos escrito no Evangelho de João: «Na casa de meu Pai há muitas moradas; se não fosse assim, eu vo-lo teria dito; vou preparar-vos lugar. E, se eu for, e vos preparar lugar, virei outra vez, e vos levarei para mim mesmo, para que onde eu estiver estejais vós também» (João 14:2,3). Em conexão, devemo-nos lembrar de que Cristo, quando subiu ao céu, tinha corpo, e isto fortalece a idéia de que o céu é um lugar.

6.1.2. Que este lugar pode ser aqui na terra. Convém notar que as Escrituras não afirmam que este lugar será aqui na terra; temos porém, sugestões que favorecem esta idéia. No livro de Apocalipse lemos: «E eu, João, vi a santa cidade, a nova Jerusalém, que de Deus descia do céu, adereçada como a noiva ataviada para o seu noivo» (Apocalipse 21:2). Ainda mais, a Bíblia ensina que Jesus voltará para este mundo.

6.1.3. Que a morada será perfeitamente adaptada aos salvos. Os remidos terão no futuro um ambiente perfeito em que poderão viver. Convém notar que os salvos não só estarão no céu, como também o céu estará neles. Façamos, portanto, algumas considerações sobre o caráter e a natureza do céu.

O céu é descanso e alívio para os cansados: «E Deus alimpará de seus olhos toda lágrima; e não haverá mais morte, nem pranto, nem clamor, nem dor; porque já as primeiras coisas são passadas» (Apocalipse 21:4). Esta passagem faz-nos pensar que Deus será o grande ministro servindo aos seus servos. Mas esta idéia de que o céu é descanso para os cansados é um pouco negativa, e precisamos, por isso, considerar mais alguma coisa sobre o seu caráter.

O céu sobre ser descanso é também um galardão. Há muitas passagens que ensinam esta idéia, mas aqui citaremos apenas uma, a da Parábola dos Dez Servos e das Dez Minas, que se encontra no Evangelho de Lucas, cap. 19, vv. 12-27. No verso 17 deste capítulo lemos: «Bem está, servo bom, porque no mínimo foste fiel, sobre dez cidades terás autoridade.»

O céu é também a realização de tudo quanto o crente almeja e é capaz de ser. Como já observamos em outra parte do nosso estudo, o crente continuará a crescer além da morte, e ali no céu será a realização plena dos seus ideais. Tornar-se-ão reais todas as suas possibilidades.

O céu será também o completo aperfeiçoamento do nosso conhecimento. «A caridade nunca acaba; porém, ainda que haja profecias, serão aniquiladas; ainda que haja línguas, cessarão; ainda que haja ciência, será aniquilada; porque em parte conhecemos, e em parte profetizamos; mas quando vier o que é perfeito, então o que o é em parte será aniquilado» (1 Coríntios 13:8-10). Esta passagem fala-nos do conhecimento ideal que esperamos alcançar.

O céu é um lugar de comunhão com Deus. «E ali nunca haverá maldição contra alguém; e nela estará o trono de Deus e do Cordeiro, e os seus servos o servirão. E verão o seu rosto, e nas suas testas estará o seu nome» (Apocalipse 22:3, 4).

No céu haverá culto e adoração perfeitos: «E nela não vi templo, porque o seu templo é o Senhor Deus Todo-Poderoso, e o Cordeiro. E a cidade não necessita de sol nem de lua, para que nela resplandeçam, porque a glória de Deus a tem alumado, e o Cordeiro é a sua lâmpada» (Apocalipse 21:22,23).

No céu haverá perfeita sociabilidade e comunhão entre os remidos: «Mas chegastes ao monte de Sião, e à cidade do Deus vivo, à Jerusalém celestial, e aos muitos milhares de anjos; à assembléia geral e igreja dos primogênitos, que estão inscritos nos céus, e a Deus, o Juiz de todos, e aos espíritos dos justos aperfeiçoados» (Hebreus 12:22, 23).

O céu será também o lugar de perfeita comunhão com Jesus Cristo. «E, ao que vencer, lhe concederei que se assente comigo no meu trono; assim como eu venci, e me assentei com meu Pai no seu trono» (Apocalipse 3:21).

6.1.4. Concluimos, pois, que no céu haverá crescimento e desenvolvimento contínuo. O crente irá progredindo e desenvolvendo sempre as suas atividades, porque, como diz a Bíblia, «havemos de conhecê-lo como também somos conhecidos». O apóstolo Paulo prostrava-se de joelhos em oração para fazer um grande pedido a Deus a favor dos crentes; este é o grande pedido:

«Para que Cristo habite, pela fé, nos vossos corações; para que, estando arraigados e fundados em amor, possais perfeitamente compreender, com todos os santos, qual seja a largura, e o comprimento, e a altura, e a profundidade, e conhecer o amor de Cristo, que excede todo o entendimento, para que sejais cheios de toda a plenitude de Deus» (Efésios 3:17-19).

Os poderes pessoais são de tal natureza que se podem desenvolver até mesmo na eternidade. Mas não devemos confundir este processo contínuo da pessoa com a perfeição do caráter, porque mesmo quando os poderes pessoais tiveram chegado à plenitude de desenvolvimento, o caráter poderá progredir ainda muito mais.

6.2. O Inferno

Assim como o céu é a fruição, o gozo de tudo o de que a pessoa carece para a sua felicidade, também o inferno é a negação de todos os bens de que ele necessita. No céu, o gozo e a felicidade são absolutos; no inferno a negação é completa. A alma que abrir os olhos no inferno ficará privada de tudo quanto a sua natureza pede. Descrevendo a condição do pecador no inferno, disse Jesus que ali não seria satisfeita nem a mínima das suas necessidades. No Evangelho de Lucas, cap. 16, v. 24, temos as seguintes palavras:

«E ele, clamando, disse: Pai Abraão, tem misericórdia de mim e manda a Lázaro que molhe na água a ponta do seu dedo e me refresque a língua, porque estou atormentado nesta chama. » No inferno, os desejos, os pedidos, as necessidades aumentarão cada vez mais, sem que haja a menor satisfação; porque o inferno é a negação de tudo o de quanto a alma necessita.

As Escrituras que falam sobre o inferno são as seguintes:

«Então dirá também aos que estiverem à sua esquerda: Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos» (Mateus 25:41). «E, se o teu pé te escandalizar, corta-o: melhor te é entrares coxo na vida do que, tendo dois pés, seres lançado no inferno, no fogo que nunca se apaga; onde o seu bicho não morre, e o fogo nunca se apaga» (Marcos 9:45, 46). «Mas quanto aos tímidos, e aos incrédulos, e aos abomináveis, e aos homicidas, e aos fornicários, e aos feiticeiros, e aos idólatras e a todos

os mentirosos, a sua parte será no lago que arde com fogo e enxofre; o que é a segunda morte» (Apocalipse 21:8).

Certamente, devemos incluir entre estas passagens a Parábola do Rico e Lázaro, em que Jesus mostra a condição da alma no inferno (ver Lucas 16: 19-31).

A Bíblia ensina também que a condenação é eterna: «E estes irão para o tormento eterno, mas os justos, para a vida eterna» (Mateus 25:46).

Assim como no céu há progresso na santidade e no bem, concluímos também que deve haver progresso na maldade no inferno. Não devemos pensar que o homem sofrerá tormentos eternos por causa dos pecados cometidos nesta vida, mas o seu tormento será eterno devido aos pecados que continuará a cometer no além; porque: <(Quem injusto, faça injustiça ainda; e quem é sujo, seja sujo ainda; e quem é justo, faça justiça ainda; e quem é santo, seja santificado ainda.) Como acabamos de ler nesta passagem, na eternidade há progresso tanto no bem como no mal. E se no inferno o pecador continua a pecar, força é que o seu tormento seja eterno.

Aqui terminamos o nosso estudo introdutório de Teologia Sistemática. Há muito, ainda, para ser estudado. Muitas coisas que não estão completamente desvendadas. Julgo, porém, que até aqui temos o suficiente para nos orientarmos numa vida útil e sã. Continuemos a estudar, aprendendo cada dia novas verdades, enriquecendo cada vez mais o nosso tesouro, até aquele dia em que veremos a face de Jesus.

«Ora, aquele que é poderoso para fazer tudo muito mais abundantemente do que pedimos ou pensamos, segundo o poder que em nós opera, a esse glória na igreja, por Jesus Cristo, em todas as gerações, para todo o sempre. Amém» (Efésios 3:20,21).